

Rosário Mauritti, coord.

Daniela Craveiro

Luís Cabrita

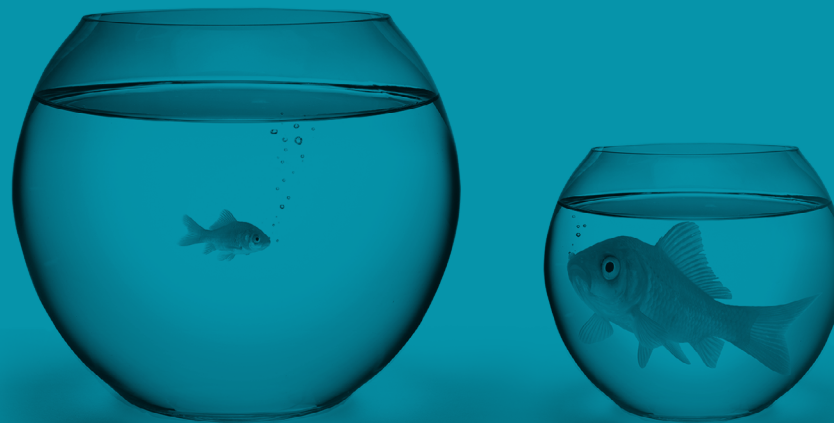
Maria do Carmo Botelho

Nuno Nunes

Sara Franco da Silva

O que contribui para o bem-estar dos cidadãos? Neste estudo apresentamos um novo olhar sobre os territórios, observados a partir das suas desigualdades e oportunidades. Sendo cada vez mais evidente que o crescimento económico é insuficiente para medir e avaliar o progresso social, apresentamos uma proposta que permite uma visão plural sobre as condições de vida e de bem-estar dos Portugueses.

O estudo demonstra que a segurança e a qualidade ambiental do local onde vivemos, as possibilidades de gestão dos tempos da vida familiar e de trabalho, o acesso à habitação e a serviços de educação, saúde e transportes, a par do envolvimento nas comunidades, são alguns dos fatores que mais influenciam a perceção e a experiência de bem-estar das pessoas, sofrendo grandes variações entre territórios.



Territórios de bem-estar

Assimetrias nos municípios portugueses

Territórios de bem-estar

Assimetrias nos municípios portugueses

Rosário Mauritti, coord.

Daniela Craveiro

Luís Cabrita

Maria do Carmo Botelho

Nuno Nunes

Sara Franco da Silva

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099 -081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Diretor de publicações: António Araújo
Diretor da coleção Estudos da Fundação: Gonçalo Saraiva Matias
Título: Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses
Autores: Rosário Mauritti (coordenação), Daniela Craveiro, Luís Cabrita, Maria do Carmo
Botelho, Nuno Nunes, Sara Franco da Silva
Revisão de texto: GoodSpell
Paginação: Finepaper
Impressão e acabamento: Guide Artes Gráficas

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Junho de 2022

ISBN: 978-989-9118-06-5
Depósito Legal: 501713/22

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o Acordo Ortográfico de 1990. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

ÍNDICE

Sumário executivo 5

Capítulo 1

Introdução 15

1.1. Visão geral do projeto TIWELL 17

1.2. Objetivos gerais 19

1.3. Objetivos específicos 19

Capítulo 2

Metodologia 21

2.1. Introdução 21

2.2. Análise municipal das desigualdades sociais 21

2.3. Análise municipal de bem-estar 24

2.4. Estudos de caso 33

Capítulo 3

Desigualdades e bem-estar em Portugal: um olhar à escala municipal 42

3.1. Territórios de desigualdade e de bem-estar 42

3.2. Desigualdades sociais municipais: multidimensionalidade e interseções 43

3.3. Segmentações territoriais e assimetrias entre os municípios de Portugal 50

3.4. Segmentações territoriais e bem-estar 66

3.5. Desigualdades sociais e o bem-estar municipal 70

3.6 Análise dos indicadores de desigualdade social e de bem-estar: síntese de contributos e reflexões 103

Capítulo 4

Estudos de caso de base municipal 111

4.1. Territórios selecionados para observação (critérios de seleção) 111

4.2. Desigualdades territoriais e qualidade do espaço público: recurso ao Google Street View 116

4.3. Caracterização do bem-estar numa perspetiva comparativa dos estudos de caso com recurso a estatísticas de base municipal 120

4.4. Bem-estar nos municípios — Uma perspetiva intersubjetiva: visão através das entrevistas a *stakeholders* e grupos focais 125

4.5. Os municípios na abordagem quanti-qualitativa: notas de síntese 205

Capítulo 5

Conclusão 216

5.1 Balanço prospetivo 216

5.2 Articulação dos resultados obtidos 219

5.3. Principais contributos do trabalho realizado 222

5.4. Principais limitações do trabalho realizado 223

5.5. Sugestões de investigação futura 224

Referências bibliográficas 225

Notas 230

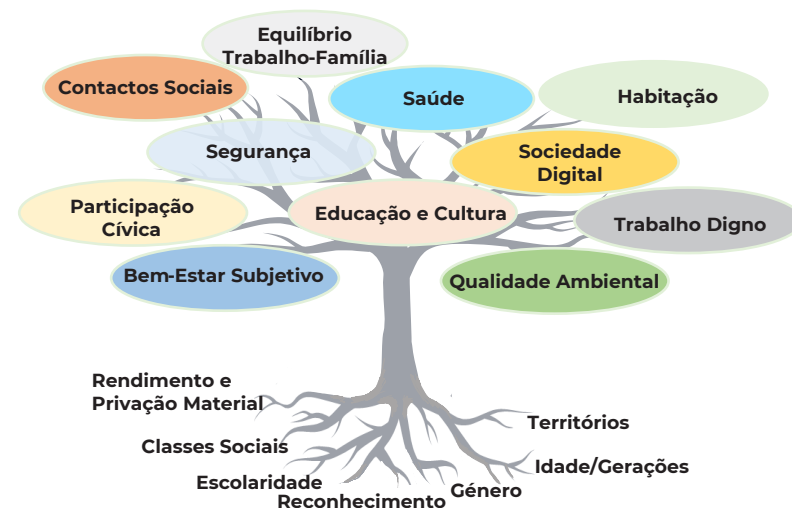
Autores 236

Sumário executivo

O que contribui para o bem-estar dos cidadãos? Em que medida a pertença a determinadas categorias sociais (como ser mulher ou homem, ser mais velho ou mais novo, viver num certo local, pertencer a uma classe social...), ou o acesso a certos recursos de rendimento ou escolaridade, se relaciona com as condições de bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos? Como deveremos avaliar, medir e direccionar o progresso das sociedades?

Este estudo propõe um sistema de indicadores para aferir condições de bem-estar e interpretar as suas diferentes configurações, tendo como prisma as relações com os contextos de desigualdade social. Desenvolve-se uma perspetiva comparativa das conexões entre condições de vida e de bem-estar em diferentes territórios de Portugal. A figura 1 sintetiza o modelo teórico mobilizado no estudo, apresentado no capítulo 1, destacando os conceitos e as dimensões considerados na análise.

Figura 1 Modelo conceptual TIWELL



Fonte: Mauritti *et al.* (2020).

Nas «raízes da árvore» assinalam-se as dimensões de desigualdade utilizadas na segmentação dos territórios em Portugal, com base nas quais propomos uma interpretação de diferentes configurações de bem-estar. Nos «ramos» da árvore apresentam-se as diferentes dimensões de bem-estar utilizadas no estudo, alvo de caracterização por si mesmas e nas relações com as desigualdades sociais, nas diferentes escalas de análise.

O capítulo 2 do relatório apresenta o plano de pesquisa e as operações seguidas na delimitação e na seleção das fontes de informação

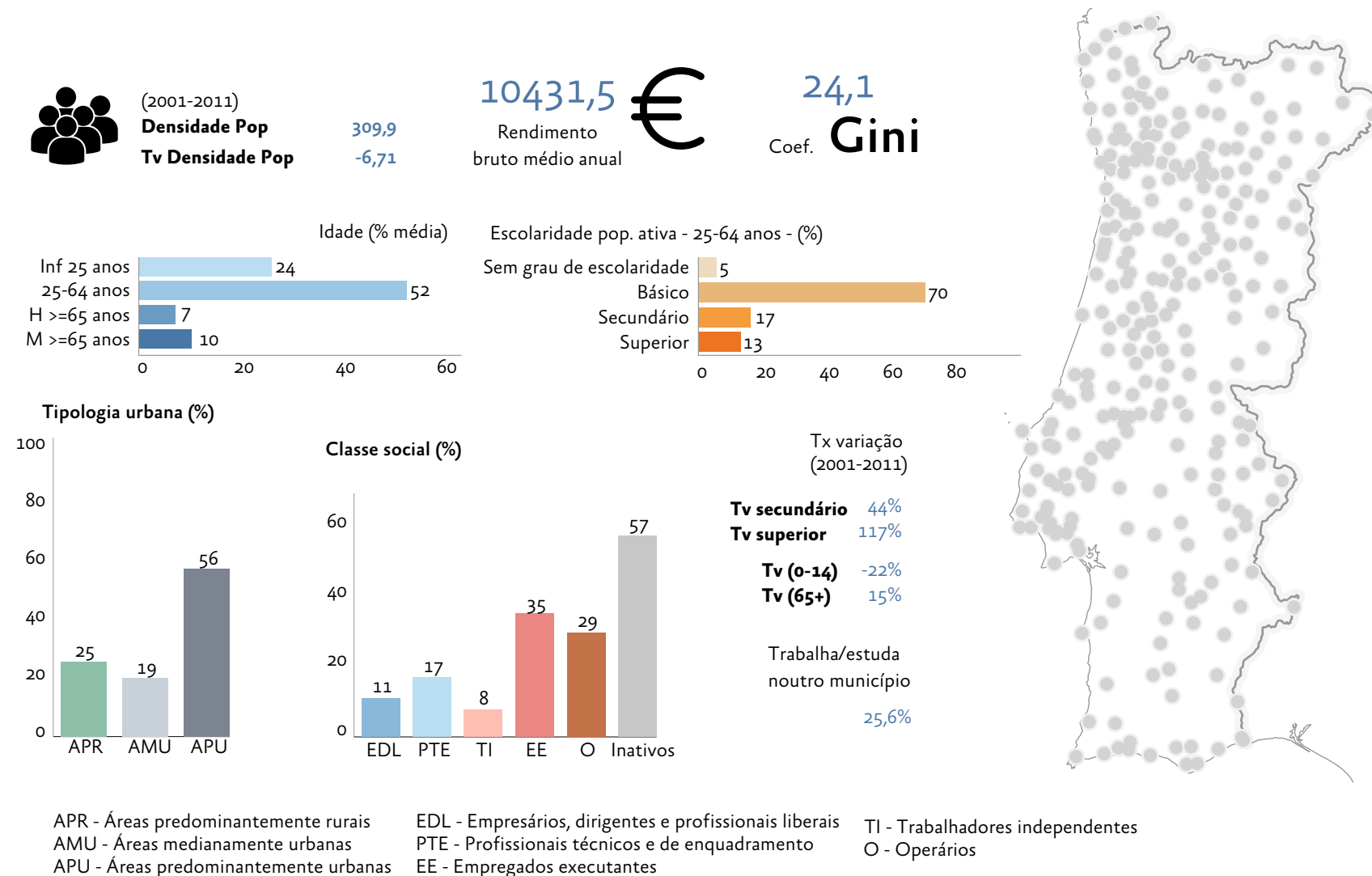
(quantitativas e qualitativas), bem como na seleção e na construção dos indicadores compósitos. Na análise de base municipal, a medição das desigualdades sociais e do bem-estar apoia-se na construção de uma base de dados com informação estatística formada por 29 indicadores de desigualdades e 78 indicadores de bem-estar, referentes aos 272 municípios de Portugal continental (fonte de dados: INE) e organizados tematicamente segundo as dimensões assinaladas na figura 1. Estes dados apoiam a segmentação e a caracterização dos territórios em Portugal, complementada através da realização de estudos de caso, sustentados em entrevistas e na observação sistemática de territórios.

No capítulo 3, através do estudo aprofundado das interseções complexas entre as diferentes dimensões de desigualdade social (raízes da árvore, secção 3.2), produz-se uma tipologia de territórios — que segmenta os municípios de Portugal continental em cinco agrupamentos (secção 3.3): os Territórios Industriais em Transição; os Territórios Intermédios; os Territórios Urbanos em Rede; os Territórios Inovadores; e os Territórios de Baixa Densidade (figura 11).

Cada tipo de território agrega municípios que têm entre si características relativamente homogêneas em relação à densidade urbana, à distribuição de idades da sua população, ao perfil socioprofissional e de qualificações e ao padrão de rendimentos. Ao mesmo tempo, nestas mesmas características de desigualdade social, tendem a diferenciar-se de municípios localizados nos restantes agrupamentos. Seguidamente, os territórios foram alvo de caracterização do ponto de vista das suas condições de bem-estar (secção 3.4) e das relações entre estas e as desigualdades sociais

(secção 3.5). As análises desenvolvidas neste capítulo confirmam a existência de relações multidimensionais entre desigualdades sociais e interseções entre elas e as dimensões de bem-estar propostas. As desigualdades sociais segmentam territorialmente Portugal continental e apresentam relações significativas com o bem-estar que se observa nos municípios portugueses.

Figura II Segmentação dos territórios



Territórios Industriais em Transição



(2001-2011)

Densidade Pop

314,9

Tv Densidade Pop

-3,18

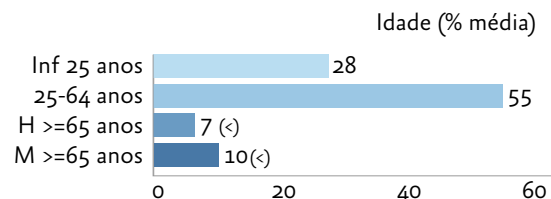
9381,2



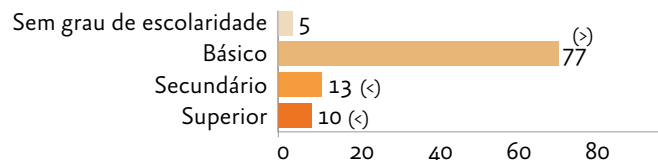
Rendimento
bruto médio anual

23,5

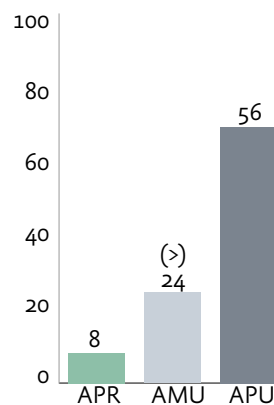
Coef. **Gini**



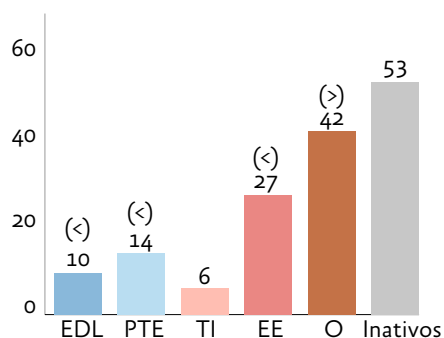
Escolaridade pop. ativa - 25-64 anos - (%)



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

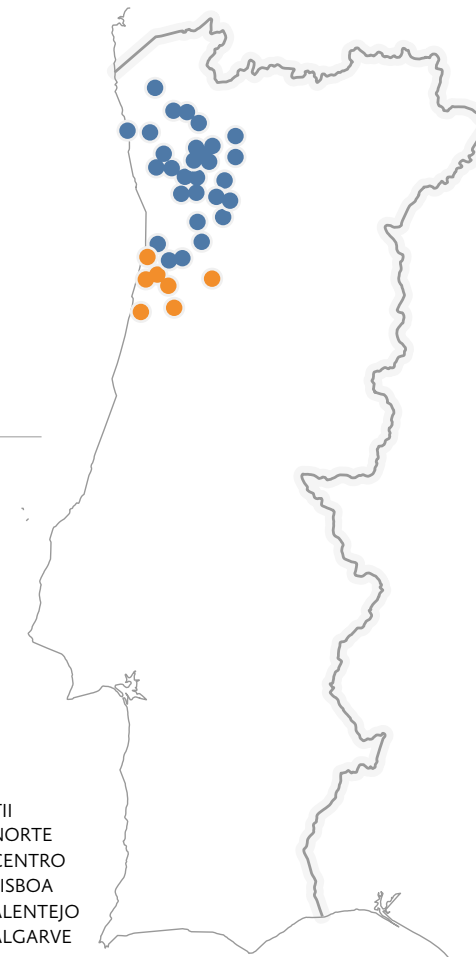


Tx variação
(2001-2011)

Tv secundário 57%
Tv superior 132%
Tv (0-14) -31%
Tv (65+) 34%

Trabalha/estuda
noutro município
26,0%

NUTII
■ NORTE
■ CENTRO
■ LISBOA
■ ALENTEJO
■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
AMU - Áreas medianamente urbanas
APU - Áreas predominantemente urbanas

EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
EE - Empregados executantes

TI - Trabalhadores independentes
O - Operários

Territórios Intermédios

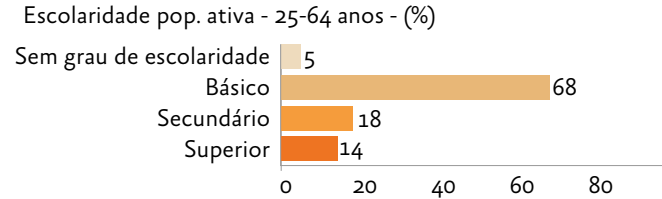
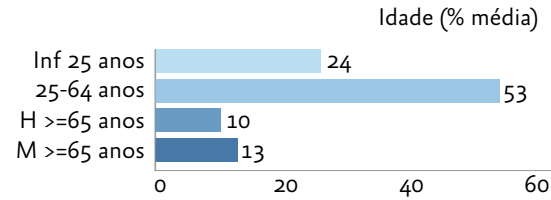


(2001-2011)
Densidade Pop
Tv Densidade Pop

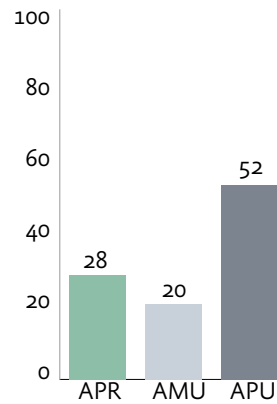
87,0
 -5,04

10783,7 €
 Rendimento
 bruto médio anual

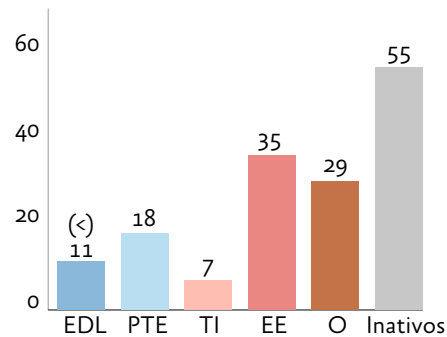
23,6
 Coef. **Gini**



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

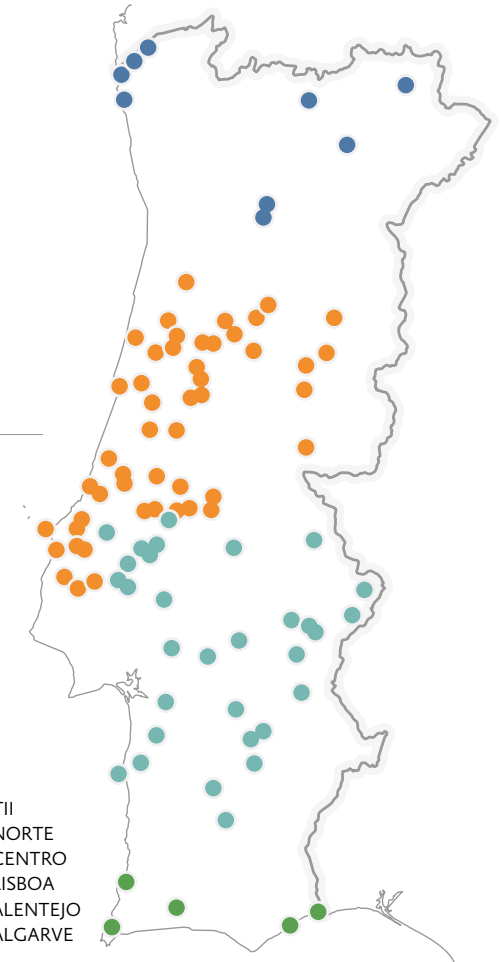


Tx variação
 (2001-2011)

Tv secundário 38%
Tv superior 116%
Tv (0-14) -17%
Tv (65+) 13%

Trabalha/estuda
 noutro município
 25,9%

NUTII
 ■ NORTE
 ■ CENTRO
 ■ LISBOA
 ■ ALENTEJO
 ■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
 AMU - Áreas medianamente urbanas
 APU - Áreas predominantemente urbanas

EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
 PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
 EE - Empregados executantes

TI - Trabalhadores independentes
 O - Operários

Territórios Urbanos em Rede



(2001-2011)

Densidade Pop

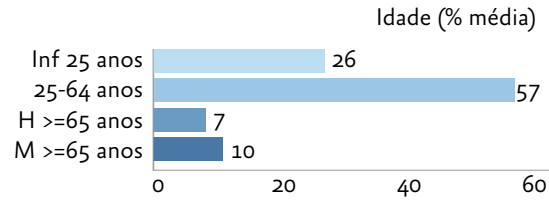
1061,1

Tv Densidade Pop

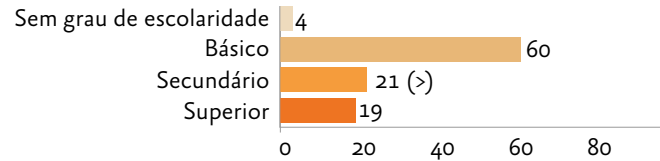
10,55

12603,3 €
Rendimento
bruto médio anual

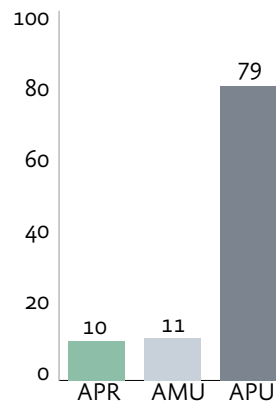
25,1
Coef. **Gini**



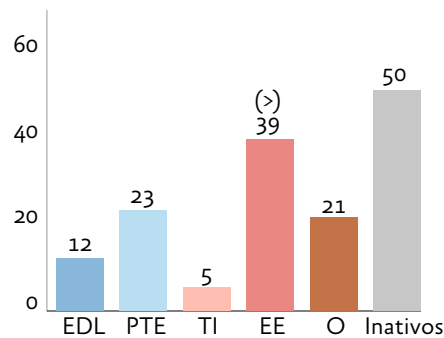
Escolaridade pop. ativa - 25-64 anos - (%)



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

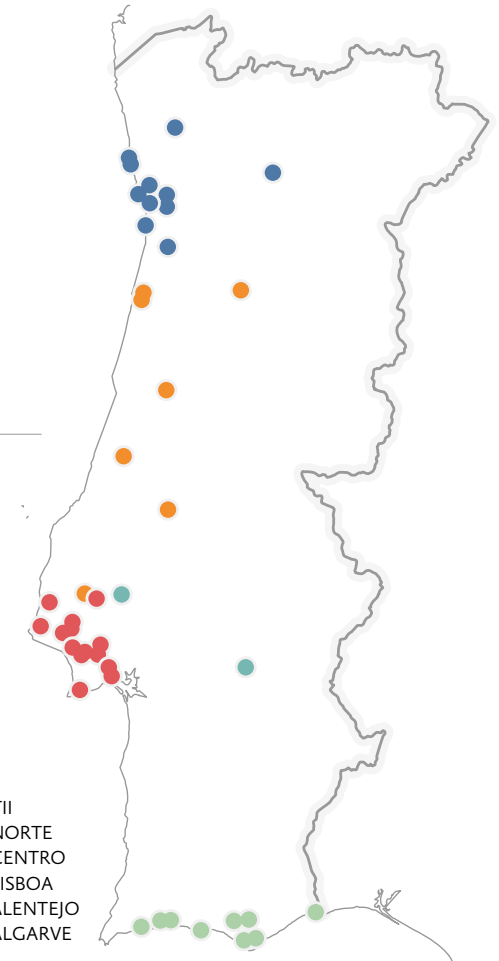


Tx variação
(2001-2011)

Tv secundário 18%
Tv superior 90%
Tv (0-14) 6%
Tv (65+) 51%

Trabalha/estuda
noutro município
33,6%

NUTII
■ NORTE
■ CENTRO
■ LISBOA
■ ALENTEJO
■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
AMU - Áreas medianamente urbanas
APU - Áreas predominantemente urbanas

EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
EE - Empregados executantes

TI - Trabalhadores independentes
O - Operários

Territórios Inovadores

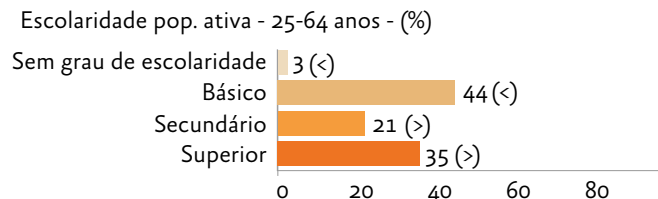
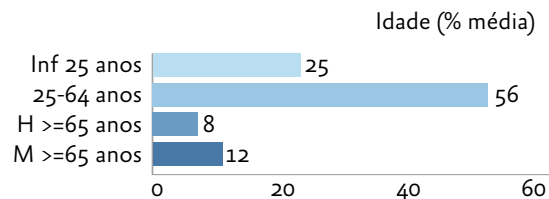


(2001-2011)
Densidade Pop
Tv Densidade Pop

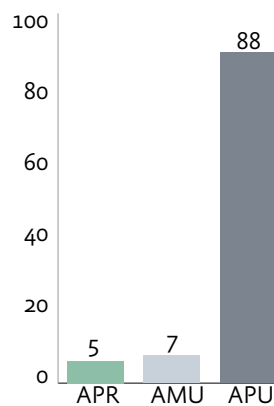
2791,4
 4,91

18052,5 €
 Rendimento
 bruto médio anual

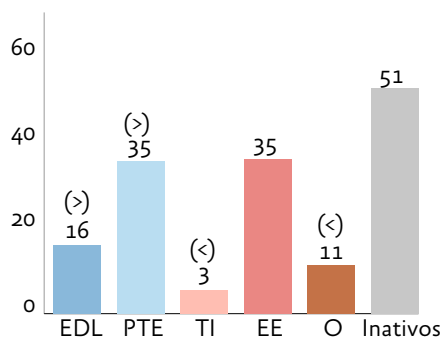
29,5
 Coef. **Gini**



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)



Tx variação (2001-2011)

Tv secundário 0%
Tv superior 76%
Tv (0-14) 15%
Tv (65+) 41%

Trabalha/estuda
 noutra município
 30,3%

NUTII
 ■ NORTE
 ■ CENTRO
 ■ LISBOA
 ■ ALENTEJO
 ■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
 AMU - Áreas medianamente urbanas
 APU - Áreas predominantemente urbanas

EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
 PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
 EE - Empregados executantes

TI - Trabalhadores independentes
 O - Operários

Territórios de Baixa Densidade



(2001-2011)

Densidade Pop

28,8

Tv Densidade Pop

-18,34

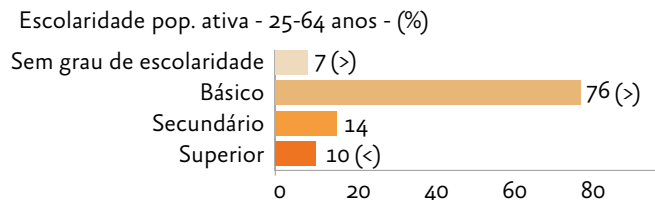
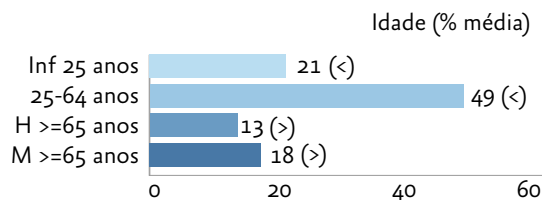
8990,4



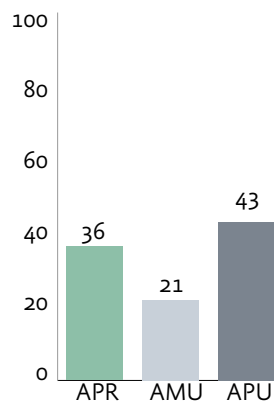
Rendimento
bruto médio anual

24,0

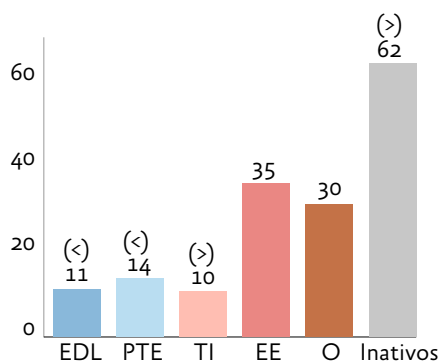
Coef. **Gini**



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

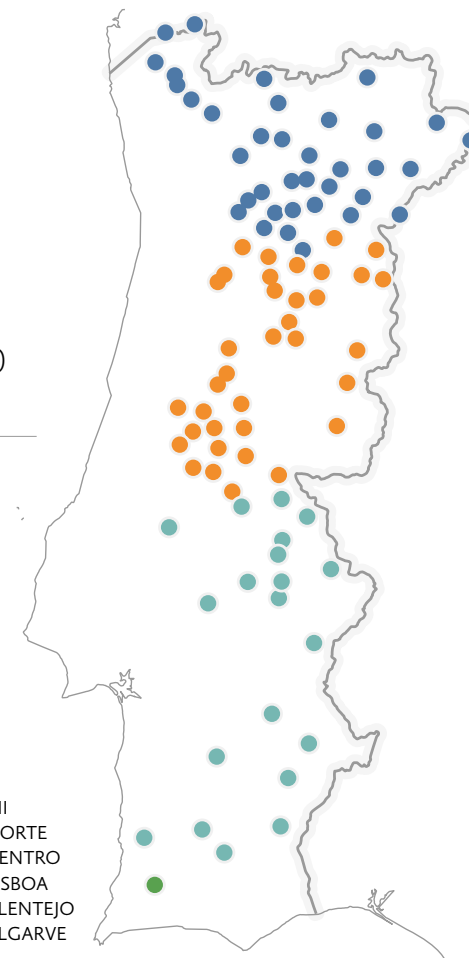


Tx variação
(2001-2011)

Tv secundário 61%
Tv superior 127%
Tv (0-14) -38%
Tv (65+) -7%

Trabalha/estuda
noutro município
21,2%

NUTII
■ NORTE
■ CENTRO
■ LISBOA
■ ALENTEJO
■ ALGARVE

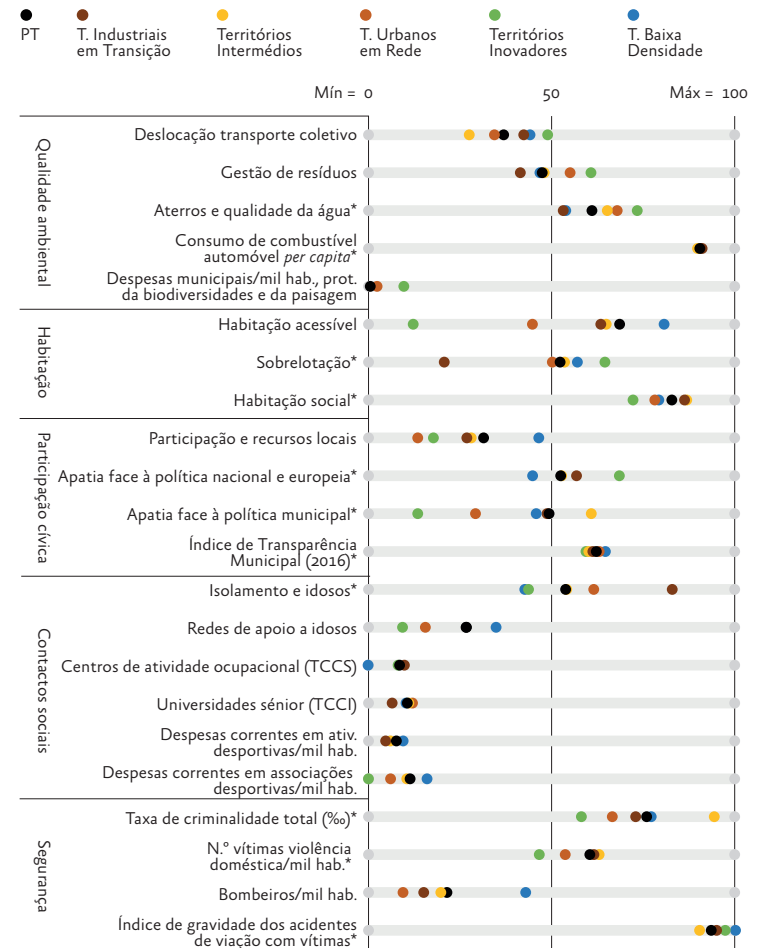
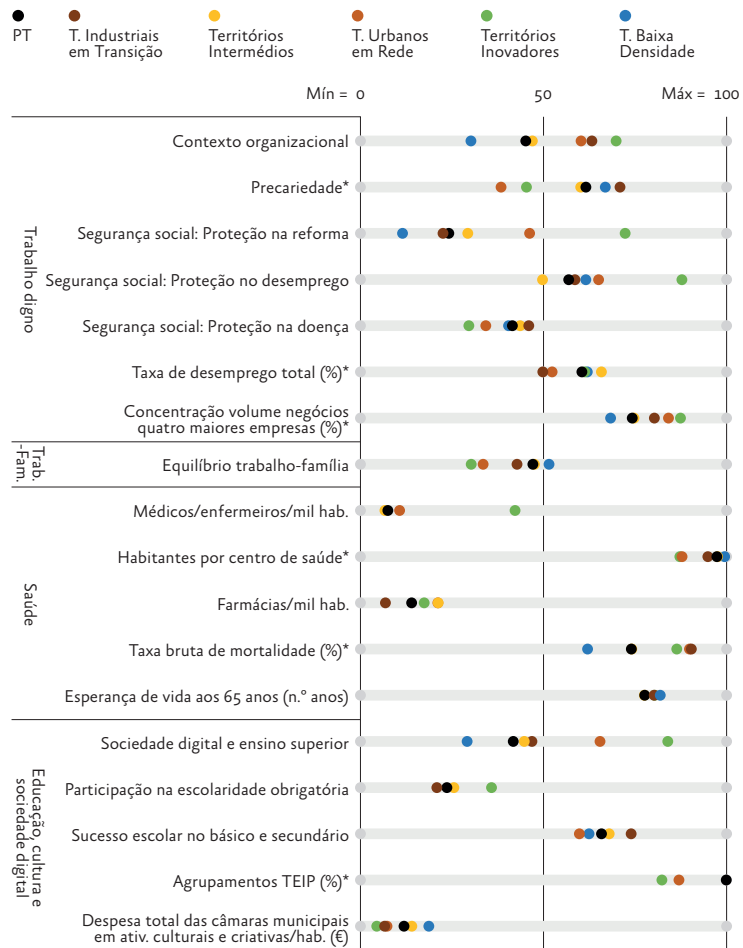


APR - Áreas predominantemente rurais
AMU - Áreas medianamente urbanas
APU - Áreas predominantemente urbanas

EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
EE - Empregados executantes

TI - Trabalhadores independentes
O - Operários

Figura III Bem-estar nos territórios



No capítulo 4 apresentam-se os resultados dos estudos de caso. Esta operação tem em vista não apenas validar o sistema de indicadores proposto, mas igualmente procurar as perceções e as atitudes dos agentes nos territórios, assegurando uma perspetiva plural e abrangente sobre os mesmos. Foram selecionados cinco estudos de caso, envolvendo cinco municípios portugueses, ilustrativos de cada um dos perfis territoriais identificados: Póvoa de Lanhoso, Portalegre, Portimão, Oeiras e Mação. De forma a complementar a análise quantitativa das condições de vida dos municípios (secção 4.1), a metodologia dos estudos de caso integrou ainda outras fontes empíricas: observação social sistemática das ruas dos municípios nas freguesias central e periférica através do Google Street View (secção 4.2); caracterização do bem-estar numa perspetiva comparativa dos estudos de caso com recurso a estatísticas de base municipal (secção 4.3); e análise de discursos produzidos por entrevista junto de representantes locais (*stakeholders*) de diferentes setores — poder autárquico, terceiro setor e setor empresarial — e dinamização de grupos focais com cidadãos (secção 4.4). Os resultados dos estudos de caso confirmam que são diversos os desafios apresentados à promoção das condições de vida e de bem-estar das populações. Em todos os municípios o bem-estar percebido relaciona-se com as oportunidades e as condições de emprego, com o equilíbrio trabalho e vida familiar, com a qualidade das relações sociais, com as melhores ou piores condições de acesso a serviços e equipamentos próprios do Estado social, com a oferta e as condições de habitação, com a segurança, entre outros. As configurações de bem-estar percecionadas em cada contexto resultam de interligações complexas e de potenciais tensões entre as várias componentes que enformam

essas diferentes dimensões da experiência social. Podemos destacar, por exemplo, em Mação, que o povoamento disperso, o envelhecimento e a retração da atividade económica coexistem com um ambiente social e político comprometido com o território, onde as redes e as infraestruturas de apoio aos mais velhos são compatíveis com as necessidades desta população, e contribuem para mitigar experiências de vulnerabilidade. Na educação, observamos num mesmo território preocupações com a participação na escolaridade obrigatória, a indisciplina ou o abandono do sistema educativo a par de orientações de promoção da excelência na formação dos «melhores alunos». Estas posições são coerentes com a presença nos territórios de desigualdades sociais, desta forma manifestas na complementaridade de discursos de gestão política social e educativa, os quais são igualmente observáveis em outras dimensões de bem-estar em destaque na presente pesquisa.

Capítulo 1

Introdução

O reconhecimento da crescente importância da informação e da tecnologia na atual sociedade digital mudou a forma como os agentes sociais, individual e coletivamente, interatuam e se relacionam entre si, seja nas ligações de proximidade, seja nos laços que constroem em contextos mais amplos. Vivemos hoje um período extraordinário, muito marcado quer pela intensa inovação na produção de dados (institucionais ou outros), quer pela forma como nos apropriamos, ou não, dessa informação para tomar decisões, definir estratégias, gerir talentos ou criar valor.

Este processo não é propriamente novo. A necessidade de compilar informações, enquanto ferramentas de apoio à decisão e à monitorização da mudança social ou simplesmente para fundamentar com dados substantivos a produção de conhecimentos, é provavelmente tão antiga como a própria existência humana em sociedades organizadas. Contudo, na atualidade, a evolução dos dispositivos tecnológicos, das redes digitais e a sua utilização massificada através da Internet ampliaram o potencial de ocorrência de mudanças radicais com implicações significativas na coesão social, no bem-estar das populações e na própria sustentabilidade do desenvolvimento humano. Talvez nunca como hoje terá sido tão importante e desafiante selecionar, gerir e analisar o manancial de dados que são produzidos e que circulam em espaço aberto, influenciando os padrões de vida, a forma como avaliamos as nossas condições e perspetivamos futuros alternativos.

Em 2008, o mundo mudou quando a, até então, mais grave crise financeira, económica e social do período pós-guerra se alastrou como um furacão, revirando todas as projeções de crescimento em termos de ganhos monetários, de produtividade e de acumulação de riqueza e de segurança dos rendimentos. Talvez essa mudança afinal não tenha sido tão repentina; vários foram os alertas para os riscos da deriva especulativa instalada. Nessa época, como agora, o controlo sobre o capital financeiro e as condições de criação de riqueza, o controlo sobre a produção de conhecimento e a sua utilização na promoção da inovação tecnológica, no equilíbrio ambiental e no desenvolvimento humano, assim como o controlo sobre a informação e a comunicação, constituíam as bases fundamentais de clivagem entre países e regiões do mundo (Tilly, 2005). E esse controlo, pelo menos aparentemente, estava no lado dos que acabaram por viver mais intensamente os efeitos da crise. O que falhou? Esta terá sido uma das questões formuladas pelo cidadão comum. A ausência de respostas terá com certeza contribuído para abalar profundamente a confiança nas instituições democráticas e, em particular, nos representantes e decisores políticos. Tornou-se imperativa uma resposta a esta questão também para os próprios governos nacionais e os organismos internacionais com responsabilidades na produção e na análise de informação, no planeamento e na tomada de decisão.

É neste contexto de grande interpelação sobre a qualidade da informação estatística e dos indicadores utilizados como referência

para medir o desempenho da economia e do progresso social que, em França, o então presidente Nicolas Sarkozy promove a criação de uma comissão de alto nível, composta por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi. Para além da análise dos limites e dos problemas colocados na medição e na utilização de indicadores harmonizados de aferição do clima económico (como o PIB, a inflação ou o desemprego, por exemplo), a comissão propõe-se a «identificar que informações adicionais podem ser necessárias para a produção de mais indicadores pertinentes do progresso social, bem como avaliar a viabilidade de uma medição alternativa e discutir como apresentar a informação estatística de uma forma adequada» (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009, p. 7). Estas orientações sublinham a importância dos indicadores utilizados como referência na caracterização dos desafios sociais suscitados na promoção da «qualidade de vida» das populações, da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável: «O que medimos afeta o que fazemos; e se as nossas medições são parciais ou não contemplam a complexidade da realidade social, as decisões poderão ser deturpadas» (*idem*).

Na mesma linha de revisão metodológica das formas de medição do que se designa como «bem-estar» das populações, em 2011 a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) cria o programa *OECD Better Life Initiative*, no qual, a partir de 2013, vem a integrar e aprofundar os trabalhos publicados no relatório de 2009 da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi, desembocando nas publicações hoje incontornáveis de Stiglitz-Fitoussi-Durand (eds.) (2018a, 2018b), cuja proposta operativa serve de suporte ao plano metodológico do presente estudo.

A problemática em destaque na construção de um novo quadro de referência na produção de informação estatística pode ser resumida através da seguinte questão: como deveremos avaliar, medir e direcionar o progresso das sociedades? o atual crescimento económico não é inclusivo e equitativamente distribuído (Alvaredo, Chancel, Piketty, Saez & Zucman, 2018; Boushey, 2019; OCDE, 2015), e os indicadores tradicionais de desempenho económico não são suficientes para aferir a melhoria do bem-estar, da igualdade de oportunidades, da segurança económica e da confiança das populações (Philipsen, 2015; Sachs, 2015; Stiglitz, Fitoussi & Durand, 2018a, 2018b; OCDE, 2020a). Analisar adequadamente o progresso social, tendo em conta os seus efeitos nas condições de vida e de bem-estar através de uma perspetiva que, necessariamente, incorpora também a visão dos territórios e das populações, constitui um desafio científico e político determinante para o futuro das sociedades (Fleurbaey & Bouin, 2018; United Nations, 2019a). Foi igualmente sob este escopo que se produziu, em 2015, o Acordo de Paris, resultante da 21.ª sessão da Conferência das Partes (COP 21), no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, e que as Nações Unidas elaboraram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Apesar dos avanços, muito significativos, nas condições de produção e de acesso à informação estatística, a agenda internacional que enforma as temáticas e os fenómenos abrangidos é ainda um campo de problematização polissémico e difuso, integrando conceitos normativos, muitos deles equivalentes e sobrepostos: qualidade de vida, felicidade, bem-estar, progresso social, desenvolvimento sustentável, entre outras especificações disciplinares que diferenciam

e complexificam estas várias concepções. Porém, todos estes contributos representam uma viragem importante de focalização nas pessoas e nos seus contextos. Citando, a propósito, Branko Milanovic (2012, p. 27): «O desenvolvimento é uma questão de pessoas: ou os pobres têm formas de se tornarem mais ricos onde se encontram agora, ou então podem tornar-se ricos mudando-se para outro lugar. Vistas de cima, não há uma diferença real entre as duas opções. Do ponto de vista da política real, há, no entanto, todo um mundo de diferença.»

Outro ponto de ancoragem comum é a ênfase colocada na multidimensionalidade e na preocupação de ampliação de informações (materiais e culturais) sobre processos e mecanismos que configuram as oportunidades de vida, de reconhecimento e de participação com dignidade nos diversos domínios da vida social, como as condições de habitação, a saúde, ter uma boa educação, ter um trabalho digno, viver num meio ambiente de qualidade, entre outras dimensões que ultrapassam o rendimento. Toda esta agenda, em boa medida ainda em definição, pelo menos na sua operacionalização — em termos de seleção de indicadores, da sua medição e dos níveis de análise —, contém enormes potencialidades heurísticas e já assume expressões concretas por parte de governos, de áreas metropolitanas e de municipalidades em algumas partes do mundo, ancoradas nos objetivos de desenvolvimento sustentável (McKinlay, 2019; OCDE, 2019a, 2019b).

É nestes desafios globais que se inscreve o projeto TIWELL (sigla em inglês que significa «Territories of Inequalities and Well-being»).

Os processos de conceção de políticas públicas investidas na redução das desigualdades (Atkinson, 2015; Carmo, Rio & Medgyesi, 2018; Piketty, 2019) e no incremento do bem-estar, da coesão social e do

desenvolvimento sustentável (United Nations, 2019b), em contextos onde se verificam grandes disparidades, como em Portugal (Carmo, Nunes & Ferreira, 2019; Mauritti *et al.*, 2019), contribuem para aumentar a relevância da construção e da melhoria de instrumentos de análise e de monitorização das relações entre desigualdades sociais e bem-estar, em diferentes níveis de organização e de intervenção nos territórios.

1.1. Visão geral do projeto TIWELL

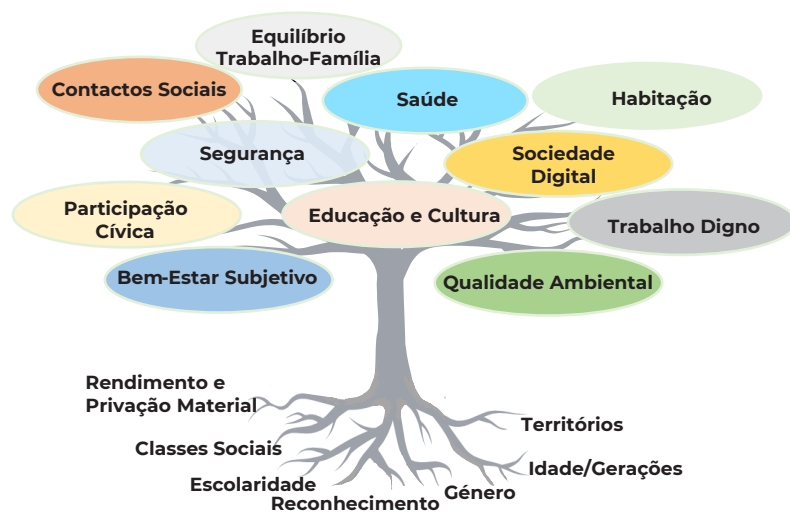
A figura 1 sintetiza o enquadramento teórico mobilizado ao longo de toda a investigação, refletindo os seus principais conceitos e dimensões analíticas, sob o objetivo de compreendermos as relações entre as desigualdades sociais e o bem-estar nos municípios em Portugal. A principal hipótese de investigação que aqui perseguimos é a de apurar em que medida e intensidade as perceções e vivências de bem-estar são influenciadas por assimetrias nas condições de vida que caracterizam diferentes configurações de territórios.

Seguindo os parâmetros do referencial para a medição do bem-estar proposto pela OCDE — onde se incluem dimensões como ter uma vida saudável, um bom equilíbrio entre vida profissional e vida familiar, um nível educacional adequado, potenciador do exercício pleno da cidadania, entre outros vetores —, para além de indicadores institucionais e objetivos, é também muito importante a utilização de indicadores que expressem as perceções das pessoas. Como exemplo, pode referir-se a satisfação com a vida, o sentimento de segurança ou a confiança nas instituições. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) sugerem, no seu relatório, que a medição da qualidade de vida deve utilizar dados subjetivos e objetivos. Os autores recomendam igualmente que os dados devem ser

analisados para além dos dados agregados por país, ou seja, defendem uma perspetiva também focada na distribuição dos dados desagregados, de forma a encontrar assimetrias ou disparidades dentro dos países.

Um dos objetivos deste projeto é a proposta de um referencial multidimensional de medição do bem-estar em Portugal, tendo como principal orientação as recomendações de Stiglitz, Fitoussi e Durand (2018a, 2018b), as medições já propostas pela OCDE na construção do índice de bem-estar e a medição da qualidade de vida operacionalizada pelo Eurostat.

Figura 1 Modelo conceptual TIWELL



Fonte: Mauritti *et al.* (2020).

Pretende-se definir o modelo de medição de bem-estar para Portugal continental e avaliar possíveis relações entre as desigualdades e o bem-estar na vertente comparativa intranacional.

A construção do modelo inicia com abordagens de pendor quantitativo, apoiadas fundamentalmente na exploração de dados produzidos pelo INE. No culminar destas análises, propomos uma tipologia de territórios (capítulo 3), construída segundo procedimentos sistemáticos, que permitem expressar a diversidade existente em Portugal. Estas operações foram seguidamente completadas pela realização de cinco estudos de caso em cinco municípios ilustrativos dessa mesma diversidade (capítulo 4). A auscultação destes territórios contribuiu para a melhoria do modelo, incorporando elementos de natureza subjetiva relativamente às apreciações de bem-estar, nas suas várias dimensões. Desta forma, confere-se ainda mais consistência ao sistema de indicadores de bem-estar e de desigualdade social que construímos nesta pesquisa.

Tabela 1 Dimensões de qualidade de vida (Eurostat) e de bem-estar (OCDE)

Eurostat	OCDE
Índice de qualidade de vida	Índice de bem-estar
Condições materiais de vida	Alojamento
Atividade produtiva ou outra atividade principal	Rendimento e riqueza
Saúde	Trabalho e remuneração
Educação	Equilíbrio trabalho-família
Lazer e relações sociais	Saúde
Segurança económica e física	Educação e competência
Ambiente natural e de vida	Ligações sociais/comunidade
	Segurança pessoal
	Qualidade ambiental

Governança e direitos básicos	Envolvimento cívico e governança
Experiência global de vida	Satisfação com a vida

Fonte: Eurostat (2017) e OCDE (2016).

A investigação desenvolvida permitiu alinhar a orientação deste projeto com os debates e as preocupações nacionais e internacionais, como sejam a complexidade e a multidimensionalidade do instrumento de medição, o bem-estar e a qualidade de vida numa nova agenda comunitária ou a articulação com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 2030 (e.g. Algan *et al.*, 2016; Di Bella *et al.*, 2018; Eurostat, 2019; OCDE, 2019c).

Para a criação do referencial multidimensional do bem-estar, tomou-se como ponto de partida a proposta da OCDE (OCDE, 2016; OCDE, 2020a), baseada em 11 dimensões e nos respetivos indicadores definidos no índice de bem-estar (*Better Life Index*). Estas 11 dimensões de bem-estar foram comparadas com as nove dimensões e os respetivos indicadores utilizados para medição da qualidade de vida propostos pelo Eurostat (2017). A tabela 1 lista as dimensões existentes nestas duas abordagens, onde é possível avaliar as semelhanças temáticas.

1.2. Objetivos gerais

No plano analítico-substantivo, propomo-nos a produzir contributos na **delimitação e na construção de um sistema de indicadores** que permita o aprofundamento desta problemática simultaneamente em diferentes dimensões (das desigualdades sociais e do bem-estar) e níveis de análise (plano regional e nacional). Tais procedimentos

estão ancorados numa orientação teórico-conceitual que mergulha na particularidade de uma realidade empírica historicamente situada, através de um modelo relacional e multidimensional, configurado pela ação de mecanismos diversos de produção e reprodução de desigualdades sociais.

No projeto TIWELL estaremos sobretudo focados no modo como as desigualdades horizontais (Stiglitz *et al.*, 2018a) ou categoriais (Lamont, Beljean & Clair, 2014; Massey, 2007; Savage, 2015; Tilly, 1998; Wright, 2015), nomeadamente as desigualdades de classe, de género, de idade e de reconhecimento, bem como as desigualdades distributivas (Bourdieu, 1979; Mauritti, Nunes, Alves & Diogo, 2019; Nunes & Raposo, 2018; Piketty, 2014), de rendimento, de escolaridade e de diferenciação territorial, se relacionam com o bem-estar nos territórios (Botelho, Mauritti, Craveiro & Nunes, 2018; Craveiro, Botelho, Mauritti & Nunes, 2018).

1.3. Objetivos específicos

Nesta análise, temos como objetivo a **caracterização das diferentes configurações e perfis de bem-estar**, por um lado, e **de desigualdade social**, por outro. Analisam-se as relações entre os dois vetores, procurando o desenvolvimento de modelos explicativos para os padrões relacionais observados no conjunto de Portugal e nos seus municípios. Neste sentido, os objetivos específicos do projeto incluem:

1. identificação e análise de indicadores quantitativos disponíveis adequados para caracterizar as desigualdades sociais nos municípios portugueses;

2. identificação de perfis de desigualdade territorial, com base nos indicadores identificados e nas correlações entre eles;
3. identificação e análise de indicadores quantitativos disponíveis, adequados para caracterizar o bem-estar nos municípios portugueses;
4. análise das relações entre desigualdades e bem-estar ao nível municipal, com base nos indicadores selecionados;
5. operacionalização de uma análise territorializada das relações entre desigualdades sociais e bem-estar, com base em estudos de caso municipais, selecionados para dar conta da amplitude das desigualdades territoriais em Portugal;
6. implementação de estudos de caso municipais, aprofundando a análise territorializada com a articulação de informação quantitativa (indicadores selecionados) e qualitativa (observação sistemática, entrevistas a representantes locais, grupos focais com residentes) na caracterização do bem-estar e da desigualdade social nos territoriais analisados.

Com base nas teorias mais específicas sobre os processos, os mecanismos e as consequências das desigualdades (Dorling, 2017; Lamont *et al.*, 2014; Wilkinson & Pickett, 2009, 2018), investigaremos a matriz de relações significativas entre as desigualdades sociais e o bem-estar, mobilizando para o efeito modelos de análise quantitativa e qualitativa. De acordo com as bases teóricas do estudo, espera-se que as associações entre indicadores de desigualdade social e as várias dimensões de bem-estar se expressem de forma

contextualmente específica, justificando a exploração de um leque alargado de indicadores em articulação com diferentes escalas de análise territorial. Para a persecução destes objetivos, perspetiva-se uma estratégia de triangulação metodológica multietápica, assente na utilização de técnicas de análise quanti-qualitativas — *technical version of mixed methods research* (Bryman, 2012, p. 631).

Nesta sequência, a sociedade portuguesa é analisada a partir da sua diferenciação territorial, alicerçada também em metodologias quantitativas e qualitativas, e com o suporte de estudos de caso, que pretendem ser ilustrativos de clivagens territoriais que atravessam Portugal, tendo em conta configurações estruturais estabelecidas nas relações entre diferentes dimensões de desigualdade.

O aprofundamento dos estudos de caso visará a caracterização de padrões de bem-estar nesses diferentes territórios.

Capítulo 2

Metodologia

2.1. Introdução

A metodologia do projeto TIWELL está assente na integração de diferentes fontes de informação, nomeadamente de fontes de informação estatística, consulta de peritos e implementação de estudos de caso de nível municipal, com recurso a base de dados secundários, incluindo a observação sistemática dos territórios através do Google Street View, entrevistas a representantes locais e a dinamização de grupos focais junto das comunidades. Ainda que com um pendor fortemente quantitativo, o estudo segue, pois, uma metodologia mista (*Mixed Methods*), combinando os paradigmas metodológicos quantitativos e qualitativos, no desenho, na recolha de dados e na análise de resultados (Johnson *et al.* 2007). A integração das diferentes perspetivas é tomada como critério para a validade e a problematização da abordagem territorializada desenvolvida, atendendo à triangulação de dados (por exemplo, cruzando e integrando diferentes indicadores quantitativos para a descrição de uma mesma dimensão de bem-estar) e à triangulação metodológica (cruzando informação recolhida através dos diferentes métodos).

Para uma apresentação da metodologia aplicada, subdivide-se este capítulo em três subsecções que descrevem, respetivamente: (1) os métodos aplicados na seleção, operacionalização e análise dos indicadores quantitativos de desigualdade social, agregados ao

nível municipal; (2) os métodos aplicados na seleção, operacionalização e análise dos indicadores quantitativos de bem-estar, agregados ao nível municipal, bem como no estudo da sua relação com os indicadores de desigualdade social; (3) os métodos aplicados na seleção, implementação e análise dos estudos de caso municipais (incluindo observação sistemática, entrevistas, grupos focais).

2.2 Análise municipal das desigualdades sociais

2.2.1 Definição de indicadores municipais de desigualdade social

A operacionalização para observação empírica-substantiva das dimensões de desigualdade social, referenciadas nas raízes da árvore apresentada na figura 1, tem na base o quadro teórico definido e critérios conceptuais e empíricos. As opções finais de seleção dos indicadores que compõem o modelo base de análise e de monitorização das desigualdades sociais nos territórios foram assumidas pela equipa após discussão com peritos num seminário organizado para o efeito em janeiro de 2020. Desta forma, reforçámos a validade interna e externa do sistema de indicadores proposto.

Partiu-se de um primeiro mapeamento de um conjunto amplo de indicadores de desigualdades com informação ao nível

dos municípios (preferencial) ou das NUTS III em Portugal continental, com a consulta em estatísticas oficiais do INE, em particular os Anuários Estatísticos Regionais, considerando o ano de 2016. Como resultado, foi possível reunir indicadores relativos a: população; território; rendimentos e consumos; mercado de trabalho; classes sociais; escolaridade; saúde; segurança. Os indicadores de classe social foram construídos segundo os procedimentos definidos na tipologia ACM (Costa, Machado & Almeida, 2007).

Os primeiros critérios empíricos que guiaram a seleção de indicadores incluíram a abrangência territorial (exclusão de indicadores com baixa cobertura para o universo de municípios de Portugal continental; N=278) e a multicolinearidade (entre indicadores com correlação muito elevada, optou-se por reter apenas um deles). Alguns indicadores sem abrangência total ao universo em análise não foram eliminados nesta fase devido à sua importância na classificação das desigualdades de rendimentos (*e.g.* rendimento bruto declarado médio por sujeito passivo), implicando a exclusão de alguns municípios da análise¹.

Tabela 2 Indicadores finais para a segmentação dos territórios por dimensão de desigualdade

Dimensões	Indicadores
Território	Tipologia de áreas urbanas:
	APU Áreas Predominantemente Urbanas (%)
	AMU Áreas Medianamente Urbanas (%)
População	APR Áreas Predominantemente Rurais (%)
	População residente, segundo grandes grupos etários (%):
	Inferior a 25 anos; 25 a 64 anos; Homens com 65 ou mais anos;
	Mulheres com 65 ou mais anos
	Tv(0-14) Taxa de variação da população com idades entre os 0 e os 14 anos (%)
Rendimento	Tv(65+) Taxa de variação da população com idade igual ou superior a 65 anos (%)
	Ln(Densidade Populacional (N.º/km ²))
	Taxa de variação da densidade populacional (2001-2011) (%)
Classes sociais	Rendimento bruto declarado médio por sujeito passivo (€)
	Coefficiente de Gini do rendimento bruto declarado
	EDL Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (%)
	PTE Profissionais Técnicos e de Enquadramento (%)
Escolaridade	TI Trabalhadores Independentes
	EE Empregados Executantes (%)
	O Operários (%)
	População ativa (25 a 64 anos) (%):
	Sem grau de escolaridade; Básico; Secundário; Superior
Mobilidade	Taxa de variação da população ativa com o ensino secundário (Tv Secundário) (%)
	Taxa de variação da população ativa com o ensino superior (Tv Superior) (%)
	Trabalha/Estuda noutro Município

Foi testada a possibilidade de se criar indicadores compósitos de desigualdade social com base numa análise exploratória em componentes principais, com o objetivo de reduzir a multidimensionalidade e analisar a estrutura de interdependência dos indicadores. Foram extraídas e analisadas 11 componentes, mas as fragilidades de medição e interpretação da melhor solução encontrada desaconselharam essa opção.

A tabela 2 sistematiza os indicadores de desigualdade social definidos ao nível municipal. Os indicadores descrevem os municípios nas suas desigualdades territoriais, demográficas, ocupacionais, de escolaridade e geográficas (mobilidade).

Considerou-se o coeficiente de Gini do rendimento bruto médio mensal, de forma a captar a desigualdade de rendimentos dentro do município. Para a dimensão «rendimento», foi necessário captar a dispersão nos municípios. Para tal, ensaiaram-se os resultados com indicadores de desigualdade na distribuição do rendimento P80/P20 e P90/P10, assim como o coeficiente de Gini, todos fortemente correlacionados. Optou-se por manter o coeficiente de Gini, um dos indicadores mais utilizados na medição de desigualdades económicas que opõem as populações dos diferentes territórios².

Foi necessário também efetuar algumas transformações dos dados, envolvendo, por exemplo, o cálculo de taxas de variação de população e escolaridade para medir evoluções nos territórios entre 2001 e 2011 ou a logaritmização da densidade populacional, com uma distribuição fortemente assimétrica positiva, com elevada amplitude de valores, resultando uma distribuição *lognormal*.

2.2.2. Perfis de desigualdade territorial

O estudo multidimensional da desigualdade social em Portugal continental é alicerçado por uma análise de *clusters*, aplicada para segmentar os territórios, de forma a identificar diferentes perfis de desigualdade social ao nível do município (N=272). Pretende-se obter agrupamentos de territórios que se diferenciem entre si e sejam semelhantes dentro de cada segmento, relativamente às desigualdades.

Utilizando os indicadores quantitativos de desigualdade como variáveis de segmentação, a análise iniciou-se com a aplicação de métodos hierárquicos aglomerativos. Para o cálculo das distâncias, utilizou-se o quadrado da distância euclidiana, e como métodos de agrupamento aplicaram-se os métodos do vizinho mais afastado do *Ward* e do centroide. Construíram-se tabelas de cruzamentos para comparar as soluções de agrupamento encontradas e determinaram-se medidas de associação.

A solução mais estável surgiu com a criação de cinco *clusters* de municípios. Com este número definido, aplicou-se em seguida uma análise de *clusters* não hierárquica, K-médias, método iterativo que permitiu otimizar o agrupamento dos municípios e a construção dos *clusters* homogêneos (Hair *et al.*, 2014). As variáveis com maior poder de segmentação dos territórios foram a escolaridade (presença de população com o ensino básico ou superior), o rendimento médio bruto anual, a estrutura da população (presença de população ativa, inativos, idades com 65 ou mais anos e taxa de variação associada, bem como a densidade populacional) e as classes sociais, com destaque para a presença dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE). Com menor capacidade de diferenciar os *clusters*, quanto ao conjunto

de variáveis considerado, surgiu a taxa de variação da população com o ensino superior, o coeficiente de Gini e a presença da classe social de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL).

Dentro de cada *cluster* analisou-se a dispersão das características de segmentação nos municípios. Em cada *cluster*, determinaram-se os municípios com valores mínimos, máximos e extremos, assim como se calcularam os coeficientes de variação, apurando as variáveis onde o *cluster* apresentava maior homogeneidade de valores nos municípios. Para uma melhor visualização da caracterização dos *clusters*, relativamente às variáveis de segmentação, construíram-se os *dashboards* apresentados nas secções dedicadas à descrição de cada *cluster* (ver secção 3.1). A análise de *clusters* operacionaliza a análise territorializada da desigualdade social, informando o processo de seleção de estudos de caso.

2.3. Análise municipal de bem-estar

2.3.1. Definição de indicadores municipais de bem-estar

A seleção de indicadores municipais de bem-estar tem na base critérios teóricos e empíricos (Maggino, 2017). Partindo do conceito multidimensional de bem-estar definido pela OCDE (84 indicadores) e pelo Eurostat (87 indicadores), propôs-se a subdivisão do bem-estar nas seguintes dimensões: trabalho digno; equilíbrio trabalho-família; saúde; educação e cultura; sociedade digital; qualidade ambiental; habitação, participação cívica; segurança; contactos sociais; e bem-estar subjetivo.

O mapeamento inicial da informação permitiu reunir um conjunto amplo de indicadores (189 indicadores); porém, a disponibilidade dos dados ao nível municipal revelou-se omissa em muitos dos indicadores selecionados. Sendo a NUTS II a unidade de desagregação mais frequente, desenvolveu-se um sistema de indicadores complementar tomando partido desse mapeamento. Procurou-se colmatar algumas omissões de dados municipais com novos pedidos de dados ao INE, com cruzamentos específicos para complementar a medição de algumas dimensões temáticas (trabalho digno, habitação, equilíbrio trabalho-família). Na estabilização destes indicadores locais esteve presente a preocupação de replicação futura para outras escalas e contextos, nacionais e europeus.

Entre os indicadores selecionados, a sua maioria refere-se ao ano de 2016, mas foram também considerados dados dos censos de 2011 para assegurar maior estabilidade e abrangência dos indicadores. Os dados são maioritariamente provenientes do INE e de fontes complementares como a Segurança Social, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), a Direção-Geral da Educação (DGE-MEC) e a RUTIS — Rede de Universidades Seniores. A seleção final resultou na criação de uma base de dados, em que o elemento é o município, com um total de 78 indicadores, distribuídos por dez dimensões do modelo de análise, a maior parte indicadores consolidados, já mobilizados noutros estudos — oferecendo garantias de rigor, fiabilidade e comparabilidade (DGT, 2020; INE, 2019).

Na definição do conjunto final de indicadores disponíveis em cada dimensão, analisaram-se as distribuições de valores para o conjunto

dos municípios e avaliaram-se as ausências de valores³, as relações entre indicadores (de forma a evitar sobrevalorização temática dentro de cada dimensão) e ainda a pertinência para a medição do bem-estar em cada dimensão considerada (validade facial). Nesta etapa, dada a inexistência de dados capazes de captar a dimensão de bem-estar subjetivo ao nível municipal, não foi possível apresentar esta dimensão na análise.

Tal como no processo de definição dos indicadores de desigualdade social, testou-se a possibilidade de criar indicadores compósitos de desigualdade. Seguindo o modelo conceptual de bem-estar proposto, analisaram-se os conjuntos de indicadores dentro de cada dimensão, de forma a possibilitar a redução da multidimensionalidade existente. Neste sentido, realizaram-se várias análises exploratórias em componentes principais (ACP), que permitiram a criação de variáveis compósitas, para a medição das dimensões. A única exceção ocorreu com as dimensões *Educação e Cultura* e *Sociedade Digital*. Os indicadores que medem estas dimensões apresentam-se correlacionados, possibilitando a agregação das duas dimensões numa única designada *Educação, Cultura e Sociedade Digital*, com interpretação e enquadramento lógico adequados à análise.

Em cada conjunto de indicadores avaliou-se a correlação dos indicadores iniciais, com recurso ao teste de Bartlett e à medida de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), considerando a sua aplicação a valores iguais ou superiores a 0,6. Como critério de extração do número de componentes, considerou-se a percentagem de variância explicada superior a 60%. Com o objetivo de maximizar a contribuição de cada indicador para uma componente, realizou-se a rotação

ortogonal das componentes, com recurso ao método Varimax. Para a interpretação das componentes, consideraram-se as variáveis com maior *loading* ($> |0,5|$) (Marôco, 2018).

Algumas variáveis não foram incluídas nestas análises porque não manifestavam uma correlação adequada com as restantes, tendo-se respeitado a individualidade de medição revelada.

Na dimensão de bem-estar referente ao «trabalho digno», os indicadores selecionados permitem analisar de que modo as populações se distribuem pela condição perante a atividade económica (inatividade, emprego e desemprego), qualidade do emprego (tipo de contrato de trabalho), dependência económico-produtiva (concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas), e ainda medir o nível de apoio social prestado pelo Estado a pessoas com maiores vulnerabilidades sociais. Neste sentido obtiveram-se componentes associadas ao trabalho: o «contexto organizacional» (número médio de trabalhadores por empresa; taxa de emprego em estabelecimentos com até dez trabalhadores; empresas em nome individual; taxa de atividade; taxa de emprego em estabelecimentos com 250 ou mais trabalhadores); e a componente «precariedade» (trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial e trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo). Surgiram também as componentes para medição dos diferentes instrumentos de segurança social: «proteção social na reforma» (velhice, sobrevivência e invalidez), «proteção social no desemprego» e «proteção social na doença». Na dimensão do trabalho digno, consideram-se ainda os indicadores «taxa de desemprego ao nível municipal» e «concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas».

A dimensão de bem-estar «equilíbrio trabalho-família» foi construída tendo em conta o acesso existente em cada município ao ensino pré-escolar e a creches, bem como através do tempo médio despendido em movimentos pendulares da população residente estudantil e empregada.

Relativamente à dimensão de bem-estar «saúde», os indicadores existentes permitem-nos caracterizar a atual oferta de saúde no plano da disponibilidade de recursos humanos especializados (médicos e enfermeiros), do acesso a diversos serviços (centros de saúde e farmácias), da taxa de mortalidade e da esperança de vida aos 65 anos. Nesta dimensão, criou-se apenas um indicador compósito de «médicos e enfermeiros *per capita*» (α de Cronbach = 0,832).

A dimensão de bem-estar «educação, cultura e sociedade digital» agrega as dimensões de bem-estar, propostas no modelo da OCDE, «educação e cultura» e «sociedade digital». Através das análises de componentes principais realizadas, criaram-se três indicadores compósitos: o indicador «sociedade digital e ensino superior» (proporção de alunos do básico e secundário com computador com ligação à Internet; acesso à Internet de banda larga por parte da população em geral; peso de alunos no ensino superior no conjunto da população do município); o indicador «participação na escolaridade obrigatória» (taxas brutas de escolarização no básico e no secundário); e o indicador «sucesso escolar no básico e secundário» (baseado nas taxas de retenção e transição no básico e secundário). Consideraram-se ainda nesta dimensão os indicadores «publicações por mil habitantes»; «percentagem de agrupamentos TEIP» (resposta política desenhada num consórcio de entidades municipais para colmatar os desafios

educativos verificados no município, referentes ao abandono escolar precoce, ao insucesso escolar, à indisciplina e a outras problemáticas associadas à adesão das crianças e jovens à cultura da escola); «despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante» (comprometimento dos municípios com a subdimensão da cultura).

Sobre a dimensão da «qualidade ambiental», obtiveram-se os indicadores: «gestão de resíduos» (despesas com gestão de resíduos; proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente e taxa de superfície florestal ardida); «aterros e qualidade da água» (proporção de resíduos depositados em aterro e qualidade da água ao nível municipal); «consumo de combustível automóvel» (consumo médio de combustível *per capita* no município); «deslocação em transportes coletivos» (utilização de transportes coletivos e individuais nas deslocações pendulares de estudantes e trabalhadores). Considerou-se ainda o indicador «despesa dos municípios por mil habitantes em proteção da biodiversidade e da paisagem», que permite incluir na análise preocupações municipais com a proteção do ambiente natural.

A dimensão de bem-estar «habitação» integra indicadores originais e calculados, como a proporção de alojamentos privados e alojamentos arrendados com custos abaixo do salário mínimo; a proporção de alojamentos propriedade dos residentes; rácio *per capita* de alojamentos clássicos; a lotação nos alojamentos propriedade dos residentes e alojamentos sobrelotados, ponderada por tipologia de alojamento; a proporção de famílias a realojar; fogos de habitação social por mil habitantes. Após a redução da multidimensionalidade, obtiveram-se os indicadores compósitos: «habitação acessível»

(proporção de alojamentos privados e de alojamentos arrendados com custos abaixo do salário mínimo; percentagem de alojamento propriedade dos residentes; alojamentos familiares clássicos *per capita*); «sobrelotação» (número de residentes nos alojamentos propriedade dos próprios; percentagem de alojamentos sobrelotados; número médio de residentes nos alojamentos arrendados e, numa variação inversa face aos anteriores indicadores, também o indicador alojamentos familiares clássicos *per capita*); «habitação social» (composto pelos indicadores originais agregados familiares a realojar/mil agregados e fogos de habitação social/mil habitantes).

A dimensão de bem-estar social relacionada com a «participação cívica» integra indicadores de «participação e recursos locais» (conjunto de ações cívicas de proximidade: taxa de associativismo, taxa de abstenção na participação política ao nível da freguesia, associações municipais; acesso a postos e estações de correio); «apatia face à política nacional e europeia» (abstenção política nas eleições para a Presidência da República, Assembleia da República e Parlamento Europeu); «apatia face à política municipal» (participação comunitária em projetos cofinanciados ao nível municipal e participação nas eleições para as câmaras municipais). Para além destes indicadores compósitos, a operacionalização desta dimensão de bem-estar integra o Índice de Transparência Municipal (variação de 0 a 100, onde um baixo valor do índice traduz uma maior acessibilidade a documentos municipais). O país caracteriza-se por um valor médio deste indicador de 16,2.

A dimensão de bem-estar «contactos sociais» é aferida com os indicadores «isolamento e idosos» (proporção de agregados

familiares de pessoas sós e de idosos sós e índice de dependência de idosas/os); «rede de apoio a idosos» (onde se incluem as diversas valências assinaladas como o Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia; Estrutura Residencial para Idosos). Além destes indicadores compósitos, mantiveram-se os indicadores originais que incluem a promoção de atividades ocupacionais e universidades seniores, assim como as despesas municipais em atividades desportivas e associações desportivas.

Os indicadores sobre «segurança» ao nível municipal corporizam-se com dados relacionados com a taxa de criminalidade, o número de vítimas de violência doméstica, o número de bombeiros por mil habitantes e o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas. Visto que não foi possível criar uma componente de segurança única com estes indicadores, é seguro concluir que estes indicadores medem diferentes categorias da dimensão de bem-estar «segurança».

Na medida em que o «bem-estar subjetivo» só é mensurável através de informações intersubjetivas, não foi possível encontrar dados municipais capazes de captar esta dimensão, a qual será incorporada através de metodologias qualitativas, nomeadamente entrevistas e grupos focais.

Tabela 3 Indicadores finais de bem-estar, nível municipal

Dimensão	Indicadores de bem-estar, de base municipal	Indicadores de bem-estar*
Trabalho Digno	Trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo (%)	Precariedade
	Trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial (%)	
	Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores/as (%)	Contexto organizacional
	Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores/as (%)	
	Empresas individuais (%)	
	Pessoal ao serviço por empresa (N.º médio)	
	Taxa de atividade (%)	
	Taxa de desemprego total (%)	
	Concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	Concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)
	Valor médio anual das pensões de Invalidez (€)	Segurança social: Proteção na reforma
	Valor médio anual das pensões de Velhice (€)	
	Valor médio anual das pensões de Sobrevivência (€)	Segurança social: Proteção no desemprego
	Valor médio de subsídios de desemprego (€)	
	Número médio de dias de subsídios de desemprego	
Valor médio de subsídios de doença (€)	Segurança social: Proteção na doença	
Número médio de dias de subsídios de doença		
Equilíbrio Trabalho- Família	Taxa bruta de pré-escolarização (%)	Equilíbrio trabalho-família
	Creche Familiar e Creche (TCCS)	
	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência	
Saúde	Habitantes por centro de saúde	Habitantes por centro de saúde
	Farmácias por 1000 Habitantes	Farmácias por 1000 Habitantes
	Médicas/os por 1000 habitantes	Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes
	Enfermeiras/os por 1 000 habitantes	
	Taxa bruta de mortalidade (%)	Taxa bruta de mortalidade (%)
	Esperança de vida aos 65 anos (anos)	Esperança de vida aos 65 anos (anos)

Dimensão	Indicadores de bem-estar, de base municipal	Indicadores de bem-estar*
Educação, Cultura e Sociedade Digital	Média de alunas/os matriculadas/os por computador com ligação à internet no básico e secundário	Sociedade digital e ensino superior
	Acessos ao serviço de internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes	
	N.º Alunos ensino superior por 1000 habitantes	Participação na escolaridade obrigatória
	Taxa bruta de escolarização do ensino básico (%)	
	Taxa bruta de escolarização do ensino secundário (%)	Publicações por 1000 habitantes
	Publicações por 1000 habitantes	
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	Sucesso escolar no básico e secundário
	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)	
	Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)	Despesas municipais em atividades culturais e criativas (€)
	Agrupamentos TEIP (%)	Agrupamentos TEIP (%)
Qualidade Ambiental	População residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares (%) por Local de residência	Deslocação transporte coletivo
	População residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual nas deslocações pendulares (%) por Local de residência	
	Resíduos urbanos depositados em aterro (%)	Aterros e qualidade da água
	Qualidade das águas para o consumo humano (%)	
	Despesa com Gestão de resíduos <i>per capita</i> (€)	Gestão de resíduos
	Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	
	Taxa de superfície florestal ardida (%)	Consumo de Combustível automóvel <i>per capita</i> (tep/hab)
	Consumo de Combustível automóvel <i>per capita</i> (tep/hab)	
Despesas dos municípios por 1 000 habitantes em proteção da biodiversidade e da paisagem (€)	Despesas municipais proteção biodiversidade e paisagem (€)	
Habitação	Fogos de habitação social por 1000 habitantes	Habitação social
	Agregados familiares a realojar/1000 agregados	
	N.º médio residentes/alojamento (Propriedade)	Sobrelotação
	Alojamentos sobrelotados (%)	
	N.º médio residentes/alojamento (Arrendados)	Habitação acessível
	Alojamentos privados com custos abaixo do salário mínimo (%)	
	Alojamentos-Propriedade (%)	
	Alojamentos arrendados com custo abaixo do salário mínimo (%)	
Alojamentos familiares clássicos <i>per capita</i>		

Dimensão	Indicadores de bem-estar, de base municipal	Indicadores de bem-estar*
Participação Cívica	Associações por 1000 habitantes	Participação e recursos locais
	Taxa de abstenção eleição para as Assembleias Freguesia	
	Taxa de abstenção eleição para as Assembleias Municipais	
	Estações de correio por 100 000 habitantes	
	Postos de correio por 100 000 habitantes	Apatia face à política nacional e europeia
	Taxa de abstenção eleição para a Presidência da República (%)	
	Taxa de abstenção eleição para a Assembleia da República (%)	
	Taxa de abstenção eleição para o Parlamento Europeu (%)	
	Participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital (%)	
	Taxa de abstenção Eleição para as Câmaras Municipais (%)	
Índice de Transparência Municipal	Índice de Transparência Municipal	
Contactos Sociais	Índice de dependência de idosos/os	Isolamento e idosos
	Proporção de idosos a viverem sós (%)	
	Agregados Familiares Unipessoais (%)	
	Centro de Dia (TCCS)	Redes de apoio a idosos
	Estrutura Residencial para Idosos (TCCS)	
	Serviço Apoio Domiciliário (Idosos) (TCCS)	
	Centro Atividade Ocupacional (TCCS)	
	Universidades Senior (TCCS)	Universidades Senior (TCCS)
	Despesas correntes em atividades desportivas por 1000 Habitantes (€)	Despesas correntes em atividades desportivas por 1000 Habitantes
	Despesas correntes em associações desportivas por 1000 habitantes (€)	Despesas correntes em associações desportivas por 1000 habitantes
Segurança	Taxa de criminalidade total (‰)	Taxa de criminalidade total (‰)
	N.º de vítimas de violência doméstica por 1000 habitantes	N.º de vítimas de violência doméstica por 1000 habitantes
	Bombeiros por 1000 habitantes	Bombeiros por 1000 habitantes
	Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas

(*) após redução da multidimensionalidade

Para facilitar uma abordagem comparativa entre territórios e dimensões, nas análises descritivas, os indicadores foram convertidos para uma escala de zero a cem, de acordo com a metodologia min-max (OCDE, 2016). Desta forma, os valores de cada município são posicionados num segmento definido pelo valor mínimo e máximo do indicador no conjunto dos municípios. No caso dos indicadores onde um maior valor traduz menor bem-estar (por exemplo, a taxa de desemprego total), inverteu-se o sentido, sendo dada a mesma direcionalidade a todos os indicadores em análise, de modo que valores mais perto de zero impliquem sempre menor bem-estar e valores mais perto de cem impliquem sempre maior bem-estar na dimensão em análise.

A abordagem assegura a possibilidade de comparar os municípios com outras escalas territoriais, nomeadamente ao nível dos *clusters* segmentados pelos perfis de desigualdade territorial, ou à escala de Portugal continental (com recurso à mediana).

Para a normalização, considerou-se o cálculo:

$$\frac{x_i - X_{min}}{X_{max} - X_{min}} * 100 ,$$

sendo a alteração para os indicadores invertidos dada por

$$100 - \left(\frac{x_i - X_{min}}{X_{max} - X_{min}} * 100 \right)$$

x_i — Valor do município i no indicador X

X_{max} — Valor máximo do indicador X no conjunto dos municípios

X_{min} — Valor mínimo do indicador X no conjunto dos municípios

2.3.2. Estudo das relações entre desigualdades sociais e bem-estar

O estudo das relações entre desigualdades sociais e bem-estar ao nível municipal foi efetuado em três planos:

- (i) Caracterização do bem-estar nos *clusters* de territórios definidos pelas desigualdades, com recurso às medidas descritivas em cada segmento e avaliadas as associações existentes (eta e eta2). Para possibilitar a comparação do bem-estar nos diferentes segmentos de territórios, em todas as dimensões, os valores foram também transformados para a escala de zero a cem. Esta comparação é igualmente possível com o valor mediano para o conjunto total de municípios de Portugal continental.
- (ii) Caracterização do bem-estar em cada município selecionado para os estudos de caso. Os valores também foram transformados de acordo com a metodologia min-max, permitindo a análise comparativa por dimensões, por indicadores e com o valor mediano do total de municípios.
- (iii) Construção de modelos regressionais por indicador de bem-estar, em que o conjunto dos indicadores de desigualdades sociais é tomado como variáveis independentes, com valores por município.

Para a construção dos modelos de regressão, considera-se ainda o papel de dois indicadores adicionais relacionados com as desigualdades de rendimento: a percentagem de agregados nos 40% de rendimentos mais baixos e o rácio rendimento P1/P99. Esta compilação adicional

é justificada pela necessidade de captar melhor a extensão de desigualdades nos extremos da distribuição de rendimentos (o Gini usado na segmentação territorial considera toda a distribuição de rendimentos).

Realizaram-se estudos preliminares para assegurar a adequabilidade dos modelos aos dados em análise. Em primeiro lugar, estudou-se a matriz de correlação entre os indicadores, que sinalizou correlações muito fortes, informando a exclusão de alguns itens da análise.

Algumas das variáveis quantitativas de desigualdade social com valores municipais perfazem o total da distribuição no município, como a percentagem de território predominantemente urbano, medianamente urbano e predominantemente rural. Por este motivo, foi necessário excluir da análise uma das variáveis dentro destes conjuntos. A variável a excluir foi a que manifestou menor variabilidade no conjunto dos municípios.

Para cada modelo de regressão, avaliaram-se os pressupostos estatísticos inerentes à análise, assim como o possível efeito de *outliers* influentes (Tabachnick & Fidell, 2007; Field, 2009; Wooldridge, 2013; Marôco, 2018).

Através da avaliação da linearidade das relações, apoiada em diagramas de dispersão construídos, surgiram indicações de algumas relações quadráticas (por exemplo, no indicador de áreas medianamente urbanas). Para permitir o melhor ajustamento, estimaram-se modelos não lineares, aos quais se adicionaram as transformações quadráticas desses indicadores.

Com base nestes estudos iniciais, identificou-se a necessidade de reconfigurar ou eliminar alguns indicadores, para evitar o problema de multicolinearidade. Para não abandonar alguns indicadores importantes e controlar a sua influência sobre o bem-estar, introduziram-se no modelo variáveis *dummy* e interações (Wooldridge, 2013). Desta forma, criaram-se as variáveis *dummy* sobre a presença de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e a presença de ensino superior. Para estes dois indicadores usou-se o valor mediano dos municípios para a partição, sendo a categoria de referência traduzida pelo grupo com menor valor do que a mediana. No modelo é possível avaliar o efeito da maior presença de PTE (ou superior) nos municípios, relativamente ao grupo de municípios com PTE (ou superior) inferior ao valor mediano.

A presença de inativos surgiu como outra variável com multicolinearidade, e calculou-se uma interação com a variável de segmentação dos *clusters*, nomeadamente com o *cluster* de Territórios de Baixa Densidade (inativos*Territórios de Baixa Densidade). Quando a interação surge com efeito significativo, traduz o efeito dos inativos em Territórios de Baixa Densidade relativamente aos inativos nos outros territórios.

Existindo municípios, como Lisboa e Porto, que apresentam algumas características muito diferentes das restantes em indicadores específicos, optou-se por adicionar uma variável *dummy* ao modelo, traduzindo o efeito do *cluster* Territórios Inovadores. Esta variável adicionada possibilita o controlo do efeito de valores extremos associadas a estas configurações territoriais específicas.

O conjunto de variáveis independentes manteve-se estável após estas alterações, sendo indicadas as situações em que os termos quadráticos foram adicionados; encontram-se identificadas nas respetivas tabelas de apresentação de resultados. Todas as variáveis que foram utilizadas na construção dos modelos de regressão são mantidas no modelo final estimado; de acordo com o enquadramento teórico existente, não se estimaram novos modelos apenas com as variáveis significativas (capítulo 3).

Os dados seccionais apresentam frequentemente problemas de heterocedasticidade nos modelos, motivo pelo qual se determinaram os testes de Breusch-Pagan modificado e de White. A estimação dos parâmetros dos modelos realizou-se com recurso a métodos robustos, com determinação de erros padrão robustos, corrigindo a heterogeneidade detetada. Avaliou-se ainda a presença de *outliers* influentes, quer pelos valores dos resíduos estandardizados quer pelos valores de referência da distância de Cook e medida de Leverage. Em alguns modelos foi necessário excluir algumas observações extremas e voltar a estimar o modelo, melhorando o ajustamento e a capacidade explicativa.

2.4. Estudos de caso

Os estudos de caso foram desenvolvidos como forma de validar e problematizar o sistema de categorias e de indicadores proposto, numa perspetiva que interseja as condições materiais e as perceções intersubjetivas sobre bem-estar. Nesta secção, depois da apresentação dos critérios usados para a seleção dos estudos de caso, descrevem-se os processos de sistematização e de análise dos dados referentes

às estatísticas locais, à observação social sistemática e às perceções locais entre representantes de entidades locais (entrevistas) e da comunidade geral (grupos focais).

2.4.1. Seleção dos estudos de caso

Os estudos de caso resultam de um exercício analítico aplicado em cinco municípios, selecionados de forma a assegurar uma amostra ilustrativa da amplitude das desigualdades territoriais em Portugal. Neste sentido, a seleção de casos parte da análise dos perfis de desigualdade municipal, sendo incluído no estudo um município de cada *cluster* (capítulo 3).

Tabela 4 Distribuição das regiões NUTS II, por *cluster* e municípios para estudos de caso

NUTS II	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4		Cluster 5	
	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%
Norte	28	80	9	9,6	11	25,6	1	16,7	36	38,3
Centro	7	20	49	52,1	7	16,3	1	16,7	36	38,3
A.M.Lisboa	0	0	0	0	14	32,6	4	66,7	0	0
Alentejo	0	0	31	33	2	4,7	0	0	21	22,3
Algarve	0	0	5	5,3	9	20,9	0	0	1	1,1
Total	35	100	94	100	43	100	6	100	94	100
Município	Póvoa de Lanhoso		Portalegre		Portimão		Oeiras		Mação	

Fonte: INE, Censos 2011; Cálculos TIWELL, 2020.

A escolha dos municípios para os estudos de caso foi informada por critérios estatísticos e critérios complementares (relacionados com

o acesso ao campo). Em termos estatísticos, em cada *cluster* analisou-se a matriz das distâncias euclidianas e mediu-se a dispersão dos valores das distâncias de cada município ao centroide do *cluster* de pertença, de forma a perceber a dispersão existente dentro de cada *cluster*. Para a seleção dos casos teve-se em atenção: (i) a proximidade do município ao centro do *cluster*, através da determinação da distância euclidiana ao centro do *cluster*⁴; (ii) a região NUTS II com maior presença no *cluster*. Os critérios estatísticos foram preponderantes na escolha, mas em alguns casos (*cluster* 2 e 5) pesaram também os critérios complementares, optando por municípios da região NUTS II mais dominante, mas menos representantes do *cluster* do que outros (por exemplo, com maiores distâncias), atendendo a prognósticos em termos de acesso ao campo pela equipa — este é o caso dos *clusters* 2 e 5.

A tabela 4 apresenta a distribuição das regiões NUTS II em cada *cluster* e os municípios considerados para os estudos de caso.

2.4.2. Fontes de informação secundárias

Em linha com as etapas anteriores, e em conformidade com as contingências da crise sanitária, exploraram-se fontes de informação secundárias sobre os territórios, com recurso às estatísticas locais (recorrendo ao sistema de indicadores definido) e ao banco de imagens do Google Street View das ruas de cada município (recorrendo a uma grelha de observação sistemática). A metodologia aplicada na recolha, no tratamento e na análise dessa informação é apresentada nas próximas subsecções.

Estatísticas locais

A análise das estatísticas locais para a caracterização dos estudos de caso explorou as possibilidades analíticas oferecidas pelo sistema de indicadores de desigualdade social e de bem-estar definidos nas etapas anteriores.

Em termos de desigualdades sociais, a caracterização do município tem em conta a descrição do perfil territorial que o caso ilustra (definido pelas desigualdades sociais), bem como o posicionamento relativo do município face a esse segmento territorial (resultados apresentados no capítulo 3). No que se refere ao bem-estar, a caracterização do município tem em conta a descrição do município nas várias dimensões com base nos indicadores selecionados e normalizados (min-max) e o posicionamento relativo do município face ao perfil territorial que o caso ilustra (definido pelas desigualdades sociais).

Observação social sistemática

Aplicou-se um protocolo de observação social sistemática, suportado por meios digitais, de modo a caracterizar a qualidade do espaço urbano em cada município. O instrumento de observação resultou da tradução e da adaptação do protocolo «SSO i-Tour»⁵ de Odgers e colaboradores (2009), desenhado para tomar partido do banco de imagens público do Google Street View, incidindo sobre o registo de atributos, características e estado de manutenção de equipamentos e estruturas urbanas, funcionalidade de espaços e edifícios, e intensidade da ocupação humana (Odgers *et al.*, 2009).

Com base na tradução inicial dos materiais, realizou-se um pré-teste a fim de assegurar a clareza da grelha de observação (criada em suporte

digital, com base no programa Qualtrics) e a adequabilidade cultural de alguns itens. Optou-se por definir uma aplicação por rua, e não por bairro (como na versão original), pela dificuldade de operacionalização dos limites dos bairros nos diferentes contextos. As adaptações da grelha original incluíram igualmente o ajuste de itens dedicados à caracterização do «bar local» (adaptado para a caracterização do café-pastelaria da rua) e a inclusão de itens para o registo da presença de hortas urbanas (terrenos agrícolas), estabelecimentos de ensino superior, bares e restaurantes (apenas se discriminavam originalmente restaurantes da tipologia *fast food*). O pré-teste aconselhou a exclusão de itens mais subjetivos («Se pudesse, viveria numa rua como esta?», «As pessoas que vivem nesta rua parecem pertencer a que um grupo social?», «Qual a percentagem de carros nesta rua que parecem ser de luxo ou de gama alta?»), dada a sua dificuldade de aplicação.

A grelha final inclui 113 itens de observação, organizados em três secções temáticas («Infraestruturas e equipamentos», «Usos e funcionalidades», «Ocupação humana»), sendo composta maioritariamente por itens dicotómicos (presença/ausência), por alguns itens ordinais (boas condições, condições razoáveis, mau estado) e por espaço para o registo de atributos das imagens observadas e outros comentários relevantes. O instrumento desenvolvido conta ainda com uma secção inicial, dedicada à identificação da rua e do observador, e uma secção final, dedicada ao registo de atributos das imagens observadas e de comentários sobre a observação.

A aplicação da grelha foi realizada por uma equipa de três observadores, que recebeu formação sobre o instrumento — envolvendo um total de seis horas, mais quatro horas de treino, incluindo sessões de treino de observação de diferentes tipologias de arruamentos e a participação no pré-teste de aplicação do protocolo de observação. Calculou-se o nível de concordância interjuízes (pares) na etapa final do pré-teste, estimado por pares de observadores e por item, com o coeficiente Kapa de Cohen (*e.g.* McHugh, 2012). Observou-se uma total correspondência em mais de 80% dos itens (83% – 91%, kappa = 1). Todas as incongruências foram revistas e discutidas em detalhe antes da implementação do protocolo de observação sistemática nas ruas selecionadas. Depois da aplicação, realizaram-se observações de controlo que registaram uma congruência total entre observadores em mais de 85% dos itens (87% – 88%, Kappa = 1).

De forma a captar disparidades dentro dos territórios em análise, consideraram-se como alvo duas freguesias para observação em cada município: a freguesia sede de concelho («central») e a freguesia com menos habitantes do concelho («periférica»), disponível para visionamento na ferramenta Google Street View⁶. Em cada freguesia a seleção das ruas foi parcialmente aleatória, suportada por um diretório de ruas organizado por freguesia (www.codigo-postal.pt). Para cada freguesia considerada, o nome das ruas foi listado e numerado, e recorreu-se a um gerador de números aleatórios para selecionar 20 números para determinar as ruas a serem observadas. Nos casos em que a designação da rua no diretório não encontrava a correspondência na ferramenta Google, selecionava-se a rua seguinte.

No total, observaram-se cem ruas (20 por município), sendo três ruas excluídas da análise por falta de informação (a cobertura da freguesia periférica do município de Mação permite apenas a observação de três ruas com o detalhe necessário).

A preparação dos dados para a análise incluiu a criação de índices quantitativos, resultantes da soma da presença de determinados atributos. Neste sentido, construíram-se indicadores ordinais com base nas subescalas previstas pelos autores (Odgers *et al.*, 2009) (desordem física, negligência e abandono, segurança rodoviária, insegurança/gradeamentos) e índices que traduzem a diversidade de equipamentos e serviços, bem como funcionalidades observadas nas ruas (equipamentos urbanos, comercial, institucional, funcionalidade dos edifícios e lotes vazios, tabela 5).

Tabela 5 Variáveis selecionadas da observação social sistemática

Variável	Categorias
Passeio	Passeio Bom
	Passeio Razoável
	Sem Passeio
Bancos	Bancos
	Sem Bancos
Associações recreativas	Associações
	Sem Associações
Jardins públicos	Jardins/área verde
	Sem Jardins/área verde
Desporto	Campos de jogos
	Sem Campos de jogos
(Equipamentos) Recreativos	Espaços recreativos
	Sem Espaços recreativos

Variável	Categorias
Negligência e abandono*	- Negligência
	+/- Negligência
	+ Negligência
Segurança rodoviária*	Sem Marcas rodoviárias
	- Marcas rodoviárias
	+/- Marcas rodoviárias
Equipamentos (urbanos)**	+ Marcas rodoviárias
	Sem Equipamentos
	- Equipamentos
Instituições**	+/- Equipamentos
	+ Equipamentos
	Sem Instituições
Comércio**	- Instituições
	+ Instituições
	Sem Comércio
Pessoas	- Comércio
	+/- Comércio
	+ Comércio
Carros	Sem Pessoas
	Pessoas
	Sem Carros
Prédios	Carros alta gama
	Carros
	Sem Carros
Vivendas	Prédios
	Sem Prédios
	Vivendas
Hortas	Sem Vivendas
	Hortas urbanas
	Sem Hortas urbanas

Variável	Categorias
Lotes	Lotes vagos
	Sem Lotes vagos
Jardins privados	Jardim privado Bom
	Jardim privado - razoável
	Sem jardins residenciais
Lote (manutenção)	Lote vazio Bom
	Lote vazio - razoável
	Sem lotes vagos
Lixo	Algum lixo
	Pouco lixo
	Nenhum lixo
Desordem física*	- Desordem
	+/- Desordem
	+ Desordem
Funcionalidade**	Mono-funcionalidade
	Dupla funcionalidade
	- Multi-funcionalidade
	+ Multi-funcionalidade
Insegurança*	Sem Insegurança/gradeamento
	- Insegurança/gradeamento
	+/- Insegurança/gradeamento
	+ Insegurança/gradeamento

(*) escalas definidas com base nos indicadores selecionados pelos autores (desordem física, negligência e abandono, segurança rodoviária, insegurança/gradeamentos).

(**) índices agregados que traduzem a diversidade de equipamentos e serviços e funcionalidades observadas nas ruas (equipamentos urbanos, comercial, institucional, funcionalidade dos edifícios e lotes vazios).

Com base na análise da distribuição dos indicadores, desconsideraram-se os itens constantes e agregaram-se categorias ou itens tematicamente congruentes de forma a evitar categorias

muito residuais na amostra. Depois da preparação de dados inicial, considerou-se um total de 60 variáveis qualitativas para a análise, entre itens de observação originais (presença/ausência), itens agregados (dicotómicos e originais) e indicadores construídos (ordinais).

A análise dos dados recolhidos tomou como objetivo a identificação dos aspetos mais distintivos entre os territórios observados, a fim de definir um plano interpretativo relevante para averiguar as diferenças territoriais entre e intramunicipais. Nesse sentido, aplicou-se uma análise de correspondências múltiplas (ACM) com o *software* estatístico SPSS. Estudos preliminares permitiram não só identificar a preponderância de duas dimensões para apreender os aspetos mais relevantes da diferenciação entre as ruas (analisando a evolução dos valores de inércia em função do número de dimensões retidas), como também identificar as variáveis com contribuição mais relevante para essa diferenciação (retendo apenas as variáveis com medidas de discriminação superiores ao valor da inércia). A solução final da ACM conta com 23 variáveis e um total de 64 categorias.

2.4.3. Fontes de informação primárias

Os estudos de casos consideraram também dados recolhidos no âmbito do projeto (fontes de informação primárias). Em estrito cumprimento das regras de higiene e distanciamento físico, recolheram-se as perceções de representantes de entidades locais (entrevistas) e dinamizaram-se grupos focais com a comunidade local (fontes de informação secundárias). As próximas subsecções descrevem os procedimentos aplicados para a recolha, o tratamento e a análise da informação recolhida.

*Escuta junto de representantes estratégicos (stakeholders)
dos territórios*

Admitindo que o sistema de indicadores em desenvolvimento tem como objetivo apoiar os processos de monitorização de bem-estar das populações, bem como a monitorização do impacto das ações políticas, procurou-se escutar representantes essenciais das áreas social, económica e política dos municípios.

A seleção dos representantes estratégicos locais dos territórios assentou em dois critérios primordiais: (1) inclusão de indivíduos com posições estratégicas nos municípios, representantes do poder autárquico (setor público), do terceiro setor (sociedade civil) e do setor empresarial (setor privado); (2) representantes estratégicos com significado local nas áreas da educação e do emprego.

O mapeamento de entidades, realizado em cada município através de uma análise documental, foi feito com base nos critérios enunciados. No que diz respeito à área da educação, na presença de escolas TEIP (programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), estas foram automaticamente selecionadas como entidades a considerar, tendo em conta a sua localização em contextos económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e pela exclusão social. Com este exercício, selecionaram-se sete a oito entidades com maior relevância/destaque no âmbito dos documentos consultados em cada município (entidades mais mencionadas).

Adicionalmente, o processo de seleção dos representantes locais foi apoiado por mediadores locais (indivíduos com posições relevantes no município, em termos sociais ou políticos, que aceitaram colaborar com a equipa). Estes apoiaram a validação da seleção inicial e noutra situação sugeriram a inclusão de agentes específicos — no caso

da Póvoa de Lanhoso, recomendou-se a inclusão de representantes de duas empresas locais relevantes na dinâmica económica do município: uma representante da indústria da filigrana, outra relacionada com a indústria do desenvolvimento sustentável; no caso de Portalegre, recomendou-se a inclusão da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano – ULSNA, EPE.

Em equipa, definiu-se um guião de entrevista em função dos objetivos do projeto. Considerando a excecionalidade do período da recolha de dados (pandemia de COVID-19), incluiu-se uma secção dedicada à adaptação local às contingências da crise pandémica. O guião divide-se em duas partes. Na primeira, pretendeu-se aferir as representações dos *stakeholders* de cada território face aos aspetos de bem-estar e de qualidade de vida das populações em torno de quatro temáticas centrais:

- (i) aspetos de diferenciação positiva no território no âmbito do bem-estar e da qualidade de vida das populações;
- (ii) principais desafios que se apresentam no território;
- (iii) políticas no/do território;
- (iv) a vida pós-COVID-19.

Na segunda parte da entrevista, mediante a apresentação dos perfis de caracterização dos territórios, solicita-se de forma sequencial:

- (v) uma reação à caracterização apresentada, interpelando em que medida ela é fiel à perceção que o próprio tem sobre o mesmo;

(vi) uma visão prospetiva sobre o que poderá ser esperado suceder mediante a implementação de políticas públicas dirigidas a desafios específicos assinalados.

Tabela 6 Entidades e representantes estratégicos entrevistados

Município	Entidade	Representante Estratégico
Póvoa de Lanhoso	Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso	Técnica superior na CMPL; Coordenadora do Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades (SIGO) da CMPL
	Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso	Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso; Conselheiro Fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias
	Plako, SA	Responsável da Qualidade e Formação da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso CEO da Empresa Plako, empresa de desenvolvimento de <i>software</i>
	Empresa do setor da filigrana	CEO de Empresa do setor da filigrana Responsável pelo Departamento de Design em Empresa do setor da filigrana
	Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso	Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso
	União dos Sindicatos do Norte Alentejano	Ex-Presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano
Portalegre	Associação Empresarial da Região de Portalegre NERPOR	Presidente da NERPOR; Vice-presidente na Confederação Empresarial de Portugal e da Associação Industrial Portuguesa
	Agrupamento de Escolas José Régio	Diretora do Agrupamento de Escolas José Régio
	Instituto Politécnico de Portalegre	Professor no Instituto Politécnico de Portalegre
	Unidade Local De Saúde Do Norte Alentejano ULSNA	Diretor Executivo da ULSNA
Portimão	Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão	Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão
	Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão	Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão
	Proteção Civil Municipal / Bombeiros Voluntários de Portimão	Coordenador Municipal de Proteção Civil; Comandante dos Bombeiros Voluntários de Portimão
	Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Presidente da Junta de Freguesia de Mexilhoeira Grande

Município	Entidade	Representante Estratégico
Oeiras	Câmara Municipal de Oeiras	Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da CMO
		Chefe da Divisão de Coesão Social da CMO
		Assistente social do Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana da CMO; Gestor de protocolos no âmbito do Contrato Local de Segurança
		Diretora do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro
		Coordenadora da Rede de Cidades Interculturais em Portugal
Mação	Associação Florestal do Concelho de Mação Aflomação	Administrador de polo de inovação tecnológica em Oeiras
		Presidente da Aflomação; Presidente da Associação de Desenvolvimento de Mação AmarMação; Vice-presidente da Câmara Municipal de Mação
		Coordenador do GEMA
		Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte
		Presidente do ITM
	Organização do terceiro setor de apoio a idosos	Diretora de Organização do terceiro setor de apoio a idosos

No total, realizaram-se 23 entrevistas a 27 representantes estratégicos dos cinco municípios, entre 07/10/2020 a 27/12/2020 (duração aproximada de três meses). Todas as entrevistas contaram com o apoio de ferramentas de comunicação à distância, com uma duração entre uma e três horas (tabela 6).

Escuta junto da comunidade local

A escuta junto da comunidade local foi conduzida através da realização de grupos de discussão com residentes do município. As contingências da crise sanitária desafiaram a implementação desta tarefa, sendo o número de grupos de discussão e de participantes significativamente mais reduzido do que o previsto inicialmente. Ainda assim, foi possível realizar pelo menos um grupo de discussão em cada município — em Portimão e na Póvoa de Lanhoso realizaram-se dois grupos.

Os participantes foram angariados com o apoio de representantes estratégicos entrevistados e de mediadores locais de cada um dos territórios e outros contactos relevantes (em Portalegre, esta tarefa contou com a colaboração de uma técnica superior do Instituto de Emprego e de Formação Profissional). Procurou-se recrutar participantes de segmentos da população com posições diferenciadas face a parâmetros de idade (jovens, 18–35 anos; adultos +35 anos) e nível de escolaridade (mais escolarizados, com pelo menos o 12.º ano; menos escolarizados, menos do que o 12.º ano). Em todos os grupos, procurou-se garantir uma distribuição equitativa no que diz respeito ao género, o que nem sempre foi possível (caso de Mação e Oeiras).

A realização dos grupos de discussão seguiu o guião adaptado para as entrevistas com os representantes estratégicos e desenvolvendo materiais gráficos auxiliares.

No total realizaram-se sete grupos focais, envolvendo 27 participantes (tabela 7). Para além dos participantes, as sessões compuseram-se por um mediador e um relator (observador), ambos elementos da equipa — procurou-se que pelo menos um destes últimos estivesse presente em todas as entrevistas. As sessões decorreram em formato digital, com a exceção do grupo focal de Mação (presencial), e registaram uma duração média de 90 minutos.

Tabela 7 Participantes nos grupos focais por município e segmento populacional (n=26)

Município	Segmento populacional	Participantes
Portalegre	Adultos mais qualificados	5 (2 homens, 3 mulheres)
Mação	Adultos/Empresários	5 (5 homens)
Portimão	Jovens	4 (2 homens, 2 mulheres)
	Adultos menos qualificados	4 (2 homens, 2 mulheres)
Oeiras	Adultos mais qualificados	2 (2 mulheres)
Póvoa de Lanhoso	Adultos mais qualificados	3 (2 mulheres, 1 homem)
	Jovens	3 (2 homens, 1 mulher)

Os testemunhos obtidos nas entrevistas e nos grupos de discussão foram transcritos integralmente, e os conteúdos foram analisados com recurso ao programa MAXQDA, seguindo uma análise de conteúdo de pendor indutivo, desenvolvida numa orientação *framework*: classificação nas categorias primárias, definidas no modelo conceptual, e posterior definição de subcategorias, em que se identificam temas e regularidades entre as várias entrevistas por município.

Capítulo 3

Desigualdades e bem-estar em Portugal: um olhar à escala municipal

3.1. Territórios de desigualdade e de bem-estar

Este capítulo abraça o desafio de considerar o contexto local/municipal como referente investigacional fundamental. Este desafio é tanto maior quando, como é o caso, em termos substantivos propomos realizá-lo através da mobilização de metodologias quantitativas que potenciem condições de comparabilidade horizontal, ou seja, entre unidades de observação à escala local. As dificuldades adensam-se ainda mais se a essa escala local conferirmos uma centralidade epistemológica para interpretarmos, não apenas as desigualdades, mas ainda a hipótese de elas explicarem o bem-estar nas sociedades contemporâneas.

Neste sentido, apresentar-se-ão resultados empíricos da investigação que visam aprofundar o conhecimento sobre as relações entre as desigualdades sociais e o bem-estar em Portugal, analisadas tendo como foco os seus municípios. Como poderemos medir estes dois vetores à escala municipal? Tendo como suporte a construção de uma base de dados com informação estatística, formada por 29 indicadores de desigualdades e 78 indicadores de bem-estar, referentes aos 278 municípios de Portugal continental, desenvolveram-se análises extensivas, univariadas, bivariadas e multivariadas, com o propósito

de compreendermos as desigualdades sociais, o bem-estar e as relações entre ambos nos municípios portugueses.

Nas análises que apresentamos de seguida, começamos por nos focar nas desigualdades sociais e nas correlações que existem entre as suas diferentes componentes (secção 3.2). Tal exercício permitirá compreender as interseções complexas da multidimensionalidade que caracteriza as desigualdades sociais contemporâneas, para de seguida, e como segundo objetivo, agrupar os municípios em função dessas configurações de relações de desigualdades. No culminar destes procedimentos analíticos, propõe-se a construção de uma tipologia de territórios que organiza os municípios de Portugal continental reunindo num mesmo agrupamento os que apresentam entre si traços relativamente homogêneos nas características sociodemográficas, socioeducacionais e socioprofissionais e que simultaneamente tendem a diferenciar-se nessas mesmas características de municípios localizados noutros *clusters* (secção 3.3). O terceiro objetivo consiste em caracterizar o bem-estar nos cinco *clusters* territoriais (secção 3.4). O quarto e último objetivo deste capítulo é modelar as relações entre as desigualdades sociais e o bem-estar nos municípios portugueses (secção 3.5).

3.2. Desigualdades sociais municipais: multidimensionalidade e interseções

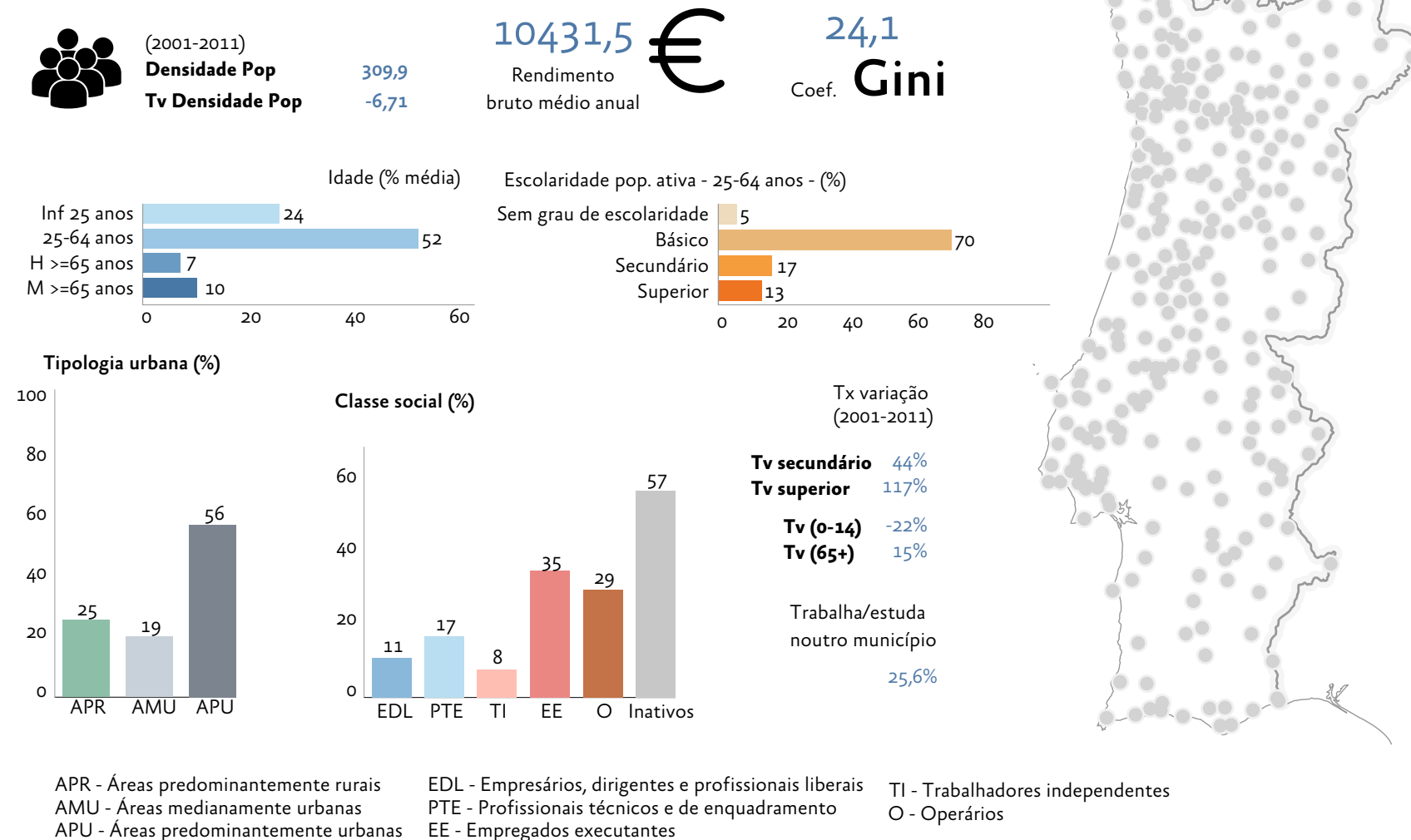
Os indicadores de desigualdade social, com valores de base municipal, foram recolhidos e organizados para criar uma base de dados, de forma a possibilitar a caracterização de cada município — território e população residente — nas diferentes variáveis abordadas.

A figura 2 apresenta o valor médio encontrado para o conjunto dos municípios de Portugal continental em cada indicador⁷. Em relação à distribuição da tipologia urbana, verifica-se que os municípios apresentam, em média, cerca de 56% de áreas predominantemente urbanas, sendo esta a tipologia de território mais frequente. Verifica-se que o valor máximo de densidade populacional ocorre no município da Amadora, com 7492,4 habitantes/km², mas para o conjunto do continente o valor médio é de 309,9 habitantes/km², registando-se um decréscimo de 6,7% entre 2001 e 2011 (dados INE, Censos). No que refere à estrutura etária da população, observa-se um igual peso relativo de jovens (< 25 anos) e de mais de 65 anos, 24% em média. Porém, entre 2001 e 2011 os municípios registaram um duplo processo de envelhecimento, com o crescimento da população mais velha (15%) e o decréscimo de crianças e jovens (22%).

Na totalidade dos territórios em análise, regista-se uma elevada presença de população ativa apenas com o ensino básico (em média, 70%), enquanto o ensino superior é detido apenas por 13%. Esta percentagem reflete um acréscimo médio de 117%, entre 2001 e 2011. A mesma tendência de crescimento dos níveis educativos da população é observada, no mesmo período, no ensino secundário

(44%). Os territórios analisados manifestam uma prevalência de inativos (57%). Relativamente à classe social da população residente, os municípios apresentam uma maior frequência de empregados executantes (EE — 35%) que exercem prestação de serviços de base de apoio administrativo, comerciais, pessoais e de segurança variados. A segunda classe com maior presença nos municípios posiciona as categorias de trabalho operário (O, 29%), com perfis qualificacionais baixos e muitos baixos, empregados em atividades agrícolas e da indústria. O rendimento médio bruto anual é de 10 531,5 euros, sendo o valor médio do coeficiente de Gini de 24,1, variando de 19,3 no município do Alandroal a 32,2 em Lisboa, o que reflete uma maior intensidade de desigualdades de rendimento na capital.

Figura 2 Caracterização das desigualdades sociais nos municípios de Portugal continental



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

Relativamente à mobilidade, cerca de um quarto da sua população faz deslocações diárias para outro município por motivos de trabalho ou estudo. Este valor é bastante mais elevado nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, como Odivelas e Amadora, onde mais de metade da população faz deslocações intermunicipais.

Após o retrato apresentado, é importante perceber as relações existentes entre os indicadores considerados. Um dos possíveis exercícios analíticos para, parcialmente, compreendermos estas dinâmicas intrínsecas entre as desigualdades será estabelecer uma matriz de correlações entre elas, neste caso, no que se refere à escala dos municípios portugueses (figura 3). Sob esta perspetiva, conseguimos entender de modo mais nítido as relações existentes entre as desigualdades territoriais, as etárias/geracionais, as educativas, as desigualdades de classes sociais e de rendimentos, e a mobilidade geográfica.

Os municípios com maior prevalência de áreas predominantemente urbanas (APU) revelam maiores níveis de densidade populacional, sendo também mais elevada a população com idade inferior a 25 anos e em idade ativa (25–64 anos). A população nesses municípios é mais escolarizada, com uma maior participação de indivíduos com o ensino secundário e superior; caracteriza-se também pela maior presença de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) — a classe média assalariada que mais contribui para assegurar a prestação de serviços de perícia técnica e científica, seja nas áreas de intervenção pública do Estado social moderno, seja de forma mais alargada nos diferentes setores de atividade económica. Na comparação com as restantes configurações de territórios, encontramos também nas APU um menor número de trabalhadores independentes (TI, não assalariados) e de

inativos. São ainda municípios caracterizados por valores médios mais altos de rendimentos brutos anuais e com menor presença de agregados posicionados nos quatro decis nacionais mais baixos de rendimentos. Estes municípios com maior densidade urbana são também atravessados pela intensa mobilidade intermunicipal da sua população para trabalhar ou estudar.

Os municípios com maior presença de áreas medianamente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR) são expressivamente contrastantes com os municípios com incidência predominantemente urbana (APU). Os territórios com maior incidência rural surgem relacionados com maiores percentagens de homens e mulheres com 65 anos ou mais, com uma menor densidade populacional, com um maior decréscimo de crianças e jovens (0–14 anos) e com uma menor presença de população ativa (25–64 anos). Nas desigualdades etárias, referentes a um conjunto de indicadores relativos à densidade populacional dos municípios — população até 25 anos, entre os 25–64 anos, e com 65 ou mais anos (aqui distinguíveis entre homens e mulheres) — e às respetivas taxas de variação populacionais (entre 2001 e 2011), são também múltiplas as correlações significativas com os restantes tipos de desigualdades sociais.

Figura 3.A Matriz de correlações entre desigualdades sociais

		Território			População																		
		APU	AMU	APR	Densidade Populacional	Tv (2001–2011) DensPop	Inf a 25 anos	25 a 64 anos	Homens >=65 anos	Mulheres >=65 anos	Tv (0–14)	Tv (65+)											
Território	APU	--																					
	AMU	-0,634	**	--																			
	APR	-0,904	**	0,242	**	--																	
População	Densidade Populacional	0,540	**	-0,404	**	-0,454	**	--															
	Tv (2001–2011) DensPop	0,544	**	-0,244	**	-0,547	**	0,209	**	--													
	Inf a 25 anos	0,492	**	-0,030		-0,602	**	0,216	**	0,645	**	--											
	25 a 64 anos	0,587	**	-0,212	**	-0,620	**	0,346	**	0,708	**	0,780	**	--									
	Homens >=65 anos	-0,554	**	0,102		0,639	**	-0,313	**	-0,693	**	-0,940	**	-0,926	**	--							
	Mulheres >=65 anos	-0,578	**	0,148	*	0,644	**	-0,285	**	-0,725	**	-0,928	**	-0,947	**	0,965	**	--					
	Tv (0–14)	0,540	**	-0,403	**	-0,454	**	0,298	**	0,840	**	0,376	**	0,532	**	-0,455	**	-0,497	**	--			
	Tv (65+)	0,683	**	-0,331	**	-0,673	**	0,489	**	0,722	**	0,678	**	0,852	**	-0,788	**	-0,818	**	0,517	**	--	
	Rendimento	Rendimento bruto anual (€)	0,529	**	-0,481	**	-0,396	**	0,543	**	0,528	**	0,223	**	0,508	**	-0,389	**	-0,383	**	0,697	**	0,512
Coeficiente de Gini		0,043		-0,030		-0,037		0,267	**	0,153	*	0,163	**	0,222	**	-0,200	**	-0,204	**	0,155	*	0,200	**
% agregados nos 40% rendimentos mais baixos (nacional)		-0,467	**	0,446	**	0,338	**	-0,389	**	-0,548	**	-0,234	**	-0,516	**	0,394	**	0,400	**	-0,669	**	-0,504	**
% agregados no Decil 1 (Global-Nacional)		-0,315	**	0,287	**	0,237	**	-0,144	*	-0,226	**	-0,013		-0,170	**	0,110		0,089		-0,329	**	-0,181	**
Rácio Rendimento P1/P99		-0,191	**	0,212	**	0,122	*	-0,210	**	-0,191	**	-0,025		-0,126	*	0,104		0,063		-0,227	**	-0,218	**
Classe Social	EDL	0,186	**	-0,118	*	-0,168	**	0,212	**	0,334	**	0,010		0,156	**	-0,070		-0,103		0,327	**	0,284	**
	PTE	0,407	**	-0,375	**	-0,303	**	0,520	**	0,466	**	0,247	**	0,530	**	-0,425	**	-0,402	**	0,565	**	0,528	**
	TI	-0,584	**	0,338	**	0,545	**	-0,354	**	-0,503	**	-0,533	**	-0,618	**	0,636	**	0,583	**	-0,486	**	-0,527	**
	EE	0,069		-0,360	**	0,113		0,125	*	0,048		-0,267	**	-0,138	*	0,232	**	0,196	**	0,294	**	-0,109	
	O	-0,126	*	0,370	**	-0,047		-0,326	**	-0,217	**	0,216	**	-0,049		-0,106		-0,069		-0,441	**	-0,133	*
	Inativos	-0,645	**	0,323	**	0,631	**	-0,353	**	-0,763	**	-0,735	**	-0,897	**	0,847	**	0,868	**	-0,657	**	-0,784	**

		Território			População																		
		APU	AMU	APR	Densidade Populacional	Tv (2001–2011) DensPop	Inf a 25 anos	25 a 64 anos	Homens >=65 anos	Mulheres >=65 anos	Tv (0–14)	Tv (65+)											
Educação	Sem grau de escolaridade	-0,501	**	0,328	**	0,448	**	-0,281	**	-0,545	**	-0,318	**	-0,550	**	0,460	**	0,457	**	-0,509	**	-0,533	**
	Básico (25–64)	-0,437	**	0,469	**	0,288	**	-0,466	**	-0,560	**	-0,195	**	-0,494	**	0,362	**	0,368	**	-0,720	**	-0,481	**
	Secundário (25–64)	0,398	**	-0,491	**	-0,227	**	0,266	**	0,585	**	0,125	*	0,377	**	-0,245	**	-0,283	**	0,765	**	0,362	**
	Superior (25–64)	0,392	**	-0,379	**	-0,283	**	0,526	**	0,451	**	0,211	**	0,493	**	-0,383	**	-0,366	**	0,573	**	0,483	**
	Tv Secundário	-0,382	**	0,434	**	0,239	**	-0,415	**	-0,309	**	-0,107	**	-0,415	**	0,287	**	0,270	**	-0,414	**	-0,477	**
	Tv Superior	-0,251	**	0,289	**	0,154	**	-0,357	**	-0,153	*	-0,114	**	-0,288	**	0,214	**	0,213	**	-0,255	**	-0,315	**
Mobilidade	Trabalho/estuda noutro Município	0,514	**	-0,320	**	-0,468	**	0,363	**	0,437	**	0,281	**	0,351	**	-0,332	**	-0,333	**	0,402	**	0,449	**

* Correlação significativa a 0,05 ** Correlação significativa a 0,01

Coef. Correlação de Pearson:

0,7–0,9

>0,9

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

Os territórios caracterizados por maior prevalência de pequenas cidades, vilas e aldeias têm uma estrutura socioprofissional marcada, simultaneamente, pela menor presença de segmentos mais qualificados (em especial, os PTE — profissionais técnicos e de enquadramento) e maior a prevalência de pequenos comerciantes, artesãos e prestadores de serviços (TI — trabalhadores independentes), bem como de inativos. Em termos de rendimentos médios brutos anuais, estes são mais reduzidos, e é também maior a percentagem de agregados inseridos nos 40% de rendimentos mais baixos. São igualmente territórios com presença muito significativa de indivíduos com o ensino básico e mesmo sem grau de escolaridade.

A densidade populacional e a sua variação nos municípios portugueses estão diretamente relacionadas com os vários escalões etários: municípios com maior densidade populacional apresentam também

uma distribuição etária mais jovem, uma maior expressão da população ativa e também registam um acréscimo da população mais idosa. Nos municípios com maior área predominantemente rural, ao invés, a densidade populacional tem diminuído e é menor em municípios com maior presença de população masculina e feminina com 65 ou mais anos, ou seja, nos territórios mais envelhecidos. Nos territórios mais densamente povoados, é maior a presença de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), de população com escolaridade superior e com rendimentos mais elevados, e menor a percentagem de trabalhadores independentes (TI) e de operários industriais e agrícolas (O). A população nestes territórios é prevacente no ensino básico e está também com maior frequência em condição de inatividade.

Figura 3.B Matriz de correlações entre desigualdades sociais

		Rendimento							Classe Social							Educação					Mobilidade														
		Rendimento bruto anual (€)	Coefficiente Gini	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos (nacional)		% agregados no Decil 1 (Global-Nacional)		Rácio Rendimento P1/P99	EDL	PTE	TI	EE	O	Inativos	Sem grau de escolaridade	Básico (25-64)	Secundário (25-64)	Superior (25-64)	Tv Secundário	Tv Superior	Trabalho/estuda noutro Município														
Rendimento	Rendimento bruto anual (€)	--																																	
	Coefficiente de Gini	0,282	**	--																															
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos (nacional)	-0,911	**	-0,068	--																														
	% agregados no Decil 1 (Global-Nacional)	-0,535	**	0,555	**	0,667	**	--																											
	Rácio Rendimento P1/P99	-0,468	**	0,034		0,504	**	0,464	**	--																									
Classe Social	EDL	0,340	**	0,460	**	-0,217	**	0,127	*	-0,051	--																								
	PTE	0,900	**	0,435	**	-0,812	**	-0,372	**	-0,483	**	0,335	**	--																					
	TI	-0,579	**	0,212	**	0,622	**	0,634	**	0,287	**	0,177	**	-0,476	**	--																			
	EE	0,298	**	0,010		-0,301	**	-0,155	**	-0,125	*	-0,081		0,184	**	-0,105	--																		
	O	-0,617	**	-0,469	**	0,523	**	0,063		0,288	**	-0,473	**	-0,651	**	-0,055		-0,701	**	--															
	Inativos	-0,622	**	-0,023		0,673	**	0,429	**	0,211	**	-0,153	*	-0,538	**	0,741	**	0,042		0,069	--														
Educação	Sem grau de escolaridade	-0,680	**	0,066		0,754	**	0,620	**	0,408	**	-0,235	**	-0,640	**	0,608	**	-0,087		0,287	**	0,675	**	--											
	Básico (25-64)	-0,929	**	-0,335	**	0,866	**	0,415	**	0,430	**	-0,393	**	-0,925	**	0,487	**	-0,383	**	0,742	**	0,588	**	0,676	**	--									
	Secundário (25-64)	0,743	**	0,059		-0,772	**	-0,443	**	-0,338	**	0,259	**	0,641	**	-0,444	**	0,566	**	-0,664	**	-0,529	**	-0,612	**	-0,855	**	--							
	Superior (25-64)	0,909	**	0,470	**	-0,789	**	-0,329	**	-0,423	**	0,421	**	0,969	**	-0,438	**	0,196	**	-0,675	**	-0,533	**	-0,609	**	-0,936	**	0,618	**	--					
	Tv Secundário	-0,701	**	-0,114		0,741	**	0,471	**	0,419	**	-0,238	**	-0,724	**	0,435	**	-0,203	**	0,480	**	0,503	**	0,626	**	0,709	**	-0,538	**	-0,710	**	--			
	Tv Superior	-0,493	**	-0,328	**	0,466	**	0,071		0,151	*	-0,174	**	-0,507	**	0,265	**	-0,250	**	0,423	**	0,306	**	0,281	**	0,526	**	-0,405	**	-0,522	**	0,534	**	--	
Mobilidade	Trabalho/estuda noutro Município	0,291	**	-0,144	*	-0,341	**	-0,319	**	-0,192	**	-0,010		0,263	**	-0,386	**	0,136	*	-0,105		-0,395	**	-0,377	**	-0,261	**	0,319	**	0,179	**	-0,271	**	0,071	--

* Correlação significativa a 0,05 ** Correlação significativa a 0,01

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

Coef. Correlação de Pearson:

0,7-0,9

>0,9

O acréscimo da população jovem está inversamente relacionado com a presença de população inativa. A maior presença de população adulta em idade ativa (entre 25–64 anos), onde se posicionam as famílias com crianças e jovens, está significativamente relacionada quer com um aumento das idades acima dos 65 anos, quer com um menor decréscimo de crianças e jovens. Nos municípios mais envelhecidos, os rendimentos são mais reduzidos, estão mais ausentes as classes sociais com elevados recursos escolares e qualificacionais, e associa-se a maior presença de população inativa.

As classes sociais marcam decisivamente os territórios à escala municipal. Nos municípios com maior presença de posições sociais caracterizadas pela maior disponibilidade de recursos, poderes e *status* (EDL — empresários, dirigentes e profissionais liberais), bem como de categorias que envolvem as atividades intelectuais e científicas (PTE — profissionais técnicos e de enquadramento) é mais expressiva a presença de habitantes com o ensino superior, assim como maiores valores de taxas de variação do ensino secundário e superior.

Municípios com maior presença de trabalhadores independentes (TI) surgem também com maiores valores de taxa de variação do ensino secundário, além de uma maior presença de inativos e de residentes sem grau de escolaridade ou com o ensino básico. A presença de trabalhadores de execução direta na prestação de serviços variados (EE — empregados executantes) associa-se a um maior número de indivíduos com o ensino secundário. Os municípios com maior prevalência de operários (O) da indústria, oficinas, construção e transportes registam maiores percentagens de população entre 25–64 anos com o ensino básico.

No que diz especificamente respeito às desigualdades educativas, vale a pena salientar que, nos municípios onde ainda é elevada a presença de população sem escolaridade ou com o ensino básico, é complementarmente visível o *aumento* de população com o ensino secundário e superior. Nos municípios onde se verificaram maiores acréscimos no ensino secundário, também aumentou a população com o ensino superior, refletindo o progressivo aumento da escolaridade, embora ainda aquém dos padrões europeus e das metas com que o país se comprometeu no quadro das instituições da União Europeia. O olhar sobre as assimetrias que atravessam o território de Portugal continental nesta matéria permite sublinhar que, embora no plano nacional o país como um todo tenha atingido os objetivos a que se propôs, de facto, a esmagadora maioria dos municípios está ainda longe dessas metas.

As desigualdades de rendimentos, ao nível municipal, são igualmente multidimensionais e intersejam-se com outros tipos de desigualdades sociais. Para uma análise adequada destas desigualdades, deverá ter-se em conta os seus cinco indicadores, nomeadamente o rendimento bruto anual, o coeficiente de Gini, a percentagem de agregados posicionados nos 40% de rendimentos nacionais mais baixos, a percentagem de agregados posicionados no decil 1 nacional e o rácio dos rendimentos entre os 1% mais ricos e os restantes 99% da população. As interseções entre estes indicadores revelam a sua centralidade no interior das próprias estruturas de rendimentos, demonstrando a sua incontornabilidade no estudo dos territórios em Portugal (figura 3).

Para além das suas relações com as desigualdades territoriais e etárias/geracionais, as desigualdades de rendimentos também estão estreitamente associadas às desigualdades de classes e às desigualdades educativas. A estrutura municipal do capital económico existente, medida através do indicador do valor médio do rendimento bruto anual, intersesta-se com estruturas municipais de classes mais favorecidas, designadamente com a maior presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), concomitante com a menor incidência relativa de trabalhadores independentes e de operários. A mesma homologia estrutural verifica-se entre a estrutura de rendimentos e a estrutura de capital educativo, dualizando-a entre, por um lado, indivíduos sem grau de escolaridade e com o ensino básico, e por outro, indivíduos com o ensino secundário e superior, estes últimos usufruindo de maiores rendimentos.

O indicador coeficiente de Gini aumenta em municípios onde se verifica uma maior presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e de indivíduos com o ensino superior, e onde existem menos operários e indivíduos com o ensino básico. Os municípios com maior presença de agregados posicionados nos decis mais baixos de rendimentos (entre o decil 1 até ao decil 4) são territórios onde é maior a presença de trabalhadores independentes (TI), de operários da indústria, das oficinas, da construção e dos transportes e de população inativa, sem grau de escolaridade ou com o ensino básico. As desigualdades de rendimentos entre os 1% mais ricos e os restantes 99% são mais acentuadas em municípios com uma maior presença de profissionais

técnicos e de enquadramento (PTE) e de indivíduos com o ensino secundário e superior.

A mobilidade geográfica é um indicador revelador do dinamismo económico e social de determinados municípios, principalmente urbanos. Os movimentos pendulares para trabalhar ou estudar noutra município são mais elevados em municípios onde também se verificou um aumento da densidade populacional, e das faixas etárias da população até aos 14 anos e com 65 ou mais anos (2001–2011). Nos municípios com estas dinâmicas observa-se também uma menor presença de população inativa.

3.3. Segmentações territoriais e assimetrias entre os municípios de Portugal

No presente capítulo, os 272 municípios em referência na análise surgem agrupados em função da sua proximidade ou assimetria face às características de território, população e estrutura demográfica, económica, educativa e socioprofissional. Os cinco *clusters* de municípios desta forma apurados são reveladores de segmentações territoriais específicas que atravessam Portugal continental, permitindo aprofundar o conhecimento sobre os impactos diferenciados que as desigualdades sociais provocam nas condições de vida e de bem-estar nos municípios portugueses.

3.3.1. Cluster 1

O *cluster* 1 envolve 13% dos territórios em referência, e cerca de 17% da população total, ou seja, perto de 1 700 000 pessoas (tabela 8).

Cerca de 80% dos territórios agregados neste *cluster* (28 municípios de um total de 35) são posicionados nas NUTS II do Norte e 20% do Centro — envolvendo de forma incidente, a norte, concelhos das sub-regiões de Vale do Ave, Tâmega e Sousa, Cávado, e também quatro dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto; enquanto no Centro estão posicionados seis dos 11 municípios da sub-região de Aveiro/Beira Litoral.

Neste *cluster*, na comparação com os restantes, encontramos alguma prevalência de territórios medianamente urbanos (24%) e predominantemente urbanos (68%) (figura 4). A densidade populacional é aqui de 315 habitantes por quilómetro quadrado, envolvendo uma população que se destaca, no contexto do país, por uma maior incidência relativa de crianças e jovens (28%), bem como de adultos com 25 a 64 anos (55%). Apesar disto, face a 2001, corresponde a uma das configurações de territórios (logo a seguir ao *cluster* 5) onde o segmento de idades até 14 anos mais diminuiu (-31%), enquanto as idades acima dos 65 anos, no mesmo período, se reforçaram em 34%.

Figura 4 Caracterização do cluster 1

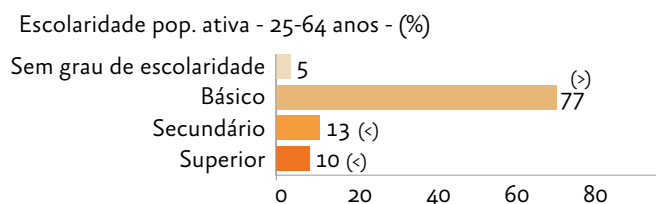
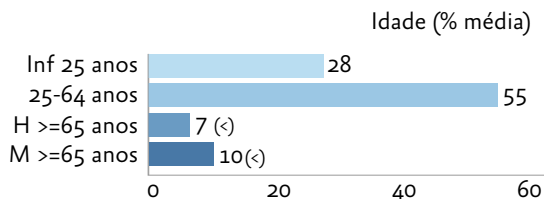
Territórios Industriais em Transição



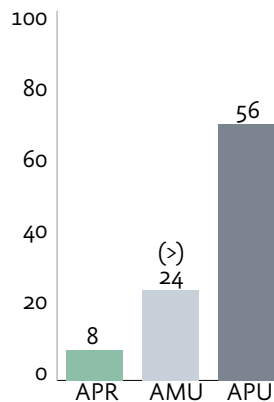
(2001-2011)
Densidade Pop 314,9
Tv Densidade Pop -3,18

9381,2 €
 Rendimento bruto médio anual

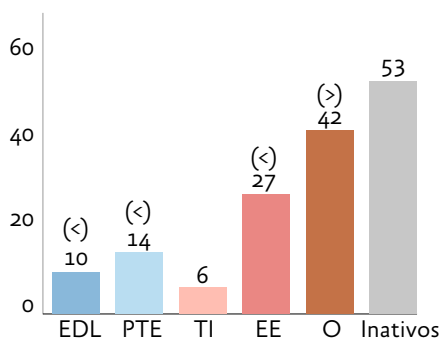
23,5
 Coef. Gini



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

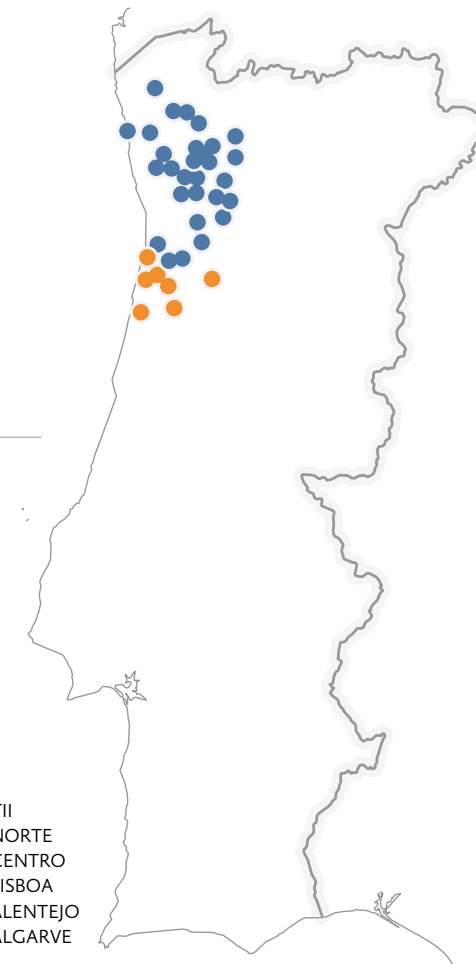


Tx variação (2001-2011)

Tv secundário 57%
Tv superior 132%
Tv (0-14) -31%
Tv (65+) 34%

Trabalha/estuda noutro município 26,0%

NUTII
 NORTE
 CENTRO
 LISBOA
 ALENTEJO
 ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
 AMU - Áreas medianamente urbanas
 APU - Áreas predominantemente urbanas
 EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
 PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
 EE - Empregados executantes
 TI - Trabalhadores independentes
 O - Operários

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

O perfil socioprofissional da população é marcado pela presença, muito significativa, de categorias de assalariamento de base da agricultura e da indústria, agregados na categoria da classe social dos operários (0–42%), caracterizados pela posse de recursos educativos baixos e muito baixos (cerca de 83% não têm mais do que o ensino básico, e apenas 10% detêm estudos de nível superior). Apesar disto, as taxas de variação nos níveis de educação secundário (57%) e superior (132%), mais intensas do que as observadas nas restantes configurações de territórios, sublinham tendências de convergência, face à média nacional, do perfil qualificacional dos jovens.

Os rendimentos brutos médios anuais da população rondam os 9381 euros por ano (associados a um coeficiente de variação de 12%).

As desigualdades na distribuição de rendimentos da população, medidas através do coeficiente de Gini (na ordem dos 23,5%), destacam este *cluster* como o mais igualitário do continente português. Relativamente à mobilidade, 26% da população trabalha ou estuda noutro município.

3.3.2. Cluster 2

O *cluster 2* envolve cerca de 35% dos municípios em referência e pouco mais de um quinto da população total, ou seja, cerca de dois milhões de pessoas (tabela 8). Apesar de mais de metade destes territórios pertencerem à região Centro (52%) — alguns concelhos das sub-regiões Beiras-Serra da Estrela, Estremadura e Médio Tejo —, este é o *cluster* que apresenta a maior representação de municípios da região NUT II Alentejo (33% dos territórios aqui posicionados, incluindo neste agregado alguns concelhos da Lezíria, do Alto Alentejo e do Alentejo Central e Litoral). Os municípios do Norte (com 10%

dos territórios deste *cluster*, incidente no Alto Minho) e o Algarve (5%) têm aqui uma presença minoritária.

Este *cluster* é caracterizado pela presença de territórios com algum dinamismo económico e também Territórios de Baixa Densidade. É o *cluster* com uma das maiores percentagens de áreas predominantemente rurais (28%) (figura 5), enquanto as áreas predominantemente urbanas têm um dos menores pesos relativos de todo o continente (52%) — estes dois últimos traços são apenas reforçados no *cluster 5*.

Em termos de estrutura etária da população, é um dos *clusters* com uma menor presença relativa das idades até 24 anos (24%) e, ao mesmo tempo, com uma maior presença do segmento com 65 e mais anos (também com uma representação de 23% no conjunto populacional).

Também neste *cluster* se observa alguma prevalência de assalariamento de base pouco qualificado, pautado por recursos educacionais baixos e muito baixos, embora, na comparação com o *cluster 1*, os segmentos com ensino secundário e superior tenham alguma expressão (18% e 19%, respetivamente). No *cluster 2* tem um peso relevante o segmento de trabalhadores da agricultura e da indústria, agregados no operariado, com uma representação de 29%. Refletindo uma dinâmica económica e socioprofissional onde o trabalho assalariado de base nos serviços pessoais, de proteção e segurança, bem como nas atividades de comércio e apoio administrativo, assume igualmente um protagonismo relevante, cerca de 35% da população destes territórios tem posicionamentos sociais de classe nos empregados executantes (EE). A localização nesta configuração de territórios de algumas cidades-satélite (nomeadamente capitais de distrito)

justifica a presença (embora baixa, relativamente mais expressiva na comparação com os *clusters* 1 e 5) de segmentos de assalariamento que desempenham atividades profissionais de qualificação média ou elevada e exercem funções de chefia intermédia e superior na administração pública, na educação e na saúde, bem como em organizações empresariais (PTE 18%).

Os rendimentos brutos médios anuais (10 784 euros por ano) são relativamente melhorados na comparação com os *clusters* 1 e 5, tendo associados um coeficiente de variação de 10%. As assimetrias na distribuição de rendimentos lidas através do coeficiente de Gini (de 23,6%) permitem observar que este *cluster* tem níveis de desigualdade aproximados dos que observamos no *cluster* 1.

Relativamente à mobilidade, cerca 26% da população trabalha ou estuda noutro município.

Figura 5 Caracterização do cluster 2

Territórios Intermédios



(2001-2011)

Densidade Pop

87,0

Tv Densidade Pop

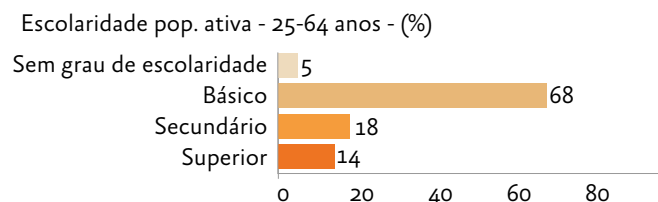
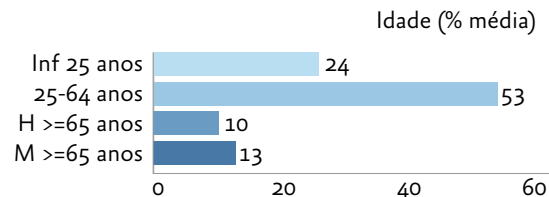
-5,04

10783,7 €

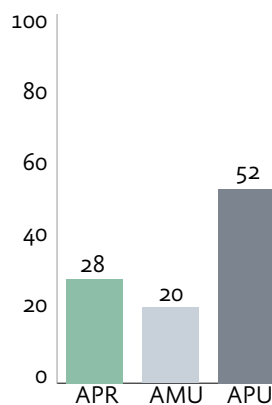
Rendimento
bruto médio anual

23,6

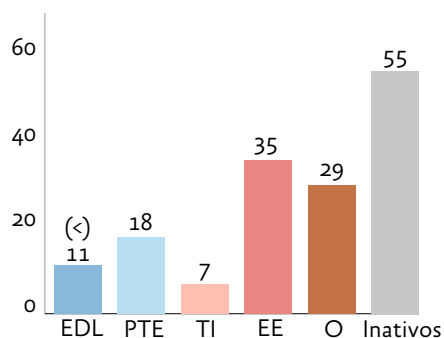
Coef. Gini



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

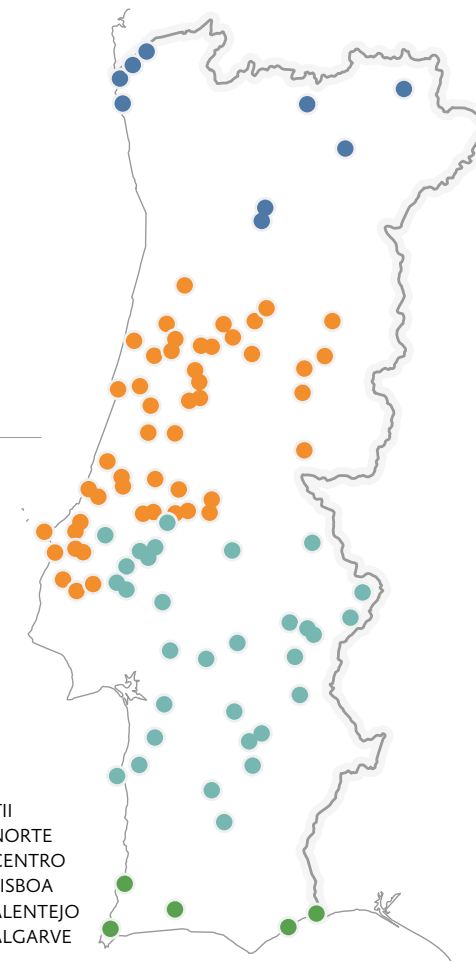


Tx variação
(2001-2011)

Tv secundário 38%
Tv superior 116%
Tv (0-14) -17%
Tv (65+) 13%

Trabalha/estuda
noutro município
25,9%

NUTII
■ NORTE
■ CENTRO
■ LISBOA
■ ALENTEJO
■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
AMU - Áreas medianamente urbanas
APU - Áreas predominantemente urbanas

EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
EE - Empregados executantes

TI - Trabalhadores independentes
O - Operários

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

3.3.3. Cluster 3

O *cluster 3* representa cerca de 16% do total de municípios, mas é o mais populoso, acolhendo 41% da população total, ou seja, cerca de quatro milhões de pessoas (tabela 8). Este *cluster* agrega territórios das cinco regiões do continente — entre os quais 14 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, 11 municípios do Norte, nove do Algarve (dois terços dos municípios algarvios estão posicionados neste *cluster*), sete do Centro e apenas dois do Alentejo.

Constituído essencialmente por territórios urbanos (na mediana da distribuição, 92% dos territórios estão classificados como áreas predominantemente urbanas), apresenta uma densidade populacional muito variável, denunciando um conglomerado de cidades de média dimensão a par de cidades-satélite com algum protagonismo económico e social, densamente povoadas (municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e capitais de distrito). Corresponde ao *cluster* com a maior capacidade relativa de crescimento populacional: entre 2001 e 2011, registou um aumento de 10% na densidade populacional. Mas é igualmente o *cluster* onde a população com 65 ou mais anos mais cresceu entre 2001 e 2011, com um aumento de 51% (figura 6).

Apesar disso, este é um *cluster* com uma estrutura sociodemográfica relativamente mais incidente na população adulta em idade ativa; o segmento 25 a 64 anos envolve 57% do todo populacional, enquanto os maiores de 65 anos têm um peso mais baixo do que o registado noutros *clusters* — traduzindo-se também na menor percentagem relativa de inativos (50%).

O *cluster 3* é caracterizado por uma presença algo expressiva, quando comparado com outras configurações de territórios, de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE — 23% das classes sociais neste conjunto), envolvendo trabalhadores de organizações do setor público e empresarial, e que se diferenciam pelo seu perfil de pericialidade técnica e científica elevado e intermédio. Reforçando a importância das atividades de serviços, neste *cluster* encontramos ainda a maior concentração de empregados executantes (EE — 39%), ou seja, trabalhadores administrativos, dos serviços comerciais, pessoais, de proteção e de segurança. Em conjugação com tais traços, localizamos neste segmento de territórios uma maior presença relativa de pessoas com pelo menos o ensino secundário (40%), embora dando ênfase a uma realidade social caracterizada por fortes clivagens sociais: cerca de dois terços da população detêm no máximo o ensino básico.

Figura 6 Caracterização do cluster 3

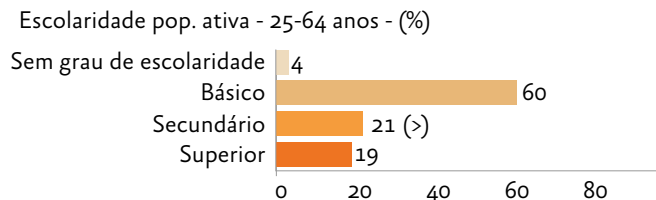
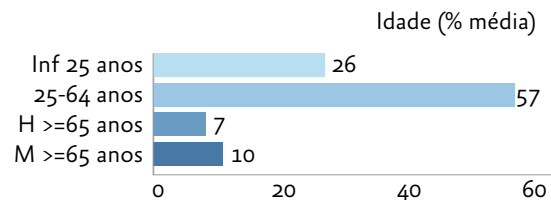
Territórios Urbanos em Rede



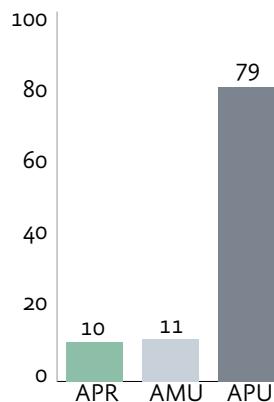
(2001-2011)
Densidade Pop 1061,1
Tv Densidade Pop 10,55

12603,3 €
 Rendimento bruto médio anual

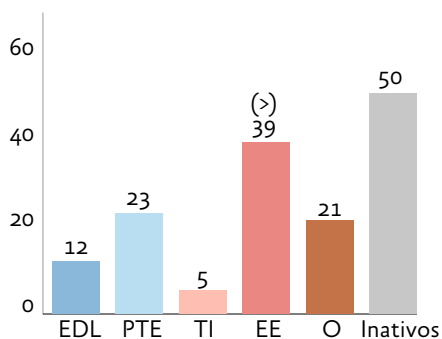
25,1
 Coef. **Gini**



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

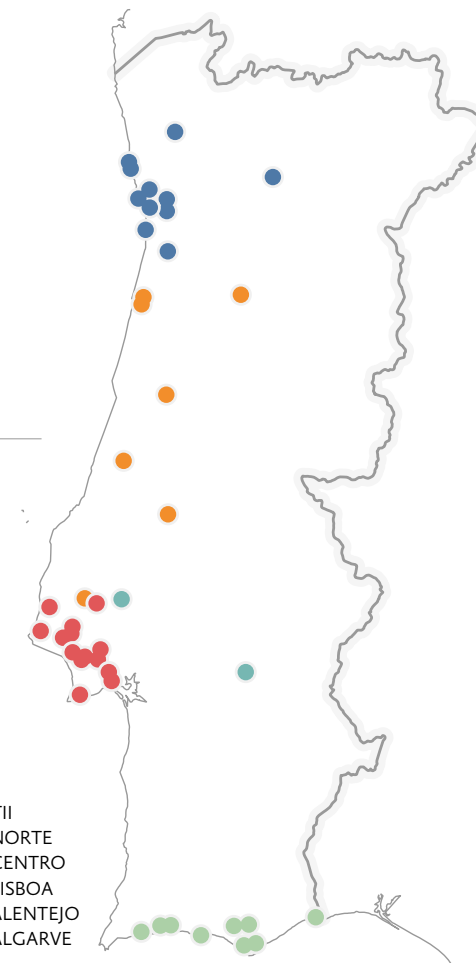


Tx variação (2001-2011)

Tv secundário 18%
Tv superior 90%
Tv (0-14) 6%
Tv (65+) 51%

Trabalha/estuda noutro município 33,6%

NUTII
 ■ NORTE
 ■ CENTRO
 ■ LISBOA
 ■ ALENTEJO
 ■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
 AMU - Áreas medianamente urbanas
 APU - Áreas predominantemente urbanas
 EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
 PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
 EE - Empregados executantes
 TI - Trabalhadores independentes
 O - Operários

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

O rendimento médio bruto anual neste *cluster* é de 12 603 euros (o segundo mais elevado no conjunto dos cinco territórios). As desigualdades na distribuição de rendimentos são um pouco mais elevadas do que as observadas nos *clusters* que caracterizámos anteriormente (o coeficiente de Gini é aqui de 25,1%).

Relativamente à mobilidade da população, este *cluster* regista o valor mais alto: cerca de 34% da população residente trabalha ou estuda noutro município.

3.3.4. Cluster 4

O *cluster 4* envolve apenas 2,2% dos territórios do continente em referência, concentrando, contudo, cerca de 13% da população total, ou seja, perto de 1 260 000 pessoas (tabela 8).

Estão aqui localizadas as sedes das duas regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto, para além de Coimbra e três dos concelhos-satélite da Área Metropolitana de Lisboa (Oeiras, Cascais e Alcochete), caracterizados pelo seu protagonismo económico e de inovação científica e tecnológica, bem como pela capacidade de atração de populações com perfis socioprofissionais e socioeducativos melhorados (cerca de 56% da população tem pelo menos o ensino secundário, e destes são 35% os que concluíram o ensino superior) (figura 7).

Este é verdadeiramente o único *cluster* que se aproxima dos padrões que caracterizam o contexto de uma sociedade europeia que se descreve como «da inovação» e «do conhecimento». Denotando a muito significativa presença de atividades de serviços de alto

nível qualificacional e pericial, cerca de 35% dos trabalhadores aqui posicionados são profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e 16% dirigentes de empresas e profissionais liberais altamente qualificados (EDL), enquanto 35% são trabalhadores de execução direta mobilizados nas atividades de serviços, de comércio, administrativas e de segurança (EE). O padrão de rendimentos médios brutos anuais está claramente acima da média que encontramos nos restantes *clusters*: 18 053 euros por ano (com um coeficiente de variação associado de 9%). As desigualdades que caracterizam a distribuição de rendimentos da população posicionada neste *cluster*, medidas pelo coeficiente de Gini (29,5%), são mais elevadas do que nos restantes *clusters*. Relativamente à mobilidade, 30% da população trabalha ou estuda num município diferente daquele em que reside.

Figura 7 Caracterização do cluster 4

Territórios Inovadores



(2001-2011)

Densidade Pop

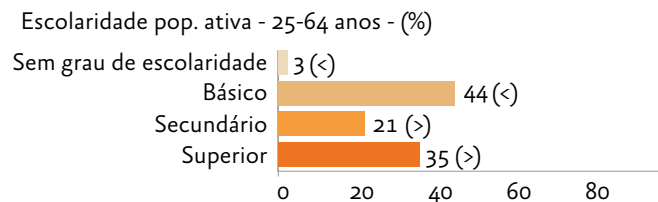
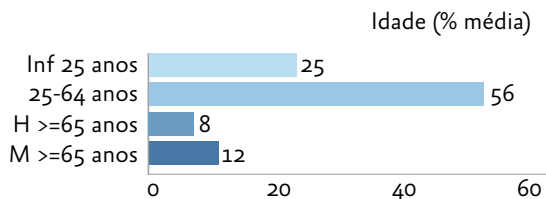
2791,4

Tv Densidade Pop

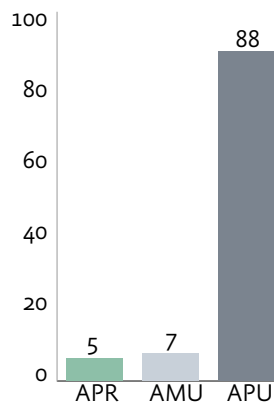
4,91

18052,5 €
Rendimento
bruto médio anual

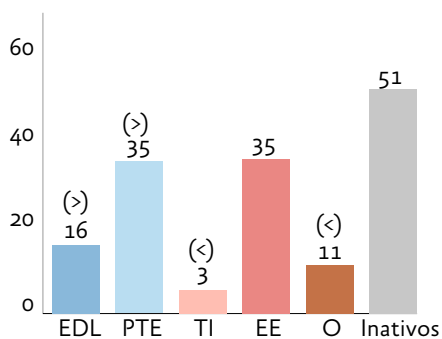
29,5
Coef. **Gini**



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

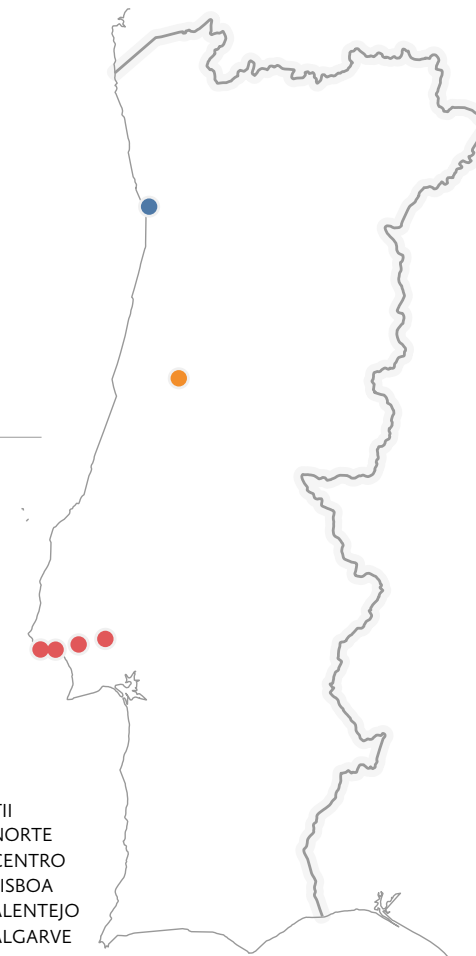


Tx variação (2001-2011)

Tv secundário 0%
Tv superior 76%
Tv (0-14) 15%
Tv (65+) 41%

Trabalha/estuda
noutro município
30,3%

NUTII
■ NORTE
■ CENTRO
■ LISBOA
■ ALENTEJO
■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais TI - Trabalhadores independentes
AMU - Áreas medianamente urbanas PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento O - Operários
APU - Áreas predominantemente urbanas EE - Empregados executantes

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

3.3.5. Cluster 5

O *cluster 5* envolve 35% dos municípios em referência, e apenas 8% da população total, ou seja, cerca de 738 mil pessoas (tabela 8).

Em termos da região NUT II, posicionam-se neste *cluster* municípios localizados no Norte e no Centro do continente (77% dos municípios aqui posicionados distribuem-se de forma equitativa por estas duas regiões), envolvendo de modo mais incidente, a norte, concelhos das regiões de Trás-os-Montes, Alto Douro e Alto Minho, e ao centro as regiões da Beira (especialmente Beira Alta e Beira Baixa). O Alentejo (com 22% de representação neste *cluster*) marca aqui também presença, incidente no Alto e no Baixo Alentejo.

Estão muito claramente agregados neste *cluster* Territórios de Baixa Densidade⁸ populacional (29 pessoas por quilómetro quadrado), envolvendo cidades de pequena dimensão e zonas rurais periféricas (36% áreas predominantemente rurais e 21% medianamente urbanas), também frequentemente identificados na literatura como «territórios do interior». Ou seja, territórios que intensificam traços de empobrecimento, ligados a tendências intensas de despovoamento e envelhecimento da sua população (entre 2001 e 2011, a taxa de variação da população por quilómetro quadrado é de -18%) e ao estrangulamento das atividades económicas e sociais (figura 8).

Refletindo este retrato, perto de 31% da população tem mais de 65 anos, enquanto o segmento até 25 anos, em decréscimo, representa pouco mais de um quinto da população (a taxa de variação de crianças até 14 anos é de -38%, entre 2001 e 2011). Quanto às idades entre 25

e os 64 anos, têm aqui o peso relativo mais baixo (49%), na comparação com os restantes *clusters*.

Figura 8 Caracterização do cluster 5

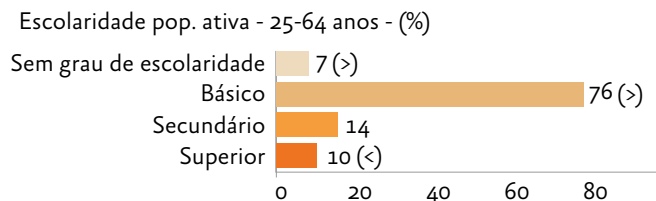
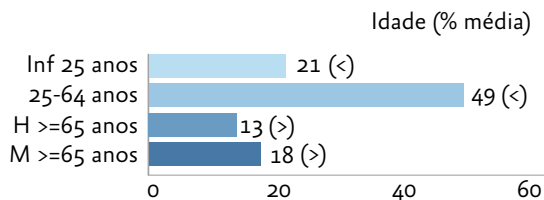
Territórios de Baixa Densidade



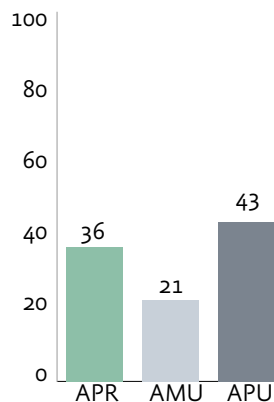
(2001-2011)
Densidade Pop 28,8
Tv Densidade Pop -18,34

8990,4 €
 Rendimento bruto médio anual

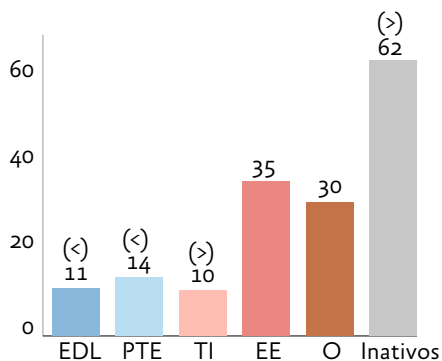
24,0
 Coef. **Gini**



Tipologia urbana (%)



Classe social (%)

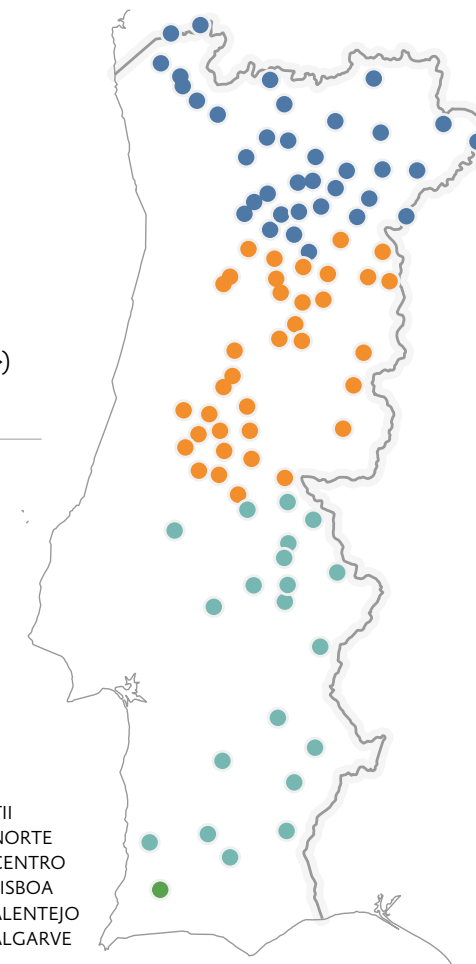


Tx variação (2001-2011)

Tv secundário 61%
Tv superior 127%
Tv (0-14) -38%
Tv (65+) -7%

Trabalha/estuda noutro município
 21,2%

NUTII
 ■ NORTE
 ■ CENTRO
 ■ LISBOA
 ■ ALENTEJO
 ■ ALGARVE



APR - Áreas predominantemente rurais
 AMU - Áreas medianamente urbanas
 APU - Áreas predominantemente urbanas
 EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
 PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento
 EE - Empregados executantes
 TI - Trabalhadores independentes
 O - Operários

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

Os perfis de escolarização da população são muito incidentes no limiar básico (76%), registando-se uma presença significativa de pessoas sem qualquer grau de escolaridade (7%). Os rendimentos brutos médios anuais rondam os 8990 euros por ano (com um coeficiente de variação associado de 8%); enquanto o coeficiente de Gini é de 24% — denotando que as desigualdades na distribuição de rendimentos entre a população deste *cluster* estão ligeiramente acima das apuradas nos *clusters* 1 e 2.

Quanto às classes sociais, em coerência com o retrato traçado, encontramos neste *cluster* uma presença expressiva de trabalhadores de serviços de base (EE — 35%), envolvendo nomeadamente profissões de serviços pessoais e de cuidado, de vendas e de segurança, e também segmentos de assalariamento na agricultura e na indústria (O — 30%) e um segmento relativamente relevante de trabalhadores independentes (TI — 10%), com um perfil pouco qualificado.

Relativamente à mobilidade, 21% da população trabalha ou estuda noutro município.

3.3.6. Clivagens territoriais: perspetiva comparativa através da leitura dos *clusters*

Neste ponto-síntese, procuramos enfatizar as dimensões de desigualdade que mais contribuem para a segmentação das cinco configurações de territórios, destacando as características estruturais que os distinguem no conjunto nacional (tabela 8).

A leitura do agregado de territórios salienta no *cluster* 1, face ao conjunto, a presença de áreas medianamente urbanas

e predominantemente urbanas, bem como a preponderância relativa das idades até 25 anos, às quais se associam protagonismos relevantes na melhoria dos perfis qualificacionais, contrastantes com os traços de qualificação baixa e muito baixa da população com 25 a 64 anos. No que se refere à estrutura socioprofissional, este *cluster* distingue-se claramente dos restantes pelo peso relativo de operariado, dando conta de um tecido económico e social muito condicionado pela atividade industrial ainda assente na utilização de trabalho pouco qualificado. Numa interpretação deste aglomerado de territórios, propomos referenciá-lo como Territórios Industriais em Transição. Nesta denominação salientam-se as características estruturais que demarcam as condições de vida da população adulta, assim como as oportunidades e os desafios colocados nas dinâmicas intensas de reconfiguração do perfil qualificacional dos jovens/adultos.

O *cluster* 2 acolhe uma das maiores percentagens de áreas predominantemente rurais, enquanto as áreas predominantemente urbanas têm um dos menores pesos relativos de todo o continente — estes dois traços só se reforçam no *cluster* 5. Em termos de estrutura sociodemográfica, as tendências de envelhecimento na base (pela diminuição de crianças e jovens) e no topo (através do reforço do segmento com 65 e mais anos) constituem um desafio económico e social determinante, contribuindo também para um saldo negativo no que se refere à reprodução da população. O *cluster* 2 é formado simultaneamente por municípios com uma atividade agrícola dinâmica e uma multiplicidade de atividades industriais, a par de outros municípios com uma baixa densidade populacional e uma atividade industrial muito reduzida. Mas todos eles são territórios

ainda muito condicionados pelo perfil qualificacional, baixo e muito baixo, da população com 25 a 64 anos. Mais de dois terços têm posicionamentos nas classes assalariadas de base dos serviços (EE, aqui prevaletentes) e do operariado agrícola e industrial (O). Apesar disto, e traduzindo a presença neste *cluster* de concelhos periféricos capitais de distrito, um segmento ainda expressivo da população tem pelo menos o ensino secundário, embora tal não se reflita de forma linear numa qualificação da estrutura socioprofissional (os PTE correspondentes à classe social com maior reconhecimento do seu perfil qualificacional têm um peso relativo baixo). Numa interpretação deste aglomerado de territórios, propomos referenciá-lo como «Territórios Intermédios», um *cluster* com alguma heterogeneidade interna, mas com tendências que se desenham de forma reforçada pela interseção da perda líquida de população, pelo envelhecimento e pela aparente incapacidade de requalificação da população e da estrutura socioprofissional.

O *cluster* 3 incorpora municípios de norte a sul do continente, sendo caracterizado pela prevalência de áreas predominantemente urbanas, com algum protagonismo social e económico. Corresponde ao *cluster* com maior capacidade relativa de crescimento populacional, mas é igualmente o *cluster* onde a população com 65 ou mais anos mais cresceu entre 2001 e 2011, apesar de manter uma expressão relativamente baixa destas idades na comparação com os outros agregados territoriais. É o *cluster* com maior presença da faixa etária dos 25–64 anos e o segundo com maior peso relativo de crianças e jovens (depois do *cluster* 1). Do ponto de vista da estrutura socioprofissional da população, revela algum dinamismo qualificante,

acolhendo uma presença acima da média de trabalhadores de organizações do setor público e empresarial que se diferenciam pelo seu perfil de pericialidade técnica e científica elevado e intermédio (PTE). Apesar disto, a maioria da população está posicionada nas classes executantes de serviços (EE). Numa interpretação deste aglomerado de territórios, propomos referenciá-lo como «Territórios Urbanos em Rede», sublinhando a prevalência neste *cluster* de centros urbanos com protagonismo económico e social, que mantêm relações intensas com outros centros, o que, aliás, é bem notório no peso relativo de população em mobilidade quotidiana para outros municípios por razões de estudo ou trabalho.

O *cluster* 4 agrega apenas seis municípios, incluindo a capital e mais três concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Coimbra. A esmagadora maioria dos territórios aqui posicionados envolvem áreas urbanas densamente povoadas e com alguma capacidade de renovação populacional, embora o envelhecimento que caracteriza os restantes territórios seja uma tendência aqui também presente. Denotando a muito significativa presença de atividades de serviços de alto nível qualificacional e pericial, mais de metade da população tem pelo menos o nível de educação secundário (destes, mais de um terço tem educação superior). Este perfil reflete-se numa estrutura socioprofissional qualificada, caracterizado pela prevalência das classes sociais mais dotadas de recursos económicos, organizacionais e de *status/poder*, como os empresários, os dirigentes de empresas, os profissionais liberais altamente qualificados (EDL) e os profissionais técnicos e de enquadramento (PTE). Simultaneamente, têm também alguma expressão os trabalhadores assalariados de execução direta mobilizados nas atividades

de serviços, de comércio, administrativas e de segurança (EE). Este é verdadeiramente o único *cluster* que se aproxima dos padrões que caracterizam o contexto de uma sociedade europeia que se descreve como «da inovação» e «do conhecimento», daí que numa interpretação deste aglomerado de territórios propomos referenciá-lo como «Territórios Inovadores».

O *cluster* 5 é composto exclusivamente por Territórios de Baixa Densidade⁹ populacional, envolvendo cidades de pequena dimensão e zonas rurais periféricas, também frequentemente identificados na literatura como «territórios do interior». Ou seja, territórios que intensificam traços de empobrecimento, ligados a tendências intensas de despovoamento e envelhecimento da sua população e ao estrangulamento das atividades económicas e sociais. A falta de oportunidades de trabalho dita a permanência de fluxos de saída dos territórios da população jovem e adulta em procura de outras oportunidades, ao mesmo tempo que esvazia a economia e a sociedade local de recursos humanos imprescindíveis para qualquer indústria que ali se pretenda instalar.

Ficam no território os mais velhos (que representam mais de um terço da população) e os segmentos de adultos com qualificações baixas e muito baixas. Em termos de classes sociais, em coerência com o retrato traçado, encontramos neste *cluster* uma presença expressiva de trabalhadores de serviços pessoais e de cuidado, de vendas e de segurança (EE, incidentes no setor feminino da população), e também segmentos de assalariamento na agricultura e indústria (O, prevalentes no segmento masculino), bem como uma presença relativamente relevante de trabalhadores independentes (TI) com um perfil pouco

qualificado. Numa interpretação deste aglomerado de territórios, propomos referenciá-lo como «Territórios de Baixa Densidade».

Tabela 8 Resumo de comparação entre *clusters*

Indicadores	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4		Cluster 5		
	Territórios Industriais em Transição		Territórios Intermédios		Territórios Urbanos em Rede		Territórios Inovadores		Territórios de Baixa Densidade		
	Munic: 35 (12,9%)		Munic: 94 (34,6%)		Munic: 43 (15,8%)		Munic: 6 (2,2%)		Munic: 94 (34,6%)		
	Pop: 1 702 365 (17,4%)		Pop: 2 060 380 (21,0%)		Pop: 4 036 666 (41,2%)		Pop: 1 257 589 (12,8%)		Pop: 737 597 (7,5%)		
Território	68%	Pred. Urbanas	52%	Pred. Urbanas	79%	Pred. Urbanas	88%	Pred. Urbanas	43%	Pred. Urbanas	
	24%	Med.Urbanas	20%	Med.Urbanas	11%	Med.Urbanas	7%	Med.Urbanas	21%	Med.Urbanas	
Tipologia de Áreas Urbanas	8%	Pred. Rurais	28%	Pred. Rurais	10%	Pred. Rurais	5%	Pred. Rurais	36%	Pred. Rurais	
População	Densidade Populacional (N.º/km ²) (média)	314,9		87		1061,1		2791,4		28,8	
	Densidade Populacional (N.º/km ²) (Tv 2001–2011)	-3,20%		-5,00%		10,50%		4,90%		-18,30%	
Rendimento	Rend. bto médio anual (€)	9381,2		10783,7		12603,3		18052,5		8990,4	
	Coeficiente de Gini	23,5		23,6		25,1		29,5		24	
Idade	28%	Inf 25 anos	24%	Inf 25 anos	26%	Inf 25 anos	25%	Inf 25 anos	21%	Inf 25 anos	
	55%	25–64 anos	53%	25–64 anos	57%	25–64 anos	56%	25–64 anos	49%	25–64 anos	
	7%	H >=65 anos	10%	H >=65 anos	7%	H >=65 anos	8%	H >=65 anos	13%	H >=65 anos	
	10%	M >=65 anos	13%	M >=65 anos	10%	M >=65 anos	12%	M >=65 anos	18%	M >=65 anos	
Idade (Tv 2001–2011)	-31%	0–14 anos	-17%	0–14 anos	6%	0–14 anos	15%	0–14 anos	-38%	0–14 anos	
	34%	+65 anos	13%	+65 anos	51%	+65 anos	41%	+65 anos	-7%	+65 anos	
Escolaridade	5%	Sem grau de escolaridade	5%	Sem grau de escolaridade	4%	Sem grau de escolaridade	3%	Sem grau de escolaridade	7%	Sem grau de escolaridade	
	77%	Básico	68%	Básico	60%	Básico	44%	Básico	76%	Básico	
	13%	Secundário	18%	Secundário	21%	Secundário	21%	Secundário	14%	Secundário	
	10%	Superior	14%	Superior	19%	Superior	35%	Superior	10%	Superior	
Educação (Tv 2001–2011)	57%	Secundário	38%	Secundário	18%	Secundário	-0,20%	Secundário	61%	Secundário	
	132%	Superior	116%	Superior	90%	Superior	77%	Superior	127%	Superior	

	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4		Cluster 5	
Trabalha/estuda noutra município	26,0%		25,9%		33,6%		30,3%		21,2%	
Classes Sociais	10%	EDL	11%	EDL	12%	EDL	16%	EDL	11%	EDL
	14%	PTE	18%	PTE	23%	PTE	35%	PTE	14%	PTE
	6%	TI	7%	TI	5%	TI	3%	TI	10%	TI
	27%	EE	35%	EE	39%	EE	35%	EE	35%	EE
	42%	O	29%	O	21%	O	11%	O	30%	O
Inativos	53,1%		55,2%		50,2%		51,1%		62,5%	

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011; Dados Municipais 2016; Cálculos TIWELL, 2020.

3.4. Segmentações territoriais e bem-estar

Se o país é «retalhado» por desigualdades sociais que segmentam de modo pronunciado os territórios, nomeadamente configurando-o em Territórios Industriais em Transição (*cluster 1*), Territórios Intermédios (*cluster 2*), Territórios Urbanos em Rede (*cluster 3*), Territórios Inovadores (*cluster 4*) e Territórios de Baixa Densidade (*cluster 5*), de que forma o bem-estar e as suas respetivas dimensões se diferenciam em função destas segmentações territoriais de desigualdades?

Na dimensão de bem-estar «trabalho digno» (figura 9), os Territórios Inovadores destacam-se na sua capacidade de oferecerem contextos organizacionais¹⁰ mais dinâmicos, uma maior proteção na reforma e no desemprego, bem como um menor peso relativo do volume de negócios das quatro maiores empresas face ao volume de negócios do município, ou seja, uma menor dependência; pelo contrário, e na comparação com os outros segmentos territoriais, a precariedade¹¹ e a proteção na doença¹² revelam menor bem-estar. Nos indicadores referenciados

de melhor bem-estar, os Territórios Urbanos em Rede seguem um padrão aproximado aos Territórios Inovadores, mas aquém destes.

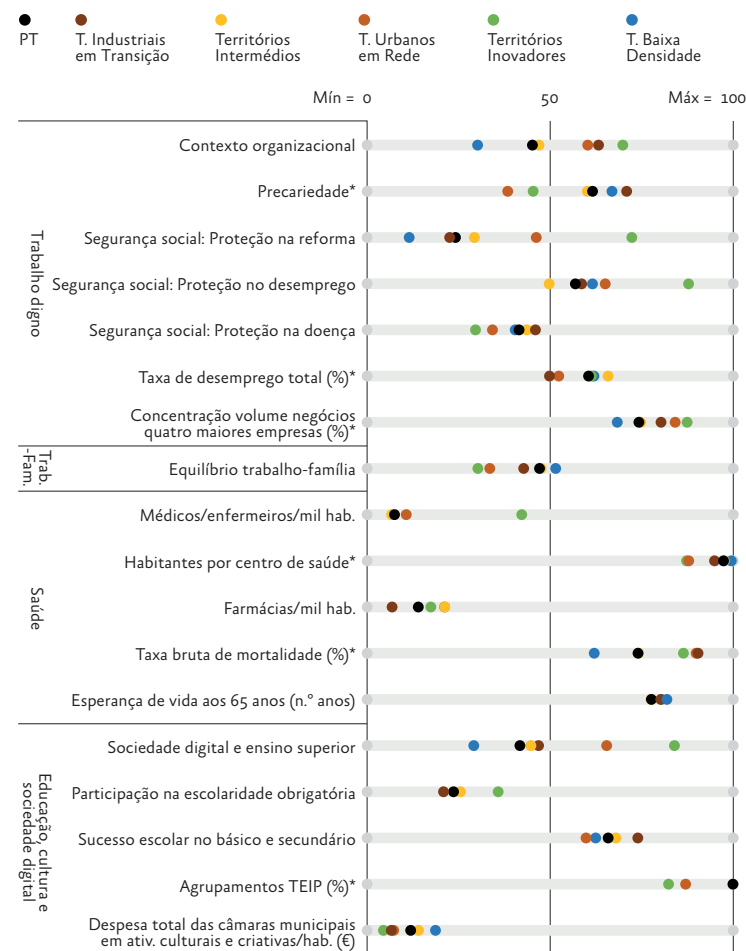
Nos Territórios Urbanos em Rede, os maiores desafios radicam na sua elevada precariedade e taxa de desemprego e na maior fragilidade em proteção na doença. Os Territórios Intermédios são os que apresentam menores taxas de desemprego, mas maiores debilidades precisamente nas respostas às situações de desemprego¹³. Os Territórios Industriais em Transição proporcionam condições para um contexto organizacional favorável e a precariedade é mais reduzida, mas existem problemas de desemprego e de proteção na doença. Nos Territórios de Baixa Densidade, as maiores dificuldades verificam-se na maior dependência das suas principais empresas, nas maiores debilidades dos contextos organizacionais empresariais, com empresas de menor dimensão com menos trabalhadores, e na segurança social, nomeadamente nas situações de proteção na reforma¹⁴, a exiguidade dos seus mercados de trabalho faz com que a precariedade não seja uma preocupação acrescida nestes territórios.

No «equilíbrio trabalho-família»¹⁵ (figura 9), os Territórios de Baixa Densidade oferecem melhores condições de bem-estar, acima

da mediana nacional dos municípios. Esta dimensão de bem-estar, baseada na taxa de pré-escolarização, no número de creches e na menor duração dos movimentos pendulares, é mais problemática nos Territórios Inovadores e nos Territórios Urbanos em Rede.

Relativamente à «saúde», medida por um conjunto de indicadores — nomeadamente o número de médicos e enfermeiros por mil habitantes, o número de habitantes por centro de saúde, o número de farmácias por mil habitantes, a taxa bruta de mortalidade e a esperança de vida aos 65 anos —, é possível observar alguns padrões territoriais (figura 9). Claramente, os Territórios Inovadores usufruem de mais médicos e enfermeiros do que as restantes configurações territoriais, sendo também nestes Territórios Inovadores, conjuntamente com os Territórios Industriais em Transição, onde é mais reduzida a taxa bruta de mortalidade. Neste último indicador, os Territórios de Baixa Densidade destacam-se pelo seu menor bem-estar. No número de habitantes por centro de saúde, no número de farmácias e na esperança de vida aos 65 anos, os cinco tipos de segmentações territoriais apresentam valores semelhantes e próximos da mediana nacional dos municípios portugueses.

Figura 9 Scores relativos de bem-estar nos *clusters* de desigualdades e mediana dos municípios do continente: trabalho, saúde, educação, cultura e sociedade digital



*Indicador invertido, para uniformização com os restantes, onde maior valor traduz maior bem-estar.

As segmentações territoriais em «educação, cultura e sociedade digital» são vincadas e agudizam diferenças de bem-estar no conjunto do país (figura 9). O dinamismo socioeconómico dos Territórios Inovadores assenta nos seus níveis de educação superior e na avançada capacidade tecnológica. É clara a sua pujança, comparativamente com as restantes configurações territoriais, nas vertentes da sociedade digital e do ensino superior¹⁶, e na participação na escolaridade obrigatória¹⁷. Nestes indicadores, seguem-se os Territórios Urbanos em Rede, mas já não no sucesso escolar no ensino básico e secundário¹⁸; estes são territórios educativos polarizados, o que se reflete nas características dos seus mercados de trabalho. Os Territórios Intermédios seguem precisamente uma tendência muito aproximada dos valores medianos nacionais. Os Territórios Industriais em Transição destacam-se no sucesso do ensino básico e secundário, coincidindo com a transição educativa que estes territórios estão a viver, nomeadamente por parte das gerações mais novas, cada vez mais escolarizadas, mas ainda assim o seu acesso não é universal, já que estes são os territórios, na comparação com as restantes segmentações, onde a participação na escolaridade obrigatória é a menos elevada.

Apesar da menor penetração na sociedade digital e no ensino superior, bem como o maior insucesso escolar no ensino básico e secundário, os Territórios de Baixa Densidade investem localmente, através das autarquias, em atividades culturais e criativas, destacando-se dos demais territórios e da mediana dos municípios portugueses.

No que diz respeito à «qualidade ambiental» (figura 10), os Territórios Inovadores destacam-se substancialmente, em relação aos restantes *clusters* de desigualdades territoriais, na deslocação em transporte

coletivo, na gestão de resíduos, nos aterros e na qualidade da água, bem como no investimento em biodiversidade e paisagem. Os Territórios Urbanos em Rede são os que a seguir se destacam em termos de melhor bem-estar, com exceção nas deslocações em transporte coletivo; neste último indicador, os Territórios Intermédios são os que apresentam os piores valores nacionais. Para os Territórios Industriais em Transição, a gestão de resíduos e os aterros e a qualidade da água constituem desafios problemáticos a considerar.

Na «habitação» (figura 10), os Territórios de Baixa Densidade apresentam melhores condições de bem-estar, nomeadamente ao proporcionarem habitação acessível¹⁹ e menos sobrelotada²⁰. Este cenário contrasta com os Territórios Inovadores, inequivocamente deficitários de habitação acessível e com maiores necessidades de habitação social²¹, mas, ao invés, o problema da sobrelotação é o menos problemático no conjunto dos segmentos territoriais do país. Os Territórios Urbanos em Rede revelam carências de habitação acessível, e nos Territórios Industriais em Transição o problema da sobrelotação revela uma maior acuidade.

A «participação cívica», enquanto dimensão de bem-estar, revela um país diferenciado e assimétrico. Nos Territórios Inovadores, é onde se verifica a menor apatia face à política nacional e europeia²², mas em claro contraste com a maior apatia em relação à política municipal²³ e uma mais baixa participação e potencialização de recursos locais²⁴. Os Territórios Urbanos em Rede aproximam-se do padrão dos Territórios Inovadores, ocupando com estes as piores posições relativas de bem-estar em relação à política municipal e aos

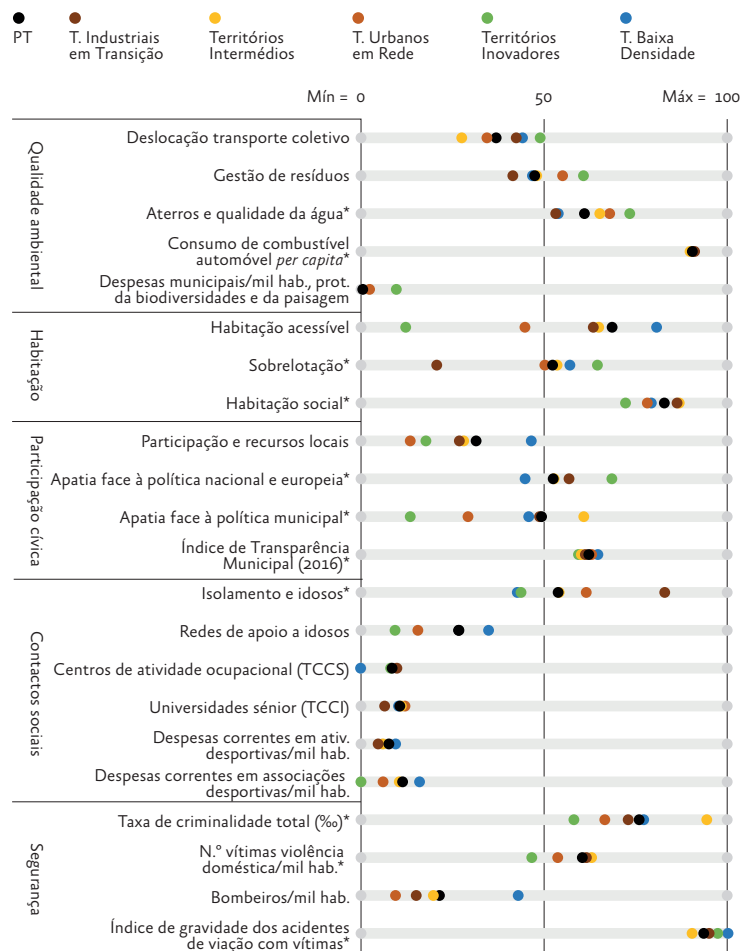
níveis de participação e de recursos locais. Os Territórios Intermédios são os menos apáticos em relação à política municipal, destacando-se neste indicador de bem-estar. Nos Territórios de Baixa Densidade é igualmente visível o contraste, por um lado, entre a política nacional e europeia, onde a apatia é a mais elevada do país; por outro, a mobilização de participação e recursos locais, claramente revelando as melhores condições de bem-estar no conjunto dos territórios nacionais.

Nos «contactos sociais», outra dimensão fundamental de bem-estar, a situação nacional é mais homogénea entre as várias segmentações territoriais de desigualdades, com exceção nos indicadores «isolamento e idosos»²⁵ e «redes de apoio a idosos»²⁶. Os Territórios Industriais em Transição destacam-se claramente na maior capacidade de combaterem o isolamento dos idosos. Nas redes de apoio a idosos, verifica-se que os Territórios de Baixa Densidade são os mais dotados, ultrapassando a mediana dos municípios portugueses. Nos restantes indicadores de contactos sociais, nomeadamente a existência de centros de atividade ocupacionais, universidade seniores e despesas correntes em associações e atividades desportivas, as diferenças entre territórios não são acentuadas e aproximam-se da mediana nacional.

Na «segurança», os Territórios Intermédios são os que apresentam os melhores valores no que diz respeito à taxa de criminalidade total, destacando-se das restantes segmentações territoriais. Especificamente neste indicador, a situação é mais problemática nos Territórios Inovadores, e é também nesta configuração territorial que é maior a incidência de vítimas de violência doméstica. Globalmente, os Territórios Urbanos em Rede são os que apresentam maiores

preocupações de segurança no conjunto dos indicadores desta dimensão de bem-estar. Por último, vale a pena salientar a maior presença de bombeiros por mil habitantes que se verifica nos Territórios de Baixa Densidade.

Figura 10 Scores relativos de bem-estar nos *clusters* de desigualdades e mediana dos municípios do continente: ambiente, habitação, participação, contactos sociais e segurança



*Indicador invertido, para uniformização com os restantes, onde maior valor traduz maior bem-estar.
Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

3.5. Desigualdades sociais e o bem-estar municipal

Apurada a existência de relações de multidimensionalidade e de interseções entre as desigualdades sociais à escala dos municípios portugueses, poderão estas múltiplas desigualdades ser preditores do bem-estar municipal? Será possível inferir que as desigualdades sociais apresentam associações significativas com o bem-estar à escala dos municípios portugueses? Para o efeito, realizámos análises de regressão linear múltipla com vista a identificar um modelo de análise capaz de retratar as relações existentes entre as desigualdades sociais — territoriais, etárias/populacionais, de rendimento²⁷, de classes sociais e educativas — e os indicadores das dimensões de bem-estar, concretamente trabalho digno, equilíbrio trabalho-família, saúde, educação, cultura e sociedade digital, qualidade ambiental, habitação, participação cívica, contactos sociais e segurança.

Alguns indicadores destas dimensões de bem-estar (oito indicadores²⁸) não revelaram nenhuma relação com os indicadores de desigualdade, traduzindo que a sua variação nos municípios não está relacionada com os indicadores de desigualdades sociais considerados neste estudo. Como exemplo, pode referir-se o consumo de combustível automóvel *per capita* ou o Índice de Transparência Municipal. Apesar de ser justificada a sua utilização enquanto medição da dimensão de bem-estar onde se incluem, a sua variação pode estar associada a fatores diversos, fora do âmbito desta investigação. Os resultados dos modelos apurados para todos os outros indicadores de bem-estar revelam que os indicadores de desigualdade surgem como determinantes de bem-estar ao nível municipal (tabelas 12 a 20). As variáveis independentes, utilizadas nos

modelos de regressão, foram estabilizadas, ou seja, foram comuns em todos os modelos (ver detalhes na secção 2.3.1). Descrevem-se os determinantes de bem-estar e interpretam-se os efeitos significativos, por dimensão de bem-estar, sendo também apresentado um resumo integrado dos efeitos de cada indicador de desigualdades. Com a análise desenvolvida, será possível responder à premissa de que as desigualdades sociais são igualmente cumulativas (Costa, 2012; Mauritti *et al.*, 2016; Costa *et al.*, 2018), no que diz respeito ao impacto integrado e sistémico que elas manifestam sobre o bem-estar municipal.

3.5.1. Desigualdades e trabalho digno

Na dimensão de bem-estar «trabalho digno», os modelos construídos manifestam uma capacidade explicativa dos indicadores de desigualdades relativamente ao contexto organizacional ($R^2_{aj} = 0,768$), precariedade ($R^2_{aj} = 0,558$), segurança social: proteção na reforma ($R^2_{aj} = 0,846$), segurança social: proteção no desemprego ($R^2_{aj} = 0,429$), taxa de desemprego ($R^2_{aj} = 0,388$) e concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas ($R^2_{aj} = 0,252$). Não foi considerado o modelo de regressão relativo a segurança social: proteção na doença, por não se revelar significativo ($R^2_{aj} = 0,077$).

Em relação ao indicador de contexto organizacional²⁹, verifica-se que os municípios com uma maior densidade populacional, uma maior presença de empresários, dirigentes, profissionais liberais (EDL) e operários, uma menor presença de trabalhadores independentes (TI) e com prevalência de áreas medianamente ou predominantemente urbanas apresentam um contexto organizacional mais robusto, ou seja, uma maior taxa de atividade e uma maior presença

de empresas de grande dimensão, bem como um elevado número médio de trabalhadores. Territórios com maiores desigualdades de rendimentos (medidas por maior valor de coeficiente de Gini e posicionamento dos agregados nos quatro decis mais baixos de rendimentos) e maior mobilidade associam-se a contextos organizacionais mais frágeis, com uma maior presença de pequenas empresas e uma menor taxa de atividade (tabela 9).

Territórios com uma maior presença de população ativa (25–64 anos), um maior crescimento da população infantil (0–14 anos) entre 2001 e 2011, maiores desigualdades de rendimentos (medidas através do coeficiente de Gini e da população com rendimentos mais baixos) e uma maior presença de população com o ensino secundário associam-se a uma maior precariedade³⁰ e a uma maior presença de contratos a termo e a tempo parcial, traduzindo menos bem-estar na dimensão do trabalho. O modelo construído permitiu identificar que a presença de trabalhadores independentes e operários, assim como de territórios com áreas predominantemente rurais, apresenta um efeito constrangedor sobre a precariedade, ou seja, corresponde a uma menor presença de contratos a termo e a tempo parcial (tabela 9).

Tabela 9A Desigualdades sociais e trabalho digno

Indicadores de desigualdade social		Contexto organizacional		Precariedade (1)		Segurança social: Proteção na reforma				
		B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto			
	(Constante)	0,985	1,395	-7,861	**	2,085	1,437	1,250		
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	-0,061	*	0,027	0,063	0,044	-0,067	**	0,025	
	Áreas medianamente urbanas (AMU) ²	0,002	*	0,001	-0,002	0,001	0,002	**	0,001	
	Áreas predominantemente rurais (APR)	0,006		0,004	-0,022	**	0,007	-0,003	0,003	
População	Densidade populacional (Ln)	0,221	**	0,075	-0,084	0,085	0,102		0,064	
	Inferior a 25 anos	0,026		0,019	-0,034	0,030	-0,035	*	0,015	
	25 a 64 anos	0,032		0,025	0,068	0,035	0,025		0,021	
	Tv (0-14)	0,003		0,003	0,010	*	0,004	0,003	0,003	
Rendimento	Tv (65+)	0,000		0,004	0,037	0,004	0,001		0,003	
	Coefficiente de Gini	-0,108	**	0,032	0,154	**	0,040	-0,077	**	0,024
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	-0,070	**	0,017	0,090	**	0,025	-0,068	**	0,012
Classes Sociais	Rácio Rendimento P1/P99	-0,007		0,013	0,035	0,024	-0,003		0,010	
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	0,079	**	0,025	-0,019	0,035	0,003		0,019	
	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	0,011		0,106	-0,175	0,108	-0,154	*	0,066	
	Trabalhadores independentes (TI)	-0,091	**	0,022	-0,074	*	0,037	-0,065	**	0,020
	Operários (O)	0,048		0,027	-0,039	**	0,013	0,013		0,009
	Operários (O) ²	0,000		0,000						
Escolaridade	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,001		0,002	-0,059	0,003	0,004	*	0,002	
	Sem grau de escolaridade	-0,036		0,040	0,043	0,053	0,055	*	0,025	
	Secundário	-0,026		0,020	0,097	**	0,031	0,070	**	0,021
	Superior (> Mediana 11,7%)	-0,065		0,124	0,196	0,125	0,125		0,073	
	Tv Secundário	-0,001		0,002	0,000	0,004	-0,001		0,001	
Mobilidade	Tv Superior	0,001		0,002	-0,001	0,003	-0,002		0,001	
	Trabalha/estuda noutra município	-0,026	**	0,005	0,009	0,006	0,011	*	0,004	
	Territórios inovadores (CL4)	0,595		0,503	-0,881	0,540	1,153	*	0,453	
	R ² aj.	0,768	**		0,563	**	0,846	**		
				F(24, 247)=38,337		F(23, 248)=16,164		F(23, 248)=65,770		

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

Os territórios com uma maior presença de áreas mediana e predominantemente urbanas, onde há um maior número de residentes que se deslocam para outro município para trabalhar e/ou estudar, associam-se a maiores níveis de proteção na reforma³¹. Este indicador também traduz um maior bem-estar em municípios designados por Territórios Inovadores (ver secção 3.3.6) e nos territórios com uma maior presença de indivíduos com o ensino secundário. Por outro lado, refletindo assimetrias nas condições de vida e de reconhecimento que opõem as gerações, nestes territórios a presença de indivíduos sem grau de escolaridade surge positivamente correlacionada com a proteção na reforma. Nos Territórios de Baixa Densidade, a presença de inativos está correlacionada com uma maior proteção na reforma, quando em comparação com outros territórios. As desigualdades de rendimentos (medidas através do coeficiente de Gini e da percentagem de agregados nos 40% de rendimentos nacionais mais baixos), assim como a presença de profissionais técnicos e de enquadramentos (PTE) e de trabalhadores independentes (TI), estão negativamente correlacionadas com a proteção na reforma (tabela 9).

O bem-estar relativo à maior proteção no desemprego³² revelou-se positivamente associado a territórios com uma maior presença de áreas medianamente urbanas e predominantemente urbanas, com uma maior densidade populacional, maiores níveis de desigualdade de rendimentos (medidos através do Coeficiente de Gini) e com uma maior evolução da escolarização nos níveis secundário e superior. A proteção face ao desemprego e ao bem-estar relacionado é também incrementada nos municípios com uma menor presença de população em idade ativa (25 a 64 anos), uma menor presença relativa

de agregados com rendimentos mais baixos, uma menor presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e uma menor presença de indivíduos com o ensino secundário.

A taxa de desemprego total nos municípios foi considerada um indicador que contribui para aferir as condições de bem-estar relativas ao trabalho. As condicionantes deste indicador podem ser muito diversas, estruturais ou intrínsecas ao desenvolvimento económico do país, por exemplo. O modelo construído também permitiu identificar alguns fatores de desigualdades relacionados com a taxa de desemprego total nos municípios (tabela 9).

Os municípios com menor presença de áreas predominantemente rurais, com uma maior percentagem de agregados com baixos rendimentos e de pessoas sem escolaridade, apresentam uma maior taxa de desemprego. Os municípios caracterizados pela presença das diferentes estruturas de classes, EDL, PTE, TI e operários, e onde o número de pessoas com o ensino secundário tem aumentado menos, são municípios com uma menor taxa de desemprego.

Tabela 9B Desigualdades sociais e trabalho digno

Indicadores de desigualdade social		Segurança social: Proteção no desemprego		Taxa de desemprego total (%) (1)		Concentração volume negócios 4 maiores empresas (%) (1)				
		B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto			
	(Constante)	5,731	*	2,546	13,285	6,933	76,284	49,993		
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	-0,160	**	0,050	-0,035	0,025	0,105	0,131		
	Áreas medianamente urbanas (AMU) ²	0,004	**	0,001						
	Áreas predominantemente rurais (APR)	0,015		0,009	-0,060	**	0,018	0,118	0,100	
População	Densidade populacional (Ln)	0,267	**	0,096	-0,156		0,286	-0,679	1 922	
	Inferior a 25 anos	-0,025		0,039	0,128		0,104	-0,932	0,617	
	25 a 64 anos	-0,086	*	0,041	0,034		0,112	-0,685	0,743	
	Tv (0-14)	-0,012		0,006	0,006		0,013	0,051	0,072	
	Tv (65+)	0,009		0,006	-0,002		0,016	-0,066	0,109	
Rendimento	Coefficiente de Gini	0,115	**	0,041	0,215		0,122	1 274	0,922	
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	-0,081	**	0,023	0,318	**	0,074	-1 222	*	0,486
	Rácio Rendimento P1/P99	-0,031		0,049	0,003		0,078	0,254	0,547	
Classes	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	-0,122	**	0,039	-0,628	**	0,108	-2 403	**	0,661
Sociais	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	0,059		0,211	-1 370	**	0,456	1 444		2 616
	Trabalhadores independentes (TI)	0,017		0,038	-0,242	*	0,107	-0,169		0,648
	Operários (O)	-0,018		0,015	-0,122	**	0,045	0,679	*	0,303
	Operários (O) ²									
	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,004		0,004	-0,008		0,010	0,041		0,052
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	-0,027		0,054	0,316	*	0,156	-0,048		1 234
	Secundário	-0,093	**	0,034	0,011		0,102	0,337		0,669
	Superior (> Mediana 11,7%)	-0,011		0,215	1,007		0,536	-1 847		3 290
	Tv Secundário	0,009	*	0,004	-0,026	*	0,011	0,025		0,074
	Tv Superior	0,005	*	0,003	-0,007		0,006	-0,012		0,050
Mobilidade	Trabalha/estuda noutra município	0,007		0,007	-0,031		0,021	0,181		0,113
	Territórios inovadores (CL4)	0,786		0,449	-0,325		1,248	3,243		11,839
	R ² aj.	0,429	**		0,388	**		0,252	**	
				F(23, 248)=9,855		F(22, 249)=8,796		F(22, 249)=5,156		

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

Nos dados apurados para o conjunto dos municípios em análise, os valores da taxa de desemprego total apresentam um mínimo de 5,1% e um máximo de 22,9%, com um valor médio de 12,5%.

O indicador que mede o peso relativo que o volume de negócios das quatro maiores empresas representa sobre o volume de negócios total do município — ou seja, a dependência da estrutura de trabalho e do tecido empresarial do município face às quatro empresas com maior volume líquido de atividade económica em termos de vendas, prestações de serviços e/ou produção — propõe revelar a fragilidade da dimensão trabalho no município. O modelo de regressão múltipla realizado apresenta uma fraca qualidade explicativa; apenas 25,2% da variação deste indicador pode ser explicada pelas variáveis de desigualdade utilizadas (tabela 9). Observa-se que nos municípios com um menor número de agregados com baixos rendimentos, uma menor proporção de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e uma maior proporção de operários tende a registar-se uma maior concentração do volume de negócios nas quatro maiores empresas.

Nos dados apurados para o conjunto dos municípios em análise, os valores deste indicador, relativo à concentração de volume de negócios das quatro maiores empresas, registam um mínimo de 6,4% e um máximo de 92,6%, com um valor médio de 31,8%.

Em resumo, é possível destacar algumas relações significativas entre as desigualdades sociais e o bem-estar na dimensão de trabalho digno. Nas associações observadas, verifica-se que uma menor presença relativa de agregados com rendimentos mais baixos está relacionada com um maior bem-estar. As desigualdades de rendimentos estão

relacionadas com os contextos organizacionais e económicos, a precariedade, o desemprego e os sistemas de segurança e proteção quer no desemprego (nos segmentos com rendimentos mais baixos), quer na reforma. Os sistemas de proteção na reforma são promotores de maior bem-estar sobretudo nos segmentos de população sem grau de escolaridade e com escolaridade de nível secundário. Quanto à componente de bem-estar diretamente relacionada com a proteção no desemprego, a maior presença de ensino superior associa-se a melhor bem-estar; relativamente à proteção na reforma, os territórios onde se verificou um acréscimo de população com o ensino secundário e superior associam-se a uma maior proteção no desemprego.

3.5.2. Desigualdades e equilíbrio trabalho-família

Para a formação desta dimensão contribuem as correlações entre a taxa bruta de pré-escolarização, o número de creches e a duração média dos movimentos pendulares. Um maior bem-estar nos municípios é traduzido por uma maior cobertura de creches e estabelecimentos de pré-escolar e uma menor duração nas deslocações da população residente, empregada ou estudante (tabela 10).

Tabela 10 Desigualdades sociais e equilíbrio trabalho-família

Indicadores de desigualdade social		Equilíbrio trabalho-família		
		B		Erro padrão robusto
	(Constante)	-5,860	*	2,595
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	0,109	**	0,036
	Áreas medianamente urbanas (AMU) ²	-0,003	**	0,001
	Áreas predominantemente rurais (APR)	0,002		0,006
População	Densidade populacional (Ln)	-0,077		0,116
	Inferior a 25 anos	-0,055	*	0,026
	25 a 64 anos	0,063		0,034
	Tv (0-14)	-0,016	**	0,004
	Tv (65+)	-0,006		0,005
Rendimento	Coeficiente de Gini	0,011		0,042
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	0,069		0,075
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixo ²	-0,002		0,002
	Rácio Rendimento P1/P99	-0,029		0,022
Classes	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	0,112	*	0,050
Sociais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	-0,201		0,164
	Trabalhadores independentes (TI)	-0,039		0,100
	Trabalhadores independentes (TI) ²	-0,051		0,004
	Operários (O)	0,022		0,016
	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,001		0,004
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	0,051		0,053
	Secundário	0,116		0,125
	Secundario ²	-0,003		0,003
	Superior (> Mediana 11,7%)	0,328		0,194
	Tv Secundário	-0,002		0,003
Mobilidade	Tv Superior	-0,001		0,002
	Trabalha/estuda noutro município	-0,022	**	0,008
	Territórios inovadores (CL ⁴)	0,276		0,509
	R ² aj.	0,495	**	
	F(25, 246)	11,610		

*p<0,05 **p<0,01

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

O modelo de regressão indica que os indicadores de desigualdades considerados explicam 49,5% da variação da dimensão equilíbrio trabalho-família.

Apresentam um maior equilíbrio trabalho-família os municípios com uma maior presença de áreas mediana e predominantemente urbanas, uma menor presença de jovens e um maior decréscimo de crianças e jovens (2001–2011), uma maior presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais, e uma menor mobilidade.

3.5.3. Desigualdades e saúde

Na dimensão de bem-estar «saúde», os modelos construídos evidenciam uma capacidade explicativa relativamente ao número de médicos e enfermeiros por mil habitantes ($R^2_{aj} = 0,697$), número de habitantes por centro de saúde ($R^2_{aj} = 0,464$), número de farmácias por mil habitantes ($R^2_{aj} = 0,535$), da taxa bruta de mortalidade ($R^2_{aj} = 0,854$) e da esperança de vida aos 65 anos ($R^2_{aj} = 0,282$).

O valor médio de médicos/enfermeiros por mil habitantes, apurado para o conjunto dos municípios em análise, foi de 3,6, com um mínimo de 0,6 e um máximo de 29,3.

No que se refere ao modelo de regressão linear múltipla referente ao número de médicos/enfermeiros nos municípios (tabela 11), verifica-se que os municípios com uma maior densidade populacional e uma maior presença de população em idade ativa (25–64 anos) associam-se a um maior valor médio de médicos/enfermeiros por mil habitantes. Nos municípios onde a população idosa (maior de 65 anos) tem

vindo a aumentar, onde estão presentes mais empresários, dirigentes, profissionais liberais (ELD), trabalhadores independentes (TI) e operários (O), onde os níveis de educação são mais baixos, verifica-se um efeito negativo no número médio de médicos/enfermeiros por mil habitantes, portanto, um menor bem-estar relativo a este indicador.

Quanto ao indicador do número de habitantes por centro de saúde, o valor médio para o conjunto dos municípios é de aproximadamente 12 mil habitantes por centro de saúde.

Verifica-se que os territórios pautados por mais áreas medianamente urbanas, uma menor densidade populacional e uma maior proporção de habitantes em idade ativa (25–64 anos) associam-se a um menor número de habitantes por centro de saúde, indicando um maior bem-estar.

Os municípios com uma maior densidade populacional, um maior crescimento de população mais idosa (65 e mais anos) e com maiores desigualdades de rendimentos (medidas através do coeficiente de Gini) têm menos farmácias por mil habitantes do que os restantes territórios (tabela 11). No conjunto dos municípios, o valor médio de farmácias por mil habitantes é de 0,4.

Os municípios com mais população jovem (menos de 25 anos) e em idade ativa (25–64 anos), com um maior acréscimo no número de idosos (65 e mais anos) e maiores desigualdades de rendimento, ou seja, um maior valor do coeficiente de Gini e onde é mais expressiva a presença de operários (O), a taxa bruta de mortalidade revela-se menor.

Tabela 11 Desigualdades sociais e saúde

Indicadores de desigualdade social	Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes		Habitantes por centro de saúde (1)	
	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto
(Constante)	8,212	4,296	93 994,966 *	40 442,206
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	0,001	-260,971	149,451
	Áreas predominantemente rurais (APR)	0,006	-148,643	96,926
População	Densidade populacional (Ln)	0,613 *	4 724,143 *	1 977,833
	Inferior a 25 anos	-0,103	553,235	390,858
	25 a 64 anos	0,292 **	-2 412,291 **	855,387
	Tv (0-14)	-0,011	93,214	106,651
	Tv (65+)	-0,031 *	313,195	190,917
Rendimento	Coeficiente de Gini	0,060	401,727	700,230
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	-0,046	-289,723	370,958
	Rácio Rendimento P1/P99	-0,106	-174,771	361,827
Classes	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	-0,226 *	-153,487	755,533
	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	0,349	2 625,292	2 643,007
Sociais	Trabalhadores independentes (TI)	-0,177 **	71,405	461,660
	Operários (O)	-0,221 **	-42,299	218,043
	Inativos*territórios rurais baixa densidade	-0,006	50,278	37,382
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	-0,186 *	1 170,449	801,894
	Secundário	-0,315 **	852,121	649,468
	Superior (> Mediana 11,7%)	-0,487	-4 527,454	2 463,349
	Tv Secundário	-0,01	-20,524	38,494
	Tv Superior	0,006	-46,006	34,212
Mobilidade	Trabalha/estuda noutro município	-0,129 **	100,206	144,334
	Territórios inovadores (CL4)	6 239	-10 422,836	14196,561
	R ² aj.	0,697 **	0,464 *	
		F(22, 249)=29,285		F(22, 249)=11,659

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Indicadores	R ² aj
Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes	0,697***
Habitantes por centro de saúde (1)	0,464***
Farmácias por 10000 habitantes	0,535***
Taxa bruta de mortalidade (%) (1)	0,854***
Esperança de vida aos 65 anos (n.º anos)	0,282 ***

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

Indicadores de desigualdade social		Farmácias por 1000 habitantes		Taxa bruta de mortalidade (%) (1)		Esperança de vida aos 65 anos (n.º anos)	
		B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto
	(Constante)	2,103 **	0,631	69,955 **	8,756	20,361 **	0,949
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	0,000	0,001	-0,007	0,016	-0,007 *	0,003
	Áreas predominantemente rurais (APR)	-0,002	0,001	-0,019	0,013	0,007 **	0,002
População	Densidade populacional (Ln)	-0,052 **	0,018	-0,123	0,211	0,081 *	0,037
	Inferior a 25 anos	-0,007	0,007	-0,391 **	0,083	-0,023	0,012
	25 a 64 anos	-0,001	0,009	-0,604 **	0,121	-0,016	0,018
	Tv (0-14)	0,000	0,001	0,012	0,015	-0,006 **	0,002
Rendimento	Tv (65+)	-0,003 **	0,001	-0,041 **	0,014	0,005 *	0,002
	Coeficiente de Gini	-0,022 *	0,011	-0,247 *	0,125	-0,015	0,021
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	-0,009	0,006	-0,074	0,069	0,008	0,011
	Rácio Rendimento P1/P99	0,014	0,008	-0,036	0,077	-0,022	0,011
Classes	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	-0,009	0,008	0,050	0,124	0,029	0,016
Sociais	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	-0,047	0,032	-0,876	0,461	0,225 **	0,066
	Trabalhadores independentes (TI)	-0,015	0,008	-0,153	0,107	0,010	0,014
	Operários (O)	-0,006	0,004	-0,074 *	0,035	0,004	0,006
Escolaridade	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,001	0,001	0,009	0,007	-0,001	0,001
	Sem grau de escolaridade	0,009	0,010	0,187	0,168	-0,026	0,021
	Secundário	-0,015	0,010	-0,154	0,108	-0,004	0,015
	Superior (> Mediana 11,7%)	0,010	0,036	0,390	0,530	-0,183 *	0,074
	Tv Secundário	-0,001	0,001	-0,008	0,013	-0,001	0,002
Mobilidade	Tv Superior	0,000	0,001	-0,004	0,007	0,001	0,001
	Trabalha/estuda noutro município	0,002	0,001	-0,007	0,017	0,003	0,003
	Territórios inovadores (CL4)	0,125	0,064	-0,939	0,917	0,212	0,187
	R²aj.	0,535 **		0,854 **		0,282 **	
			F(22, 249)=15,152		F(22, 249)=73,309		F(22, 249)=5,841

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

Para o conjunto dos municípios considerado, o valor médio da taxa bruta de mortalidade é de 14,1%.

A variabilidade da esperança de vida aos 65 anos (número de anos) é apenas explicada em 28,2% pelas variáveis do modelo. Verifica-se que os territórios com mais áreas medianamente urbanas e onde o crescimento da população infantil apresenta uma dinâmica positiva (taxa de variação 0–14 anos entre 2001 e 2011) se associam a uma menor esperança média de vida aos 65 anos.

Estima-se que, em territórios com uma maior presença de população com o ensino superior, a esperança de vida aos 65 anos seja de menos 0,183 anos, em média, quando comparados com territórios com uma menor presença de ensino superior. Por outro lado, alguns fatores de desigualdade apresentam efeitos positivos sobre este indicador de bem-estar, como a maior presença de áreas predominantemente rurais, a maior densidade populacional, o aumento da população idosa (mais de 65 anos) e a maior proporção das classes assalariadas correspondentes aos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) é maior, e associam-se a maiores valores de esperança média de vida aos 65 anos (tabela 11).

A esperança média de vida aos 65 anos, para o conjunto total dos municípios estudados, apresenta um valor médio de 19,7 anos, com um valor máximo registado de 20,1 anos.

Em resumo, é possível verificar que as variáveis de desigualdades associadas a indicadores de bem-estar relativos à dimensão saúde traduzem estruturas da população, como a densidade populacional ou a presença de população ativa, de jovens ou de idosos.

3.5.4. Desigualdades sociais e educação, cultura e sociedade digital

Na dimensão de bem-estar «educação, cultura e sociedade digital», os modelos construídos apresentam uma capacidade explicativa relativamente à sociedade digital e ao ensino superior ($R^2_{aj} = 0,821$), à participação na escolaridade obrigatória ($R^2_{aj} = 0,429$), ao sucesso escolar no ensino básico e secundário ($R^2_{aj} = 0,219$) e à despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas ($R^2_{aj} = 0,398$). Não foi considerado o modelo de regressão relativo à existência de agrupamentos TEIP, por se revelar muito fraco ($R^2_{aj} = 0,119$).

Os municípios com uma maior presença de crianças e jovens (até 25 anos) e com um menor decréscimo das idades até 14 anos (2001–2011) associam-se a um melhor bem-estar, com melhores dinâmicas da sociedade digital e do ensino superior³³. Por outro lado, alguns fatores de desigualdade revelaram efeitos negativos na predição de bem-estar neste indicador. Os municípios com uma maior presença de áreas medianamente urbanas, ou territórios mais rurais, com uma maior presença de Operários (O) ou com uma maior mobilidade dos seus residentes, associam-se a um menor bem-estar relativo à sociedade digital e ao ensino superior (tabela 12).

Os municípios que apresentam uma maior densidade populacional e com população sem grau de escolaridade ou até ao secundário surgem associados a maiores valores de participação na escolaridade obrigatória³⁴. Os municípios com uma menor perda de crianças e jovens (medido pela taxa de variação 0–14 anos) e com uma estrutura de classes com uma maior presença de empresários, dirigentes, trabalhadores

liberais (EDL), de trabalhadores independentes (TI) e de operários (O) associam-se a uma menor participação na escolaridade obrigatória (tabela 12).

Municípios caracterizados por uma maior predominância de áreas medianamente urbanas ou predominantemente rurais, com uma maior proporção de população ativa (25–64), ou com uma maior presença de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), apresentam um efeito positivo sobre o sucesso escolar no ensino básico e secundário³⁵. Os Territórios Inovadores apresentam um maior sucesso escolar no básico e no secundário do que os restantes territórios. Inversamente, os municípios em que a proporção de indivíduos com o ensino secundário é maior têm piores resultados neste indicador de educação, cultura e sociedade digital (tabela 12).

Em relação ao modelo construído para avaliar os determinantes do investimento público municipal em atividades culturais e criativas, verifica-se que a proporção de operários e a presença de população com o ensino superior são fatores com um efeito positivo sobre a variação da despesa. Nomeadamente, é possível estimar que os municípios com mais de 11,7% de presença de população com o ensino superior apresentam, em média, mais 16,5 euros de despesa por habitante. Por outro lado, os municípios com densidade populacional mais elevada ou com um maior número de agregados nos 40% de rendimentos mais reduzidos apresentam uma menor despesa em atividades culturais e criativas. Estima-se que os territórios com mais de 15,8% de presença de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) apresentem menos 26 euros de despesa pública municipal, por habitante, em atividades culturais e criativas (tabela 12).

3.5.5. Desigualdades e qualidade ambiental

Os modelos de regressão construídos de forma a identificar determinantes de bem-estar relacionadas com a «qualidade ambiental» apresentaram uma razoável capacidade explicativa da variabilidade desta dimensão, nomeadamente nos indicadores de deslocação em transporte coletivo ($R^2_{aj} = 0,517$) e gestão de resíduos ($R^2_{aj} = 0,404$), sendo um pouco mais fraca a qualidade do modelo para o indicador aterros e qualidade da água ($R^2_{aj} = 0,340$). Não foram considerados os modelos de regressão relativos ao consumo de combustível automóvel, por se revelar muito fraco ($R^2_{aj} = 0,010$), e às despesas dos municípios na proteção da biodiversidade e da paisagem, devido à presença e à influência de severos *outliers* e da falta de normalidade.

Para o conjunto dos municípios considerados, o valor das despesas na proteção da biodiversidade e da paisagem apresenta um valor máximo de 26 405 euros, por mil habitantes, correspondente ao município de Lisboa, mas são diversos os municípios sem despesas nestas áreas.

Tabela 12 Desigualdades sociais e educação, cultura e sociedade digital

Indicadores de desigualdade social	Sociedade digital e ensino superior		Participação a escolaridade obrigatória		Sucesso escolar no básico e secundário		Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)		
	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	
(Constante)	0,009	1,559	4,016	2,742	-3,093	3,347	303,264 *	138,932	
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	-0,011 **	0,005	-0,006	0,010	0,021 *	0,009	0,254	0,391
	Áreas predominantemente rurais (APR)	-0,011 **	0,003	-0,005	0,005	0,013 *	0,007	-0,406	0,266
População	Densidade populacional (Ln)	0,042	0,056	0,308 **	0,117	0,035	0,098	-16,337 **	4,327
	Inferior a 25 anos	0,044 **	0,016	-0,043	0,036	-0,020	0,038	-2,718	1,444
	25 a 64 anos	0,034	0,023	-0,053	0,045	0,108 *	0,051	-0,901	2,270
	Tv (0-14)	0,011 **	0,003	-0,018 **	0,006	-0,009	0,006	0,042	0,230
Rendimento	Tv (65+)	0,004	0,003	-0,009	0,007	-0,002	0,006	-0,197	0,257
	Coeficiente de Gini	-0,013	0,027	0,056	0,043	-0,043	0,069	3 042	2,154
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	-0,024	0,016	-0,043	0,024	-0,014	0,033	-3,424 *	1,373
Classes	Rácio Rendimento P1/P99	0,007	0,014	-0,002	0,025	0,008	0,031	-0,145	1,426
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	0,008	0,024	-0,038 *	0,034	0,032	0,050	-2,024	1,909
Sociais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	-0,040	0,090	-0,002	0,138	0,596 **	0,208	-26,002 **	6,923
	Trabalhadores independentes (TI)	-0,005	0,021	-0,083 *	0,035	-0,030	0,052	-2,596	1,920
	Operários (O)	-0,031 **	0,008	-0,018 **	0,014	-0,010	0,019	0,012 *	0,788
Escolaridade	Inativos*territórios rurais baixa densidade	-0,002	0,002	-0,004	0,003	0,000	0,004	0,153	0,184
	Sem grau de escolaridade	0,001	0,034	0,036 *	0,050	-0,183	0,063	-1,928	3,284
	Secundário	-0,012	0,021	0,038 **	0,034	-0,088	0,049	-1,084	1,719
	Superior (> Mediana 11,7%)	0,005	0,098	-0,090	0,155	-0,334	0,221	16,470 *	8,138
	Tv Secundário	-0,003	0,002	-0,002	0,003	0,006	0,004	0,412	0,212
Mobilidade	Tv Superior	0,000	0,001	0,001	0,002	0,002	0,003	-0,145	0,141
	Trabalha/estuda noutra município	-0,014 **	0,005	-0,052 **	0,007	0,002	0,010	0,289	0,356
	Territórios inovadores (CL4)	0,524	0,269	0,332	0,669	0,891 *	0,413	-18,976	14,968
	R ² aj.	0,821 **		0,429 **		0,219 **		0,398 **	
		F(22, 249)=57,555		F(22, 249)=10,246		F(22, 249)=4,462		F(22, 249)=9,152	

Tabela 13 Desigualdades sociais e qualidade ambiental

Indicadores de desigualdade social		Deslocação transporte coletivo		Gestão de resíduos		Aterros e qualidade da água (1)						
		B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto					
	(Constante)	3,099		2,312		-0,062		2,018		-5,608	**	2337,00
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	-0,020	**	0,008		-0,016		0,011		0,010		0,009
	Áreas predominantemente rurais (APR)	-0,014	***	0,005		-0,004		0,006		-0,004		0,006
População	Densidade populacional (Ln)	0,260	**	0,118		-0,102		0,109		-0,072	*	0,102
	Inferior a 25 anos	0,056	**	0,027		0,011		0,031		0,052		0,031
	25 a 64 anos	-0,092	**	0,039		-0,009		0,043		0,016		0,04
	Tv (0-14)	-0,004		0,004		0,002		0,004		0,000		0,004
	Tv (65+)	0,007		0,006		0,001		0,007		-0,001		0,006
Rendimento	Coeficiente de Gini	0,064		0,041		-0,013		0,043		0,077	*	0,043
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	0,002		0,024		-0,031		0,023		0,055	**	0,027
	Rácio Rendimento P1/P99	0,030		0,020		0,072	*	0,041		0,013		0,029
Classes	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	-0,177	***	0,035		0,034		0,037		-0,056		0,043
Sociais	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	-0,221		0,152		-0,762	***	0,205		0,239		0,21
	Trabalhadores independentes (TI)	0,025		0,032		-0,026		0,034		0,069	*	0,038
	Operários (O)	-0,047	***	0,013		-0,025	*	0,014		0,010		0,014
Escolaridade	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,005	**	0,003		-0,001		0,003		0,004		0,003
	Sem grau de escolaridade	0,141	***	0,042		0,082	*	0,044		0,004		0,053
	Secundário	0,010		0,033		0,099	**	0,040		0,071	**	0,033
	Superior (> Mediana 11,7%)	-0,332	**	0,156		0,387	*	0,225		-0,234		0,223
	Tv Secundário	0,007	**	0,003		0,002		0,003		0,006	*	0,003
Mobilidade	Tv Superior	0,003		0,002		0,000		0,002		-0,004	**	0,002
	Trabalha/estuda noutro município	0,006		0,007		-0,004		0,007		-0,018		0,007
	Territórios inovadores (CL4)	0,910	*	0,476		0,699		0,857		0,552		0,506
	R ² aj.	0,517	***			0,404	***			0,340	***	
		F(22, 249)=14,204				F(22, 249)=9,365				F(22, 249)=7,354		

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

Em relação à variabilidade da deslocação em transporte coletivo³⁶, verifica-se que os contextos caracterizados por uma menor incidência relativa de áreas medianamente urbanas e predominantemente rurais, os territórios com menor presença de população ativa, com menor presença de empresários, dirigentes, profissionais liberais (EDL) e de operários, são territórios onde é maior a deslocação em transportes públicos. Verifica-se que os municípios com uma maior presença de população com o ensino superior apresentam uma menor utilização de transportes coletivos do que os territórios onde a presença de população com ensino superior está abaixo da mediana nacional. Os fatores de desigualdades que apresentam efeitos positivos sobre a variação deste indicador de bem-estar são a densidade populacional, a presença de crianças e jovens (até 25 anos), de população sem grau de escolaridade e de aumento da taxa de variação de pessoas com ensino secundário. A situação de variação positiva do indicador de bem-estar também se verifica com a presença de população inativa em Territórios de Baixa Densidade, quando comparada com as restantes configurações territoriais (tabela 13).

Os municípios com uma maior presença de população com o ensino secundário apresentam um efeito positivo sobre o indicador de gestão de resíduos³⁷, ou seja, são contextos onde é maior a despesa com a gestão de resíduos *per capita*, maior a percentagem de recolha seletiva de resíduos urbanos e menor a taxa de superfície florestal ardida. Verifica-se que os territórios onde a presença de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) é superior a 15,8% apresentam um menor valor no indicador de gestão de resíduos, quando comparados com os territórios onde a presença desta classe é menor (tabela 13).

Relativamente ao indicador de qualidade ambiental, traduzido por «aterros e qualidade da água»³⁸, verifica-se que os municípios com registo de maior desigualdade de rendimentos, medida pela percentagem de agregados posicionados nos 40% dos rendimentos nacionais mais baixos, com um maior peso relativo de ensino secundário e onde o peso relativo da população com ensino superior está estabilizado ou mesmo diminuiu, tendem a apresentar uma maior percentagem de resíduos colocados em aterro e uma menor qualidade da água (tabela 13).

Em resumo, é possível salientar que as desigualdades territoriais, da estrutura da população, de classes sociais e de escolaridade apresentam efeitos significativos sobre o uso de transportes coletivos. Quanto à gestão de resíduos, as relações surgiram com indicadores de desigualdades associadas às classes sociais e escolaridade. As desigualdades de rendimento e de educação apresentam indicadores significativamente associados com a variação da colocação de resíduos em aterros e qualidade da água nos municípios.

3.5.6. Desigualdades e habitação

Na dimensão de bem-estar «habitação», os modelos de regressão linear múltipla construídos apresentam qualidade e uma adequada capacidade explicativa da variação dos indicadores de habitação acessível ($R^2_{aj} = 0,872$) e de sobrelotação ($R^2_{aj} = 0,811$), sendo mais fraca a qualidade do modelo relativo ao indicador de habitação social ($R^2_{aj} = 0,390$).

Os municípios com uma maior presença de áreas medianamente urbanas (AMU) e predominantemente rurais (APR), com uma maior presença de trabalhadores independentes (TI), ou em territórios onde a taxa de variação da população com o ensino secundário foi mais elevada, associam-se a maiores valores do indicador de habitação acessível³⁹, ou seja, têm um maior número de alojamentos com preços acessíveis. Por outro lado, a maior presença de população nas idades dos 25 aos 64 anos, a diminuição de crianças e jovens ou o aumento de pessoas com o ensino secundário surgem associados a uma variação negativa deste indicador de bem-estar, ou seja, com uma menor presença de habitação acessível. Verifica-se ainda que os municípios do segmento dos Territórios Inovadores têm menos habitação acessível do que os restantes territórios (tabela 14).

Os municípios com uma maior presença de áreas medianamente urbanas ou predominantemente rurais, onde a população com idade inferior a 25 anos tem uma menor expressão, uma maior presença relativa de residentes com o ensino secundário e uma maior representação das classes sociais de empresários, dirigentes e trabalhadores liberais (EDL) e uma menor presença de trabalhadores independentes (TI) são territórios associados a uma menor sobrelocação⁴⁰ dos alojamentos (tabela 14).

Os municípios com maiores níveis de densidade populacional e uma maior presença de população sem grau de escolaridade associam-se a uma variação positiva da habitação social⁴¹, isto é, verifica-se uma maior presença de agregados a realojar e de fogos de habitação social.

Os fatores de desigualdade que apresentam um efeito significativo, mas negativo, face à variação da habitação social são a presença

de áreas medianamente urbanas e o maior peso relativo das classes sociais profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e de operários (O), bem como a presença de fluxos mais intensos de mobilidade intermunicipal dos residentes. A maior presença destes fatores nos municípios associa-se a uma diminuição de habitação social (tabela 14).

Tabela 14 Desigualdades sociais e habitação

Indicadores de desigualdade social	Habitação acessível			Sobrelocação (1)			Habitação social (1)			
	B		Erro padrão robusto	B		Erro padrão robusto	B		Erro padrão robusto	
	(Constante)	4,236	**	1,054	-4,756	**	1,543	4,352	*	2,002
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	0,014	**	0,004	0,045	*	0,022	-0,026	**	0,007
	Áreas medianamente urbanas (AMU) ²				-0,001	*	0,001			
	Áreas predominantemente rurais (APR)	0,007	**	0,003	-0,011	*	0,004	-0,008		0,005
População	Densidade populacional (Ln)	0,000		0,060	0,035		0,054	0,359	**	0,116
	Inferior a 25 anos	-0,007		0,015	0,190	**	0,016	-0,027		0,024
	25 a 64 anos	-0,093	**	0,021	-0,008		0,025	-0,046		0,035
	Tv (0-14)	-0,008	**	0,003	-0,005		0,003	0,001		0,004
	Tv (65+)	-0,001		0,003	0,002		0,003	-0,011		0,006
Rendimento	Coefficiente de Gini	-0,006		0,020	0,040		0,025	0,009		0,037
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	0,000		0,011	0,005		0,016	-0,013		0,021
	Rácio Rendimento P1/P99	0,016		0,014	0,008		0,018	0,030		0,020
Classes	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	-0,002		0,020	-0,070	**	0,023	-0,059		0,035
Sociais	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	-0,060		0,084	-0,008		0,096	-0,436	**	0,134
	Trabalhadores independentes (TI)	0,056	**	0,019	0,050	*	0,022	-0,036		0,028
	Operários (O)	0,003		0,007	0,012		0,007	-0,037	**	0,012
	Inativos*territórios rurais baixa densidade	-0,001		0,002	-0,003		0,002	0,000		0,002
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	-0,010		0,026	0,026		0,038	0,167	**	0,050
	Secundário	-0,033	**	0,017	-0,076	**	0,020	-0,031		0,027
	Superior (> Mediana 11,7%)	0,065		0,094	0,063		0,103	0,281		0,147
	Tv Secundário	0,003		0,002	-0,001		0,002	-0,002		0,003
	Tv Superior	0,001		0,001	0,002		0,002	0,000		0,002
Mobilidade	Trabalha/estuda noutra município	0,006		0,004	0,004		0,004	-0,021	**	0,006
	Territórios inovadores (CL4)	-1,572	**	0,349	-0,320		0,187	0,147		0,696
	R ² aj.	0,872	**		0,811	**		0,390	**	
				F(22, 249)=85,006			F(23, 248)=51,578			F(22, 245)=8,761

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

3.5.7. Desigualdades e participação cívica

Na dimensão de bem-estar «participação cívica», apresentam-se em seguida os resultados dos fatores significativos em cada modelo de regressão linear múltipla construído. A qualidade do modelo revelou uma elevada capacidade explicativa da variação de participação e recursos locais ($R^2_{aj} = 0,809$), mas uma qualidade inferior para explicar a variação da apatia face à política nacional e europeia ($R^2_{aj} = 0,450$) e da apatia face à política municipal ($R^2_{aj} = 0,335$). Não foi considerado o modelo de regressão relativo ao Índice de Transparência Municipal, por não se encontrar relação com os fatores considerados ($R^2_{aj} = 0,002$).

Relativamente a participação e recursos locais⁴², verifica-se que os municípios com uma menor densidade populacional e com menos população com idade inferior a 25 anos, com desigualdades de rendimentos que revelam uma menor percentagem de agregados nos decis mais baixos de rendimentos, mas cujo rácio P1/P99 é mais expressivo, com estruturas de classes caracterizadas por uma menor presença relativa de empresários, dirigentes, trabalhadores liberais (EDL) e de profissionais técnicos e de enquadramento, o acréscimo do número de pessoas com o ensino secundário e a diminuição das percentagens de indivíduos sem grau de escolaridade e com ensino secundário relacionam-se com os municípios caracterizados por maior participação cívica e disponibilidade de recursos locais (tabela 15).

Os municípios de territórios rurais de baixa densidade com maior peso relativo de inativos apresentam uma maior participação do que os restantes territórios.

A participação cívica medida através mobilização face à política nacional e europeia⁴³ é maior nos territórios marcados pela presença de áreas medianamente urbanas e predominantemente rurais, marcadas no plano demográfico pelo decréscimo da população infantil (até aos 14 anos). Do ponto de vista da estrutura de classes sociais, a maior presença de trabalhadores independentes (TI) e a maior proporção de indivíduos sem grau de escolaridade, com menor acréscimo de população com o ensino superior, associam-se a maiores níveis de apatia face à política nacional e europeia.

Os municípios posicionados na configuração de Territórios Inovadores, com uma presença de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) superior a 15,8% (mediana), apresentam uma maior apatia face à política nacional e europeia do que outros contextos (tabela 15).

A apatia face à política municipal⁴⁴ estima-se mais reduzida em territórios medianamente urbanos e predominantemente rurais, com uma maior presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), e em municípios com uma maior mobilidade da sua população residente. Os municípios com uma maior desigualdade de rendimentos, medida através da percentagem de agregados nos 40% de rendimentos nacionais mais baixos, associam-se significativamente a uma maior apatia face à política municipal (tabela 15).

Tabela 15 Desigualdades sociais e participação cívica

Indicadores de desigualdade social		Participação e recursos locais		Apatia face à política nacional e europeia (1)		Apatia face à política municipal (1)				
		B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto			
Território	(Constante)	7,214	**	1,371	-4,068	2,453	0,338	2,144		
	Áreas medianamente urbanas (AMU)	-0,019		0,022	0,018	*	0,008	-0,049	**	0,009
	Áreas medianamente urbanas (AMU) ²	0,000		0,001						
População	Áreas predominantemente rurais (APR)	0,004		0,003	0,013	*	0,006	-0,022	**	0,006
	Densidade populacional (Ln)	-0,187	**	0,046	-0,049		0,084	0,021		0,105
	Inferior a 25 anos	-0,038	*	0,016	0,040		0,034	-0,028		0,029
	25 a 64 anos	-0,033		0,022	0,029		0,046	0,000		0,046
	Tv (0-14)	-0,003		0,003	0,011	*	0,005	0,009		0,005
Rendimento	Tv (65+)	-0,005		0,003	0,002		0,005	0,006		0,006
	Coefficiente de Gini	-0,038		0,028	0,023		0,038	0,085		0,051
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	-0,029	*	0,013	0,038		0,026	0,060	*	0,027
Classes	Rácio Rendimento P1/P99	0,053	*	0,020	-0,016		0,039	0,006		0,022
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	-0,053	*	0,023	0,044		0,037	-0,141	**	0,043
Sociais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	-0,308	**	0,105	0,409	*	0,170	0,086		0,185
	Trabalhadores independentes (TI)	-0,024		0,020	0,119	**	0,040	0,058		0,035
	Operários (O)	-0,018	*	0,009	-0,016		0,013	-0,024		0,015
	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,004	*	0,002	-0,004		0,003	0,000		0,003
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	-0,095	**	0,029	0,180	**	0,055	0,120		0,062
	Secundário	-0,089	**	0,022	-0,029		0,038	0,016		0,033
	Superior (> Mediana 11,7%)	0,118		0,118	-0,340		0,174	-0,144		0,180
	Tv Secundário	0,006	**	0,002	-0,003		0,003	-0,003		0,003
Mobilidade	Tv Superior	0,001		0,001	-0,007	*	0,003	0,002		0,002
	Trabalha/estuda noutro município	0,005		0,004	-0,003		0,007	-0,020	*	0,008
	Territórios inovadores (CL4)	0,402		0,284	-0,815	*	0,365	0,345		0,814
R ² aj.		0,809	**		0,450	**		0,335	**	
				F(23, 248)=50,772		F(22, 249)=11,070		F(22, 249)=7,204		

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

3.5.8. Desigualdades e contactos sociais

Na dimensão de bem-estar «contactos sociais», os modelos de regressão realizados apresentam uma elevada qualidade e capacidade explicativa de isolamento e idosos ($R^2_{aj} = 0,835$), das redes de apoio a idosos ($R^2_{aj} = 0,490$), e uma muita fraca qualidade para explicar a variação das despesas correntes em associações desportivas ($R^2_{aj} = 0,134$). Não foram considerados os modelos de regressão relativos aos centros de atividade ocupacionais ($R^2_{aj} = -0,008$), universidades seniores ($R^2_{aj} = 0,039$) e despesas correntes em atividades desportivas ($R^2_{aj} = 0,007$), por não terem revelado relações significativas com os fatores de desigualdades considerados.

Os fatores desigualdades etárias/populacionais apresentam efeitos significativos na variação do indicador de isolamento e idosos⁴⁵. Os municípios com uma menor presença de famílias com crianças e jovens e dos segmentos de idades de população ativa, mas que, apesar disso, apresentam dinâmicas positivas em termos de acréscimos das idades infantis (0 a 14 anos) entre 2001 e 2011 e de diminuição de população idosa (65 e mais anos), apresentam um quadro de maior isolamento dos mais velhos. Os territórios com uma maior desigualdade de rendimentos (percentagem de agregados nos quatro decis mais baixos de rendimentos), uma maior presença de população com o ensino secundário e menos mobilidade intermunicipal têm também maiores valores no indicador de isolamento e idosos.

Claramente, o isolamento e a elevada dependência dos idosos constituem um desafio por parte dos municípios que integram os Territórios Inovadores, quando comparados com os restantes territórios (tabela 16).

Tabela 16 Desigualdades sociais e contactos sociais

Indicadores de desigualdade social		Isolamento e idosos (1)		Redes de apoio a idosos		Despesas correntes em associações desportivas por 1000 habitantes (€)				
		B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto			
	(Constante)	7,078	**	1,114	3,178	2,019	35765,469	*	18133,067	
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	-0,003		0,004	0,000	0,006	68,895		50,373	
	Áreas predominantemente rurais (APR)	-0,003		0,003	0,009	0,005	-55,852		37,452	
População	Densidade populacional (Ln)	0,096		0,052	-0,234	**	0,073	-1 971,302	**	632,688
	Inferior a 25 anos	-0,166	**	0,017	0,070	**	0,026	-4,820		206,641
	25 a 64 anos	-0,097	**	0,020	-0,001		0,032	-269,873		313,289
	Tv (0-14)	0,008	**	0,003	-0,009	*	0,004	16,129		35,857
	Tv (65+)	-0,006	*	0,003	-0,008	*	0,004	53,276		34,223
Rendimento	Coeficiente de Gini	0,032		0,025	-0,067		0,038	340,276		350,337
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	0,028	*	0,014	-0,066	**	0,022	275,357		178,426
	Rácio Rendimento P1/P99	-0,005		0,020	0,006		0,023	-109,652		190,583
Classes	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	-0,007		0,022	0,018		0,030	-18,642		259,215
Sociais	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	-0,118		0,080	-0,223		0,148	-554,619		1534,797
	Trabalhadores independentes (TI)	0,003		0,017	-0,070	*	0,032	-471,877		283,729
	Operários (O)	-0,007		0,007	-0,014		0,012	-126,776		105,660
	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,000		0,002	0,005		0,003	3,476		23,523
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	0,005		0,041	0,078		0,069	-333,528		366,447
	Secundário	0,080	**	0,018	-0,088	**	0,031	-309,658		263,395
	Superior (> Mediana 11,7%)	0,041		0,087	0,122		0,159	35,406		1374,277
	Tv Secundário	-0,001		0,002	0,002		0,004	10,075		25,646
	Tv Superior	-0,001		0,001	0,000		0,002	-29,056		17,706
Mobilidade	Trabalha/estuda noutro município	-0,011	**	0,004	0,013	*	0,005	-42,003		51,779
	Territórios inovadores (CL4)	0,474	*	0,237	-0,329		0,278	-4229,274	*	2180,992
	R ² aj.	0,835	**		0,490	**		0,134	**	
		F(22, 249)=63,134			F(22, 246)=12,716			F(22, 239)=2,836		

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

No que concerne às redes de apoio à população idosa, estas estão mais presentes nos municípios com menor densidade populacional, onde a variação quer da população infantil, quer dos mais velhos foi menor, entre 2001 e 2011, registando uma presença relativa acima dos valores nacionais de crianças e jovens (até 25 anos). As redes de apoio a idosos são igualmente melhoradas nos municípios marcados pela menor presença relativa de agregados posicionados nos rendimentos mais baixos, com a menor presença de trabalhadores independentes e de população com ensino secundário, bem como em municípios onde se verifica uma maior mobilidade intermunicipal (tabela 16).

Em relação às despesas em associações desportivas, estas apresentam uma relação significativa apenas com a densidade populacional: quanto maior o número de habitantes, menor o investimento municipal neste tipo de associações. Estima-se que os Territórios Inovadores apresentem menos 4229 euros de despesa em associações desportivas, por mil habitantes, do que os restantes territórios (tabela 16).

3.5.9. Desigualdades e segurança

Na dimensão de bem-estar associada a «segurança», os modelos de regressão linear múltipla apresentam uma razoável qualidade para explicar a variação da taxa de criminalidade total ($R^2_{aj} = 0,461$) e do número de bombeiros por mil habitantes ($R^2_{aj} = 0,592$), mas possuem uma fraca qualidade para explicar a variação do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas ($R^2_{aj} = 0,232$) e do número de vítimas de violência doméstica ($R^2_{aj} = 0,162$).

No conjunto dos municípios em análise, a taxa de criminalidade total apresenta valores de 1,6‰ a 72,8‰, com o valor médio de 17,5‰.

Nos municípios com uma maior presença de áreas mediana e predominantemente urbanas, onde existe menor pobreza (menor expressão de agregados nos 40% rendimentos nacionais mais baixos), menor presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), e menor mobilidade intermunicipal, a taxa de criminalidade total é maior (tabela 17).

Estima-se que a variação do indicador de violência doméstica seja positiva em municípios que apresentam uma maior densidade populacional, com uma maior presença de indivíduos sem grau de escolaridade e uma menor mobilidade intermunicipal.

A dimensão de segurança medida pela presença de bombeiros por mil habitantes apresenta-se correlacionada com alguns dos fatores de desigualdades. Estima-se que os municípios com mais áreas predominantemente rurais (APR), com menor presença de população em idade ativa (25–64 anos), cujas estruturas de classes evidenciam menos trabalhadores independentes e operários, com mais residentes que trabalham/estudam noutro município, apresentam um maior número de bombeiros por mil habitantes (tabela 17).

Ainda no que concerne à segurança, verifica-se uma associação significativa entre o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas e a variação das tipologias territoriais (AMU e APR), distribuição da população, densidade populacional e taxas de variação etária, níveis inferiores de rendimentos, presença de desigualdades educativas (população com ensino superior) (tabela 17).

Tabela 17 Desigualdades sociais e segurança

Indicadores de desigualdade social		Taxa de criminalidade total (‰) (1)		N.º de vítimas de violência doméstica por 1000 habitantes (1)		Bombeiros por 1000 habitantes		Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)									
		B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto	B	Erro padrão robusto								
	(Constante)	29,218		28,206		0,651		2,001		26,454	**	8,978		44,572	**	13,861	
Território	Áreas medianamente urbanas (AMU)	-4,693	**	0,613		-0,004		0,006		-0,010		0,024		0,110	**	0,027	
	Áreas medianamente urbanas (AMU)2	0,107	**	0,015													
	Áreas predominantemente rurais (APR)	0,055		0,087		-0,003		0,005		0,055	**	0,019		-0,042	*	0,020	
População	Densidade populacional (Ln)	-0,820		1,484		0,152	*	0,072		-0,057		0,298		-0,830	**	0,315	
	Inferior a 25 anos	0,485		0,407		0,013		0,024		-0,194		0,124		-0,312	*	0,131	
	25 a 64 anos	0,572		0,516		0,021		0,032		-0,266	*	0,126		-0,397		0,225	
	Tv (0-14)	-0,035		0,061		-0,002		0,004		-0,019		0,015		0,018		0,022	
	Tv (65+)	-0,111		0,089		-0,005		0,004		0,002		0,015		0,063	**	0,022	
Rendimento	Coefficiente de Gini	0,967		0,537		-0,031		0,036		-0,172		0,141		-0,074		0,196	
	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	-0,839	**	0,292		0,004		0,021		0,144		0,091		-0,261	*	0,124	
	Rácio Rendimento P1/P99	0,115		0,349		-0,006		0,029		0,051		0,120		0,020		0,151	
Classes	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	-1,803	**	0,498		-0,035		0,030		0,072		0,142		-0,121		0,152	
Sociais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	0,053		2,206		-0,132		0,142		-0,752		0,611		0,345		0,575	
	Trabalhadores independentes (TI)	0,414		0,447		-0,019		0,030		-0,378	*	0,153		-0,287		0,150	
	Operários (O)	-0,035		0,182		-0,012		0,012		-0,099	*	0,049		-0,033		0,067	
	Inativos*territórios rurais baixa densidade	0,018		0,037		0,001		0,003		0,024		0,013		0,003		0,012	
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	1,297		0,693		0,169	**	0,056		-0,001		0,225		0,178		0,248	
	Secundário	-0,063		0,460		0,036		0,027		-0,151		0,119		-0,074		0,198	
	Superior (> Mediana 11,7%)	-0,731		2 458		0,219		0,154		1,175		0,658		-1,340	*	0,650	
	Tv Secundário	0,016		0,041		-0,003		0,003		0,024		0,016		0,019		0,017	
	Tv Superior	0,046		0,028		-0,002		0,002		0,011		0,010		-0,004		0,012	
Mobilidade	Trabalha/estuda noutra município	-0,399	**	0,085		-0,010	*	0,005		0,063	**	0,022		-0,022		0,027	
	Territórios inovadores (CL4)	10,306		9,864		0,446		0,286		0,443		0,948		-0,485		1,216	
	R²aj.	0,461	**			0,162	**			0,592	**			0,232	**		
		F(23, 248)=11,068				F(22, 249)=3,369				F(22, 245)=18,595				F(22, 241)=4,603			

*p<0,05 **p<0,01 (1) > valor → < bem-estar

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

Estima-se que os municípios onde existem mais áreas medianamente urbanas, menos áreas predominantemente rurais, população mais idosa (mais de 65 anos), onde a população jovem e idosa tem vindo a aumentar (0–14 e 65 ou mais, respetivamente), com menor densidade populacional e níveis inferiores de rendimentos (percentagem de agregados nos 40% rendimentos nacionais mais baixos), apresentem um maior índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (tabela 17). Os municípios com uma maior presença de população com o ensino superior estão associados a um menor índice de gravidade dos acidentes de viação, quando comparados com os municípios com uma menor presença de população com este nível de ensino.

3.5.10. Desigualdades e relações com o bem-estar

Após a apresentação dos modelos construídos com o objetivo de avaliar as relações entre os fatores de desigualdade e os indicadores de bem-estar, foi possível referenciar os efeitos significativos sobre a variação dos indicadores de bem-estar.

De uma forma simplificada, construíram-se tabelas de forma a sistematizar os efeitos encontrados. Focando os fatores de desigualdade, no centro da tabela podemos identificar os indicadores para os quais se registaram efeitos significativos e se a variação das desigualdades se associa a um menor bem-estar (à esquerda) ou a um maior bem-estar (à direita).

Por observação da tabela 18, destaca-se que os municípios caracterizados pelo predomínio de áreas rurais apresentam um maior bem-estar nas dimensões de trabalho digno (menor precariedade

e desemprego), de saúde (esperança de vida aos 65 anos), de educação (sucesso escolar nos níveis correspondentes à escolaridade obrigatória), de habitação (melhor acessibilidade e menor sobrelotação) e de segurança (rácio de bombeiros por habitantes e menor índice de gravidade de acidentes de viação). As áreas predominantemente rurais apresentam um menor bem-estar na dimensão educação, sociedade digital e ensino superior, na qualidade ambiental (piores condições de deslocação em transporte público) e na componente de participação cívica relativa à mobilização na política nacional e europeia.

Na mesma tabela 18, evidencia-se que nas áreas mediana e predominantemente urbanas o maior bem-estar surge significativamente associado a dimensões de trabalho digno (nomeadamente contextos organizacionais mais robustos, ou seja, com elevado número médio de trabalhadores, maior taxa de atividade, maior presença de empresas de grande dimensão, bem como maior proteção social na reforma e no desemprego). Os municípios mais urbanizados, em contrapartida, apresentam desafios de bem-estar associados às dimensões conciliação entre trabalho e vida familiar, habitação (sobrelotação) e segurança (maior incidência de criminalidade).

Tabela 18 Desigualdades territoriais e bem-estar

Menor bem-estar	Território	Maior bem-estar
(Educação CSD) Sociedade digital e ensino superior		(Trabalho digno) Precariedade (1) (Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1) (Saúde) Esperança de vida aos 65 anos (n.º anos)
(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo	Áreas predominantemente rurais (APR)	(Educação CSD) Sucesso escolar no básico e secundário (Habitação) Habitação acessível (Habitação) Sobrelotação (1) (Part.cívica) Apatia face à política municipal (1)
(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)		(Segurança) Bombeiros por 1000 habitantes (Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)
(Habitação) Habitação acessível		(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma
(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)		(Educação CSD) Sucesso escolar no básico e secundário
(Contactos sociais) Despesas correntes em associações desportivas por 1000 habitantes (€)	Territórios inovadores*	(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)
Menor bem-estar	Território	Maior bem-estar
Equilíbrio trabalho-família (2)	Municípios	(Trabalho digno) Contexto organizacional (2)
Habitação (sobrelotação) (1) (2)	Urbanos (Mediana e Predominantemente urbanos) (2)	(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma (2)
(Saúde) Esperança de vida aos 65 anos		(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego (2)
(Educação CSD) Sociedade digital e ensino superior		(Educação CSD) Sucesso escolar no básico e secundário
(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo		(Habitação) Habitação acessível
(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)		(Habitação) Habitação social (1)
(Segurança) Taxa de criminalidade (1) (2)	Áreas medianamente urbanas (AMU)	(Part.cívica) Apatia face à política municipal (1)
(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)		
(1) Menor valor no indicador traduz maior bem-estar		
(2) Relação quadrática		

Fonte: INE, Cálculos TIWELL, 2020.

Nos municípios caracterizados pela presença de áreas medianamente urbanas (vilas e pequenas cidades), o maior bem-estar apresenta-se na dimensão de educação (associado ao sucesso escolar no ensino básico e secundário), de habitação (quer na acessibilidade, quer na disponibilidade de habitação social) e de participação cívica (ligada à maior mobilização face à política municipal). Nestes contextos os desafios de bem-estar relacionam-se com as dimensões de saúde (esperança de vida aos 65 anos), de educação (utilização da Internet e participação no ensino superior), de qualidade ambiental (uso de transporte público), de participação cívica (apatia face à política nacional e europeia) e de segurança (índice de gravidade de acidentes rodoviários).

Os Territórios Inovadores apresentam um maior bem-estar nas dimensões de trabalho digno (sistemas de segurança social de proteção na reforma), de educação (sucesso escolar no básico e no secundário) e na dimensão de participação cívica (mobilização dos munícipes na política nacional e europeia). Porém, associam-se a um menor bem-estar nas dimensões de habitação (acessibilidade/preços de habitação) e de contactos sociais (maior propensão para o isolamento de pessoas mais velhas, bem como um menor investimento relativo dos municípios em associações desportivas por habitante).

A tabela 19 dá destaque à influência dos indicadores ligados à estrutura sociodemográfica e à mobilidade nas condições de bem-estar.

É possível destacar que a maior densidade populacional se associa a um melhor bem-estar nas dimensões de trabalho digno (contexto organizacional e proteção no desemprego), de saúde (esperança de vida aos 65 anos e rácio de médicos por habitantes), de educação (participação na escolaridade obrigatória), de qualidade ambiental

(deslocação em transporte público) e de segurança (índice de gravidade de acidentes de viação). O aumento da densidade populacional está associado a um menor bem-estar na saúde (condições de acesso a estabelecimentos, habitantes por centro de saúde e número de farmácias), na educação (a menor despesa relativa por habitante em atividades culturais), na habitação (disponibilidade de habitação social), na participação cívica (a componente de participação e recursos locais), nos contactos sociais (desafios associados às redes de apoio aos idosos e despesas correntes municipais e associações desportivas) e na segurança (vítimas de violência doméstica).

Os indicadores relacionados com a estrutura sociodemográfica destacam ainda nos municípios com maior taxa de variação de população idosa (crescimento) a presença de maior bem-estar incidente nas dimensões de saúde (taxa bruta de mortalidade e a esperança de vida aos 65 anos), de habitação (disponibilidade de habitação social) e de contactos sociais (condições de mitigação do isolamento de pessoas idosas). Paralelamente, as tendências de envelhecimento populacional nos municípios vêm associadas a desafios específicos de bem-estar nas dimensões de saúde (recursos humanos da saúde e rácio de farmácias por habitante), de contactos sociais (redes de apoio à população idosa), de participação cívica (participação e recursos locais) e de segurança (gravidade dos acidentes de viação com vítimas).

Complementando esta leitura, a análise dos efeitos mediadores da taxa de variação do segmento infantil (0 a 14 anos) sobre o bem-estar, interpretando esta variação no contexto das experiências e condições de vida das famílias com crianças, destaca algumas relações, muito

significativas, que contribuem para uma melhor compreensão de tendências demográficas de retraimento do crescimento natural da população em Portugal, alimentando a intensificação do envelhecimento.

Tabela 19 Estrutura da população, mobilidade intermunicipal e bem-estar

Menor bem-estar	População	Maior bem-estar
(Saúde) Habitantes por centro de saúde (1)	Densidade populacional (Ln)	(Trabalho digno) Contexto organizacional
(Saúde) Farmácias por 1000 habitantes		(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego
(Educação CSD) Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante		(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes
(Habitação) Habitação social (1)		(Saúde) Esperança de vida aos 65 anos
(Part.cívica) Participação e recursos locais		(Educação CSD) Participação a escolaridade obrigatória
(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos		(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo
(Contactos sociais) Despesas correntes em associações desportivas por 1000 habitantes (€)		(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)
(Segurança) N.º de vítimas de violência doméstica por 1000 habitantes (1)		
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma	Inferior a 25 anos	(Saúde) Taxa bruta de mortalidade (%) (1)
Equilíbrio Trabalho Família		(Educação CSD) Sociedade digital e ensino superior
(Habitação) Sobrelocação (1)		(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo
(Part.cívica) Participação e recursos locais		(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego	25 a 64 anos	(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos
(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo		(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)
(Habitação) Habitação acessível		(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes
		(Saúde) Habitantes por centro de saúde (1)
		(Saúde) Taxa bruta de mortalidade (%) (1)
		(Educação CSD) Sucesso escolar no básico e secundário
(Segurança) Bombeiros por 1000 habitantes		(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)
		(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)

Menor bem-estar	População	Maior bem-estar
(Trabalho digno) Precariedade (1)	Tv (0–14)	(Educação CSD) Sociedade digital e ensino superior
Equilíbrio Trabalho Família		
(Saúde) Esperança de vida aos 65 anos		
(Educação CSD) Participação a escolaridade obrigatória		
(Habitação) Habitação acessível		
(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)		
(Part.cívica) Apatia face à política municipal (1)		
(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)		
(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos		
(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)		
(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes	Tv (65+)	(Saúde) Taxa bruta de mortalidade (%) (1)
(Saúde) Farmácias por 1000 habitantes		(Saúde) Esperança de vida aos 65 anos (n.º anos)
(Part.cívica) Participação e recursos locais		(Habitação) Habitação social (1)
(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos		(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)
(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)		(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma
(Trabalho digno) Contexto organizacional	Trabalha/estuda noutro município	(Habitação) Habitação social (1)
Equilíbrio Trabalho Família		(Part.cívica) Apatia face à política municipal (1)
(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes		(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)
(Educação CSD) Sociedade digital e ensino superior		(Segurança) Taxa de criminalidade total (%) (1)
(Educação CSD) Participação a escolaridade obrigatória		(Segurança) N.º de vítimas de violência doméstica por 1000 habitantes (1)
(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos		
(Segurança) Bombeiros por 1000 habitantes		

(1) Menor valor no indicador traduz maior bem-estar

Com efeito, podemos verificar que os contextos onde se observa um maior incremento deste segmento de idades (0–14 anos) lidam com desafios acrescidos de bem-estar nas componentes de precariedade,

de equilíbrio trabalho-família, de participação na escolaridade obrigatória, de acesso à habitação, de redes de apoio e de isolamento de pessoas mais velhas, etc.

Tabela 20 Desigualdades de rendimento e bem-estar

Menor bem-estar	População	Maior bem-estar
(Trabalho digno) Contexto organizacional	Coeficiente de Gini	(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego
(Trabalho digno) Precariedade (1)		
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma		
(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)		
(Saúde) Farmácias por 1000 habitantes		
(Trabalho digno) Contexto organizacional	% agregados nos 40% rendimentos mais baixos	(Trabalho digno) Concentração volume negócios 4 maiores empresas (%) (1)
(Trabalho digno) Precariedade (1)		
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma		
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego		
(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)		
(Educação CSD) Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)		
(Qual. ambiental) Aterros e qualidade da água (1)		
(Part.cívica) Participação e recursos locais		
(Part.cívica e Gov.) Apatia face à política municipal (1)		
(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)		
(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos	Rácio rendimento P1/P99	(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)
		(Part.cívica) Participação e recursos locais

(1) Menor valor no indicador traduz maior bem-estar

Na mesma tabela 19 podemos ainda observar a influência da mobilidade intermunicipal por razões de estudo ou de trabalho nas configurações de bem-estar nos municípios. Estas práticas apontam para desafios acrescidos de bem-estar nas componentes de trabalho digno (contexto organizacional — condições de trabalho mais fragilizadas no município de residência), de equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar, de saúde (disponibilidade de recursos

humanos especializados), de educação (sociedade digital e participação na escolaridade obrigatória), de contactos sociais (redes de apoio a idosos) e de segurança (bombeiros).

A tabela 20 apresenta a mediação das desigualdades de rendimento sobre o bem-estar nos municípios em Portugal, sendo evidente o desequilíbrio no número de indicadores que surgem associados a maior e a menor bem-estar. A distribuição dos indicadores

de rendimento (medidos pelo coeficiente de Gini e pela presença de agregados familiares posicionados nos 40% de rendimentos mais baixos) destaca os efeitos das clivagens de rendimentos sobre o menor bem-estar das populações nos municípios. Estes efeitos são evidenciados particularmente nas dimensões de trabalho digno (contextos organizacionais mais frágeis, marcados por uma maior precariedade e desemprego, onde os sistemas de proteção na reforma e no desemprego têm uma atuação mais limitada). Especificamente, a incidência de pobreza está associada à presença de um menor bem-estar nas dimensões de educação (despesas dos municípios em atividades culturais e recreativas), de qualidade ambiental (aterros e qualidade da água), de participação cívica (participação e recursos locais, e apatia face à política municipal) e de contactos sociais (isolamento de idosos e redes de apoio a idosos deficitárias).

Relativamente às desigualdades de classe social (tabela 21), a presença de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) surge associada ao maior bem-estar nas dimensões de trabalho digno (contexto organizacional mais robusto, empresas de maior dimensão e menor desemprego), equilíbrio trabalho-família, habitação (menor sobrelotação), de participação cívica ao nível de participação local e de segurança (menos criminalidade). A presença da classe social de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) tem configurações de maior bem-estar nas dimensões de trabalho digno (menor desemprego), de saúde (esperança de vida aos 65 anos), de educação (sucesso escolar) e de habitação (habitação social). As duas classes mais bem posicionadas na estrutura social (EDL e PTE) apresentam desafios comuns de bem-estar relacionados com os sistemas sociais de proteção na reforma, na componente de qualidade ambiental associada ao

uso de transporte pessoal (em detrimento do transporte público), e também em termos de mobilização na participação cívica local.

As classes sociais envolvendo categorias de trabalho independente relativamente pouco qualificado e de assalariamento de base na indústria, oficinas, construção e transportes (operários) apresentam um maior bem-estar nas componentes de trabalho digno referentes ao desemprego e à precariedade e de habitação (habitação acessível, no caso dos TI; e habitação social, no que concerne aos operários). A presença destas classes sociais destaca ligações a um menor bem-estar (tabela 21) em diversos indicadores ligados às dimensões de trabalho digno, saúde ou educação, cultura e sociedade digital, qualidade ambiental, contactos sociais e segurança.

Tabela 21 Desigualdades de classes e bem-estar

Menor bem-estar	Classes Sociais	Maior bem-estar
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	(Trabalho digno) Contexto organizacional
(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes		(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)
(Educação CSD) Participação na escolaridade obrigatória		(Trabalho digno) Concentração vol. negócios 4 maiores empresas (%) (1)
(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo		Equilíbrio Trabalho Família
(Part.cívica) Participação e recursos locais		(Habitação) Sobrelotação (1)
(Part.cívica) Participação e recursos locais	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) (> Mediana 15,8%)	(Part.cívica) Apatia face à política municipal (1)
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma		(Segurança) Taxa de criminalidade total (%) (1)
(Educação CSD) Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)		(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)
(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo		(Saúde) Esperança de vida aos 65 anos
(Qual. ambiental) Gestão de resíduos		(Educação CSD) Sucesso escolar no básico e secundário
(Part.cívica) Participação e recursos locais	Trabalhadores independentes (TI)	(Habitação) Habitação social (1)
(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)		
(Trabalho digno) Contexto organizacional		(Trabalho digno) Precariedade (1)
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma		
(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes		(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)
(Educação CSD) Participação na escolaridade obrigatória		
(Habitação) Sobrelotação (1)		
(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)		
(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos		(Habitação) Habitação acessível
(Segurança) Bombeiros por 1000 habitantes		

Menor bem-estar	Classes Sociais	Maior bem-estar
(Trabalho digno) Concentração volume negócios 4 maiores empresas (%) (1)	Operários (O)	(Trabalho digno) Precariedade (1)
(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes		(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)
(Educação CSD) Sociedade digital e ensino superior		(Saúde) Taxa bruta de mortalidade (%) (1)
(Educação CSD) Participação na escolaridade obrigatória		(Educação CSD) Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)
(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo		(Habitação) Habitação social (1)
(Part.cívica) Participação e recursos locais		
(Segurança) Bombeiros por 1000 habitantes	Inativos*territórios rurais baixa densidade	(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma
		(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo
		(Part.cívica) Participação e recursos locais

(1) Um menor valor no indicador traduz um maior bem-estar.

As configurações de bem-estar ligadas à presença de operários destacam no trabalho digno desafios ligados à dependência económica relativamente às maiores empresas do município; na saúde, a (pouca) disponibilidade de recursos humanos especializados; na educação, dificuldades no acesso à sociedade digital e ao ensino superior, e na própria participação na escolaridade obrigatória; na qualidade ambiental, a mobilidade por transporte público; e na participação cívica, os recursos locais e a participação. Quanto à presença de trabalhadores independentes, os desafios de bem-estar apresentados destacam nomeadamente a fragilidade económica do contexto organizacional e das condições de proteção na reforma, na educação e na saúde; quanto à presença de operários, os desafios de bem-estar destacam na educação a reduzida participação na escolaridade obrigatória, na saúde a baixa disponibilidade de médicos e enfermeiros, na habitação a sobrelotação, na participação cívica

o pouco envolvimento na política nacional e europeia, e na dimensão de contactos sociais as lacunas em termos de redes de apoio a idosos.

Remetendo para uma dimensão complementar das condições socioeconómicas, nos territórios rurais de baixa densidade desenvolveu-se ainda uma análise dos efeitos mediadores da forte presença de população inativa sobre o bem-estar. Esta perspetiva denota nestes contextos alguns elementos favoráveis ao maior bem-estar, associados nomeadamente aos sistemas de segurança na reforma, à qualidade ambiental e à participação local.

A tabela 22 põe em evidência os efeitos mediadores nas condições de bem-estar das desigualdades educacionais. A distribuição dos indicadores associados ao maior ou menor bem-estar segundo as características educacionais reflete a importância dos recursos educativos nas condições de reconhecimento e participação social.

Tabela 22 Desigualdades educacionais e bem-estar

Menor bem-estar	População	Maior bem-estar
(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)	Sem grau de escolaridade	(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma
(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes		(Educação CSD) Participação a escolaridade obrigatória
(Habitação) Habitação social (1)		(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo
(Part.cívica) Participação e recursos locais		(Qual. ambiental) Gestão de resíduos
(Part.cívica) Apatia face à política municipal (1)		
(Segurança) Taxa de criminalidade total (%) (1)		
(Segurança) N.º de vítimas de violência doméstica por 1000 habitantes (1)		
(Trabalho digno) Precariedade (1)	Secundário	(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego		(Educação CSD) Participação a escolaridade obrigatória
(Saúde) Médicos/Enfermeiros por 1000 habitantes		(Qual. ambiental) Gestão de resíduos
(Educação CSD) Sucesso escolar no básico e secundário		(Habitação) Sobrelotação (1)
(Qual. ambiental) Aterros e qualidade da água (1)		
(Habitação) Habitação acessível		
(Part.cívica) Participação e recursos locais		
(Contactos sociais) Isolamento e idosos (1)	Superior (> Mediana 11,7%)	(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma
(Contactos sociais) Redes de apoio a idosos		Equilíbrio Trabalho Família
(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)		(Saúde) Habitantes por centro de saúde (1)
(Saúde) Esperança de vida aos 65 anos		(Educação CSD) Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)
(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo		(Qual. ambiental) Gestão de resíduos
(Habitação) Sobrelotação (1)		(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)
(Habitação) Habitação social (1)		(Segurança) Bombeiros por 1000 habitantes
	(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)	

Menor bem-estar	População	Maior bem-estar
(Qual. ambiental) Aterros e qualidade da água (1)	Tv Secundário	(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego
		(Trabalho digno) Taxa de desemprego total (%) (1)
		(Educação CSD) Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)
		(Qual. ambiental) Deslocação transporte coletivo
		(Habitação) Habitação acessível
(Trabalho digno) Segurança social: Proteção na reforma	Tv Superior	(Part.cívica) Participação e recursos locais
		(Trabalho digno) Segurança social: Proteção no desemprego
		(Qual. ambiental) Aterros e qualidade da água (1)
		(Part.cívica) Apatia face à política nacional e europeia (1)
		(Segurança) Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (1)
(Segurança) Taxa de criminalidade total (%) (1)		

(1) Um menor valor no indicador traduz um maior bem-estar.

De acordo com estes dados, a incidência de populações adultas sem grau de escolaridade denota desafios de bem-estar nas dimensões de trabalho digno (desemprego), de saúde (recursos humanos especializados), de habitação social, nas diversas componentes da dimensão participação cívica e na segurança (violência doméstica e taxa de criminalidade). Nos municípios caracterizados pela maior presença relativa de população com ensino superior, os efeitos de aumento de bem-estar surgem quando esse nível mais elevado de escolaridade envolve mais de 11,7% dos munícipes. Os municípios com estas características, assim como os que destacam taxas de variação positiva seja no patamar secundário, seja no superior, têm um maior bem-estar em diversas valências assinaladas no modelo.

Nos contextos marcados pela presença de população com ensino superior, o menor bem-estar apresenta-se associado às dimensões

de trabalho digno (componente ligada ao desemprego), de saúde (esperança de vida aos 65 anos), de qualidade ambiental associada à maior pressão decorrente do uso de transporte próprio e de habitação (tendência relativa para a sobrelotação e menor disponibilidade de habitação social).

3.6 Análise dos indicadores de desigualdade social e de bem-estar: síntese de contributos e reflexões

Neste capítulo exploraram-se as relações multidimensionais entre os indicadores de desigualdade social medidos ao nível municipal. A análise incluiu o estudo da matriz de correlações multivariadas entre indicadores, a identificação de perfis territoriais e o estudo das associações, complexas e plurais, entre desigualdades e bem-estar no plano municipal.

Analisando as relações entre os indicadores de desigualdade social, foi possível identificar regularidades na paisagem nacional. Os resultados sugerem que a diversidade dos municípios portugueses nos domínios analisados pode ser reduzida em cinco configurações de territórios: Territórios Industriais em Transição, Territórios Intermédios, Territórios Urbanos em Rede, Territórios Inovadores e Territórios de Baixa Densidade. A tipologia sinaliza clivagens sociais que caracterizam as condições de vida nos territórios, resultantes das interligações entre os vários vetores de desigualdade social. Podemos destacar, por exemplo, nos territórios rurais e periféricos (Territórios de Baixa Densidade), a associação negativa entre densidade populacional e o perfil etário municipal, que descreve o reforço do esvaziamento demográfico concomitante com tendências de envelhecimento populacional. Outra leitura é a associação entre os perfis qualificacionais com a estrutura socioprofissional e os níveis de rendimento, opondo os Territórios Inovadores, densamente urbanos e caracterizados por populações mais qualificadas, aos Territórios Intermédios ou Industriais em Transição, que acolhem populações incidentes no patamar básico de escolarização e com menores rendimentos.

No seguimento, o capítulo apresenta ainda evidências de relações significativas entre condições de vida nos territórios, nos diversos vetores de desigualdade social considerados, e um conjunto diversificado de indicadores de bem-estar municipal. É interessante constatar que são identificadas correlações negativas e positivas, sugerindo interligações complexas e potenciais tensões entre as várias componentes que informam as dimensões de bem-estar. No estudo da influência de indicadores de desigualdade sobre as configurações

de bem-estar municipal, os padrões mais claros surgem associados aos rendimentos e aos recursos educacionais. Mas, de facto, encontramos efeitos significativos em todas as variáveis do modelo.

Os avanços recentes, muito relevantes, da sociologia das desigualdades e das classes sociais salientam o carácter multidimensional, sistémico, cumulativo e interseccional de múltiplas desigualdades sociais contemporâneas. Este enquadramento teórico revelou-se profícuo no caminho seguido no presente projeto, tendo em vista um mais profundo conhecimento das atuais dinâmicas dos territórios em Portugal. O olhar sobre as desigualdades intranacionais, tomando como perspetiva a escala local/municipal, é suficientemente interdisciplinar para a construção de sólidos vasos comunicantes entre a sociologia e as diferentes áreas das ciências sociais, todas elas contributivas para a compreensão dos fenómenos em referência. Esta visão interdisciplinar sobre os territórios que procurámos desenvolver na presente pesquisa, já bastante consolidada no panorama científico, nacional e internacional, será, aliás, decisiva para os desafios contemporâneos de redução das desigualdades e de incremento inclusivo e abrangente do bem-estar das populações.

Tais desigualdades *persistentes e com forte componente estrutural* interseccionalizam-se com os modos de distribuição e de ocupação dos territórios por populações de diferentes faixas etárias.

Os municípios com uma maior densidade populacional tendem a apresentar uma composição de idades mais jovem, com uma maior expressão de população ativa, embora registem também um acréscimo de população mais idosa. Nos municípios com áreas predominantemente rurais, ao invés, a densidade populacional tem

vindo a diminuir, a par do intenso envelhecimento, pautado pela forte presença de população com poucos recursos qualificacionais, em contextos económicos onde as oportunidades de trabalho existentes — incidentes nas atividades de cuidado, no emprego no comércio, na segurança e no trabalho operário na indústria e agricultura — sendo pautadas por vínculos relativamente estáveis, são pouco qualificadas e usufruem de salários baixos. Mas, apesar disso, nestes contextos, ter oportunidade de acesso a este perfil de emprego apresenta efeitos significativos no aumento de bem-estar lido, por exemplo, através dos indicadores (de baixa) precariedade e desemprego. Ou seja, nestes contextos ter um emprego estável é em si mesmo um fator promotor de bem-estar.

As análises desenvolvidas apontam também pistas interpretativas para o crescente retrocesso ou, pelo menos, para a estagnação do peso relativo de famílias com crianças (lido através da variação de crianças até 14 anos). Os territórios com maior presença desta coorte apresentam um menor bem-estar na componente de trabalho digno e precariedade, na acrescida dificuldade de equilíbrio trabalho-família, bem como na participação na escolaridade obrigatória, no acesso à habitação, na maior apatia em termos de participação cívica e no próprio acompanhamento de gerações mais velhas (isolamento de idosos e redes de apoio).

A multidimensionalidade e as interseções das desigualdades de classes, educativas, de rendimentos, de género, etárias e espaciais formam um mosaico complexo, mas heurístico, que interpela a proposta de «sociedade dualista» avançada por Sedas Nunes (1964) e os posteriores contributos científicos que suplantaram as insuficiências das distinções dicotómicas entre litoral/

interior, norte/sul e urbano/rural (Ferrão, 2002; Sá Marques, 2006; Carmo, 2013). Os impactos do capitalismo contemporâneo sobre os territórios e a evolução progressiva dos seus modelos rural-agrícola, urbano-industrial e urbano-financeiro (Ferrão, 2016) fazem-se sentir de modo diferenciado sobre os municípios portugueses, com diretas implicações sobre múltiplas desigualdades sociais e os seus modos específicos de penetração nos territórios. Tem sido rica e vasta a literatura sobre os modos de penetração do capitalismo nos campos e na cidade e as suas respetivas transformações, tomando as desigualdades sociais como referente de análise (Freitas *et al.*, 1976; Almeida, 1986; Carmo, 2014).

No presente estudo, a ambição analítica alarga-se às consequências que as desigualdades sociais poderão ter sobre o bem-estar municipal, investigando que associações serão salientes. Os territórios com populações mais escolarizadas ou marcadas pelo seu gradual aumento apresentam um quadro geral de maior bem-estar. Contudo, nestes territórios, tal como nos restantes, as desigualdades de rendimentos, neles mais intensificadas, traduzem essencialmente um efeito negativo sobre o bem-estar municipal.

A título ilustrativo da relevância das análises desenvolvidas na perspetiva de aferir os efeitos mediadores das condições de desigualdade social sobre o bem-estar, destacamos o que se segue.

Na *dimensão de bem-estar «trabalho digno»*, a precariedade está mais presente em territórios com maiores desigualdades de rendimentos (lidas através do coeficiente de Gini e da incidência de famílias com rendimentos abaixo do limiar de pobreza). Concretamente, os dados permitem confirmar a associação significativa entre precariedade,

desemprego, sistemas sociais de proteção e presença de populações posicionadas nos 40% de rendimentos mais baixos. Adicionalmente, verifica-se que os sistemas de segurança social são atenuantes significativos de desigualdades de rendimentos nos territórios, salvaguardando condições de vida de segmentos mais permeáveis: permitindo mitigar a presença nos municípios de agregados com rendimentos mais baixos, apoiar inativos e pessoas sem grau de escolaridade e com ensino secundário. Especificamente na componente de bem-estar diretamente relacionada com a proteção no desemprego, verifica-se que aquela é melhorada nos municípios que apresentam tendências de acréscimo de população com educação de nível secundário e superior. As relações entre educação e desemprego sublinham ainda que a taxa de desemprego é maior nas populações sem grau de escolaridade, bem como nos territórios em que não foram registadas melhorias em termos de variação de população com ensino secundário. Ainda na dimensão de trabalho digno, foi possível constatar que os municípios com maior dependência económica relativamente a um número limitado de estabelecimentos industriais do ponto de vista das classes sociais são caracterizados por um maior peso relativo de operariado e uma menor presença de empresários dirigentes e profissionais liberais.

Que tendências poderemos vislumbrar entre *desigualdades territoriais e saúde*? Por exemplo, que os recursos humanos especializados em saúde (médicos e enfermeiros por mil habitantes) estão mais presentes em municípios com uma maior densidade populacional e com mais população em idade ativa. Dando conta da complexidade de fatores e relações que medeiam as condições de bem-estar, destaca-se que a esperança média de vida aos 65 anos é maior nos

territórios com maior densidade populacional, maior presença de profissionais técnicos e de enquadramento, mas também nas áreas predominantemente rurais, atravessadas pelo aumento de população idosa.

As dinâmicas da *sociedade digital* estão a espartilhar os territórios em Portugal, e é sobretudo saliente a clivagem urbano/rural, beneficiando principalmente os municípios com uma maior presença de jovens e uma menor presença relativa de operariado. O sucesso escolar no ensino obrigatório (básico e secundário) denota a importância dos contextos e das características de origem das famílias, associando um maior bem-estar neste indicador aos Territórios Inovadores e à classe social dos profissionais técnicos e de enquadramento.

Na dimensão *qualidade ambiental*, as clivagens sociais associadas às características urbanas dos territórios, à densidade e à estrutura demográfica da população, às classes sociais e aos perfis de escolaridade apresentam efeitos significativos sobre o uso de transportes coletivos. A mobilidade por transporte público é significativamente atenuada nos municípios com áreas medianamente urbanas e predominantemente rurais, com uma menor densidade populacional. A utilização deste meio de transporte é intensificada nas idades até 25 anos e nos contextos onde se verificou uma variação positiva da população com ensino secundário. Mais presentes, como referido, nos municípios mais densamente povoados e mais urbanizados (e, como tal, com uma maior oferta de transporte coletivo), as classes sociais com maiores recursos

económicos, qualificacionais, de poder e também de *status* social (EDL e PTE) são menos propensas à deslocação neste meio de transporte.

A *participação cívica*, enquanto dimensão de bem-estar, é influenciada por diferenciações territoriais que manifestam níveis de apatia divergentes entre a política local e a política nacional e europeia. Os municípios com uma maior presença de ensino superior apresentam menor apatia face à política nacional e europeia, sendo aquela maior nas áreas suburbanas e rurais. Pelo contrário, nestas áreas de posicionamento intermédio e periférico, é menor a apatia face à política municipal. Complementarmente, os municípios com uma maior desigualdade de rendimentos, medida através da percentagem de agregados nos 40% de rendimentos nacionais mais baixos, associam-se à maior apatia face à política municipal.

Na dimensão de bem-estar *contactos sociais*, a rede de apoio a idosos é mais débil em municípios com uma maior densidade populacional e com uma maior presença de famílias com crianças e jovens (idades até 25 anos). Estes apoios apresentam igualmente desafios acrescidos ao bem-estar nos contextos marcados por desigualdades de rendimento e caracterizados pela presença de trabalhadores independentes (TI) e de população com o ensino secundário.

A dimensão de bem-estar *segurança*, no que diz respeito ao indicador de criminalidade, também se associa a determinadas características territoriais. A criminalidade é maior em municípios mais urbanizados, com maiores desigualdades de rendimentos e educativas. A dimensão de segurança apresenta igualmente variações significativas nas configurações de bem-estar que derivam do número de vítimas de violência doméstica. Estima-se que a variação deste indicador

seja acrescida nos contextos que apresentam maior densidade populacional, com maior presença de indivíduos sem grau de escolaridade e menor mobilidade intermunicipal.

Estas regularidades entre múltiplas desigualdades sociais e dimensões de bem-estar municipal deverão ser lidas em complementaridade com as configurações territoriais identificadas nesta investigação, que em muitos aspetos se aproximam, mas também se diferenciam, de outras tipologias e perfis territoriais incidentes sobre a sociedade portuguesa (Ferrão, 2002, 2003 e 2013; Sá Marques *et al.*, 2020a e 2020b). A identificação de Territórios Industriais em Transição, Territórios Intermédios, Territórios Urbanos em Rede, Territórios Inovadores e Territórios de Baixa Densidade em Portugal continental, construídos a partir de uma matriz de indicadores de desigualdades, desvelam a imbricada interpenetração entre tais desigualdades e os principais processos e dinâmicas que hoje atravessam as sociedades contemporâneas e o modo como eles incidem sobre diferentes escalas do território nacional.

A configuração «Territórios Industriais em Transição» revela uma localização geográfica específica, integrada num complexo de relações económicas historicamente consolidadas de divisão internacional e nacional do trabalho. Neste *cluster* de territórios continuam a reproduzir-se modelos de produção que exigem trabalho pouco qualificado; contudo, são territórios *em transição* pela crescente escolarização dos jovens e pela capacidade de reter população, facilitada pela proximidade aos principais eixos metropolitanos do Norte e Centro Litoral. Quais são as implicações destes traços estruturais sobre o bem-estar das populações? a presença de empresas

de maior dimensão e de altas taxas de atividade, apesar dos baixos salários, atenua a precariedade e a segurança social na doença. Resultante da transição educativa que estes territórios estão a viver, é elevado o sucesso no ensino básico e secundário, mas em contraposição com uma mais reduzida participação na escolaridade obrigatória, o que significa que esta transição não é transversal a todos os segmentos populacionais, cuja explicação, em parte, poderá dever-se à herança histórica que a relação escola/fábrica inculcou sobre determinadas classes e frações de classe desfavorecidas. Nestes territórios, a gestão de resíduos, os aterros e a qualidade da água, bem como a sobrelotação habitacional, constituem preocupações de bem-estar resultantes de menor investimento público, mas, em contrapartida, a forte densidade de redes de apoio social reflete-se numa melhor capacidade de lidar com o problema do isolamento dos idosos.

Os Territórios Intermédios, na comparação com as restantes configurações territoriais, são os que refletem uma maior heterogeneidade económica, geográfica e espacial, uma heterogeneidade prevalente no país e que se aproxima dos valores médios nacionais numa caracterização mais agregada de Portugal continental. Mas, simultaneamente, são territórios que se caracterizam pela interseção da perda líquida de população, pela intensificação do envelhecimento e pela relativa incapacidade de requalificação da população e da estrutura socioprofissional. Esta configuração é formada por municípios com uma atividade agrícola dinâmica e integrando ainda uma multiplicidade de atividades industriais, a par de outros municípios com uma baixa densidade populacional e uma atividade industrial muito reduzida. Nos Territórios

Intermédios, as dinâmicas de desenvolvimento são, pois, mais específicas e dependentes de fatores como as relações com outros territórios (nacionais, transfronteiriços e internacionais), as dinâmicas de investimento económico, a implantação institucional diversificada e o grau de penetração do Estado social. Estes territórios enfrentam desafios de bem-estar relacionados com a criação de emprego — fundamental para a fixação das populações —, a desproteção social no desemprego e as dificuldades de utilização de transportes coletivos, problema que exige uma resposta urgente face às alterações climáticas e que poderá não ser inteiramente solucionado com o investimento ferroviário atualmente em curso. Em contrapartida, nos Territórios Intermédios a maior proximidade à política municipal, a perceção de segurança dos habitantes em relação à criminalidade, a densidade das redes de proximidade, vizinhança e de interconhecimento contribuem para experiências de bem-estar.

Os Territórios Urbanos em Rede, formados por uma malha urbana densa, envolvendo cidades de grande e média dimensão, e por intensas relações de mobilidade quotidiana entre municípios, revelam um potencial de crescimento demográfico ao longo das faixas etárias jovens, da população ativa e dos idosos. O seu tecido económico é mais terceirizado e, por isso, os empregados executantes e os profissionais técnicos e de enquadramento destacam-se na estrutura de classes sociais. Tal acumulação de dinâmicas demográficas e socioprofissionais permitem uma economia mais qualificada e a presença de segmentos de população relativamente mais escolarizadas (40% tem pelo menos o ensino secundário). Estes são territórios, por excelência, atravessados por fortes clivagens sociais, alimentadas por processos sociourbanísticos de segregação

das populações em função de rendimentos ou perfis educativos, resultando no acesso diferenciado a oportunidades de mobilidade social em desfavor das franjas da sociedade mais vulneráveis.

Os Territórios Inovadores e os Territórios Urbanos em Rede partilham um conjunto de desafios diretamente relacionados com as desigualdades sociais, comuns a muitas cidades metropolitanas e globais, coexistindo na mesma contiguidade socioespacial processos de modernidade e marginalidade avançadas (Wacquant, 2008; Costa, 2012). Nos Territórios Inovadores é saliente a presença da sociedade do conhecimento e a sua integração global na sociedade digital, com a maior presença de dirigentes, profissionais e especialistas, com poderes e competências que os aproximam da elite económica, política e cultural mundializada (Wagner, 2007). Esta elitização, que tem um impacto decisivo sobre as estruturas de classes e as suas dinâmicas espaciais, concentra recursos múltiplos e capacita os territórios, gerando bens privados e públicos que se refletem nas dinâmicas de bem-estar. Mas aqueles são recursos desigualmente distribuídos e sem capacidade para alterar decisivamente os fenómenos de periferização, de estigmatização e de vulnerabilidade localizados em determinadas bolsas urbanas ou guetos. Nos Territórios Inovadores as diferenças de classes são mais pronunciadas, as desigualdades de rendimentos são as mais elevadas do país, o poder de compra é distintivo, e as dificuldades de acesso a habitação são acrescidas.

O posicionamento de classe, económico e educativo de quem reside nos Territórios Urbanos em Rede e nos Territórios Inovadores condiciona, de certa forma, as oportunidades de bem-estar que estes municípios poderão oferecer. Como aspetos valorizadores

de bem-estar nestes territórios, destacam-se a menor dependência face às grandes empresas, a melhor proteção face ao desemprego e reforma, a maior oferta de serviços de saúde e cultura, a forte dinamização educativa e digital (sobretudo nos Territórios Inovadores), bem como a qualidade ambiental. Nestes territórios os mercados de trabalho são mais segmentados, destacando-se uma mais elevada precariedade dos vínculos laborais, uma mais reduzida proteção na doença e uma pior conciliação entre o trabalho e a vida familiar. O crescimento da população idosa revela fragilidades nas redes de apoio a idosos, a participação cívica e os contactos sociais são mais distanciados, e os desafios de segurança associados à criminalidade revelam-se acrescidos.

Para uma caracterização dos Territórios de Baixa Densidade, cuja designação se encontra mais consolidada na literatura científica e nas políticas públicas, propomos analisá-los sob a dupla ótica das desigualdades sociais e das dinâmicas de produção de bem-estar. O despovoamento, o envelhecimento, a falta de oportunidades de trabalho que dita saídas constantes da população jovem e adulta, o empobrecimento com a forte presença de população inativa, predominantemente com escolaridade de nível básico ou sem qualquer grau de escolaridade, o estrangulamento económico e a incapacidade de reter recursos humanos geradores de emprego e de projetos de vida estáveis apresentam desafios significativos a estes territórios que deverão ser tidos em conta numa perspetiva de coesão social. Naturalmente, o bem-estar é influenciado por estes constrangimentos estruturais, mas as agendas de desenvolvimento local e as diversas políticas públicas intersetoriais poderão contar com um capital social, organizacional e institucional não menosprezável e necessário para

contrariar as atuais tendências estruturais depressivas. Os atores políticos locais, as redes associativas e de apoio social e a presença do Estado social, assentes em laços de identidade, de entreajuda e de solidariedade, poderão ser capazes de mobilizar a participação e os recursos locais endógenos e supralocais catalisadores de melhor bem-estar que estes territórios oferecem. Entre as dimensões que diferenciam positivamente estes territórios enquanto contextos de maior bem-estar, destaca-se nomeadamente a estabilidade dos laços laborais e, portanto, a menor precariedade e o menor desemprego, as condições facilitadas de acesso à habitação, o maior entrosamento das populações na gestão municipal e a segurança. Nestes territórios, como se observará melhor adiante nos estudos de caso, o período de pandemia, ao suscitar a deslocação para o contexto rural de famílias com recursos qualificacionais diferenciados, veio abrir janelas de oportunidade, exponenciadas pela implementação da sociedade digital.

Capítulo 4

Estudos de caso de base municipal

4.1. Territórios selecionados para observação (critérios de seleção)

Depois de agrupar os municípios em *clusters* heterogéneos relativamente aos indicadores de desigualdade, apresenta-se o desafio de identificar o município para um estudo mais intensivo dentro de cada *cluster*.

Como referido anteriormente, os *clusters* são diferentes entre si, ou seja, na multidimensionalidade das desigualdades consideradas, cada *cluster* apresenta características diferenciadoras dos outros *clusters*. Nos municípios que se agruparam para a formação de cada *cluster*, existe proximidade em relação ao conjunto de variáveis consideradas. Porém, mesmo dentro de cada *cluster* observa-se uma maior ou menor dispersão nalguma das variáveis.

Os critérios utilizados para a seleção dos municípios a incluir nos estudos de caso foram mencionados na metodologia (capítulo 2, tabela 4): Póvoa de Lanhoso, Portalegre, Portimão, Oeiras e Mação.

Os estudos de caso municipais são desenvolvidos com base na integração de diferentes fontes de informação sobre o município, assegurando uma perspetiva plural e abrangente sobre o território. Contam com informações da observação sistemática de ruas do município, com dados de estatísticas municipais e com entrevistas

a representantes locais — que incluíram governantes, representantes de entidades públicas (escolas, unidades de saúde), entidades privadas (empresas, sindicatos, associações empresariais) e entidades do terceiro setor (associações), bem como grupos de discussão envolvendo residentes.

Os estudos de caso integram os dados recolhidos sobre o território e destaques verbais sobre o município, envolvendo: (i) o perfil de desigualdade territorial que caracteriza o município; (ii) a caracterização económica e socioprofissional do município; (iii) os aspetos relacionados com a ordenação do território e a qualidade observada do espaço urbano; (iv) o posicionamento do município nas dimensões de bem-estar territorial; (v) os recursos diferenciadores do território na perspetiva dos representantes locais e dos residentes; e (vi) os desafios-chave do município para a coesão e para o bem-estar das populações. Ilustra-se assim a importância de uma informação abrangente e multitemática para assegurar retratos municipais alinhados com as perceções e as valorizações dos residentes.

Nesta secção caracterizam-se os municípios de acordo com os indicadores de segmentação dos territórios.

Póvoa de Lanhoso

Póvoa de Lanhoso pertence ao distrito de Braga, situado na sub-região de Vale do Ave (NUT II Norte). Ocupa uma área de 134,65 quilómetros quadrados, sendo organizado administrativamente em 22 freguesias. De acordo com a informação dos Censos 2011, é composto por 21 886 residentes.

O município da Póvoa de Lanhoso está posicionado no *cluster* de Territórios Industriais em Transição, uma configuração de territórios marcada por alguma prevalência de concelhos medianamente urbanos, que se distingue pela incidência de população com até 25 anos; por recursos educativos baixos ou muito baixos; e por posicionamentos sociais de classe caracterizados pela forte presença de operários industriais e trabalhadores da agricultura.

Comparando com as tendências centrais de cada variável incluída na análise entre o município e o *cluster* em que se insere, verifica-se que existe uma dispersão relativa do município face ao perfil mediano do *cluster*. As variáveis em que o município mais se afasta do *cluster* onde se posiciona dizem respeito à evolução da população (taxa de variação da densidade populacional — decréscimo mais acentuado na Póvoa de Lanhoso, especialmente intensificado no segmento de idades 0–14 anos), à evolução da taxa de população com 65 e mais anos (significativamente menos expressiva na Póvoa de Lanhoso do que no conjunto dos Territórios Industriais em Transição) e ainda à evolução dos níveis habilitacionais, concretamente no ensino secundário e superior (crescimento mais expressivo neste município). Reflexo conjugado de um menor peso das idades até 25 anos e das idades acima dos 65 anos, o município apresenta um peso relativo

de inativos mais elevado do que o observado no *cluster* em que se posiciona. Póvoa de Lanhoso afasta-se ainda do agregado de Territórios Industriais em Transição no que diz respeito à preponderância de áreas medianamente urbanas (menos peso relativo no município, a favor de uma maior expressão de áreas predominantemente urbanas).

Póvoa de Lanhoso é um município de reduzida densidade populacional (160 habitantes por quilómetro quadrado), marcado, como referido, por uma presença expressiva de crianças e jovens com idades inferiores a 25 anos (<25 anos: 29%; 25–64 anos: 54%; +65 anos: 17%). De forma ainda mais intensa do que no *cluster* em que se posiciona, demarca-se pelos perfis educacionais baixos dos seus municípios: cerca de 79% do segmento com 25–64 anos que possui um grau de escolaridade apenas tem o ensino básico e cerca de 6% da população adulta não tem um grau de escolaridade. Não obstante, de forma ainda mais intensa do que no respetivo *cluster*, registam-se tendências significativas de reconfiguração dos perfis educacionais da faixa etária que está a transitar para a vida adulta (taxa de variação do ensino secundário e superior, respetivamente, 68% e 165%). Em termos de estrutura socioprofissional, o concelho caracteriza-se pela forte presença de atividades de base na indústria e agricultura (O — 41%) e nos serviços administrativos, comerciais e de segurança (EE — 30%). No que diz respeito aos rendimentos médios mensais, estes são reduzidos (rendimento bruto médio anual de 8579 euros). A assimetria da distribuição de rendimentos medida pelo coeficiente de Gini indica que no município as desigualdades são próximas das observadas no respetivo *cluster*.

Portalegre

Portalegre é um município fronteiriço capital do distrito, situado na sub-região do Alto Alentejo. Ocupa uma área de 447,14 quilómetros quadrados, sendo organizado administrativamente em sete freguesias. De acordo com a informação dos Censos 2011, é composto por 24 930 residentes (contribuindo para que seja a cidade capital de distrito do continente com menos habitantes).

O município de Portalegre pertence ao conjunto de Territórios Intermédios. Como referido nos capítulos anteriores, este perfil territorial distingue-se por apresentar uma baixa densidade populacional e populações com recursos educativos relativamente baixos, verificando-se uma presença expressiva de empregados executantes (EE) e de trabalhadores manuais da agricultura e indústria (agregados em termos de categoria de classe no operariado — O).

Comparando as tendências centrais de cada variável incluída na análise entre o município e o *cluster* em que se insere, observa-se alguma dispersão do município face ao perfil mediano do *cluster*. As variáveis em que o município mais se afasta do conjunto de Territórios Intermédios, onde se posiciona, dizem respeito à evolução da população, revelando um decréscimo acentuado na densidade populacional. Na sua estrutura etária, o município diferencia-se ainda por uma variação menos intensa (na comparação com o agregado de Territórios Intermédios) do incremento do segmento com 65 e mais anos. Contudo, em relação à prevalência de pessoas entre os 25 e os 64 anos com o ensino superior, Portalegre acompanhou a evolução dos restantes municípios posicionados nos Territórios Intermédios. No que se refere à evolução dos perfis educacionais da população,

também se verifica um afastamento na variação da população ativa com o ensino secundário (Portalegre praticamente estagnou, enquanto o conjunto de municípios do *cluster* registou um acréscimo médio de 38%). No contexto do tipo de Territórios Intermédios, o município de Portalegre destaca-se ainda pela menor incidência relativa de população que trabalha e estuda noutro município (12% em Portalegre; 26% no conjunto do *cluster*).

Portalegre é um município com uma baixa densidade populacional (51 habitantes por quilómetro quadrado), com um perfil etário onde os adultos entre os 25 e os 64 anos assumem a maior expressão (54%), seguidos dos idosos (25%) e das crianças e jovens até aos 25 anos (22%). O município também se distingue no segmento de Territórios Intermédios pela menor prevalência relativa de população com o ensino básico (58%, contra 67% no respetivo *cluster*), ao mesmo tempo que se destaca pela maior presença relativa de ensino superior (23%, em comparação com 14% deste patamar no *cluster* 3, onde se posiciona). Os rendimentos médios da população, medidos através do indicador «rendimento bruto médio anual» é de 12 668 euros (melhorados face ao respetivo *cluster*, onde esse valor ronda os 10 682 euros por ano). As desigualdades na distribuição de rendimentos medidas através do coeficiente de Gini estão em linha com as observadas no conjunto do *cluster*. No que concerne aos perfis socioprofissionais da sua população, destaca-se no *cluster* pelo reforço das classes sociais de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE — 25%; 18% no *cluster*) e de empregados executantes (EE — 42%; 35% no *cluster*).

Portimão

Portimão é um município do distrito de Faro, localizado no barlavento do Algarve. Ocupa uma área de 182,06 quilómetros quadrados, sendo organizado administrativamente em três freguesias. De acordo com a informação dos últimos Censos, é composto por 55 614 residentes.

O município de Portimão pertence ao conjunto de Territórios Urbanos em Rede, envolvendo uma configuração de aglomerados urbanos de média dimensão, com uma diversidade significativa de densidade populacional entre os territórios aqui classificados, marcados pelo aumento do segmento acima dos 65 anos (taxa de variação: 51%).

Comparando as tendências centrais de cada variável incluída na análise entre o município e o *cluster* em que se insere, observa-se uma coerência elevada do município face ao perfil mediano do *cluster*. As variáveis em que o município mais se afasta do conjunto de Territórios Urbanos em Rede, onde se posiciona, dizem respeito à maior incidência relativa de territórios classificados como áreas predominantemente rurais (representam 18% em Portimão, contra 10% no conjunto do seu *cluster*). O município apresenta alguma capacidade de renovação populacional (entre 2001 e 2011, a taxa de variação da população residente ronda os 23%; sendo de 10% no *cluster* onde se posiciona), envolvendo sobretudo famílias com crianças (as idades 0 a 14 anos têm uma variação de 39%; 6% no conjunto dos Territórios Urbanos em Rede). Os movimentos de população que trabalha ou estuda noutros municípios são também mais mitigados (envolvem 15% dos residentes de Portimão, contra 34% em média no respetivo *cluster*).

Portimão é um município que se caracteriza por uma baixa densidade populacional (304,6 habitantes por quilómetro quadrado), embora,

como assinalado atrás, esta tenha aumentado entre 2001 e 2011, especialmente nas idades até 14 anos. Relativamente ao perfil etário do município, verifica-se a preponderância dos indivíduos entre os 25–64 anos (56%), seguidos das crianças e dos jovens com menos de 25 anos (26%) e dos idosos (que representam 18% da população). No que diz respeito aos perfis educacionais, em termos médios, o município apresenta uma distribuição próxima da que caracteriza o conjunto dos Territórios Urbanos em Rede, onde se posiciona, prevalecente no nível básico de escolaridade (59%, sendo de destacar que a recuperação dos níveis qualificacionais do secundário e superior apresenta uma taxa de variação abaixo da que é observada no respetivo *cluster*). Quanto aos perfis socioprofissionais, muito marcados pelo carácter sazonal das atividades ligadas ao turismo, prevalecentes neste território, verifica-se a preponderância das categorias de base pouco qualificadas do setor dos serviços (EE — 45%) e, simultaneamente, um baixo peso relativo de segmentos qualificados de profissionais técnicos e de enquadramento e empresários (20%), em parte atenuado pela maior presença relativa (do que no respetivo *cluster*) de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL — 13%). O rendimento bruto médio anual é de 11 653 euros por ano. As desigualdades na distribuição de rendimentos da população são relativamente mais elevadas do que as registadas noutros agregados de territórios (coeficiente de Gini: 25,1%), mas estão em linha com a média observada no conjunto dos Territórios Urbanos em Rede.

Oeiras

Oeiras integra o distrito de Lisboa, ocupa uma área de 45,88 quilómetros quadrados, organizando-se administrativamente

em cinco freguesias. De acordo com a informação dos últimos Censos, compõe-se por 172 120 residentes.

O município de Oeiras pertence ao conjunto de Territórios Inovadores, onde estão localizadas as sedes das duas regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto, para além de Coimbra e dois dos concelhos-satélite da área metropolitana de Lisboa, aglomerados de forte densidade urbana, que se diferenciam pelo perfil melhorado de recursos qualificacionais e condições materiais de existência das suas populações, quer residentes, quer trabalhadores que vivem noutros municípios.

Os Territórios Inovadores são um dos agregados de territórios em que se observa menos dispersão entre os municípios que os compõem. Oeiras apresenta uma dispersão reduzida face ao centro do *cluster*. As variáveis em que o município mais se afasta do conjunto dos Territórios Inovadores remetem para a variação (acrescida em Oeiras) da densidade populacional (entre 2001 e 2011, +7%) e do segmento de idades acima de 65 anos (+50%), bem como para a mobilidade da população (49%) — o município de Oeiras é um caso do conjunto dos Territórios Inovadores em que se intensificam as tendências que descrevem o perfil de concentração de população e de mobilidade intermunicipal por motivos de estudo ou de trabalho.

No que concerne aos grupos etários, existe uma elevada presença de crianças e jovens até aos 25 anos no município (25%), embora o escalão de idades com maior peso relativo corresponda ao dos 25–64 anos (56%), enquanto os idosos com mais de 65 anos representam 19% da população.

Ao nível dos indicadores selecionados para caracterizar o perfil territorial em termos de desigualdade social, o município destaca-se da média do *cluster* principalmente no que diz respeito à preponderância de população qualificada (população entre os 25–64 anos com o ensino superior), ao rendimento bruto médio e à prevalência do segmento de classe dos profissionais técnicos e de enquadramento. A população de Oeiras apresenta um valor de rendimento bruto médio anual de 20 069 euros e uma prevalência elevada de perfis educacionais de nível superior (40% da população do grupo etário 25–64 anos). De forma coerente com este perfil, a distribuição dos lugares de classe é incidente nas categorias de profissionais especialistas intelectuais e científicos e de quadros técnicos e intermédios (PTE — 40%), destacando-se ainda uma presença muito significativa de empresários, dirigentes e profissionais Liberais (EDL — 17%).

Mação

Mação pertence ao distrito de Santarém, província da Beira Baixa, sub-região do Médio Tejo. Ocupa uma área de 399,98 quilómetros quadrados, sendo organizado administrativamente em seis freguesias. De acordo com a informação dos últimos Censos, compõe-se por 7338 residentes.

O município de Mação está posicionado no conjunto de Territórios de Baixa Densidade, envolvendo uma configuração de aglomerados com baixa densidade populacional e alguma incidência de áreas predominantemente rurais. Nas suas características sociodemográficas, económicas e sociais, destaca-se pela estrutura populacional

envelhecida, pelo peso expressivo de inativos e pela presença de níveis educacionais baixos e muito baixos, coerente também com uma estrutura social de classes muito incidente nas atividades de base dos serviços e da indústria.

Comparando as tendências centrais de cada variável incluída na análise entre o município e o conjunto dos Territórios de Baixa Densidade, em que se insere, observa-se uma grande coerência do município face ao perfil mediano do *cluster*. As variáveis em que o município mais se afasta dos Territórios de Baixa Densidade, onde se posiciona, dizem respeito à caracterização e à evolução do perfil etário da população — o município de Mação é um caso deste agregado de territórios em que as tendências de despovoamento e envelhecimento populacional são particularmente agravadas. Entre 2001 e 2011, o município verificou um acentuado decréscimo da sua população mais idosa, mas também da sua população de crianças e jovens (com taxa de variação de -24,5% e -43,4%, respetivamente), sinalizando também a progressão do processo de despovoamento do município pela não-reposição de população seja pela natalidade, seja pela capacidade de atração de população adulta proveniente de outras regiões.

Mação caracteriza-se como um território de baixa densidade populacional (16,5 habitantes por quilómetro quadrado). A percentagem da população do município é relativamente mais baixa entre os grupos etários mais novos (<25 anos: 17,1%, 25-64 anos: 43,7%) e relativamente mais elevada nos grupos etários mais avançados (o segmento com +65 anos representa 39% do todo populacional, sendo esta estrutura envelhecida mais incidente no sexo feminino). Esta estrutura demográfica reflete-se no peso, muito

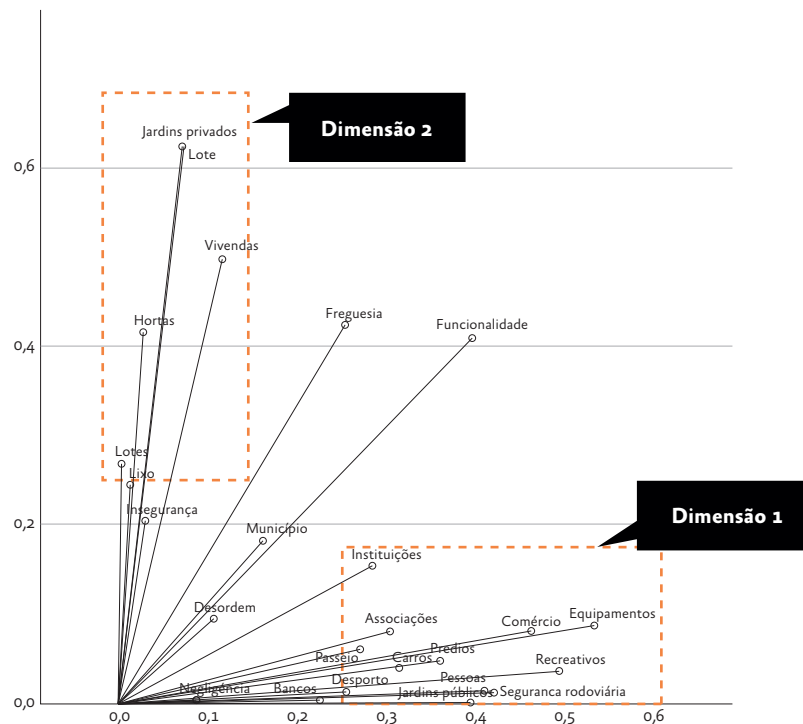
significativo, da população inativa (66%). No que diz respeito aos perfis educacionais, a maioria da população entre os 25-64 anos tem níveis de educação baixos e muito baixos (cerca de 80% tem, no máximo, o ensino básico). O perfil socioprofissional da população caracteriza-se pela elevada presença de assalariados de base dos serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores (EE — 36,3%), bem como trabalhadores da agricultura e indústria (O — 31%). No seu conjunto, estas categorias representam mais de metade da população. Os trabalhadores independentes têm no município uma expressão de cerca de 8% — abaixo da média do todo dos Territórios de Baixa Densidade (10%), mas acima da média observada nos vários concelhos do continente. No que diz respeito aos valores médios dos rendimentos dos cidadãos, também estes são relativamente baixos (rendimento bruto médio anual de 9733 euros). O coeficiente de Gini permite observar que no município as assimetrias na distribuição de rendimentos são mais baixas do que as verificadas no respetivo *cluster* (Gini de Mação: 22,2%; contra 24,0% no *cluster* 5).

4.2. Desigualdades territoriais e qualidade do espaço público: recurso ao Google Street View

A análise de correspondências múltiplas (ACM) aplicada às variáveis recolhidas pela observação social sistemática permitiu destacar duas dimensões como as mais relevantes para a diferenciação das ruas observadas. Analisando as medidas de discriminação (figura 11) e as quantificações das variáveis em função das duas dimensões retidas, foi possível identificar (1) uma dimensão fortemente relacionada com a oferta de equipamentos e serviços, diferenciando ruas com maior e menor oferta de infraestruturas e serviços; e outra (2) relacionada

com a intensidade urbana e a manutenção dos espaços urbanos, diferenciando ruas com maior ou menor ocupação física e manutenção de espaços públicos.

Figura 11 Medidas de discriminação da solução final da ACM com os dados da observação sistemática (23 variáveis ativas e duas variáveis suplementares: município e freguesia)

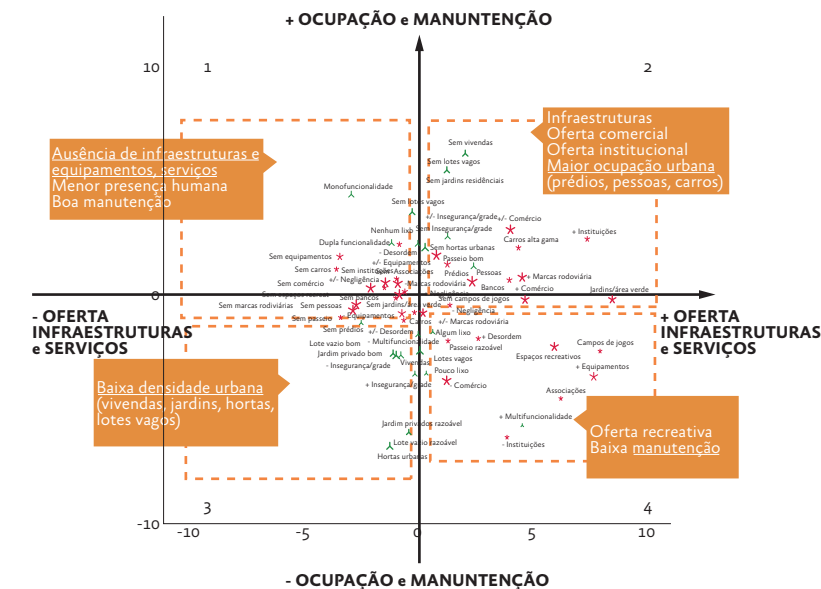


Fonte: Observação sistemática através do Google Street View; TIWELL 2020.

Prosseguindo com a análise, e atendendo ao posicionamento das categorias das variáveis mais relevantes no plano definido pelo

cruzamento das duas dimensões (figura 12), é possível identificar regularidades por quadrante.

Figura 12 Representação do espaço topológico definido com a ACM, com os dados da observação sistemática (23 variáveis ativas, 64 categorias) ⁴⁶



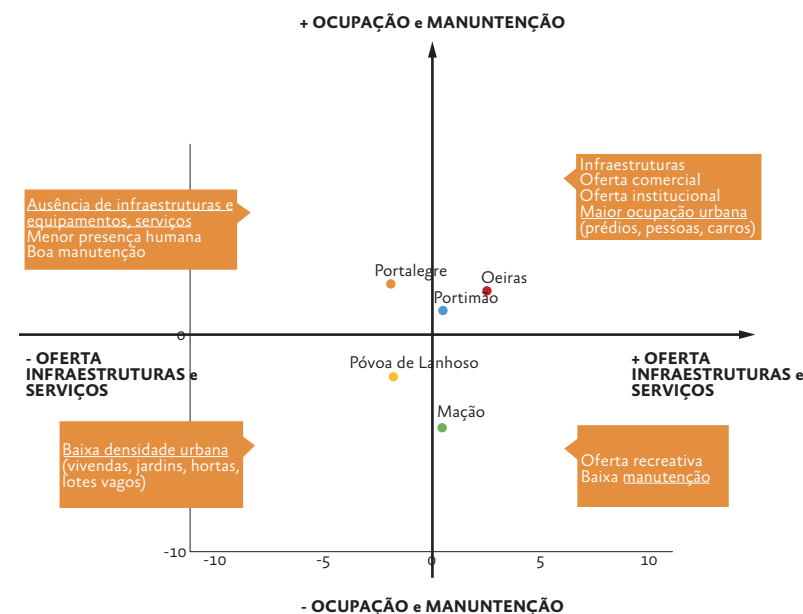
Fonte: Observação sistemática através do Google Street View; TIWELL 2020.

A análise dessas associações (ou proximidades) permite definir um plano analítico útil para a interpretação das diferenças territoriais. No quadrante 1, localizam-se categorias que sinalizam a presença de equipamentos e estruturas como marcas rodoviárias, jardins públicos ou áreas verdes, e maior oferta de serviços comerciais, acompanhadas com a sinalização de presença de pessoas, carros, prédios, e a ausência de lotes vagos

ou casas com jardim. No quadrante 2, agrupam-se categorias que informam da ausência de equipamentos e estruturas, e de presença humana na rua (pessoas ou carros), e categorias que sinalizam menos sinais de baixa negligência e abandono. No quadrante 3, associam-se categorias relacionadas com a baixa densidade urbana (vivendas, jardins residenciais, hortas urbanas). No quadrante 4, localizam-se as categorias que relacionam a oferta de equipamentos recreativos (associações, campos de jogos, espaços recreativos) com a baixa oferta comercial e institucional e sinais de desordem física e de baixa manutenção.

Projetando a variável «município» no plano topológico definido pela ACM como variável suplementar, os posicionamentos das categorias descrevem as tendências das ruas observadas em cada município em função das duas dimensões analíticas (figura 13).

Figura 13 Projeção das categorias da variável «município» no espaço topológico definido com a ACM, com os dados da observação sistemática



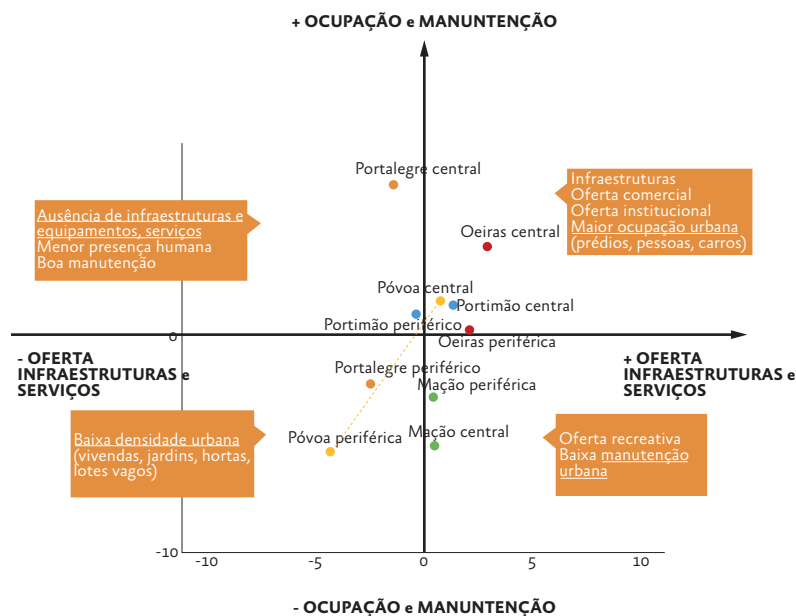
Fonte: Observação sistemática através do Google Street View; TIWELL 2020.

É interessante constatar que os municípios de Portimão e principalmente Oeiras (menos próximo dos eixos) se posicionam no quadrante associado à maior densidade urbana, à ocupação humana e à oferta de equipamentos e serviços; Portalegre posiciona-se no quadrante relacionado com a ausência de equipamentos e serviços e a baixa ocupação humana; Póvoa de Lanhoso posiciona-se no quadrante principalmente caracterizado pela menor densidade urbana (casas com vivendas, jardins, hortas, lotes vagos); e, por fim, Mação, posiciona-se no quadrante caracterizado pela oferta de equipamentos

recreativos (campos de jogos, associações e espaços lúdicos), pela baixa presença de serviços comerciais e institucionais e por alguns sinais de baixa manutenção.

Projetando a variável «freguesia» no plano topológico defino pela ACM como variável suplementar, os posicionamentos das categorias descrevem as tendências das ruas observadas em cada freguesia em função das duas dimensões analíticas (figura 14), assegurando uma perspetiva sobre principais diferenças dentro dos territórios analisados.

Figura 14 Projeção das categorias da variável «freguesia» no espaço topológico definido com a ACM com os dados da observação sistemática⁴⁷



É interessante constatar que, em geral, as freguesias centrais se apresentam posicionadas mais à direita do que as freguesias periféricas, sinalizando uma maior associação pela oferta de serviços e equipamentos urbanos (com a exceção do município de Mação, cuja comparação é possivelmente penalizada pelo menor número de ruas analisadas na freguesia periférica, não mapeadas pelo Google Street View). O exercício permite identificar municípios cujas desigualdades territoriais são mais evidentes. A este nível, o município da Póvoa de Lanhoso destaca-se na medida em que as ruas observadas na freguesia central apresentam características mais semelhantes às dos municípios de Portimão e Oeiras (maior densidade urbana e oferta de equipamentos e serviços urbanos), enquanto as ruas observadas na freguesia periférica se associam ao quadrante oposto, principalmente caracterizado pela baixa densidade urbana.

A observação sistemática permitiu identificar grandes regularidades no plano das ruas observadas: muitos dos indicadores registados na observação revelaram-se pouco diferenciadores dos espaços urbanos. Focando a análise nos aspetos mais diferenciadores entre as ruas, com recurso à ACM, identificaram-se duas dimensões particularmente consistentes: (1) oferta de infraestruturas e serviços; (2) ocupação e manutenção do espaço público. O espaço topológico definido pelos dados da observação oferece uma perspetiva multidimensional dos territórios, permitindo o posicionamento relativo dos municípios em análise, bem como a construção de uma perspetiva complementar de caracterização das desigualdades intraterritoriais.

4.3. Caracterização do bem-estar numa perspetiva comparativa dos estudos de caso com recurso a estatísticas de base municipal

As figuras 15 e 16 permitem uma comparação dos municípios relativamente aos indicadores de bem-estar, intra e interdimensões, e ainda a referência da mediana dos indicadores para o total dos municípios analisados.

Numa leitura dos resultados da dimensão «trabalho digno» referenciada aos municípios selecionados para o aprofundamento dos estudos de caso, Póvoa de Lanhoso apresenta um ambiente relativamente favorável em termos da estabilidade dos vínculos laborais e dos contextos organizacionais. Em contrapartida, a posição do município em relação ao desemprego é desfavorável na comparação com os outros municípios em presença (só melhor do que a de Portimão). Póvoa de Lanhoso regista ainda uma dependência económica face às atividades das quatro maiores empresas da região muito próxima da observada para o todo do continente. O município da Póvoa de Lanhoso apresenta uma posição positiva nas componentes de segurança social, proteção laboral e saúde. A componente menos favorável de trabalho digno neste território respeita à posição relativa nas condições de proteção na reforma.

Na dimensão de bem-estar «trabalho digno», Portalegre apresenta também uma posição relativamente favorável nos indicadores de vínculos laborais, destacando-se pela sua posição abaixo da mediana nacional nas duas componentes de proteção laboral e na saúde (ver figura 15). A situação do concelho em relação ao

desemprego apresenta um quadro próximo do observado na Póvoa de Lanhoso, ligeiramente melhor do que o observado para o todo do continente. O município apresenta um quadro de dependência económica relativamente acentuado face às quatro maiores empresas do território.

Ao contrário dos dois municípios assinalados, Portimão tem uma posição de desafio nos indicadores de vínculos laborais, denunciando a prevalência relativa de precariedade e desemprego, bem como uma baixa proteção em termos de segurança social, quer no trabalho, quer na saúde (figura 15). Não obstante, o município apresenta uma dinâmica económica de menor dependência face à concentração empresarial.

Na dimensão «trabalho digno», Oeiras tem uma posição cimeira, claramente destacada face aos restantes territórios em referência, no indicador contexto organizacional, concentração do volume de negócios, bem como nas componentes de segurança social relativas à proteção na reforma e à proteção laboral (figura 15). O município apresenta uma posição relativa de taxa de desemprego total também bastante positiva (só ultrapassado por Mação).

A proteção na saúde corresponde à vertente onde Mação tem a posição menos favorável (figura 15). Mação destaca-se positivamente nas condições ligadas à estabilidade de vínculos laborais (a melhor posição na comparação com os territórios em referência), emprego e proteção na saúde; os indicadores de trabalho digno onde este município apresenta posições de maior desafio relacionam-se com os contextos organizacionais, a dependência económica e as condições

de proteção na reforma (incidentes no nível de rendimentos muito baixos dos pensionistas do concelho).

Figura 15 Scores relativos de bem-estar dos municípios e mediana dos municípios do continente: trabalho, equilíbrio família-trabalho, saúde, educação, cultura e sociedade digital



*Indicador invertido, para uniformização com os restantes, onde um maior valor traduz um maior bem-estar.

Na dimensão «equilíbrio entre trabalho e vida familiar», que num plano teórico-conceptual constitui um pilar de trabalho digno (OIT, 2016), é de destacar Portalegre e Mação, com posicionamentos favoráveis (acima da mediana dos municípios portugueses), e, no extremo oposto, Oeiras e Portimão, ambos com posições de maior desafio nesta dimensão (figura 15).

Na dimensão de bem-estar «saúde», Póvoa de Lanhoso apresenta um retrato relativamente desfavorável na comparação com as restantes configurações de territórios na disponibilidade de recursos humanos em saúde (médicos e enfermeiros) e no rácio de farmácias por habitante. Refletindo uma estrutura demográfica relativamente menos incidente nos escalões etários mais velhos, Póvoa de Lanhoso tem uma posição relativa favorável no indicador de taxa de mortalidade. Quanto a Portalegre, apresenta posições relativamente favoráveis quer em termos de instalações de centros de saúde e farmácias, quer em termos de recursos humanos em saúde. Neste município a taxa de mortalidade está sobreposta à mediana nacional, enquanto a esperança média de vida aos 65 anos é uma das mais baixas no contexto dos territórios em presença. Portimão tem uma posição de destaque para baixo no indicador de esperança de vida aos 65 anos (a pior de todos os contextos em referência), estando também abaixo da mediana nacional no rácio de farmácias por habitante (a posição sobrepõe-se com a da Póvoa de Lanhoso). Oeiras apresenta o mesmo valor que a mediana dos municípios portugueses na esperança média de vida aos 65 anos, e a taxa bruta de mortalidade é também a mais favorável nos territórios em destaque; o município apresenta ainda uma relação de relativo favorecimento no acesso a recursos humanos na saúde. Em contrapartida, nas restantes componentes

desta dimensão de bem-estar na saúde, este município tem posições de grande desafio, refletindo o desequilíbrio entre a densidade populacional que o caracteriza e a oferta de instalações/equipamento de saúde — situação que é mitigada pela proximidade do município à capital. Mação apresenta desafios na disponibilidade de recursos humanos e na taxa bruta de mortalidade (refletindo uma estrutura etária muito envelhecida). Apesar disto, o município tem um quadro relativamente favorável no indicador de esperança de vida aos 65 anos.

Na dimensão «educação, cultura e sociedade digital», Póvoa de Lanhoso tem uma posição no indicador «sucesso escolar» abaixo da mediana nacional, não obstante não ter qualquer resposta TEIP municipal (o que significa que são mitigados os desafios relacionados com o sucesso escolar, o abandono precoce e a adesão à cultura da escola). O município tem desafios na sua posição relativa à sociedade digital. Em termos comparativos, Portalegre tem a melhor posição no índice de participação na escolaridade obrigatória. Este indicador deve ser, contudo, interpretado à luz da posição dominante que o município ocupa no contexto do respetivo território enquanto capital de distrito; está, pois, inflacionado pela presença de crianças e jovens de diferentes concelhos que frequentam as escolas de Portalegre. O comprometimento do território com a melhoria da situação face a estes desafios reflete-se na presença expressiva de agrupamentos de escolas TEIP. Portimão destaca-se positivamente no indicador «sociedade digital e ensino superior». Apesar de, como todos os municípios em análise, estar numa posição acima da mediana relativamente à participação na escolaridade obrigatória, a sua posição neste indicador sugere que enfrenta desafios, o que é parcialmente confirmado pela presença no município de agrupamentos TEIP.

Oeiras destaca-se pelas suas posições favoráveis no que toca ao sucesso escolar no básico e secundário e à posição relativa no indicador de sociedade digital e ensino superior. As assimetrias que atravessam o concelho ficam patentes na presença de agrupamentos TEIP. Mação é claramente, entre os municípios em referência, o mais investido na promoção de atividades culturais e criativas (refletido nas despesas da câmara com estas atividades), apesar de enfrentar alguns desafios de sucesso escolar no ensino básico e secundário, agravados no contexto atual da sociedade pós-COVID-19, pela sua posição relativamente ao indicador de sociedade digital e ensino superior. Apesar disto, Mação tem um desempenho relativo mais favorável no indicador de participação na escolaridade obrigatória (porventura também influenciado pelo facto de ser sede de concelho e o único município no contexto do seu território com uma escola secundária).

Relativamente à dimensão de bem-estar «qualidade ambiental» (figura 16), Póvoa de Lanhoso representa uma posição favorável nos indicadores de deslocação por transporte coletivo, consumo de combustível automóvel e tratamento e qualidade de água. Tanto Portalegre como Portimão, pelo contrário, denotam uma posição menos favorável na mobilidade através de transporte coletivo. Em todos os restantes indicadores, os dois municípios têm posicionamentos relativos mais favoráveis do que a mediana nacional. Portalegre destaca-se sobretudo na sua posição relativa no indicador de tratamento e qualidade de água e consumo de combustível automóvel. Na caracterização das condições de bem-estar nesta dimensão de qualidade ambiental, relativamente a Oeiras, é de assinalar a posição favorável do município na gestão de resíduos e no comprometimento na proteção da biodiversidade e da paisagem,

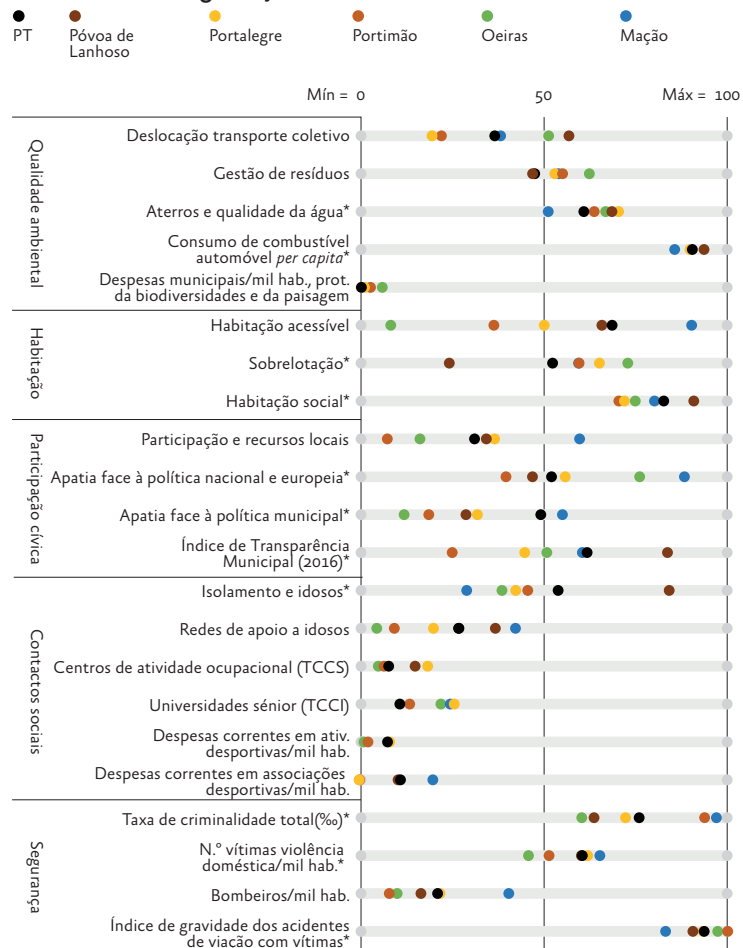
bem como no tratamento e qualidade da água e na deslocação por transporte coletivo. Mação é, no conjunto dos municípios em referência, o que apresenta maiores desafios no indicador de aterros e qualidade da água e no consumo de combustível automóvel.

A dimensão «habitação» destaca Póvoa de Lanhoso pela positiva na habitação social, bem como na disponibilidade de casas a preços acessíveis. O município tem uma posição de desafio em relação à sobrelotação. Nesta dimensão de bem-estar relativa à habitação, Portalegre tem alguns desafios na acessibilidade à habitação e também na habitação social; em contrapartida, é um dos municípios com melhor posição no número médio de pessoas por alojamento (só ultrapassado por Oeiras). Portimão apresenta um quadro de desafio em relação à acessibilidade da habitação e na oferta de habitação social. A dimensão de bem-estar habitação destaca Oeiras como o município onde os preços de habitação são menos acessíveis. Apesar disto, refletindo uma estrutura de organização familiar mais urbana (menos pessoas por agregado), a sobrelotação coloca-se com menos acuidade do que noutros contextos. Mação é o município em referência com preços mais favoráveis em relação à habitação.

Na dimensão de bem-estar «participação cívica», Póvoa de Lanhoso destaca-se pela sua posição relativa no Índice de Transparência Municipal. Não obstante, o município tem posições abaixo da mediana dos municípios do continente nos indicadores de apatia política europeia, nacional e municipal, e relativamente melhores em participação e recursos locais. Ainda na dimensão «participação cívica», Portalegre, ao contrário da Póvoa de Lanhoso, tem uma

posição relativamente desfavorável no Índice de Transparência Municipal; o município está um pouco acima do todo de territórios em destaque quer na participação política nacional e europeia, quer em participação e recursos locais (mas, nesta última componente, a sua posição é negativa, tal como na generalidade dos contextos territoriais em referência). Portimão é, em termos gerais, o município com piores condições de bem-estar na participação cívica, destacando-se pela negativa sobretudo nos indicadores de participação e recursos locais e de Índice de Transparência Municipal. Oeiras, por seu lado, destaca-se pela positiva no indicador de participação na política nacional e europeia, mas em todos os restantes indicadores tem uma posição relativamente desfavorável, com destaque nos indicadores de recursos e participação locais e de mobilização na política municipal. Mação é o município com melhor bem-estar na participação cívica. Para esta posição relativa contribuem os indicadores de participação política nacional e europeia, política municipal, participação e recursos locais. O município quase se sobrepõe à mediana nacional no Índice de Transparência Municipal.

Figura 16 Scores relativos de bem-estar dos municípios e mediana dos municípios do continente: ambiente, habitação, participação cívica, contactos sociais e segurança



*Indicador invertido, para uniformização com os restantes, onde um maior valor traduz um maior bem-estar.

Na dimensão «contactos sociais», Póvoa de Lanhoso tem a melhor posição relativa no contexto dos territórios em referência no indicador de isolamento e idosos (fruto, em boa parte, de uma estrutura demográfica comparativamente menos envelhecida). O município destaca-se ainda, pela positiva, no indicador de centros de atividades ocupacionais e no investimento em associações desportivas (sobrepuesto à mediana do continente). Quanto ao município de Portalegre, ao contrário da Póvoa de Lanhoso, tem uma posição de desafio relativamente ao indicador de isolamento e idosos e demarca-se também pela ausência de investimento em associações desportivas. Em contrapartida, o município destaca-se pela posição de relativo favorecimento nas valências de apoio ao nível de centros de atividades ocupacionais, universidades seniores e também nas despesas em atividades desportivas. Portimão apresenta um quadro geral de desafio na dimensão de bem-estar «contactos sociais», destacando-se pela negativa nas várias valências de apoio e acolhimento de pessoas idosas. Oeiras segue um perfil próximo do traçado para Portimão, porventura reforçado negativamente, exceto na oferta de universidades seniores. Nesta dimensão de bem-estar, Mação tem uma posição relativa favorável na rede de apoio a idosos, bem como no comprometimento do município no apoio a associações desportivas. Refletindo a estrutura demográfica e as características de esvaziamento populacional, o município destaca-se pela sua posição menos favorável no indicador de isolamento e idosos.

A dimensão «segurança» assinala como componente positiva nos contextos territoriais em presença o indicador da taxa de criminalidade total. No indicador do número de vítimas de violência doméstica por mil habitantes, Oeiras e Portimão apresentam um posicionamento

mediano menos favorável do que o observado nos restantes contextos, enquanto Mação é o município onde esta problemática menos se faz sentir. Mação também se destaca pela positiva no número de bombeiros por mil habitantes, enquanto Portimão e Oeiras apresentam a pior posição relativa. Nesta dimensão, o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas coloca Mação numa posição de desfavorecimento face aos restantes territórios.

4.4. Bem-estar nos municípios — Uma perspetiva intersubjetiva: visão através das entrevistas a stakeholders e grupos focais

Trabalho digno e territórios

O «trabalho digno» aparece como uma dimensão estruturante das perceções intersubjetivas de bem-estar nos diferentes municípios. As categorias associadas com maior frequência a esta dimensão enfatizam a importância da dinâmica económica e das condições e oportunidades associadas de acesso e exercício da atividade laboral em termos de oferta de emprego, de trabalho qualificado, de incerteza/insegurança laboral, de carreira e perspetivas de futuro e de rendimentos. A análise destas apreciações confirma a importância do contexto enquanto elemento de configuração de oportunidades e constrangimentos. Constata-se, por exemplo, que nos territórios com maiores fragilidades económicas e sociais as lideranças políticas e os serviços públicos municipais estão sob maior escrutínio, sendo-lhes imputadas responsabilidades acrescidas na mobilização de meios e na captação de recursos para a manutenção do bem-estar, no qual adquire uma relevância central, precisamente,

a empregabilidade e os recursos que advêm da participação no trabalho.

Sublinhe-se que a dimensão «trabalho digno» e as questões que emergem com ela relacionadas são centrais nos discursos dos entrevistados quando questionados acerca do bem-estar no concelho («Por que razão é bom viver em...?») e acerca do modo como justificam a perceção que têm sobre a satisfação dos cidadãos («Numa escala de dez posições, em que zero significa “nada satisfeitos” e dez “muitíssimo satisfeitos”, qual a satisfação geral das pessoas aqui em ? Porquê?»).

No município da Póvoa de Lanhoso, os testemunhos dos entrevistados refletem preocupações e expectativas relacionadas com mudanças significativas em termos de oportunidades de emprego no concelho, fruto da diminuição da atividade em indústrias tradicionais do têxtil e filigrana («uma imagem de marca da Póvoa de Lanhoso hoje em dificuldades») e também do encerramento e da deslocalização de empresas de capitais multinacionais com alguma dimensão, que, quando se instalaram na região, beneficiaram de apoios estatais e europeus. Estas dinâmicas recentes persistem no imaginário coletivo, suscitando receios quanto ao futuro, quer entre os jovens, quer entre adultos (grupos focais). Apesar disso, é notável algum otimismo sobre a evolução do tecido económico e social, em boa parte alimentado pela «boa localização» do concelho face a Braga e Guimarães, e pelas oportunidades associadas de mobilização de trabalho qualificado, absorvido por novas indústrias e também pelo reforço de emprego associado ao terceiro setor e à economia digital.

Havia uma indústria ligada muito à mão de obra intensiva no que diz respeito, nomeadamente, à parte da indústria têxtil [...]. O paradigma mudou um pouco nos anos 90, nomeadamente, com a vinda de uma grande empresa multinacional que foi a UTA, e criou-se um parque industrial de algum significado, mas durou 10 anos... Esses 10 anos fizeram com que houvesse um grande fluxo de trabalhadores mais qualificados [...] e que eram de fora, alguns fixaram-se no concelho, entretanto verificou-se depois que a própria indústria da UTA, que passou a ser líder [na economia do Concelho], foi desativada... [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

E já tivemos cá a LEAR [multinacional norte-americana de componentes automóveis, que se deslocalizou para a Roménia em 2005, na altura com cerca de 800 trabalhadores, mas que chegou a empregar perto de 2000 pessoas] [...] casais que trabalhavam juntos nessa empresa tiveram que vender as suas casas ou entregá-las ao banco e tiveram que emigrar [Técnica superior no Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades, SIGO da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, socióloga]

Entretanto o modelo industrial mudou, o modelo ligado às áreas do setor secundário, e hoje temos aqui empresas, nomeadamente, a grande empresa que é a PROZIS [comércio online de suplementos desportivos e nutrição], que emprega, de facto, muita gente, alguma de cá, muita também de fora, e aposta também no conhecimento... E, portanto, em termos de evolução, em termos de indústria, em termos

socioeconómicos tem essa particularidade [...] temos também negócios que emergem, muitos de pequenas dimensões, resultantes dos novos hábitos de vida, mas também das novas pessoas que passaram à atividade, jovens licenciados. [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Também em termos de qualificação temos na proximidade a Universidade do Minho, portanto é possível dentro da proximidade conseguir recursos humanos qualificados para dar resposta a necessidades [Responsável da Qualidade e Formação da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, licenciada em Engenharia]

A própria Escola procura soluções. Aquelas áreas em que nós temos investido um pouco é na área da multimédia, do audiovisual e também na gestão de equipamentos informáticos, que é também muito direcionada para a eletrónica. São áreas que os miúdos gostam e, efetivamente, nós conseguimos enquadrá-los em algumas empresas do concelho, na formação em contexto de trabalho [...] Nós temos muitos alunos que são um exemplo para nós. Por exemplo, quando falo em multimédia, na área da multimédia, há várias áreas em que eles conseguem trabalhar, além da parte muito do audiovisual, também existe uma parte que tem a ver com o 3D e com a edição 3D, que são áreas que nos pedem com regularidade. [...] muitas empresas acabam por ficar com os nossos alunos as empresas habitua-se a eles, eles estão-lhes a fazer falta, e acabam por ficar lá nas férias, e dão-lhes um dinheirito pelo tempo que eles estão lá, e os miúdos ficam todos

contentes, e vêm todos motivados. [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

As «oportunidades de emprego» e a possibilidade de «construir carreira» envolvendo segmentos «mais qualificados» e «emprego com perspetivas de futuro» são vistas como elementos fundamentais para a coesão social, para o desenvolvimento do território e para a manutenção do bem-estar da população do concelho.

também é importante o facto de haver instituições, organizações, que possibilitam com que o seu crescimento crie, portanto, sinergias positivas para que as pessoas sintam que têm oportunidades aqui na Póvoa de Lanhoso [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

o que é certo é que nós hoje temos no hospital mais senhoras que se fixaram aqui, que são licenciadas [...] estão a trabalhar no hospital nas diferentes áreas de intervenção: as técnicas de diagnóstico, as fisioterapeutas, também, seja na reabilitação, seja na parte da imagiologia. Pronto, há aqui, portanto, um cluster que lhes permite fixarem-se nessa área da saúde [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Por exemplo o ElviraCare [empresa de vendas online, ligada à Misericórdia] hoje diretamente inclui mais quatro pessoas, a nível

da receção dos produtos, a nível da expedição de produtos, a nível da parte logística da receção das encomendas via Internet, mas temos um plano de crescimento que, inclusivamente, vai fazer com que, eventualmente, nós aumentemos as áreas de armazenamento e de logística e também a parte de call center, mas fundamentalmente, também, a área — como tem a Prozis, como tem a Farfetch [venda de vestuário online], como têm outras empresas dessa natureza — que são as comerciais, que vão receber encomendas e vão despachá-las. E, portanto, nós temos uma perspetiva de crescimento muito significativa nos próximos anos, tanto a nível do volume de negócios, mas também de empregabilidade, e são pessoas que têm que ter formação na área da informática, na área dos recursos humanos, na área do conhecimento dos produtos... [Responsável da Qualidade e Formação da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, licenciada em Engenharia]

No município de Portalegre, em termos de escassez estrutural de oportunidades e de condições de participação e reconhecimento no contexto local, em particular dos mais jovens e mais qualificados, a dimensão «trabalho digno» configura uma boa parte dos discursos dos entrevistados quando se questiona sobre como avaliam a satisfação e o bem-estar no território. As categorias associadas enfatizam a falta de «trabalho qualificado», a «incerteza/insegurança laboral», as «condições de remuneração» e também o imaginário dos jovens, que tende a valorizar a experimentação de vivências noutras realidades.

E depois temos aquilo que nos falta: que é trabalho com direitos e bem pago — e essa é a razão porque as pessoas abalam daqui cada vez mais.

[...] Se é com emprego, Portalegre é o melhor sítio para viver. [...] quem tem coragem, quem tem vontade de olhar a serra e de abrir as janelas para a rua, quando não tem a garantia que nesse dia tenha comer na mesa? Ou que o seu emprego dure a partir de amanhã? Ou que mesmo sendo aposentado que o seu filho tenha condições de trabalho? [...] a questão é que quando houve emprego — em 74/75, em que o processo da reforma agrária levou a que houvesse emprego nos campos — quando houve possibilidade de trabalhar aqui, as pessoas regressaram. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

As pessoas que mais se queixam são aquelas que não encontram aqui condições profissionais adequadas aos seus desejos e, por isso mesmo, acabam por sair. [...] Há até esta injustiça social: os filhos da terra, quanto mais vingam em termos académicos e profissionais, menores probabilidades têm de regressar e se fixar em Portalegre, porque Portalegre não tem condições profissionais satisfatórias para aqueles que evoluíram e cresceram. [...] É por isso que é ao nível dos jovens que essa satisfação, essa busca não tão contemplada pela oferta de emprego, de estabilidade social e económica, tem mais impacto: são pessoas que estão na idade própria de encontrarem um modo de vida, uma forma de vida, e não conseguem encontrar. [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

Muitos jovens terminam o secundário e preferem ir embora, tendo ofertas formativas idênticas aqui ao pé da porta acham que do ponto

de vista das representações sociais, do estatuto social ficar a estudar no Politécnico perto de casa não é tão cool, mas são capazes de ir estudar para o Politécnico de Castelo Branco, Guarda ou para a Universidade de Évora, ou sobretudo para Lisboa que é normalmente o foco principal, a prioridade é Lisboa. [...] e, portanto, anseiam, de facto sair de cá e ir à procura de um outro entendimento de qualidade de vida, que no imaginário deles não encontram cá. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

De forma transversal, os testemunhos enquadram a escassez de oportunidades profissionais e a possibilidade de coesão social do território nos desafios de «atração de investimentos consolidados» e nos desafios de «inovação e desenvolvimento», assim como na posição intermédia de Portalegre face aos centros de decisão. Apesar disto, reconhece-se o potencial de desenvolvimento, tendo em conta quer a «posição central» (transfronteiriça), quer também a possibilidade de construção de redes colaborativas com o núcleo do Instituto Politécnico de Portalegre, e a sua capacidade para criar inovação e formação de massa crítica. É aqui apontada a «má gestão» e a relativa falta de competência das lideranças locais, quer para exercerem influência na instalação/melhoria das acessibilidades e infraestruturas associadas face às capitais económicas ibéricas Lisboa-Madrid, quer para o incentivo à mobilização e ao envolvimento da comunidade (como se assinalará adiante, na dimensão da participação cívica), quer também na construção de uma visão integrada do território e dos respetivos recursos endógenos.

Portalegre não é o final de coisa nenhuma, mas é o centro de um espaço que tem como polos Lisboa, Sevilha e Madrid [...]. Depois, paralelamente, é preciso quebrar o isolamento que Portalegre tem. Portalegre é a única capital de distrito — penso que talvez Beja também não tenha — que não é servida por uma autoestrada [...] não há comboios, a linha é do século XIX, isso são tudo decisões que os homens podem fazer e que não têm feito até agora Isto é assim porque alguém decide que é assim e outros decidem não fazer nada em contrário. [...] Eu penso que este é o nosso problema maior: a falta de planeamento e acima de tudo de definição do que queremos para este território. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Uma luta nossa é a necessidade de haver uma maior conectividade com os grandes eixos de ligação Lisboa-Madrid, porque apesar de estarmos geograficamente em linha reta na ligação Lisboa-Madrid a verdade é que a autoestrada (a A6) foi feita para ter uma outra proximidade com Évora e com a centralidade do Alentejo, foi feito um desvio a sul e voltou a subir para ir para Elvas/Badajoz; a norte temos a A23 com Castelo Branco/Guarda, e esta zona do Alto Alentejo, Portalegre, realmente está, digamos, «entalada» entre estes dois corredores de desenvolvimento [...] Portanto, nós para estarmos dentro desta coesão territorial que se defende, precisaríamos de tanto a nível ferroviário, como a nível viário de ter essa ligação próxima [...]. Portanto, para a fixação de empresas que tenham esta perspetiva de exportação ou venda para mercados mais afastados (mesmo nacionais)... [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP;

vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

Portalegre foi sempre uma cidade de base média industrial. Chegou a ser juntamente com a Covilhã e com outras cidades um dos grandes polos industriais do interior do país, associado às indústrias de lanifícios e à transformação da cortiça. E sobreviveu sempre à custa de uma, duas, três empresas grandes, que ao empregarem grande parte dessas pessoas, que não têm propriamente nenhuma licenciatura nem nenhum mestrado, foram alimentando a própria cidade. Quando perdeu essa referência de cidade industrial, não conseguiu encontrar outra. Mas pode encontrar. [Diretor-executivo da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.; professor no Instituto Politécnico de Portalegre; doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

Portalegre teve aqui uma fase que, como costumamos dizer, deu um passo maior que a perna. Isto é, foi daquelas cidades que entrou na 1.ª fase do Programa Polis, e então fez uma quantidade de renovações da cidade, com a intenção de renovar a imagem da cidade, que isso era um fator de atratividade para a fixação das pessoas na cidade, isso foi tudo muito interessante. Mas isso não equivaleu a outros fatores de fixação das pessoas, nomeadamente que é terem emprego. [...] depois desse Programa Polis, a própria Autarquia ficou endividada a um nível tal, que nos últimos dez anos, nunca teve capacidade para assumir as contrapartidas nacionais daquilo que eram os programas estruturantes da cidade. Uma Câmara que não tem capacidade para meter 15% da contrapartida nacional num projeto de um milhão de euros perde, rapidamente, o comboio daquilo que são os grandes investimentos. [Diretor-executivo da Unidade Local de Saúde

do Norte Alentejano, E.P.E.; professor no Instituto Politécnico de Portalegre; doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

Desde há cinco, seis anos, temos uma incubadora de empresas, uma estrutura acoplada a uma instituição de ensino superior atenta às especificidades do território em que está implantada e tem know-how capaz, recursos humanos qualificados, que nós próprios formamos, em áreas estratégicas de investimento, que são muito específicas desta região e que, curiosamente, têm despertado o interesse de muitos investidores e de algumas empresas já com implantação noutros territórios [...] nomeadamente, no domínio das energias alternativas, da bioenergia, das questões muito ligadas ao hidrogénio e também noutras áreas ligadas ao património, ligadas às atividades empresariais que procuram recuperar e reconverter o legado patrimonial em oportunidades de investimento e de desenvolvimento económico [...]. Portanto, nós temos tudo aqui, falta é uma política de investimento de qualidade que permita alavancar isso e criar aqui espaços de trabalho inovador, mobilizando a área das artes, mobilizando as áreas da inovação tecnológica, mobilizando os aspetos que hoje se prendem muito com a qualidade ambiental que existe, mobilizando a proximidade com a fronteira... [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

No município de Portimão, a dimensão «trabalho digno» tem também uma enorme relevância no discurso dos entrevistados quando se questiona acerca do bem-estar.

No geral, quando interpelados sobre «Porque é bom viver em...», as respostas imediatas são enfáticas no enunciar de aspetos positivos, como veremos com pormenor na análise de várias dimensões

de bem-estar; contudo, a ausência de perspetivas e a perceção quanto à «falta de visão» e até «negligência» por parte do Estado e do município na procura de soluções alternativas ao turismo emergem como um elemento de preocupação e de revolta. Nos últimos anos, o concelho mantém uma dinâmica de crescimento demográfico, fruto da atração de população migrante com origens diversas — «pessoas ricas» com capacidade de consumo que «inflacionam os preços das casas e da restauração», e também pessoas «sem projetos» que procuram «empregos que não existem» e acabam por contribuir para intensificar as desigualdades que persistem no território.

Especificamente sobre as oportunidades de trabalho (ou a falta delas), nos testemunhos sublinha-se a escassa «oferta de empregos» e o facto de os que existem serem «pouco qualificados», de «baixos rendimentos» e incidentes em «atividades sazonais» (suspensas com a COVID-19), sobretudo na hotelaria, na restauração e no comércio. Tais características ganham contornos ainda mais significativos em Mexilhoeira Grande, uma freguesia «rural» que, embora abrangendo cerca de 49% do território do concelho, tem vindo paulatinamente a perder população, numa tendência que contrasta com o restante território.

Aquilo que eu sinto, como eu dizia, é que as pessoas, aqui, não têm muitas alternativas. Ou vão para os serviços, que são poucos, ou vão para o comércio, que está a definhar, ou vão para hotelaria, e têm este problema de ter sempre atividade sazonal. Não têm muito mais para fazer, não têm muito mais ofertas. [...] sendo certo que o concelho até tem vindo a crescer por via da imigração, mas a verdade é que há uma série de jovens que vão embora: jovens portugueses, nacionais.

[...] *Para já, dizer que eu acho que isto também é reflexo duma certa normalização da dependência do turismo e dos empregos do turismo que, teoricamente, não precisam de grandes qualificações e que é o que está à mão* [Em relação ao perfil das qualificações da população]. *E que é uma coisa que vem de família: o pai já era, o avô já era, e por aí fora.* [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

Esta questão da sazonalidade é um grande desafio [...] também não permite, ao mesmo tempo, fixar essas pessoas na cidade, se calhar até em áreas que podiam ser áreas com mais falta de recursos humanos. [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

[A Mexilhoeira] *é uma vila rural, é uma vila sossegada de fácil acesso a qualquer sítio o emprego é que é o principal problema. É uma grande dificuldade e é o que traz o pão para casa, não é? Ora, nós aqui temos o Autódromo [Autódromo Internacional do Algarve] que também emprega algumas pessoas, mas de resto não temos mais nada a nível de empregos, de oferta de empregos. Era importante encontrar alternativas, que não esteja tudo direcionado para a área da restauração e da hotelaria mas se calhar 90% é o que temos aqui. [...]* *a agricultura cada vez tem sido menos, as pescas idem aspas, todas essas situações que antes empregavam algumas pessoas hoje quase acabaram.* [...] [Presidente da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

Com um passado ligado à indústria de conservas, entretanto desativada, mas que, em meados do século passado, chegou a empregar

cerca de 60% da população ativa do concelho, Portimão acolhe uma das primeiras instâncias turísticas balneares do país (a Praia da Rocha). É em torno desta que vai crescer de forma desordenada o seu edificado urbano, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, alimentando toda uma nova base económica centrada no turismo e nas atividades de restauração, hotelaria e comércio, mas também na indústria de construção civil. Nos testemunhos dos entrevistados sobressai algum mal-estar relativamente à decadência atual de algumas das instalações, perigando ainda mais a sustentabilidade da principal base económica do território.

É a questão de termos infraestruturas relativamente degradadas, e é a questão de não termos uma visão clara para aquilo que deve ser a atividade económica no município. [...] Portimão é eminentemente turístico, mas nós não estamos, na minha opinião, a apontar para o alvo certo. E isto não é de hoje, não é de ontem, não é de há dez anos, não estamos a apontar para o alvo certo. Nós temos no concelho quatro hotéis de cinco estrelas, todos eles muito envelhecidos, e que não despertam o interesse, de todo, do ponto de vista daquilo que os nossos concorrentes diretos têm para oferecer. Há pouco eu dizia que somos felizes por termos rio, por termos cidade, por termos ria, mas, por exemplo, nós devíamos ter um centro náutico à séria, uma estação náutica, coisa que não temos, e temos todas as condições para fazer. A Ria de Alvor é dos melhores sítios do mundo, não tenho problema em dizê-lo, para a prática de desportos náuticos que impliquem vento, vela, windsurf, kitesurf, essas coisas todas. E é um recurso que está completamente desaproveitado. [...] [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

Perpetuam-se assim os «sentimentos de insegurança e incerteza face ao futuro» e as «reduzidas perspetivas de carreira». Tal foi também muito notório no grupo focal com jovens de diferentes freguesias do concelho. Apesar de todos manifestarem que gostam de viver em Portimão «porque é calmo e têm a praia», não se sente que tenham grandes ambições para o futuro, quer no plano escolar, quer profissional.

Esta juventude não tem nada praticamente, acaba-se aquele ordenado e é difícil, e julgo que isto daqui para a frente ainda vai ser pior [...] ninguém tem aquele pé-de-meia como as pessoas mais antigas tinham... hoje trabalha-se tudo para o dia a dia. E um casal vê-se sem emprego e é muito complicado. [Presidente da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

Por último, aponta-se a questão da pouca «disponibilidade de recursos humanos», que, devido ao carácter sazonal da atividade, é também uma problemática no município. No testemunho que citamos em seguida fica claro que as condições de remuneração e de contrato, sustentadas no uso de programas específicos de apoio à reintegração de desempregados, não são um estímulo suficiente para o reconhecimento por parte dos visados das «oportunidades».

Eu posso dar um exemplo nós temos alguns trabalhadores na escola, alguns assistentes operacionais, que são colocados pela Autarquia, exatamente, porque são pessoas que de outubro a março, não é, sabem que não têm saída a nível da restauração e da hotelaria, pronto, e, portanto, vêm fazer trabalho para a escola para colmatar essa questão. Chega-se a março, nós começamos a ter o problema porque essas pessoas são deslocadas para a hotelaria e para a restauração,

e depois ficamos nós ali desfalcados, de março até junho. [...] Este ano na Autarquia foram sensíveis a perceber o facto de que estamos a viver uma situação de exceção e, portanto, independentemente de o chamado rácio estar cumprido, ou não, que é sempre insuficiente numa escola... para já, porque há sempre pessoas a faltar, felizmente, a Autarquia entendeu que era necessário reforçar os recursos humanos e tem sido uma dificuldade brutal para conseguir recrutar. [...] Fala-se tanto na questão de tantas pessoas desempregados que ao mesmo tempo não se consegue compreender como é que não se conseguem recursos humanos para as escolas [...] são pessoas que estão a usufruir do subsídio de desemprego, e o que é facto é que essas pessoas optam por estar a usufruir do subsídio de desemprego, porque lhes é permitido, sem estar a trabalhar. Vindo para a escola receberiam um reforço, mas esse reforço as pessoas põem, digamos assim, os pratos na balança, avaliam vantagens e desvantagens, e muitas vezes entendem que o reforço que recebem do subsídio de desemprego não é suficiente para no fundo virem chatear-se para a escola todos os dias, e então preferem ficar em casa. [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

No município de Oeiras a dimensão «trabalho digno» assume-se, de forma prevalecte, como um traço de diferenciação positiva e uma das fontes de satisfação com a vida por parte dos residentes. No elenco de vantagens que justificam a apreciação positiva que fazem do concelho, sublinham a densidade de centros de inovação científica, tecnológica e industrial (Taguspark, Lagoas Park, etc.) e o seu impacto em termos da diversidade de «oferta de emprego», de «trabalho qualificado», com condições de «carreira e perspetivas de futuro» e de

forma transversal a diversas categorias, com «rendimentos» acima da média na comparação com outros contextos. Sublinha-se ainda o «efeito de contaminação» deste contexto em termos de experiências e oportunidades para os mais jovens. A posição estratégica no eixo Lisboa-Cascais e Lisboa-Sintra-Amadora é igualmente um aspeto assinalado, favorável à dinâmica económica observada, na apreciação dos níveis de satisfação dos cidadãos do concelho.

Oeiras tem a grande vantagem de ter centros empresariais, vários, um deles muito grande, o Taguspark, mas também tem o Lagoas Park e, portanto, tem sido o sítio de escolha de muitas famílias cujos pais e mães trabalham nestas empresas e por uma questão de proximidade. [Coordenadora da Rede de Cidades Interculturais, Oeiras, mestre em Psicologia]

Quando falamos no Taguspark, no fundo, estamos a falar de um aglomerado de 160 empresas ligadas ao conhecimento, algumas ligadas às tecnologias e à ciência de ponta, e estamos a falar de laboratórios de investigação, estamos a falar de ensino superior na área das engenharias, estamos a falar de uma incubadora de referência em Portugal [...] Em Oeiras encontramos todo um conjunto de instituições muito fortes na investigação científica. Estou a pensar no instituto Gulbenkian de Ciências, estou a pensar no INIAV, estou a pensar no ITQB e, portanto, no fundo, estamos a falar de uma região que apesar de muito pequenina, em termos de dimensão territorial, ela é muito forte em termos de conhecimento, ela é muito forte em termos da tipologia de pessoas que aqui circulam. Nós estamos a falar da maior concentração portuguesa de pessoas com o ensino superior, com mestrados, doutoramentos e, portanto, tudo isso faz com

que a efervescência da produção, da geração de riqueza, da inovação e do avanço tecnológico, que isso se processe a uma velocidade substancialmente superior do que acontece à nossa volta, infelizmente. [Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

O caminho que foi feito de reequilíbrio social de atração de empresas, de harmonização do espaço público, fez com que Oeiras hoje tenha níveis de qualidade de vida, níveis de geração de riqueza e níveis de tecnologia com indicadores a par daquilo que são zonas de referência na Europa. [...] o efeito indireto é a contaminação que esta forma de estar na vida faz às gerações vindouras, eu recebo praticamente todas as semanas grupos de jovens estudantes do ensino secundário que vêm aqui, no fundo, contaminar-se com este ambiente de desenvolvimento, com este ambiente de inovação, com este ambiente de querer fazer mais e melhor e, portanto, haverá várias outras razões para ser bom viver em Oeiras, mas estas duas são as que eu elegeria como as duas assim mais evidentes. [Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

Maiores índices de desenvolvimento económico, melhores empresas, melhores taxas de licenciados e remunerados, menor índice de desemprego [...] é bom viver em Oeiras, agora respondendo de uma forma mais objetiva, porque Oeiras, de facto, oferece uma boa qualidade ao nível do emprego, temos uma das taxas menores de desemprego comparativamente com a área metropolitana de Lisboa. [...] Portanto é bom porque Oeiras oferece emprego às pessoas. [...] oferece emprego qualificado aos seus munícipes. Temos as melhores empresas sediadas no concelho. Por exemplo — para não estar aqui a referir — grandes

laboratórios farmacêuticos, a própria Google, enfim, temos aqui um terciário altamente qualificado no território, o que também proporciona, ao nível de empregabilidade, uma boa qualidade de vida aos munícipes. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

Estes traços que, efetivamente, demarcam o município de Oeiras de forma muito positiva e prevalecem nas percepções e narrativas sobre o bem-estar no concelho são matizados por experiências relacionadas com as condições de vida e de trabalho digno de populações residentes em alguns bairros sociais, de forte assimetria face ao contexto descrito anteriormente. Aqui a «localização, mobilidade e conectividades» nas deslocações para o trabalho — como adiante se reforçará a propósito da dimensão «conciliação trabalho e vida familiar» —, a menor «oferta de trabalho» para segmentos de baixa qualificação, incluindo referências à substituição deste perfil de trabalho por mecanismos automatizados, são aspetos sublinhados como desafios de bem-estar associados à dimensão «trabalho digno».

O que eu queria dizer é que temos que melhorar as assimetrias dentro do concelho. E há de facto aqui franjas, e quando se fala do concelho, fala-se da riqueza do concelho, fala-se do dinamismo a nível científico e tecnológico, e das infraestruturas, que acho de facto excelente, mas isso não se pode fazer sem ultrapassarmos estas assimetrias tão gritantes. [Diretora do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, escola TEIP, Oeiras, licenciada em Línguas e Literaturas]

acho que realmente o Bairro dos Navegadores foi aquele onde eu senti que as pessoas tinham mais queixas em relação à sua qualidade de vida. Primeiro a questão da distância, porque isso impede logo as pessoas

de conseguirem encontrar um trabalho, porque no bairro não há onde ir trabalhar, antes havia um supermercado Intermarché mesmo ao lado do bairro onde a maior parte das pessoas trabalhavam, só que, entretanto, aquilo passou a ser só mesmo um entreposto de depósito, um armazém, portanto tem quase tudo automatizado e não gera praticamente emprego, portanto de repente muitas pessoas perderam o emprego ali por causa dessa deslocação da loja. [Coordenadora da Rede de Cidades Interculturais, Oeiras, mestre em Psicologia]

No município de Mação, o «trabalho digno» é uma dimensão central nas percepções de bem-estar, assumindo uma forte influência nas dinâmicas de desertificação do território, no passado animado pela atividade agrícola que hoje, dada a fragmentação de terrenos, não tem condições de viabilidade económica para prosseguir. A «automatização dos processos de trabalho» nas componentes mais industriais associadas à exploração de recursos agrícolas da região, o «padrão de rendimentos» praticados, acomodado a trabalhos pouco exigentes do ponto de vista qualificacional, mas ainda com alguma componente de esforço físico, contribuem para afastar gerações mais jovens que investiram nas suas qualificações. Atualmente, a atividade económica na região é essencialmente alimentada por empregos em atividades de base nos serviços de apoio à população idosa, exercidos no âmbito de organizações do terceiro setor, sendo quase residuais as oportunidades de trabalho qualificado. Apesar disto, a atual situação de pandemia e a promoção do teletrabalho assinalam algumas oportunidades inesperadas, associadas ao regresso à casa familiar de jovens altamente qualificados, a exercer profissões compatíveis com o teletrabalho.

Mação não tem problemas ambientais. Desde que tenha emprego, é muito bom viver em Mação! Porque tem tudo ! Olhe, essas câmaras, para fixar pessoas, dão quase tudo gratuito! as pessoas nas grandes cidades não têm nada disto [...]. Portanto, desde que tenha emprego é muito bom viver em Mação. O problema Agora pode perguntar: «Então porque é que não vive mais gente em Mação?» Porque não há emprego. Isto é uma pescadinha de rabo na boca. [...] No geral, para as necessidades básicas, penso que não há grande insatisfação! as pessoas aqui se são insatisfeitas e muitas vezes até culpam o município, é porque não há emprego. Vêm os filhos e os netos terem que sair daqui, porque não têm emprego. Agora, relativamente às necessidades básicas, abastecimento de águas, estradas, etc eu penso que não há aqui grandes queixas, até porque o município vai cumprindo a sua obrigação. [...] Agora quanto a haver emprego essa é que é a questão. Porque a indústria aqui, as empresas e os serviços não existem praticamente, há umas empresas de contabilidade e um ou outro de advogados, mas praticamente não existem. E as indústrias que existem, também não têm assim tantos postos de trabalho, porque evoluíram no sentido da sua mecanização. E as indústrias que têm aqui ainda peso em Mação são a transformação de madeiras que está muito por baixo, porque o setor está em crise! e é a indústria de presuntos, porque Mação é o maior produtor de presunto do país. Mas para ter uma ideia, quando eu vim para Mação, [a indústria do presunto] empregava 500 pessoas e agora dá emprego a 80 ou 90 pessoas e produz dez vezes mais São os males da tecnologia, são esses também! Também traz problemas sociais! [Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

A população de Mação é uma população bastante sofrida. É uma população de agricultores, com poucos rendimentos, habituados a viver com alguma parcimónia de recursos as pessoas, digamos que estão habituadas a viver com pouco. E aqui os idosos têm boas condições, excelentes condições de apoio. A maior preocupação é o facto de não haver empregos para os jovens! [...] efetivamente, a parte má é a falta de oportunidades de emprego, é a falta de variabilidade nesse tipo de empregos disponíveis [...] a taxa de desemprego em Mação esteve sempre abaixo dos níveis nacionais, mas sempre existiu digamos que há uma oferta relativamente constante de oportunidades de emprego, só que não são os empregos que as pessoas desejam. [...] a Câmara Municipal e os serviços que se encontram sob a sua tutela e, sobretudo, as associações de apoio aos idosos são os maiores empregadores do concelho. Em todas as freguesias há pelo menos uma organização envolvendo as diversas valências [cuidados continuados em residência; centros ocupacionais/centros de dia e serviços de apoio ao domicílio] [...] e na sua totalidade têm umas largas centenas de postos de trabalho, essencialmente femininos, que era onde existe aqui também um grande desemprego, e prestam um excelente serviço, é um serviço de proximidade. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Mesmo na fileira de atividades de apoio aos idosos, atualmente um ex-líbris da região — e cuja ação em rede não será alheia à longevidade acima da média nacional observada na caracterização apresentada com base nos indicadores estatísticos municipais

—, a fragilidade das condições de trabalho em termos de direitos e condições contratuais e de rendimentos está a dificultar a renovação de postos de trabalhos deixados a descoberto, sugerindo que a oferta de emprego, também neste setor, tende a estar desfasada das expectativas. A contenção gestonária no sentido da diminuição ou, pelo menos, da manutenção de custos parece reforçar o problema.

Propriamente pessoal técnico especializado isso não temos tínhamos uma animadora que também vinha de Abrantes, que fazia aqui algumas atividades e que saiu agora É complicado [...]. Aqui há um bocadinho a questão de: «Se me pagam o RSI de x, eu não estou para estar a trabalhar [cumprir 40 horas por semana, trabalho por turnos] para ganhar mais só 90 euros ou 100 euros...» [Diretora de uma organização do terceiro setor de apoio a idosos em Mação, licenciada em Serviço Social]

As tentativas de captação de investimento sustentável para o concelho têm como primado a procura de soluções que conciliem o objetivo de reverter a sangria demográfica e o esvaziamento do tecido económico e social com a preservação do património e dos recursos da região. No grupo focal envolvendo alguns empresários da região, reconhece-se que os maiores investidores têm, de uma forma ou de outra, ligações afetivas/familiares ao território, e apesar de as condições em termos de localização/mobilidade e conectividades beneficiarem de infraestruturas rodoviárias adequadas, com ligações facilitadas, desde logo, a Lisboa e aos polos económicos de maior atratividade no contexto da região do Médio Tejo, a introdução de portagens na A23 constitui-se como um fator que prejudica a competitividade das empresas, não compensada com os incentivos

fiscais municipais e as «condições excecionais» de acesso a terrenos no Parque Industrial de Mação. A estes entraves acresce ainda a carência de recursos humanos com qualificações adequadas, situação que afeta as atividades em curso e que também se constitui como travão à instalação de novas indústrias na região.

Eu sou o mais jovem desta mesa como empresário, toda a gente me conhece e conhece um pouco a minha vida, o meu percurso. Eu já tive algumas atividades, já fiz várias coisas a nível de trabalho [...]. Sobre a A23, o que eu posso dizer é o seguinte: para mim a A23 não veio melhorar o interior, veio retirar as pessoas do interior. Eu faço a A23 desde que ela existe, neste momento faço a A23 no mínimo quatro vezes por semana. No meu orçamento pessoal e profissional, eu devo pagar cerca de 500 euros por mês de portagens, ok? Nós temos de gostar muito de Mação para continuar a insistir em ficar aqui. Por mês no total dos veículos da empresa custa-me 2500 euros ao final, já são 30 mil euros, ao final de oito anos que estou aqui são 240 mil euros! [Joaquim, curso profissional de nível III, empresário no setor da charcutaria, grupo focal de Mação]

aqui é um problema depois para arranjar assessorias e técnicos, para tudo o que uma empresa precisa, porque aqui não há grandes quadros técnicos, na verdade. E para contratar quadros com algum nível de especialização, dificilmente os contrata cá as pessoas válidas vão todas trabalhar para fora! Não estão para se sujeitar a ganhar aqui ordenado mínimo olhe, emigram! e vão para outros lados, não é? [...] a ficarem cá ou vão para a Câmara, ou vão para as instalações ligadas à Santa Casa, que são as maiores entidades empregadoras.

[Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

Esta é uma aposta que é indiscutível deste município há muitos anos de fazer tudo o que está ao seu alcance para apoiar o sistema educativo e aumentar o sucesso dos nossos estudantes. Mas isso acaba por ser uma política de contrassenso, porque na realidade estamos a preparar cidadãos para não ficarem aqui [...]. Porque as hipóteses de trabalho em Mação são muito reduzidas. [...] o tecido económico do concelho [...] tem muitas pequenas empresas, mas também não tem grandes colocações para técnicos. E, portanto, o facto de ter uma formação superior também faz com que as suas hipóteses de empregabilidade em Mação passam a ser reduzidas. Portanto, basicamente, acabam o secundário, acabam a formação e não voltam mais. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Em Mação, os *stakeholders* — atores essenciais nas lideranças políticas, económicas e intelectuais do território — assumem deter uma visão para a coesão social e o desenvolvimento do território assente na análise aprofundada dos processos que conduziram à situação de estrangulamento sociodemográfico e económico em que o território se encontra. Há uma consciência de que o ponto atual pode ser irreversível, sendo urgente intervir dadas as características e os recursos endógenos. Estas orientações têm, contudo, esbarrado com a «distância face aos centros de decisão» e com a falta de instrumentos que facilitem a «gestão integrada do território»

e o «construir escala». Entretanto, como assinalado atrás, o período recente trouxe algumas oportunidades e pode constituir um embrião de mudanças sustentáveis relativamente à capacidade de atração de pessoas com raízes na região, de jovens qualificados e de famílias com crianças — que, desde o início da pandemia, se instalaram nas casas de origem — e que podem ver nas instalações escolares e nos apoios facultados pelo município um incentivo para ficarem.

Os desafios neste momento para Mação são tremendos. O concelho tem 120 aldeias, a génese destas aldeias é a ligação com a terra. Portanto, nós fomos criando aldeias à medida que fomos ocupando o território e fomos criando aldeias para estar sempre perto da terra, portanto, a terra, o fator de produção, foi sendo dividida de maneira a que todos tivessem o suficiente para sobreviver. E isso fez com que fizéssemos o retalhar da terra em minifúndio, até chegar a um ponto em que se atingiu a saturação do recurso. [...] a partir dos anos 50, deixa de se conseguir fixar as novas gerações. [...] como os jovens saíram todos, nós na prática entrámos num processo em que a aldeia está a colapsar. Deixou de haver uma substituição de gerações, os velhos foram morrendo e a aldeia está a ficar vazia. Ainda não há bem a perceção social do processo e da dimensão que tem, porque nós passamos na autoestrada e vemos as casas e achamos que está ali uma aldeia! Mas na realidade, essa aldeia já não existe! Existem as casas existem casas para 200 pessoas estão lá a viver 20! e dessas 20, a maior parte delas tem mais de 65 anos. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Hoje a população do concelho ronda as sete mil pessoas e dessas ainda há muitas que têm uma pequena atividade agrícola: têm umas oliveiras que vão lá com trator e lavram aquilo, e que ainda apanham a azeitona, mas na realidade não é disso que elas vivem. Vivem de uma pensão que têm, porque estiveram a trabalhar no Banco de Portugal, ou foram motoristas da Carris, ou trabalhou na câmara, ou ainda trabalha na câmara ou no centro de saúde, ou trabalha no lar de idosos e mantém uma pequena atividade paralela. [...] nos anos 50, 90% da nossa população vivia à base das atividades agrícolas, hoje não há cinco famílias no concelho que vivam da agricultura e da terra. É uma queda brutal! De uma paisagem que era essencialmente marcada pelo uso intensivo da terra e da pastorícia. Com o desaparecimento da agricultura e da pastorícia, tornou-se um manto contínuo de combustível. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Aquilo que nós temos vindo, enquanto município, a alertar é que o sistema de gestão do território na realidade colapsou. Desabou completamente. Eu acho que isto é uma realidade que não existe em muitos locais do mundo, esta dimensão de minifúndio: num território temos 40 mil hectares e temos 80 mil pequenos prédios, que estão divididos hoje, provavelmente, por cerca de 17 a 20 mil descendentes dos agricultores que estavam cá nos anos 50. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho

de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Isto é complexo, há os direitos de propriedade que naturalmente temos de respeitar; temos uma cultura e uma tradição ligada à aldeia e que também é importante preservar, que é a nossa alma mater. E então temos tentado promover uma solução intermédia, que é: reorganizar os atuais proprietários, que estão fora e não têm condições para gerir, naquilo que nós chamamos «empresas de aldeia». Ou seja, tentamos sensibilizar os naturais de uma determinada aldeia que têm que se juntar. A sua propriedade é sagrada, está a preservada. Como nós temos cadastro isso é muito fácil de garantir. Ela está perfeitamente identificada no território. Está medida, está marcada, e o que nós estamos a tentar propor às pessoas é uma gestão agrupada desses territórios. Para separar a propriedade da gestão. A propriedade é dos proprietários; a gestão, temos de inventar alguém que a faça. E tentar aqui com apoio do município, com o apoio da associação, criar uma estrutura que faça essa gestão. [...] Começámos com estes cursos de sensibilização em 2003, a seguir aos grandes incêndios. Na altura toda a gente dizia que era uma utopia, que era um sonho, que isso é muito difícil. [...] Hoje quando vamos ver as políticas nacionais, e aquilo que são efetivamente as medidas que o governo ainda agora está a tomar, é exatamente isto que nós andamos a pregar, é aquilo que o Estado português já diz que tem de ser feito. Demorou quase 15 anos, mas as coisas foram fazendo o seu caminho. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

O que eu sublinharia é um facto muito simples: as soluções que usámos no passado não estão a resultar nestes territórios. Se nós olharmos para aquilo que são nós temos um país, temos um enorme problema, em termos do mundo rural, a norte do Tejo, nesta faixa central que vai de Mação a Foz Côa. Está a criar-se um enorme buraco negro em termos demográficos. Ainda está disfarçado pela existência de umas sociedades que ainda vão funcionando, mas estamos a criar graves problemas de sustentabilidade destes territórios em termos demográficos.

[Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

De forma transversal, os entrevistados demonstram um otimismo moderado e expectativa face ao futuro, baseando-se para tal num forte comprometimento e identificação com o território e no que assinalam como oportunidades diferenciadoras que atualmente sustentam o bem-estar neste contexto. As categorias identificadas sublinham, no essencial, as «lideranças de comunidade», a «gestão integrada do território» e os «projetos para o território» (onde se destacam as «empresas d'aldeia», a «inovação e desenvolvimento» e o «teletrabalho»).

Eu acho que as lideranças públicas de Mação têm verdadeiramente — isto atravessa os partidos — é de facto a liderança da comunidade que consegue mobilizar a população e tem uma noção muito clara do que é cuidar. Dou-lhe um exemplo para que compreenda o que quero dizer. Na última feira-mostra, que é uma feira que Mação tem feito todos os anos [...]. Todos os anos eles entregam os prémios

aos empresários da região e tal e depois, como nestas coisas, vem um membro do governo, e o presidente da Câmara faz um discurso. E o Dr. Vasco Estrela disse uma coisa que eu achei fantástica do ponto de vista de liderança. Que foi: «Nós falhámos. Não interessa as nossas intenções, não interessa os planos que fizemos, o que interessa é que estamos pior do que estávamos, e enquanto nós não percebermos isto, não mudamos a realidade.» [...] Quando um líder fala assim, a comunidade reflete, confia nele e age. O que nós muitas vezes não temos em Portugal e também não temos na região [do Médio Tejo] é a capacidade de as nossas lideranças admitirem que há muita coisa que tem de ser melhorada. Planos temos, soluções temos, o problema é como é que as vamos operacionalizar [...]. Quando nós pensamos a nossa enorme incapacidade, ela não é da região, é do país, de pensar o país a décadas de distância, e é assustador! [...] Temos discussões que não pensam, de facto, o país. E tal como não pensam o país, também não pensam Mação. Portanto, Mação não se pode queixar, porque ao menos aí não é discriminado, é um pensamento comum a todo o resto. Ninguém pensa, em Lisboa [Presidente do Instituto Terra e Memória de Mação, professor do Instituto Politécnico de Tomar, licenciado em Arqueologia]

Houve uma altura em que um vereador da oposição me perguntou assim: «Acredita mesmo no que está a dizer?» e eu respondi-lhe desta maneira, que é a minha resposta para si: «Há uma única coisa que eu tenho, de que verdadeiramente gosto, além das pessoas, é a minha biblioteca, e a minha biblioteca está em Mação.» Portanto, é uma aposta de vida [...] o nosso próprio projeto, sendo um projeto académico, tem uma dimensão empresarial, se quiser... Nós temos um peso económico, apesar de tudo, hoje em Mação e apostámos em Mação,

e não foi a primeira escolha. E hoje nós temos uma noção muito clara do Médio Tejo e sabemos que o sítio certo para estar é Mação. [...] a primeira [que me convenceu] foi quando disse que isto tinha que ser feito com uma escala internacional e, portanto, ter uma Comissão Científica de Acompanhamento Internacional e a câmara respondeu-me da seguinte maneira: «Faça uma lista.» e eu fiquei espantado. Nunca ninguém me tinha respondido assim, nem sequer no meu Conselho Científico! e a segunda foi quando eu disse: «Isto tem que ser feito com a comunidade», e nós fizemos o projeto de Mação conversando com — uma a uma — 880 pessoas, em 2001. Ou seja, um pouco mais de 10% da população — não é reuniões maciças, mas verdadeiramente falando com pessoas, e a câmara quis isso [...] Eu, quando ouvi aquilo, pensei: «Conseguimos!» Porque o que um projeto, o que qualquer projeto quer não é que toda a gente goste dele, é que toda a gente o sinta como necessário. [Presidente do Instituto Terra e Memória de Mação, professor do Instituto Politécnico de Tomar, licenciado em Arqueologia]

Às vezes faz-se uma dicotomia muito grande entre o mundo rural e o mundo cidade, como se nós fôssemos agricultores do Eça de Queiroz, do século XIX, do mundo da província! Ora, eu na realidade passei a pandemia a ir às aulas de mestrado em Lisboa [...]. Os meus filhos, tenho um filho a trabalhar numa multinacional, que passou o tempo todo a trabalhar na multinacional. O outro estava na Noruega a fazer Erasmus e cansou-se de estar lá fechado e veio para cá. Para estar fechado na Noruega, estava fechado cá. Mas... o que eu sinto, e com estas questões do digital, é que o digital é um mundo novo. E, portanto, estar na Avenida da Liberdade ou estar numa chaveirinha fechado à frente de um computador é exatamente a mesma coisa. E, portanto,

também aqui há um conjunto de oportunidades novas que eu acho que, aí sim, vão ser positivas, e vieram com a COVID. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Conciliação entre trabalho e vida familiar

Na análise das condições de participação e reconhecimento na vida profissional, e particularmente numa sociedade como a portuguesa, onde a esmagadora maioria dos adultos, mulheres e homens, exercem uma atividade a tempo integral, a dimensão de bem-estar «conciliação entre trabalho e vida familiar» tende a deter uma forte influência nas perceções intersubjetivas de satisfação com a vida.

As categorias associadas com maior frequência a esta dimensão enfatizam a importância de fatores como as condições de gestão do tempo, as quais remetem, em primeiro lugar, para a demora nas deslocações e as facilidades associadas de mobilidade, quer em termos de qualidade de infraestruturas, quer de fluxos de trânsito, quer do acesso a transportes públicos. Os horários de trabalho — em particular nos segmentos que trabalham por turnos — correspondem à segunda componente da gestão de tempo.

No âmbito da dimensão de bem-estar «conciliação entre trabalho e vida familiar», as categorias assinaladas e associadas à gestão do tempo, interpretadas numa perspetiva comparativa, opõem os territórios de maior densidade urbana — com maior pressão face às apreciações de bem-estar, sobretudo devido às dificuldades

acrescidas em termos de mobilidade — aos territórios com um povoamento mais disperso — promotores de maior bem-estar subjetivo, quer pela libertação de tempo quotidiano nas deslocações casa-trabalho, quer pela maior facilidade de acesso em termos de deslocação a serviços de assistência à família (em particular de apoio à infância).

O que importa hoje às pessoas é o tempo que se demora a chegar a um determinado local e é, obviamente, as melhores condições de vias e, enfim, de tráfego, em termos também de trânsito [...] hoje em dia andamos todos a contar o tempo e temos horas marcadas para todo o lado e é importante, é um fator bastante importante porque não perdemos tempo assim em trânsito ou noutras coisas que possam, no fundo, roubar-nos tempo para o que é mais essencial, que é importante. [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

É bom viver em Portimão porque Portimão nos oferece qualidade de vida. É uma cidade relativamente pequena, tem 55 mil habitantes, e permite-nos manter algumas rotinas que são agradáveis, não são pesadas, nas deslocações, por exemplo, dentro do próprio concelho. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

Quando digo que aqui em Portimão temos melhor qualidade de vida, é porque aqui temos tempo, não tem só a ver com o clima, porque eu nem sou muito apologista do calor, tem a ver com o facto de se a pessoa conseguir trabalhar na zona onde reside, consegue sair do trabalho às 17:30, ir buscar as crianças às escolas, e às 18:00 e pouco estar

em casa. O que é impensável para quem vive numa grande cidade. No verão é mais complicado, sim. Há mais trânsito, há mais confusão, nos supermercados é mais caótico. Mas são períodos que a gente vai gerindo, e organiza-se de outra forma. E eu falo por mim, que moro em Portimão e trabalho em Portimão, eu consigo sair do trabalho às 17:00, e às 17:30/17:45 estar em casa. [Raquel, ensino secundário, trabalha no setor bancário, grupo focal de Portimão]

nós pessoalmente, enquanto família, estamos bem. Conseguimos usufruir de muito tempo livre para nós, sem estarmos presos no trânsito, na condução. As oito horas de trabalho aqui em Portimão, pouco ultrapassa as oito horas, enquanto numa grande cidade seria muito diferente. [Isac, ensino secundário, técnico de manutenção, grupo focal de Portimão]

O que é que eu entendo, como sendo talvez singular, que possa justificar o pressuposto de uma suposta melhor qualidade de vida Olha, desde logo o facto de termos um quotidiano, que do ponto de vista de mobilidade interna é muito mais tranquilo, muito mais calmo, os horários ganham aqui outra amplitude, tu consegues facilmente cumprir as tuas agendas, se tu defines estar numa determinada hora, numa determinada instituição dentro da região, consegues plenamente chegar a tempo, algo que não acontece, por exemplo, numa grande área metropolitana como Lisboa [...]. Do ponto de vista de mobilidade interna — atenção: interna — é uma grande vantagem que, naturalmente, concorre para um sentimento de melhor qualidade de vida na região. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Aqui não vivemos o drama das grandes cidades, que é ter de sair quase a meio da noite para ir para as creches ou para o colégio e depois ir para o serviço, aqui não existe. Aqui leva-se pela mão, deixam-se as crianças na escola e depois vai-se para o trabalho e não precisamos de usar muito o carro. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Nós falámos muito aqui sobre pessoas e questões associadas ao emprego e, por exemplo, nós não falámos no estar a viver com uma família como a minha, que somos seis, em Lisboa e pagar uma renda Mesmo pensando que eu sou assistente social, não é? Imaginando que eu tinha um trabalho em Lisboa, eu tinha três crianças, elas tinham que ir à escola, elas tinham que apanhar transportes públicos ou nós tínhamos que as ir levar Temos que pensar que eu gostaria que elas desenvolvessem atividades extracurriculares, por exemplo, eu tinha que as pagar, eu podia não ter tempo para as ir buscar às atividades, ou nem o meu marido, teria que pedir um Uber ou um serviço associado para o fazerem e quais é que seriam os meus encargos se eu, com a minha família, quisesse viver em Lisboa? [Rute, ensino superior, assistente social, grupo focal de Portalegre]

[Desde que iniciou a pandemia] eu fiquei em casa, em teletrabalho, tanto eu como meu marido. Mas antes todo o dia tinha que pegar o transporte para Lisboa [...]. Eu tive trabalhando em Lisboa mais de seis meses, dependendo dos autocarros, e todos os dias, eles têm muitos atrasos, muitas quebras. Os autocarros enguiçam muito, são autocarros muito antigos, e se você perder, por exemplo, aqui onde eu moro, daqui para a estação de Oeiras ou daqui para a estação do Cacém, existe um autocarro direto, é maravilhoso a hora que funciona, se ele quebrar

you only get another one here in 40 minutes to an hour and 20 minutes. It's very complicated! You, having a schedule to get to the places, to search for a child in school, the car breaks, you don't have what to do. Well, you spend a lot of money on Uber, because you don't have another way. [Paula, ensino superior, trabalha na área da programação informática, grupo focal de Oeiras]

a nível de acessos, a nível de cuidados de saúde, parques, o que seja necessário para o nosso bem-estar e para o bem-estar dos nossos filhos, [a ação do município] tem sido um exemplo, digamos assim, tem conseguido as infraestruturas, o comércio, a parte hospitalar, tudo isso tem sido tido em conta e tem sido uma mais-valia viver aqui. Nós gostamos. Aliás, continuamos a gostar de viver aqui e de ver os nossos filhos crescer aqui. [Raquel, ensino superior, assistente social, grupo focal de Oeiras]

Nós [em Mação] temos uma coisa que é fantástica, que é podemos ter a possibilidade de ganhar tempo, ou seja, o tempo é todo ele utilizado numa forma rentável. Não nos vemos, como muitas vezes nas grandes cidades, contrariados por imprevistos, por trânsito, por algumas coisas que fogem um bocadinho do nosso controlo. [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Um segundo eixo de categorias associadas à dimensão de bem-estar «conciliação entre trabalho e vida familiar» remete para a gestão das relações quotidianas. Uma leitura desta componente através do olhar dos sujeitos enfatiza a disponibilidade (ou não) de atividades e infraestruturas de acolhimento e ocupação de crianças e jovens, mas também de pessoas idosas».

Posso dizer que com facilidade consegui arranjar escola para as minhas filhas. Assim que as minhas filhas nasceram tive a licença de maternidade, e aos cinco/seis meses tive que voltar ao trabalho e não tinha família onde as deixar. Portanto, tinha mesmo que arranjar uma escola. E a escola que eu consegui arranjar foi mesmo ali ao virar da esquina, no sítio onde eu morava [...] no fundo a escola era ali no quarteirão onde nós morávamos na altura, e mesmo não sendo ali ao virar da esquina as opções que havia e que ainda há permitem-nos rapidamente ter essa facilidade. [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

Algo com que também me vou debatendo e gostava de ver implementado, e falo muitas vezes com os representantes da autarquia, que é alguma forma de ajudar os miúdos com necessidades específicas. Porque nós trabalhámos muito a inclusão na escola, mas depois a sociedade não trabalha a inclusão. [...] saem para a sociedade e não tem qualquer tipo de integração para estes meninos. Para não falar de que há muitas entidades que desenvolvem, ao longo do ano, atividades de ATL para os miúdos ditos normais, mas e para estes meninos [com necessidades educativas especiais]? Estes meninos não têm um ATL! Muitas vezes, as famílias já carregam um fardo tão grande, tão grande, ao longo da vida, que mereciam. Um destes dias, estive a falar com uma encarregada de educação que depois chega a junho e tem que ficar ali, três meses, com aquele miúdo em casa, sem atividades nenhuma, e é muito difícil. A sociedade devia preparar-se também para criar o ATL ou as atividades de ATL, com necessidades específicas. [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

A mesma componente «gestão das relações quotidianas», tendo como prisma a conciliação do trabalho e da vida familiar, interpretada nas narrativas dos representantes de organizações, permite ainda identificar quadros heterogéneos de referenciação normativa sobre o direito à conciliação entre trabalho e vida familiar, os quais transportam nas atitudes e nas práticas de gestão condições também de grande clivagem relativamente à possibilidade que é dada aos sujeitos de efetivamente exercerem esse direito.

Aqui em Mação, posso dar o exemplo da nossa instituição: nós candidatámo-nos a um projeto ou eu sei de uma pessoa que esteja desempregada, ou sei mais de uma pessoa que receba RSI e não temos ninguém vêm duas ou três à entrevista, pronto, há desculpa que não têm transporte, há a desculpa que não pode trabalhar de noite, há sempre desculpas tenho filhos, tenho uma dor aqui não conseguimos. Nem dessa forma nem de outra, porque aqui é assim, eu tenho funcionários com 63, 64 anos, que daqui a dois/três anos põem-se para a reforma e não se encontra pessoal que queira trabalhar [Diretora de uma organização do terceiro setor de apoio a idosos em Mação, licenciada em Serviço Social]

Como eu dizia, há umas funções que podem estar em teletrabalho e outras que não podem estar em teletrabalho, as que estão em teletrabalho, já estávamos preparados, nós já tínhamos preparado um programa anteriormente, muito antes de imaginarmos a chegada desta pandemia, para as mães jovens poderem passar mais tempo em casa com os filhos, para nós era uma preocupação e, portanto, a equipa, de algum modo, estava preparada para o teletrabalho.

[Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

Tínhamos agora um desafio, já iniciámos a sua construção, que era também a criação e o estabelecimento de uma política de conciliação da vida privada/familiar e trabalho [Responsável da Qualidade e Formação da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, licenciada em Engenharia]

Note-se adicionalmente que, no contexto de uma mesma organização, diferentes categorias de trabalhadores, de acordo sobretudo com as funções que exercem, têm um acesso diferenciado (mais ou menos facilitado) a condições de conciliação entre trabalho e vida familiar.

Por exemplo em termos de horários de trabalho, da flexibilidade, eventualmente, em algumas situações onde isso é possível, claro que o facto de nós termos aqui uma abrangência muito grande em termos de atuação, portanto, nós temos áreas da saúde, área de infância, área de terceira idade, farmácia. Portanto, temos serviços que no fundo funcionam 24 horas, 365 dias por ano, outros não. Portanto, temos noção de que existem aqui, às vezes, algumas políticas que não podem ser transversais a todos os profissionais para serem, eventualmente, uma parte dos horários de trabalho, passaria por, por exemplo, mais a nível pessoal, pequenas ofertas ou benefícios ao nível em dias de aniversários de filhos, ou haver aí alguma facilitação em termos do horário [Responsável da Qualidade e Formação da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, licenciada em Engenharia]

Segurança

A dimensão «segurança» está também muito presente nas perceções de bem-estar. Nas suas expressões mais positivas, aparece associada a categorias que sublinham a tranquilidade e a baixa incidência de criminalidade no território: as pessoas podem circular na rua a qualquer hora, mesmo à noite; as crianças vão sozinhas para a escola porque há um sentimento de proteção da comunidade; as chaves ficam na porta, etc. Estas perceções são relativamente transversais a todos os territórios em observação, embora nos contextos de maior densidade urbana coabitem com a consciência de que num mesmo território circulam «pessoas de fora»; além disso, existe diversidade e, portanto, há zonas que convém evitar, pois envolvem situações menos seguras, nomeadamente zonas periféricas de bairros sociais.

Somos cada vez menos, mas temos condições de segurança que permitem ainda a muitos dos habitantes dormir com a porta aberta. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

É uma cidade interior de pequena dimensão não há propriamente um risco de insegurança se saíres à noite. Eu estou tranquilo, mesmo quando o meu filho saía à noite podia vir ter a casa a pé, que eu estava tranquilo... [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Póvoa de Lanhoso é um meio ainda pequeno... em termos de assaltos e tudo isso, é algo que aqui nós estamos bastante seguros a qualquer hora do dia, se calhar, é seguro circular na rua. [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador]

hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

As chaves estão na porta, sem problema nenhum [risos]. Se vocês viessem aqui ver isto, eu com os fios de cobre todos aí no chão e tal, e diziam «ai, vão roubar isto». Não roubam nada! Ninguém rouba nada, seja o Diabo cego, surdo e mudo, não é? os que são daqui, não me parece que tenham por hábito andarem a roubar seja o que for. Os que são de fora, que vêm por curiosidade, é que podiam, às vezes, pensar nisso...
[CEO da empresa Plako, desenvolvimento de software, Póvoa de Lanhoso, licenciado em Engenharia]

Para repousar e para passar a velhice é um sítio interessante porque é realmente uma região muito tranquila, segura, com pouca poluição, com uma envolvente agradável (paisagem, monumentalidade) e, portanto, nessa ótica, sim. [...] também é atrativo para uma família que quer criar os seus filhos num ambiente mais tranquilo e menos sujeito às tentações e perigos que existem nas grandes urbes. [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

o valor percentual do índice de insegurança no concelho de Oeiras é muito baixo... o que não quer dizer que, efetivamente, não haja polos onde se identificam situações de maior vulnerabilidade face às questões de segurança urbana. Nomeadamente, daí a necessidade do contrato local de segurança (CLS) ter sido assinado, não é? Efetivamente, nós temos algumas bolsas de vulnerabilidade social [...]. Naturalmente que há trabalho a fazer, e acho que esta questão da segurança acaba por

ser um indicador, também, da qualidade de vida de que é bom viver em Oeiras. [Técnico superior no Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Serviço Social]

Para além das categorias assinaladas, a segurança surge nos discursos de bem-estar ora como um traço de diferenciação positiva, ora como um desafio nas apreciações que se fazem relativamente à persistência ou à mitigação de desigualdades sociais nos territórios, associada a categorias como a pobreza infantil, a violência doméstica, a confrontação interétnica, a segregação espacial (bairros sociais), os idosos dependentes de cuidados continuados, isolados ou em situação de pobreza, e de forma mais geral as populações inseridas em territórios que não facultam de forma universal o acesso a serviços de cuidado, de saúde, de segurança social, incluindo algumas franjas de trabalhadores pobres, entre outros.

se olhares para as questões da infância [...] em Portalegre, não tens, por exemplo, um foco de problemas de violência doméstica e de crianças e jovens em risco, não tens. Tens aqueles casos que existem em todas as regiões, que são acompanhados pelas estruturas criadas para o efeito, portanto, não é por aí. Também não tens problemas de monta, relativamente, por exemplo, a determinados comportamentos desafiantes, ligados à toxicod dependência ou coisa que o valha, não tens. Também não tens, mas já tivemos, neste momento os dados que conheço não são muito preocupantes, ao nível de outros comportamentos provocados, nomeadamente pelo alcoolismo, que é uma questão muito sensível nestes territórios. [Pró-presidente para a Investigação

e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

A nossa questão aqui é que nós temos duas comunidades [famílias de etnia cigana] e duas comunidades que não interagem entre si, aliás são completamente oponentes uma da outra, e isso, efetivamente, traz-nos problemas e mal-estar, não só aqui à cidade, como também aqui à vivência na escola. [...] de vez em quando há um problema entre eles, e depois isso traz um problema à escola [...] as crianças não podem vir durante um período de tempo, porque estão fugidos e não podem regressar porque senão podem sofrer represálias. [...] Nós temos aqui alunos cujos pais já estiveram presos por longos períodos que, entretanto, uns já saíram, outros não, e os miúdos ficam entregues aos avós [...] e depois a coisa até corre melhor, como também pode acontecer o contrário [...]. Este ano, por exemplo, estamos aqui com uma situação em que a mãe saiu [da prisão] e pelo facto de a mãe sair eles estão todos com a mãe e saíram da alçada da avó, onde a coisa até corria bem, e agora desapareceram, porque a mãe não dá contacto é uma dificuldade para os encontrar. Mas tanto a polícia como a proteção civil sabem muito bem onde é que essas comunidades estão, quem constitui essas comunidades, e conseguem perfeitamente identificar o aluno X, quem são os pais, quem é a família. [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

As pessoas foram enviadas para lá [Bairro dos Navegadores, em Oeiras] de outros sítios muito mais próximos de serviços e da malha urbana do que ali, sentem-se isoladas, para além de que misturaram ali uma série de comunidades oriundas de vários sítios e isso nem

sempre resultou bem [...]. Por exemplo, há até criminalidade de pessoas do bairro para pessoas de dentro do mesmo bairro, que é uma coisa que não encontro em outros bairros de realojamento social, onde eu já trabalhei também. Não me lembro nunca de nenhuma pessoa ter reportado que tinha sido assaltada por alguém dentro do próprio bairro, eles sentiam-se seguros dentro do próprio bairro. Embora, obviamente, também houvesse crime, mas não era aquela sensação que eu vi nos navegadores, das pessoas se sentirem inseguras dentro do próprio bairro e havia pessoas a falarem com desdém do próprio bairro! [Coordenadora da Rede de Cidades Interculturais, Oeiras, mestre em Psicologia]

há, tipo, muita pobreza escondida e a vergonha de pedir. Porque às vezes há certos apoios que eu digo «candidatem-se, que têm direito e não sei quê», mas elas com vergonha não vão. «Mas qual é a vergonha? Estão a trabalhar, tudo bem ganham o vosso ordenado, mas se têm direito porque é que não se candidatam?» É assim um bocadinho a vergonha e depois, porque eu acho que há muitas famílias — mais para o sul do concelho, em que ainda há muito alcoolismo e violência doméstica. [...] já existia, há uns anos, quando eu fazia parte da Comissão [de proteção de crianças e jovens] e agora tanto quanto me apercebo continua a existir. [...] muitos dos nossos utentes [com os familiares na aldeia] raramente têm visita ou só têm visita no dia em que chega a pensão, é triste, mas é mesmo assim. [...] as famílias de Lisboa têm outra atitude, até são as que vêm mais vezes, marcam mais visitas. Isso é mais a nível de lar, tenho muitos utentes que têm a família em Lisboa. A domicílio [serviços de assistência ao domicílio] e Centro de Dia, eu tenho utentes que estão em casa dos filhos, lá assim no cantinho no rés do chão, que fizeram a casa de banho e assim. Outros estão sozinhos

nas suas casas, à mercê mesmo. Ficam como eu disse: vamos lá dar-lhes a refeição, nós fechamos a porta de manhã, à noite, e abrimos de manhã. [...] Portanto e, em termos de atuação para o bem-estar, eu penso que os dois pontos mais fulcrais são as crianças, porque há violência doméstica e alcoolismo, em casa, e a nível de idosos, porque nem sempre há aquele acompanhamento necessário ao que o idoso precisa, é a instituição que está lá, faz, mas não chega, precisava de outro cuidado e atenção por parte da família. [Diretora de uma organização do terceiro setor de apoio a idosos em Mação, licenciada em Serviço Social]

Mação surge nesta dimensão de «segurança» ainda com fortes sentimentos de perturbação face à incapacidade para combater fenómenos como os incêndios, que desde há décadas, e de forma intensa e regular, têm destruído o património, com isso aumentando o medo e a insegurança das populações. Mais do que as alterações climáticas, aponta-se como razão principal para estes fenómenos a desorganização do território, o abandono das pastagens e das hortas nas aldeias vazias, sem atividade agrícola significativa, cujos campos foram invadidos pelo mato: «os incêndios aparecem, porque a floresta é ininterrupta. A floresta já não é limitada como antigamente, pelas pessoas que apanhavam as pinhas, apanhavam a caruma para as cabras e ocupavam os terrenos com a produção agrícola».

olhando para os incêndios como uma catástrofe ambiental, que aconteceu aqui, não é, mais uma vez, naturalmente, têm um impacto brutal na qualidade de vida das pessoas. Naquilo que era o ânimo delas [...] Há um sentimento crescente de insegurança das pessoas relativamente ao fogo, e é com preocupação que nós sentimos que

por parte dos habitantes urbanos, não bastava tudo aquilo que era a panóplia de problemas que nós tínhamos a cativar populações, para agora ainda termos as pessoas com medo de viver aqui, porque pode vir um fogo e morrer em casa! Quer dizer, é um cenário com um nível de risco muito baixo, mas é um medo que nós sentimos que se está a instalar nas populações, que acham que é perigoso vir aqui, até passear! Porque podem num dia de verão ser apanhadas numa estrada com um grande incêndio e morrer! Mas isto sente-se que está num crescendo... e que é perigoso para o país desenvolver este tipo de sentimentos na população urbana. E é desastroso para o mundo rural. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Contactos sociais

Uma das dimensões que emergem quando se questionam os entrevistados acerca do bem-estar subjetivo da população prende-se com os contactos sociais. Dentro desta dimensão, os entrevistados referem a importância da proximidade/densidade das relações sociais, a importância da realização de eventos ao ar livre e da existência de espaços de lazer/convívio; mas evidenciam também preocupações relacionadas com as populações mais velhas no que diz respeito ao isolamento e à importância das redes informais de apoio.

Muito referida pelos entrevistados é a proximidade/densidade das relações sociais. Esta questão emerge como bastante relevante particularmente em contextos mais pequenos e familiares, como

é o caso dos municípios da Póvoa de Lanhoso, Portimão, Portalegre e Mação, onde se estabelecem estas relações de entreajuda e de vizinhança, bastantes valorizadas nos discursos. Esta densidade/proximidade das relações é transversal às relações de vizinhança que se estabelecem, mas também às relações que se estabelecem entre os serviços municipais e os cidadãos.

Eu acho que a vila também opta um bocadinho por conhecer toda a gente e tentarem ajudar-se um bocadinho uns aos outros. Eu direi um 8, é uma vila pequenina, penso que as pessoas se dão bem... Toda a gente conhece sempre algum membro da família. Eu posso estar a passar na rua, e alguém me cumprimenta e eu cumprimento de volta. [CEO de uma empresa do setor da filigrana, Póvoa de Lanhoso, ensino básico]

É bom [viver na Póvoa de Lanhoso] porque há uma coisa muito importante que não há nas cidades que é aquela rede de vizinhança, de conseguirmos ainda ter a família por perto e isso configura-se numa ótima coisa para a conciliação, para o apoio aos filhos e às filhas naturalmente. [Técnica superior no Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades, SIGO da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, socióloga]

Depois há algo que aqui nos permite, é a proximidade dos presidentes de junta, a proximidade das autarquias com as pessoas, a parte social... Muitas vezes, na parte social, só conseguimos construir as respostas com esse trabalho conjunto, que noutros sítios é completamente impraticável, porque não existe essa proximidade... quase que a gente conhece as pessoas pelo nome. Embora sejam mil cento e tal [alunos a frequentar a escola], a gente consegue identificá-los e consegue

trabalhar, e consegue falar sobre os assuntos, e os assuntos têm nome, enquanto noutros sítios são números... [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

a proximidade das pessoas, as pessoas poderem comunicar-se mais facilmente umas com as outras, o que diferencia de Portimão ou de um prédio em que a maior parte das pessoas nem se conhecem umas às outras ou nem bom-dia dizem uns aos outros... e aqui não, toda a gente passa na rua e toda a gente diz bom-dia, boa-tarde, portanto, é fácil, é diferente. Por isso, eu acho que é uma qualidade de vida nesse aspeto. [Presidente da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

Os idosos que não estão institucionalizados — na cidade já não há muito isto, mas no distrito ainda existe —, a maior parte dos nossos idosos ainda consegue estar em casa, apoiados pela família, por relações de vizinhança. Mas isto nas aldeias, nas cidades isso já não é possível. Portanto, ou são institucionalizados ou poucos têm condições de sobrevivência. A questão dos nossos idosos é uma questão que nos preocupa muito, não só pela qualidade de vida, que não têm, como também pelo número, cada vez maior, de população envelhecida. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Nas cidades há! Agora aqui não. Até porque aqui, qualquer pessoa que passe mal, qualquer vizinho lhe dá de comer... o problema de Mação não é comer... Podiam ter melhor qualidade de vida, mas fome ninguém passa aqui. Olhe que eu estou cá há quase 30 anos e quando vêm com essa conversa, eu peço que mos indiquem, porque ainda ninguém me

indicou ninguém, porque eu conheço quase toda a gente! [Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

Nos municípios da Póvoa de Lanhoso, Oeiras e Mação, os entrevistados referem a importância da realização de eventos ao ar livre e da existência de espaços de lazer/convívio:

Póvoa de Lanhoso oferece bastantes espaços de lazer e de bem-estar para convívio, para prática desportiva e tudo isso, portanto é bastante incentivado. [Responsável da Qualidade e Formação da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, licenciada em Engenharia]

Em termos de viver bem, de facto, continuamos a ter ainda, felizmente, paisagens muito ainda ruralizadas e, portanto, que hoje são muito potenciadas através, por exemplo, fazem-se trilhos, fazem-se espaços de convívio coletivo para ginástica. [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

E depois naturalmente, os tempos de ócio e de lazer, portanto a hora de almoço, o final do dia... Oeiras oferece a proximidade ao mar, a descontração, não é?... a hora de almoço pode ser perfeitamente uma hora a passear no passeio marítimo. Enfim, há aqui, também, todo um conjunto de aspetos mais informais ligados à qualidade de vida, mas numa vertente mais do ócio, do lazer, da ocupação do tempo livre, que também são ponderados [Chefe da Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciada em Sociologia]

Em termos de instalações desportivas, temos tudo aquilo que é necessário para ter qualidade de vida nessa área. Vamos tendo algumas respostas culturais interessantes. [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Já em municípios como Portalegre e Mação, marcados pelas dinâmicas de desertificação e de envelhecimento populacional, emergem as preocupações com o bem-estar dos idosos, em particular no que diz respeito aos fenómenos de isolamento. Aqui as infraestruturas de apoio ligadas à terceira idade constituem-se como uma vantagem de combate a este fenómeno; aponta-se ainda a existência de uma rede de cuidados informais que é compatível com as necessidades da população idosa, assim como a importância da criação de espaços de lazer e de convívio que potenciam o bem-estar das populações mais idosas nestes concelhos:

O que é que eu registaria como, potencialmente, mais significativo para uma vivência numa fase terciária da nossa vida: uma rede de cuidados informais mais próxima, uma rede de oferta de serviços compatível com as necessidades da população idosa. Isso nós temos! Do ponto de vista da rede de infraestruturas de apoio ligada à terceira idade — os lares, os centros de dia, os apoios domiciliários... —, a opinião é bem mais favorável. E, curiosamente, estamos a falar de uma população que, embora prefira viver no seu domicílio em fase final da vida, não veem com tantos tabus e de forma tão marcadamente negativa, como por vezes é ventilado, a possibilidade de poderem beneficiar de apoio domiciliário e até a possibilidade de poderem viver nessas estruturas residenciais, porque têm aí determinadas atividades coletivas de partilha, que procuram estreitar laços sociais que vão perdendo, muitas vezes, nos

seus territórios porque estão mais isolados, e por isso mesmo constituem uma vantagem para essa população mais envelhecida. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Tem um gabinete de ação social que trabalha essencialmente com os idosos, que é composto por assistentes sociais, por psicólogos... Ou seja, a resposta aos idosos é de tal forma que eu, se calhar, não encontro nenhum outro concelho que a dê de uma forma tão estruturada e tão ampla. Portanto, passar a velhice em Mação é uma opção, essa sim, seguramente interessante [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Ambiente

O ambiente, ou a qualidade ambiental, é uma das dimensões mais presentes nas narrativas espontâneas sobre o bem-estar em reação ao estímulo colocado na pergunta «Porque é bom viver em?».

As categorias associadas nos discursos iniciais enfatizam traços diferenciadores sobre o clima e os recursos naturais e paisagísticos, sublinhando o (bom) clima ou o clima agradável e a beleza do património paisagístico, designando-se as praias, os rios, a serra, a qualidade do ar, as boas águas ou simplesmente o ambiente como um descritivo amplo que acolhe todas as riquezas que permitem vivenciar, especificamente naquele território, experiências únicas, mais genuínas, não replicáveis noutros contextos, de maior aproximação à natureza, acolhidas na categoria «viver perto da natureza».

Ilustrando algumas das características endógenas diferenciadoras enunciadas como «as grandes vantagens de viver em...», na Póvoa

de Lanhoso os testemunhos relevam a vantagem de se viver perto da natureza, sublinhando as paisagens naturais que o território proporciona e a proximidade ao Parque Natural do Gerês; no município de Portimão destaca-se a temperatura amena que se prolonga quase pelo ano todo e a proximidade com o mar e a ria, recursos que favorecem momentos de lazer e de convívio; em Portalegre refere-se a proximidade ao Parque Natural da Serra de São Mamede, o ar puro e a qualidade ímpar das paisagens; no município de Oeiras os entrevistados evidenciam a zona ribeirinha, o passeio marítimo, longe do trânsito da marginal e perto do mar; Mação é «a terra dos três As: dos bons Ares, das boas Águas e dos bons Azeites».

Tem um clima muito bom, temos muitos poucos dias de chuva, não sei quantificar quantos, mas temos muitos poucos dias de mau tempo, portanto o clima é muito bom. É uma cidade particularmente bem localizada, é uma cidade que tem rio e tem mar, e tem no seu concelho, ainda, a ria do Alvor. Tem espaços muito agradáveis no que diz respeito ao convívio com a natureza, e, neste caso, com o mar. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

E, portanto, nós temos o melhor ar do mundo, a Serra de São Mamede tem um enquadramento a nossa cidade tem um enquadramento ímpar no sopé da serra [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Eu acho que, de facto, neste caso concreto, a Póvoa de Lanhoso tem uma capacidade de atratividade pela sua beleza natural, pelas suas paisagens, pela própria qualidade de vida [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar,

conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Nós já estamos a falar de uma classe média, média-alta, que se instala nestas regiões, e que depois quer abrir a janela, quer ver o sol a nascer, quer ver umas árvores a perder de vista e gosta de ter um riozinho onde possa dar um mergulho quando lhe apetecer. É este contacto com a natureza que é cada vez mais a aposta das pessoas, e é, ao mesmo tempo, ter relativamente próximo, sem problemas de trânsito, um local onde possa trabalhar, exercer trabalho ou fazer parte de uma multinacional, a partir de uma região. Nós temos rios, nós temos barragens, nós temos floresta, ainda temos muitas florestas de carvalhos, muita coisa é eucalipto, mas ainda temos florestas de carvalhos. São coisas agradáveis. [CEO da empresa Plako, desenvolvimento de software, Póvoa de Lanhoso, licenciado em Engenharia]

Oeiras oferece a proximidade ao mar [...] a hora de almoço pode ser perfeitamente uma hora a passear no passeio marítimo [Chefe da Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciada em Sociologia]

Se não for essa razão, se a terra não for valorizada, podemos estar aqui só porque isto é um excelente clima, podemos estar aqui só porque gostamos muito da paisagem também gostamos muito ao fim da tarde ir dar uma passeada no Tejo... Mas isso é uma ligação já à terra! a única ligação que nos justifica, que justifica Mação existir, é a terra e o território. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação;

vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

No aprofundamento dos olhares sobre os desafios locais, a dimensão de bem-estar que enfatiza a qualidade do ambiente é ainda integrada nas diferentes possibilidades e dinâmicas dos territórios no que concerne à gestão de recursos endógenos, ao ordenamento de espaços verdes, à gestão do risco, à organização do território, às práticas de gestão de resíduos, à mobilidade/transporte coletivo e às práticas associadas à sustentabilidade.

Em municípios como Portimão, Portalegre e Mação, os entrevistados refletem amplamente acerca das necessidades de gestão e de aproveitamento dos recursos naturais que enquadram os seus territórios. Aqui orientam o discurso as clivagens em torno das especificidades da economia e das sociedades locais. A estas diferenciações sobrepõe-se claramente a posição relativa de quem olha e reflete sobre o território. Por exemplo, nos grupos focais, quer os jovens, quer os adultos de Portimão denunciam a escassez de espaços verdes e de infraestruturas que proporcionem aos cidadãos momentos de lazer, de convívio e de contacto com a natureza, sublinhando que as apostas municipais até ao momento não têm sido direcionadas nesse sentido.

É construções para os turistas ou para os de fora, que compram casas que nós não podemos comprar e que ficam vazias grande parte do ano, e as poucas instalações de parques e jardins — como o Parque da Juventude — estão ao abandono. [Nadine, estudante do nível 5 de Gestão e Produção de Cozinha na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de Portimão]

Eles têm estado a destruir os espaços verdes para construírem. [Bruna, 12.º ano, estudante da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de Portimão]

Bem feito era construírem espaços verdes e arrancarem aqueles prédios todos da Praia da Rocha que não param de construir, que horror! É que não há dinheiro, entre aspas, não há pessoas, nós temos apartamentos aqui em Portimão vazios, e continuam a construir na Praia da Rocha! [Nadine, estudante do nível 5 de Gestão e Produção de Cozinha na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de Portimão]

O que eu concludo do que a Nadine estava a falar é mesmo a questão de darem, na minha opinião, demasiada importância ao turismo e à economia, porque são só esses dois pontos que parece que acabam por ser mais valorizados. Depois ao nível de espaços verdes, e se calhar outras coisas que eram mais importantes cá no concelho, acaba por não ser tão aproveitado. [Gonçalo, estudante do 12.º ano na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de Portimão]

Com outra posição, centrada no olhar sobre os recursos locais enquanto potencial de inovação e renovação das bases económicas da região, os *stakeholders*, tanto em Portimão como em Portalegre, Póvoa de Lanhoso ou Mação, sublinham a importância de tomar partido da riqueza dos recursos endógenos, numa ótica de desenvolvimento municipal assente na exploração do potencial de inovação económica e atenta à sustentabilidade do território.

A Ria de Alvor é dos melhores sítios do mundo, não tenho problema em dizê-lo, para a prática de desportos náuticos que impliquem vento,

vela, windsurf, kitesurf, essas coisas todas. E é um recurso que está completamente desaproveitado, e que bem trabalhado, respeitando as questões ambientais, as questões paisagísticas, etc., podia-nos trazer aqui uma atividade económica e, por consequência, depois tudo o que vem a seguir. [...] Tenho estado a falar mais do ponto de vista do turismo e da hotelaria, mas depois temos toda a parte do barrocal, que é mais rural, que é Mexilhoeira Grande. Onde podíamos aproveitar melhor, também, e devíamos incentivar a questão dos produtos endógenos, da produção dos produtos endógenos, criando aqui alguma indústria agroalimentar, e não só, também para os cosméticos, aproveitar a alfarroba e outras coisas, e, assim, ter também espaço fora da orla costeira para podermos ter alguma indústria. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

Portanto, tens um conjunto de recursos endógenos, se quiseres, entendendo esta expressão de «recursos endógenos» no sentido amplo, que quando bem aproveitados e bem geridos podem, de facto, fazer a diferença. [...] Por exemplo, a existência de um parque natural... é uma vergonha do ponto de vista da inabilidade política e da falta de estratégia empresarial [a incapacidade de] tirar partido das potencialidades do Parque Natural da Serra de São Mamede. [...] as rotas temáticas começaram a entrar um bocadinho agora na moda, por exemplo, associadas a produtos agrícolas de denominação protegida que são reconhecidas internacionalmente. [...] E, portanto, os principais desafios podem convergir, no fundo, com uma ideia de território global, que, embora periférico, possa constituir uma alternativa efetiva a um modo de vida mais equilibrado, mais saudável. [Pró-presidente para

a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Fundamentalmente, o aproveitamento do potencial agrícola desta região, que não é o Alentejo agrícola de extensão, é o Alentejo dos pequenos agricultores e dos produtos de qualidade, onde a vinha é um dos seus principais valores. Está provado que dá valor económico o aproveitamento dos recursos endógenos da região, nomeadamente os agrícolas, os que estão certificados, no sentido da sua valorização e da sua distribuição. [...] a par disso, a cultura e o turismo... a cidade de Portalegre é uma cidade que, só por si e pelas suas condições naturais, será de fácil atração turística. E acima de tudo, não apostando no turismo parasitário que destrói, apostando em nichos de qualidade, de cultura. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Temos um potencial enorme ao nível da indústria, pois temos! Temos o BioBIP. É verdade, temos o BioBIP, com um projeto impressionante, com um alargamento previsto para os próximos anos da instalação para cobrir toda a área de novas indústrias e, principalmente, indústrias verdes ligadas à energia e ao ambiente. E fazendo a ponte para a agricultura, nós nunca soubemos fazer a exploração dos produtos locais, havia muita gente a defender isso, o próprio presidente da Câmara Mata Cáceres defendia que era necessário ir por aí, ninguém quis saber. Há uma falta de estratégia absoluta ao nível do desenvolvimento da indústria local. Os produtos locais são produtos que não estão bem defendidos, que não têm apoios, e portanto, isto não está escondido, existe um relatório do Augusto Mateus onde isto está lá tudo, e portanto, se as pessoas quiserem é fazer aquilo que já está há

muito definido, não há aqui que descobrir coisas novas. [Rui, ensino superior, professor universitário, grupo focal de Portalegre]

Recentemente, tivemos dois investidores da zona do Douro que vieram investir aqui na zona da serra de Portalegre, porque se reconhece que esta zona tem características atuais e futuras — por causa das alterações climáticas que se preveem — para a produção de vinho com qualidade superior àquela que hoje se vai conseguindo no Baixo Alentejo, no Alentejo Central e no Douro. Portanto, têm vindo investidores comprar vinhas e plantar novas vinhas, precisamente, por reconhecerem esta qualidade e as condições que a região oferece no domínio vitivinícola. Este é, talvez, um dos setores endógenos que tem características próprias que podem ser invocadas para as diferenciar das outras zonas do país. [...] Mas isto são tudo produtos com fortíssima concorrência a nível nacional e a nível espanhol. Também do outro lado da fronteira, os vinhos, os enchidos, os azeites são de qualidade. [...] Temos o Parque de São Mamede que, a nível de Alentejo, por ser uma zona de transição para a Beira (pensando que o Alentejo tem características muito próprias que nos distingue e diferencia), mas quando vamos para norte temos as serras de Beira Interior, e aí já estamos numa situação que não nos diferenciamos assim tanto da concorrência panorâmica e paisagística que existe a norte. Portanto, sem dúvida que são recursos endógenos, mas não são exclusivos, não são assim tão específicos para os apresentar como bandeira diferenciadora em que possamos dizer «temos aqui uma coisa que só nós é que temos» — tanto no concelho de Portalegre, como em toda a região. [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa,

AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

Mação tem uma particularidade: são praticamente três concelhos num só. Ou seja, o concelho é tão grande que nós temos um concelho que é claramente ribeirinho, ribatejano que é ali a zona de Ortiga e até parte de Mação, mas depois tem o norte do concelho que é claramente beirão, e temos uma ou outra área do concelho que é a freguesia de Envendos, que é alentejana, tem uma paisagem alentejana. E essas dimensões caracterizam-se por diferenças na gastronomia, na forma de estar, na forma de vestir. É por isso que Mação é muito, muito rico nesta área, e, se calhar, fazer algo também, aí, devidamente estruturado, na área da hotelaria e da gastronomia, criarmos de uma forma estratégica capacidade para receber as pessoas. Nós vamos tendo algumas camas, mas não estão distribuídas no território da forma mais organizada, como deviam estar. [...] Nós hoje só temos umas termas em pleno funcionamento, mas temos várias águas reconhecidamente boas para desenvolver aqui um turismo termal interessante. Podia haver um investimento nesse sentido. A câmara associou-se a alguns empresários do setor, mas não foram feitos os investimentos que, se calhar, deviam ter sido feitos... Estou a falar, concretamente, das termas da Ladeira-de-Envendos. Mas há outras que também são importantes. [...] Outro setor é o setor do mel. Mação produz um mel de muitíssima qualidade e de muita variedade, e já é extremamente reconhecido. Foram dados passos importantes, com a construção da central meleira, e conseguiu-se garantir mais qualidade, mas ainda não vendemos produto como se calhar deveríamos vender. Temos de ser capazes de olhar para o mel numa perspetiva de fileira, isto é, olhando para a produção, mas também para a colocação fina. [Diretor

do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Eu vejo Mação como um concelho que nunca mais vai ter aqueles quase 30 mil habitantes que já teve. Nem dez mil, seguramente. Mas que fixe pelo menos uma população jovem, que possa explorar os seus recursos endógenos! Mesmo que haja pouca indústria, ou que haja apenas uma segunda transformação dos produtos agrícolas. Eu não acredito muito que venham para cá empresas com imponentes viaturas, e empresas elétricas, e grandes empresas que normalmente vão para o litoral, onde há os recursos humanos necessários que precisam. Agora, acredito que haja aqui condições para fixar muitas pessoas no setor primário, com produtos diferenciados e atividades, que já se provou que permitem algum retorno de investimento. [...] Temos aqui recursos de águas, temos aqui uma monografia, que fazem cá parapente. Essas atividades todas, que eu não domino muito, mas isto também tem um elevado potencial! Olhe, e temos também uma área com muito potencial. Que é a área termal [...]. Agora aquilo é do ministério, mas antes era das Águas do Vimeiro, e que me disse um dos administradores, que era médico, é que eram as melhores termas do país, as Termas da Ladeira. [...] Mas temos aí três ou quatro termas! Olhe, por exemplo, as termas da Fadagosa, que são ali no mirtoso de Mação... Sempre tiveram muita gente, só que, pois claro, as autoridades de saúde fecharam aquilo tudo, porque não tinha condições nenhuma que até as banheiras já estavam enferrujadas e não podia funcionar assim. E depois nunca mais ninguém investiu nisto! [Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

Toda a gente fala do azeite: «O azeite de Mação é o melhor do mundo.» Só que não está caracterizado para isso, quer dizer, e nem está reconhecido como tal! Quer dizer, é no convívio das pessoas, e no do meu, e no do Jorge, e no deste, e no daquele — «Eh pá! o nosso azeite é o melhor!» Mas, quer dizer, e então quando nos perguntarem: «Qual é a certificação que vocês têm para o azeite? Ah, não vale a pena!» Quer dizer, eu tenho mil litros, o outro tem 500 litros. Isso é um trabalho que poderá ser feito a partir deste momento. [Luís, ensino secundário, produtor de azeite, grupo focal de Mação]

Outra dimensão que emerge nos discursos dos entrevistados prende-se com a gestão do risco e a organização do território.

Em Portimão, o papel da Proteção Civil e da Associação de Bombeiros é bastante significativo na gestão de um território demarcado por condições muito particulares no que concerne à sua posição geográfica, à sua proximidade com o mar e à grande densidade de espaço florestal na zona barrocal do concelho. Estas entidades assumem um papel fundamental na segurança dos cidadãos. Fenómenos como as alterações climáticas têm agravado as preocupações com as cheias, os incêndios rurais, entre outros, e obrigam a uma ação adequada e adaptada aos riscos acrescidos.

Quando eu digo que as coisas não estão bem pensadas, e estou a falar aqui da cidade Portimão, mas também conheço outras que é igual. Se a gente precisar de sair de Portimão, vamos pôr a hipótese do tsunami, quantas saídas de Portimão é que temos? a Ponte Nova ou a Ponte Velha ou o Túnel das Cardosas. Ou seja, é o último sítio para onde a gente deve ir é o Túnel das Cardosas, que fica abaixo do nível do mar. [...] o que eu estou a dizer é que não estão preparadas saídas de emergência,

porque a nossa cidade está construída assim. Não foi pensada de outra maneira. [Carlos, ensino secundário, desempregado, grupo focal de Portimão]

Nós temos aqui um grande desafio para a população e para nós próprios, que são as alterações climáticas, e isso está-nos a obrigar, também aqui, a ter uma capacidade de adaptar aquilo que é a realidade atual, aquelas janelas temporais de inverno e verão existem, os riscos são crescentes e, portanto, as pessoas estão mais sujeitas a um conjunto de riscos, e nem sempre preparadas para o efeito. [...] o que temos tentado fazer é adequar o dispositivo [de segurança], num primeiro nível, àquilo que é rotina, àquilo que é casuístico, àquilo que é o dia a dia: o incêndio urbano, o incêndio florestal, o acidente rodoviário, a emergência médica, e digamos que estas são as áreas em que o corpo de bombeiros tem mais intervenção, maior registo de operações. [...] estamos a falar do município na região do Algarve que mais procura tem neste âmbito [de emergência médica], e foi necessário criar uma capacidade de resposta à altura [...]. No segundo nível, foi preparar-nos para a exceção, a exceção daquilo que são os riscos as ocorrências cuja dimensão vai obrigar ao envolvimento não só daquilo que são os meios de âmbito municipal, mas também para aquilo que são os meios regionais, nacionais e, possivelmente, internacionais. Estamos a falar, por exemplo, de um sismo, de um tsunami, estamos a falar de uma situação meteorológica adversa que, efetivamente, tem uma afetação mais significativa. E, portanto, havia aqui necessidade não de preparar para tudo, não há nenhuma nação no mundo que esteja preparada para tudo, quanto mais o município, mas preparar para aquilo que são as primeiras horas de reação. [...] Sabemos que a questão do sismo e do tsunami é uma realidade e, portanto, felizmente, não ocorre todos os dias.

Não sabemos quando é que ocorre, mas sabemos que temos histórico e temos o risco e, portanto, foi necessário apostar naquilo que era a capacitação de meios e recursos. E, felizmente, ocorre com envelope financeiro disponibilizado pelo município de Portimão, que de alguma forma assumiu a responsabilidade de capacitar o corpo de bombeiros para responder ao que era a rotina e ao que era as situações de exceção, e depois com a aquisição de alguns equipamentos. Juntar aqui o ingrediente essencial que é qualificação das pessoas, que hoje estão de facto muito, muito bem preparadas, direi que ao nível do melhor que se podem encontrar no país, muito bem qualificadas para responder àquilo que são os desafios. [Coordenador municipal de Proteção Civil, comandante da Associação de Bombeiros Voluntários de Portimão, licenciado em Gestão do Ambiente]

Mação é um concelho que tem sido altamente fustigado pelos incêndios florestais e que, por esse mesmo motivo, assume necessidades muito significativas no que diz respeito às condições de gestão do risco e de organização do território. Fenómenos como a desertificação e o conseqüente abandono e a falta de manutenção dos terrenos agrícolas têm agravado, na perspetiva dos entrevistados, estes riscos. A reorganização do território, no sentido de uma gestão integrada do mesmo, quer para a viabilização económica, quer para conferir maior sustentabilidade às ações de prevenção e de resposta aos fogos florestais, é o principal desafio que se apresenta ao município, referem alguns entrevistados, para quem as soluções reivindicam outras ferramentas de âmbito regional e apoios do poder central.

A nossa qualidade ambiental aqui está fortemente afetada pelos incêndios florestais. São uma força que veio de fora, que pôs em causa todos os equilíbrios. E, portanto, sem conseguir ultrapassar este desequilíbrio dos megaincêndios florestais temos aqui um sério problema ambiental, que vai colocar em causa o equilíbrio destes territórios no futuro continuamente. [...] os incêndios olhando para os incêndios como uma catástrofe ambiental, que aconteceu aqui, naturalmente, têm um impacto brutal na qualidade de vida das pessoas. Naquilo que era o ânimo delas Uma coisa é viver num território bonito, verdejante, como viver no meio de um parque. Outra coisa é viver num território destruído, avassalado Cheio de árvores mortas, cheio de árvores em risco de cair, feio, negro. É completamente diferente de ânimo aquilo que as pessoas sentem quando abrem a janela de casa, num cenário ou no outro. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

E, portanto, o grande desafio de Mação é a reorganização do território, porque senão, mesmo com empregos, arde tudo de dez em dez anos! e o problema do território é, de facto, a desorganização [...] as alterações climáticas não são a causa dos grandes incêndios, mas sim a desorganização do território. Porque as aldeias já não têm pastagem, já não têm horta, já não têm olivais! Está tudo a mato! [Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

Aquilo que nós temos vindo, enquanto município, a alertar é que o sistema de gestão do território na realidade colapsou. Desabou

completamente. [...] Nós temos tentado, aqui em Mação, nos últimos anos, quer com o município, quer com a Associação de Produtores Florestais. Primeiro para sensibilizar o país para o facto de nós precisarmos de criar e desenvolver novas ferramentas de gestão de territórios minifúndios, que substituam a aldeia e o seu braço armado que desapareceu, que era o agricultor. Como eles já não existem, temos de reinventar uma nova ferramenta. [...] Chamam-lhe UGF [Unidades de Gestão Florestal]. Mas, no fundo, o princípio que está é que temos de ganhar dimensão nos projetos, para ter escala. Temos de fazer um planeamento da paisagem para tentar criar uma paisagem sustentável em termos ambientais e que se consiga defender dos grandes incêndios. Temos de ter sustentabilidade ambiental económica, para que isto não desapareça de um dia para o outro. É um movimento brutalmente exigente em termos de mobilização social. É necessário chegar a milhares de pessoas, explicar o processo, explicar o que é que se pretende fazer, é aliciá-las para que adiram. Um movimento destes só tem sucesso se for perfeitamente voluntário. As pessoas têm de aderir voluntariamente, mas por alguns estudos que fizemos no passado sabemos que a maior parte das pessoas está consciente e está disponível. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Outras categorias associadas ao ordenamento do território ligam-se com o investimento municipal naquilo que são alguns serviços de saneamento e higiene urbana, obras de manutenção de vias, renovação do parque habitacional e espaços de lazer associados, assim como condições de adesão a práticas sustentáveis, quer em termos

de habitação, quer relativamente às condições de mobilidade no quotidiano, quer no que se refere ao acolhimento de novas indústrias na região.

A cidade tem vindo de há uns anos a esta parte a ter dificuldades, com uma dívida enorme, tinha dificuldade em desenvolver atividade da própria câmara, e isso levou à estagnação daquelas pequenas obras que à autarquia local compete, nomeadamente a limpeza, um setor em que as coisas estão muito complicadas, e também a questão dos transportes municipais, com dificuldades económicas. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Ainda é bom viver em Oeiras, porque, de facto, é um espaço aprazível em termos da relação apropriação do espaço e produção do espaço. Ou seja, é um território onde existem espaços de apropriação coletiva, de tal modo que até grandes eventos desportivos a nível nacional dão-se em Oeiras, porque Oeiras tem aqui uma frente de mar, tem uma proximidade, portanto, ao mar, zonas de espaços verdes [...] o índice de construção do concelho é um índice relativamente baixo comparativamente a outros, portanto acaba por dar aqui todo um equilíbrio socioterritorial ao concelho. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

As questões da limpeza urbana e da higiene urbana identificam o concelho de Oeiras, desde há muitos anos, como um exemplo ao nível daquilo que é a higiene do espaço público. Portanto isso tem de ser dito, e contribui incisivamente, também, para eu me sentir bem

a morar em Oeiras. [Chefe da Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciada em Sociologia]

A câmara muitas vezes vai até ao limite da legalidade e estou a falar com conhecimento de causa, exatamente, para garantir que haja qualidade de vida para as pessoas. Como, por exemplo, arranjos nos arruamentos; como, por exemplo, limpar isto, aquilo ou aqueloutro há sempre uma preocupação, e tentar mobilizar outras instituições — como sejam as juntas de freguesia, como seja a Igreja, como seja, por exemplo, a Caritas. [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Neste momento... É bom viver em Mação, porque, efetivamente, começamos a ter um nível de acesso às infraestruturas básicas plenamente satisfeito. Portanto, temos bons arruamentos, temos boas vias de circulação, o parque habitacional também é bastante bom. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Claro que há problemas que eu ainda não consegui resolver, quer dizer, já tenho soluções na cabeça, que é a questão, exatamente, da mobilidade. Isso é uma desvantagem. É preciso vir, cada um traz o seu carro, coisa que eu não aprovo. Nós estamos a implementar aqui um programa de carros elétricos, mas isto ainda não pode chegar a toda a gente, nem lá para a Beira. Já pensei numa solução de autocarro da empresa, mas nós temos sempre o problema de não ser muito fácil ter uma hora de entrada e uma hora de saída que satisfaça toda a gente.

[CEO da empresa Plako, desenvolvimento de software, Póvoa de Lanhoso, licenciado em Engenharia]

Não creio que também seja uma dimensão preocupante, aí é até um dado positivo e diferenciador, precisamente, desta região e deste concelho em particular; tu vês isso muito, por exemplo, se olhares para muitos bairros de residências novas que têm painéis fotovoltaicos significativos, e, portanto, é um sinal de que, de facto, há uma conversão a este modelo energético mais sustentável. Portanto, a questão ambiental é um dado positivo, é um elemento diferenciador tendo em vista a qualidade de vida deste concelho e desta região. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Depois o investimento da região devia ser orientado de forma a ser produtivo, e ser produtivo não é fazer lucro — é lucro especial: para que o isolamento seja quebrado, para que haja uma aposta clara no transporte ferroviário, para que o combate à poluição não seja feito como agora se está a pensar. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Saúde

Contrariamente às dimensões de bem-estar listadas atrás, a saúde é uma dimensão que surge sobretudo enquanto desafio de bem-estar («Quais os principais desafios de bem-estar que se apresentam em...»). Dentro desta dimensão, os testemunhos evidenciam uma multiplicidade de categorias, como as necessidades em termos de infraestruturas de saúde (hospitais ou centros de saúde), os recursos humanos (em especial médicos) e as valências ou especialidades

de medicina. Portimão ou Portalegre são dois dos municípios em que os testemunhos mais refletem preocupações com a qualidade dos serviços de saúde, onde aquilo que são os direitos mais básicos ou essenciais de acesso à saúde parecem não estar satisfeitos. Estas preocupações são acrescidas quando se reflete acerca das condições de vulnerabilidade em que se encontram os idosos nestes concelhos.

Contrariamente a outros municípios, na Póvoa de Lanhoso, apesar da reduzida oferta de consultas de especialidade médica como odontologia ou oftalmologia (que os cidadãos terão de procurar noutros territórios), as perceções dos entrevistados em relação às condições de acesso aos serviços básicos de saúde (centros de saúde, farmácias) e a cuidados de saúde primários são genericamente satisfatórias.

No fundo temos um bocado de tudo, como lhe digo, comércio, médicos, centro de saúde, tudo, segurança social, essas coisas básicas, farmácia tudo! Agora, se nos quisermos dar a outros luxos [...] teremos de ir a Guimarães ou a Braga, fora disso a Póvoa tem tudo. É uma vila bastante acessível e com toda a comodidade para viver. [...] tudo o que é necessário, o básico, o essencial, temos aqui, temos serviços médicos, temos um hospital da Santa Casa da Misericórdia, que teve melhorias nos últimos anos, e ainda bem [Carla, ensino secundário, carteira, grupo focal da Póvoa de Lanhoso]

Curiosamente, tais perceções contrastam significativamente com as apreciações feitas pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, que descreve um quadro de défice estrutural dos serviços de saúde assegurados pelo setor público, não apenas no concelho, mas no país como um todo, em especial os que são prestados

a pessoas idosas — num quadro que se viu agravado no atual período de pandemia de COVID-19.

[Em termos de avaliação do bem-estar e satisfação com a vida], a área da saúde falha redondamente. E, portanto, há aqui um défice brutal em termos de qualidade de vida e de bem-estar. Portanto, eu diria que se nós quisermos seccionar por franjas etárias, não é, os idosos [numa escala] entre 0 a 10 têm um nível 3 ou 4 [de satisfação geral]. Nomeadamente aqueles idosos que têm menos recursos, aqueles idosos que têm mais comorbidades associadas, aqueles idosos que têm dificuldades de mobilidade, de comunicação, que são também aquelas pessoas com menos literacia. Portanto, uma coisa é termos os novos, os jovens com um grande nível de literacia, nomeadamente literacia médica, conhecimento das coisas, os idosos não, e nós temos uma população envelhecida na Póvoa de Lanhoso. [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Há aqui, de facto, um descontentamento, por exemplo, na área da saúde, nos cuidados de saúde primários. Especialmente neste período da COVID, em que os centros de saúde estão fechados, não há atendimentos presenciais a não ser por marcação, mas para fazer essa marcação as pessoas têm de se deslocar ao centro, bloqueiam o acesso dos utentes que necessitam das consultas, precisam de meios complementares de diagnóstico, [...] ou de irem a consultas de especialidade ou irem à medicina física e de reabilitação, ou fazerem exames de imagiologia, e depois, a consequência, a possibilidade de poderem ter cirurgias. Portanto, isto passa-se na Póvoa de Lanhoso

[...]. *Ou seja, os cuidados de saúde primários, especificamente aquilo que são as entidades públicas, não estão a ajudar a que as pessoas se sintam bem, e em particular as pessoas mais idosas, mais frágeis, as mais desfavorecidas, que é um problema que deve ser tido em consideração, que não é só da Póvoa de Lanhoso, é do país. As pessoas com menos posses, mais frágeis e mais dependentes, com menos capacidade de mobilidade, e, portanto, com um conjunto de fatores de comorbidades associados, para elas as respostas públicas não são suficientes... Não há uma política de apoio objetivo, nomeadamente, um apoio domiciliário.* [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

[O Hospital da Misericórdia], *felizmente, é considerado ao nível do país um bom hospital, que tem vindo a investir na modernização tecnológica e na melhoria da capacidade de resposta médica em diversas valências [...]. Estamos certificados em todas as valências hospitalares, e, portanto, essa é uma resposta que é dada, e que permite às pessoas sentirem-se seguras [...]. Construámos planos individuais que são direcionados para o utente e que focam, precisamente, quais são as suas fragilidades ou aquela que é a vontade do utente. Porque qualidade de vida nem sempre é ter-se as faculdades todas, mas também é o bem-estar e a forma como nós aceitamos estar perante as adversidades. Porque podemos sentir dores, mas podemos ser aquela pessoa que consegue viver com a dor de uma forma razoável, vá* [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Relativamente ao município de Portimão, emergem frequentemente nos discursos dos entrevistados, e de forma significativa, preocupações com as condições de acesso à saúde. Quanto à qualidade dos serviços e à escassez de valências médicas, umas não existem de todo, obrigando a deslocar-se a Faro, outras só estão disponíveis em determinados dias da semana (como a ortopedia), e, portanto, em situações de emergência nunca se sabe com o que contar, o que gera um grande desconforto. Mais do que o município, reconhece-se que boa parte destas insuficiências, transversais a toda a região do Algarve, tem na sua génese uma má gestão política do Serviço Nacional de Saúde na região. Em alguns dos testemunhos, especialmente nos grupos focais, percebe-se o sentimento de que o Algarve como um todo e os residentes na região foram esquecidos e «abandonados» pelo Estado.

Eu acho que a questão da saúde é um desafio que se coloca em Portimão. [...] Temos um hospital que, enfim, já teve melhores dias, antes de ser integrado no CHUA [Centro Hospitalar Universitário do Algarve] [...] nós sentimos mais isto porque já tivemos um hospital que tinha todas as valências ou quase todas as valências, e que nos dava uma resposta muito grande e que deixou de dar. Nós temos o edifício e pouco mais. [...] Temos, aqui, um problema muito grande com a saúde. [...] quando falo de recursos, estou também a falar de recursos de influência política para reverter as alterações que foram feitas a partir de 2013, com a organização do Sistema Nacional de Saúde do Algarve, acho que esse é, claramente, um dos maiores anseios dos cidadãos portimonenses. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

O que nos falta é o que não depende de nós. É a rede de ensino ser melhorada, é a rede de saúde ser muito melhorada, muito, muito, muito. Os serviços básicos são o que falha, mas nós enquanto família estamos bem. [Isac, ensino secundário, técnico de manutenção, grupo focal de Portimão]

O que se está a passar aqui no Algarve, e eu posso dar o exemplo da saúde, com os hospitais... Portanto, existe o Hospital de Faro, existe o Hospital de Portimão e existe o Hospital de Lagos. Então o que é que acontece? Juntaram os três hospitais, e foi o maior erro que podia ter acontecido [...] porque, praticamente, foi tudo canalizado para Faro. [...] concordo com o Isac, é isso que eu acho, que o Algarve estamos a ficar esquecidos, estamos a ficar para trás. E nós próprios estamos a deixar isso acontecer. Isto é a minha opinião, muito sincera. Porque tenho sentido isto quer na parte empresarial, quer na parte da saúde, que me revolta completamente. Dou aqui a minha experiência a minha tia tem 77 anos, ela não tem culpa das doenças que tem, e trabalhou, pagou impostos, para ter direito a essa saúde. Façam aquilo que quiserem. Agora, isto não cabe na cabeça de ninguém, ela partiu o braço, puseram-lhe o gesso e disseram para voltar passada uma semana. Uma pessoa que tinha de ser reavaliada ao fim de uma semana levou três semanas para ser reavaliada, não consigo aceitar isto! Não consigo aceitar ir buscar a minha tia, a Faro, ao hospital, às 7:00 da manhã, estava frio, e trazerem-me ela de fralda, ali em frente a toda a gente. É uma falta de respeito! É de uma desumanidade enorme. Eu tenho amigas enfermeiras no Hospital de Portimão, e elas às vezes dizem-me: «Carlos, a gente às vezes quer material para trabalhar e não tem.» [Carlos, ensino secundário, desempregado, grupo focal de Portimão]

O terceiro vetor é a saúde, pronto, eu acho que são as questões estruturais de qualquer ser humano: a habitação, a educação e a saúde... Porque nós temos aqui défices ao nível de alguns serviços [...], por exemplo, nós temos aqui o caso, quando os nossos alunos se magoam na escola, normalmente, são questões de ortopedia, pronto, porque caem, torcem um pé, qualquer coisa [...] o INEM vai recolher a criança e, imediatamente, contacta o hospital, não há serviço de urgência de ortopedia, são encaminhados para Faro. [...] É complicado e, principalmente, no que diz respeito à ortopedia e cardiologia, sabemos nós, é do conhecimento da população geral, que são serviços, efetivamente, em défice e que se tem de arranjar alguma solução. Eu sei que a autarquia tem feito algum esforço a esse nível e o próprio hospital. [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

Eu posso dizer que, aqui, a gente vive da seguinte maneira: eu posso ir à oftalmologia, aqui em Portimão, eu acho que é à quarta e à quinta, que é quando os oftalmologistas estão em Portimão. Ou seja, se eu tiver algum problema fora desses dias, não posso ir, porque não há oftalmologista. Ou então vou e tenho de ser transferido para Faro, para ser tratado em Faro. No caso da ortopedia, é a mesma situação. Por exemplo, à quarta-feira não posso ir, porque não há ortopedia em Portimão. Estando nesta situação, e não se vendo evoluir, o que se vê é as pessoas cometerem os erros e continuarem a cometer os mesmos erros, consecutivamente. É isso que a mim me preocupa. [Carlos, ensino secundário, desempregado, grupo focal de Portimão]

Outra problemática muito evidente nos discursos dos entrevistados prende-se com a disponibilidade de recursos humanos na área da saúde. Para além das dinâmicas que dizem respeito às próprias infraestruturas de saúde, que, por si só, já estão em falência, os interlocutores apontam ainda a enorme escassez de médicos que se verifica nos serviços de saúde, situação que se tem vindo a agravar ao longo do tempo. Este é um fenómeno que traz preocupações acrescidas no que concerne às respostas de saúde a que os cidadãos têm acesso no município.

Há o tal problema de que quais são os médicos que querem vir para aqui? Também é outra questão. Fala-se muito nos incentivos, o que é facto é que mesmo socorrendo-se de incentivos parece que não tem havido uma resposta assim muito positiva [...] não sei em concreto o que é que estão a fazer, o facto de que terá havido concursos abertos para contratação de médicos e até tem havido ação do presidente da Câmara no sentido de mostrar preocupação junto da tutela [...] tendo em conta o tempo que estamos a viver, e que os recursos também são limitados, e agora mais ainda, com esta questão toda, não é? [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

De forma a colmatar as lacunas que se vivem de modo geral no concelho de Portimão em termos de acesso a condições dignas de saúde, os serviços autárquicos da Junta de freguesia da Mexilhoeira Grande destacam-se nas respostas direcionadas à população idosa quanto às suas condições de acesso a tratamentos e a serviços de saúde (mobilidade):

Temos médicos aqui, temos dois médicos sempre permanentes aqui em atendimento e o que nós fazemos também, mas agora [com a pandemia] tivemos que parar, mas damos apoio às pessoas que vão parar à fisioterapia, nós damos boleia para ir e para voltar todos os dias, portanto, é um serviço que a Junta de Freguesia presta. Quando algum necessita e não tem transporte, nós vamos buscar e vamos levar para ir ao médico, ou medicamentos ou qualquer coisa, nós damos todo esse apoio à população mais idosa. [Presidente da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

As dinâmicas de alguma estagnação económica e de desertificação do território acabam por resultar também em consequências ao nível do acesso a boas condições de saúde em múltiplos aspetos. Este é o caso do município de Portalegre. Neste último, a temática da saúde emerge com bastante frequência quando os entrevistados são questionados acerca dos principais desafios que se apresentam no território, desafios estes que ganham preocupações acrescidas quando a questão se foca nas condições de vida que o município tem para oferecer à população idosa e com problemas de mobilidade. Desde logo, os interlocutores salientam sentimentos de descontentamento no que respeita à oferta de uma rede de especialidades médicas de qualidade (que é escassa no município e mesmo na região), obrigando os cidadãos a grandes deslocações em busca de uma oferta de qualidade. Num território marcado pelo envelhecimento populacional, estas preocupações geram sentimentos de insatisfação e resultam em piores condições de vida, agravadas para a população mais velha. Num concelho em que a assistência aos mais idosos e à população com deficiência ou com problemas motores resulta essencialmente das instituições de voluntariado e de solidariedade

social, instituições sem recursos financeiros estatais ou regionais e que se veem sem meios para enfrentar as dificuldades, estas populações, já mais vulneráveis, estão mais desprotegidas no que concerne aos seus cuidados de saúde.

a informação que temos como cidadãos é que não há propriamente uma rede de oferta de especialidades do ponto de vista médico de muita qualidade, e isso sim obriga-me a procurar respostas noutras locais, nomeadamente noutras redes de oferta na área da saúde fora da nossa região, fora do distrito de Portalegre. E, portanto, a população idosa é, neste particular, um grupo etário muito sensível a essas questões [...]. A população idosa tem uma opinião muito negativa relativamente aos serviços de saúde, porque, justamente, percebe que precisa desses serviços, mas também sabe que aquilo que lhe pode ser proporcionado é manifestamente insuficiente e discutível no ponto de vista da qualidade. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

As IPSS não têm serviços de saúde, não têm médicos efetivos, muitas delas não têm sequer enfermeiros. Em muitos sítios, deviam estar só dois utentes por quarto e estão quatro. Esta situação é a mais grave que temos no distrito por esta razão concreta: o Estado português não pode olhar da mesma maneira para aquilo que é desigual. Portanto, ou encontra formas de pagar pelos serviços que as IPSS dão e que elas possam dar com qualidade, ou vamos ter sempre este problema que é: por um lado, não há onde deixar os idosos — muitos deles já não têm família ou as famílias estão a 300 quilómetros de distância; e se não houver essa compensação diferente, eles vão continuar a estar nesta exposição às dificuldades, e em alguns casos concretos até a esta

exposição à morte, sem que se possa fazer de fora qualquer intervenção [...]. Toda a ajuda é baseada no voluntariado, na solidariedade das instituições de solidariedade social. [...] No caso das pessoas com deficiência, a resposta é dada pela CERCI, que é uma cooperativa de familiares de pessoas com deficiência, que sofre das mesmas dificuldades — ou até mais — do que os idosos. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Desde logo é importante melhorar alguns aspetos, como os cuidados de saúde: é fundamental para o desenvolvimento desta atividade dar uma garantia de qualidade de assistência, de eficácia, de rapidez, e o panorama a nível nacional desta área do sistema nacional de saúde não é muito animador, como se sabe. [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

Outro desafio, comum aos territórios periféricos e de desenvolvimento intermédio, como é o caso de Portalegre, relaciona-se com a dificuldade estrutural em atrair médicos que se queiram fixar na região. Tal como na experiência retratada pelos municípios de Portimão, também em Portalegre uma das lacunas mais apontadas é precisamente a escassez de recursos humanos (médicos) nos hospitais. Observa-se que a existência de infraestruturas de saúde, por si só, não é suficiente para uma resposta adequada às necessidades da população. É preciso que essas infraestruturas sejam articuladas com outras respostas, como uma rede de especialidades médicas e uma oferta de serviços com

as competências técnicas e científicas que se espera encontrar num hospital distrital.

Aqui em Portalegre, apesar de termos o hospital distrital, temos dificuldade em encontrar médicos e pessoal qualificado e com frequência há a indicação de que os concursos ficam vazios, os médicos não se candidatam. [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

Não têm sido criadas dinâmicas que convençam os jovens médicos a vir para a província; nem sequer convencem os de cá, aqueles daqui oriundos, que cá fiquem. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Nós aqui temos alguns concelhos onde é especialmente difícil colocar médicos. Mesmo que nós lhe demos incentivos de fixação no interior. [Diretor executivo da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E., professor no Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

Oeiras, um município integrado na Área Metropolitana de Lisboa, caracterizado pela forte concentração de riqueza, de inovação e de capacidade científica e tecnológica, destaca-se também nas respostas de saúde, de serviços públicos e privados, que tem para oferecer aos cidadãos. Estas últimas caracterizam-se por uma rede de equipamentos diversificados e pela capacidade instalada em termos de especialidades médicas. Para os segmentos de população com recursos diferenciados, salienta-se ainda a existência no município de respostas ao nível

dos cuidados de saúde direcionadas precisamente para pessoas com problemas de mobilidade («médico em casa»); de forma mais abrangente, a toda população idosa que vive sozinha ou com outros idosos, a autarquia disponibiliza, em articulação com a Misericórdia, dispositivos tecnológicos instalados nos domicílios para eventuais situações de emergência.

Este tipo de investimento numa rede de equipamentos diversificada, numa rede de equipamentos não só sociais de apoio à população, mas também questões sociais, como o emprego, as questões de saúde mais específicas, tudo isto faz parte daquilo que nós cidadãos precisamos [...] centros de saúde, redes de suporte de farmácias, enfim, tudo isso está sustentado no concelho e, portanto, também contribui para a pergunta inicial que me fez, para a primeira pergunta da qualidade de vida. [...] Associada também a esta medida temos uma medida que é um «médico em casa», que possibilita que em alguma situação que aconteça durante o período em que os setores de saúde não estejam a funcionar — que é das 20 horas às 8 horas da manhã —, se eventualmente algum idoso tenha aqui alguma questão, se sinta mal, possa através de um contacto telefónico fazer este contacto com o call center, que nós temos este serviço externalizado, e na eventualidade da triagem que é feita, é possível também uma deslocação ao domicílio, pronto. [...] Recentemente o município cedeu carros para os centros de saúde, deu carros para a polícia de segurança pública construiu centros de saúde — alguns foram construídos — com o apoio municipal, alguns centros de saúde! [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

O hospital grande público é em Algés [Hospital São Francisco Xavier]. [...] é um hospital muito bom, foi onde nasceu a minha filha Matilde. É um hospital muito bom [...]. Tem sido bastante remodelado, as infraestruturas, o pessoal, portanto, só tenho a dizer bem. [Raquel, ensino superior, Assistente Social, grupo focal de Oeiras]

Por último, no que diz respeito ao município de Mação, um município caracterizado por dinâmicas muito significativas de envelhecimento populacional, a dimensão da saúde, apesar de não emergir com frequência nos discursos dos entrevistados, é claramente equacionada como um dos maiores desafios do território. Em termos de infraestruturas de saúde, a vila de Mação está relativamente bem servida, contando com duas farmácias e um centro de saúde, havendo mais duas farmácias a funcionar no concelho, uma na freguesia de Cardigos, outra na freguesia de Envendos. Para além destas estruturas, o território integra unidades de extensão de serviços de saúde que cobrem diversas freguesias e asseguram respostas para os cuidados de saúde primários. A maior dificuldade refere-se, assim, às condições de acesso a consultas de especialidade, para as quais os populares têm de se deslocar ao Hospital de Abrantes (cidade que corresponde ao centro urbano mais próximo, a cerca de 15 minutos de carro da Vila de Mação), um dos dois hospitais que compõem o Centro Hospitalar do Médio Tejo. Os testemunhos enfatizam a existência de respostas sociais abrangentes, pensadas para uma população idosa e muito idosa, dispersa e frequentemente isolada (por exemplo, o serviço ao domicílio cobre todos os lugares e constitui, especialmente no caso dos idosos isolados, um apoio de primeira linha).

Não acredito minimamente naquela questão de é muito bonito viver no campo. Não há hospitais dignos desse nome, não há uma série de recursos básicos [...] quando há situações mais complicadas, toda a região está desprovida, e penso que o setor da saúde é certamente o mais grave de todos. Reconhecendo que, do ponto de vista da saúde, para situações graves é terrível Mas Mação nesse aspeto não é pior do que outros concelhos do Médio Tejo. E em termos sociais, por exemplo, de apoio social, Mação bate aos pontos a maior parte dos municípios da região. Portanto, o cuidado que se tem para apoiar um idoso lá no meio do monte, que vive sozinho Eu não vejo isso acontecer na maior parte dos sítios. E Mação tem esse investimento, tem essa preocupação. [Presidente do Instituto Terra e Memória de Mação, professor do Instituto Politécnico de Tomar, licenciado em Arqueologia]

Eu só vejo uma falta em Mação e em todos os concelhos da região, que é na assistência médica. Pronto, aí a gente sabe que aí não pode contar. [João, 9.º ano, reformado, grupo focal de Mação]

Habitação

Tal como a saúde, a dimensão «habitação» emerge também de uma forma algo frequente quando se questionam os entrevistados acerca do bem-estar e da qualidade de vida nos territórios. As suas preocupações envolvem diferentes categorias como o «preço da habitação», a «oferta de habitação», «condições de habitabilidade», a «urbanização» e a «habitação social».

Uma das temáticas abordadas no que concerne às dinâmicas da habitação nos municípios prende-se com o «preço da habitação».

Municípios como a Póvoa de Lanhoso e Mação destacam-se pelos preços relativamente mais acessíveis das casas, mas mesmo nas cidades intermédias, como Portalegre e Portimão, esta é uma temática assinalada, especialmente no contexto das dinâmicas desenvolvidas nos grupos focais, onde se enfatiza as vantagens de viver em , comparando com os preços da habitação em Lisboa ou no Porto, cidades onde ficariam limitados a residir em zonas periféricas, com todos os «custos» de tempo associados e consequente diminuição da qualidade de vida.

As casas também, agora as pessoas já começaram a ter essa perceção, já há muita gente que vai para Braga [trabalhar] e depois já vive na Póvoa de Lanhoso, porque efetivamente são mais baratas. E isso tudo tem uma qualidade de vida acrescida. [...] Um apartamento aqui ou uma casa aqui custa muito menos que uma casa em Lisboa, no Porto ou nas grandes cidades. E isso, automaticamente, se as pessoas tiverem menos despesas, aumenta a sua qualidade de vida. [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

Se eu morasse numa cidade grande... primeiro, não conseguia morar, porque não tinha capacidade para comprar um apartamento no Porto ou em Lisboa, teria que morar nos arredores. [Raquel, ensino secundário, trabalha no setor bancário, grupo focal de Portimão]

[...] Nós falámos muito aqui sobre pessoas e questões associadas ao emprego e, por exemplo, nós não falámos no estar a viver com uma família como a minha, que somos seis, em Lisboa e pagar uma renda... Mesmo pensando que eu sou assistente social, não é? [...] Se calhar a minha avaliação [em termos de satisfação geral com a vida] para

viver em Lisboa seria um 2, porque eu teria que ir para os arredores, porque as casas seriam mais baratas e levava muito tempo no transporte, não é? Do local de casa até ao local de trabalho, eu iria gastar muito dinheiro em gasolina, isso seria o caos numa família de seis entãõ, eu aqui só posso dar um 8 ou um 9 na minha vida, ou um 10 quase, não é? [Rute, ensino superior, assistente social, grupo focal de Portalegre]

Particularmente no que diz respeito ao município de Mação, um território muito marcado pela desertificação territorial, as políticas municipais da habitação — em especial, no passado, as de construção de habitação a custos acessíveis e, mais recentemente, as políticas fiscais de redução de impostos (redução do IMI), com taxas cobradas aos munícipes que chegam a ser inferiores aos valores mínimos nacionais — visam ainda uma estratégia de atração e de fixação de pessoas.

Posso-lhe contar a experiência que nós tivemos há 20 anos. Mação tinha um custo de habitação muito alto. Era tão caro comprar uma casa em Mação como em qualquer cidade do País. E na altura, em articulação com o Instituto Nacional de Habitação, construíram-se [...] e dando a Câmara Municipal os terrenos, habitações a custos controlados. E puseram-se umas dezenas de casas no mercado. E a partir daí o mercado moralizou. Ou seja, posso-lhe dizer que em muitas casas elas baixaram 50%. E foi possível mexer no mercado de uma forma artificial. Pondo umas dezenas penso que foram 40 casas no mercado a preços controlados, e estamos a falar de preços controlados na ordem dos 40 mil euros, de 45 mil euros, 50 mil euros o que trouxe a referência das casas para aí e casas com alguma qualidade. [Diretor

do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

O preço da terra está barato e o preço das casas também, conseguem-se comprar boas casas com pouco investimento, comparado com aquilo que nas grandes cidades está a acontecer. [...] Para além disso há uma preocupação quer com os níveis de impostos municipais em que são diminuídos ao máximo. [...] até aqui tínhamos a taxa mais baixa do país em termos de impostos municipais, do IMI. Porque, apesar de haver um mínimo nacional, Mação aplicava abaixo do mínimo... [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Em municípios como Oeiras, marcados pela grande densidade populacional e pelas melhores condições monetárias das populações, os preços das habitações tendem a ser bastante mais avultados. Estes são justificados pela qualidade do padrão de vida proporcionado aos residentes no concelho.

Oeiras é um dos concelhos que tem a habitação mais cara, por isso mesmo, para oferecer uma boa qualidade de vida aos munícipes. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

[Oeiras] tem o desafio de uma cidade, de uma região urbana moderna, que é ser cada vez mais ecológica, ser cada vez mais focada na qualidade de vida, e a qualidade de vida tem a ver exatamente com a forma como as pessoas ocupam o seu tempo nos seus projetos e trajetos quotidianos

[...]. [Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

No que diz respeito às perceções dos entrevistados acerca das dinâmicas da habitação nos territórios, outra categoria que emerge nos seus discursos prende-se com a oferta da habitação. Em alguns municípios aponta-se a reduzida oferta de habitação, salientando-se as dificuldades em encontrar casas onde morar (seja para comprar ou arrendar), fenómeno comum aos territórios de elevada densidade populacional (como a vila da Póvoa de Lanhoso ou Oeiras). Em relação a Oeiras, é de destacar o papel do município na criação de habitação jovem (ainda que municipal), uma aposta que está muito presente nos discursos dos entrevistados. Este é um dos vetores regularmente salientados no que concerne às políticas de oferta de habitação no município.

Hoje quem quiser um apartamento não tem na Póvoa de Lanhoso, mas isso começa a assistir-se em muito lado e estamos a pagar agora a crise do subprime. [...] Hoje na Póvoa de Lanhoso para se alojar num apartamento é muito difícil, para comprá-lo igualmente, e isso limita efetivamente o próprio crescimento da parte urbana. [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Se calhar ao nível de habitação disponível é que não temos tanta. O nosso mercado habitacional está esgotado o de arrendamento está esgotado, e isso seria um senão [para as famílias]. [Técnica superior no Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de

Oportunidades, SIGO, da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, socióloga]

Reforçando, há aqui, efetivamente, um grande investimento do município na construção, na construção para os jovens — que realmente é uma faixa etária que muitas vezes é esquecida em termos de habitação municipal —, mas a habitação é absolutamente essencial na estruturação de qualquer indivíduo ou qualquer família. [Técnico superior no Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Serviço Social]

A habitação é também um fator preponderante ao nível da qualidade de vida e o município está a investir nestes três patamares, a melhoria de infraestruturas [especialmente nos bairros periféricos], a habitação jovem e [...] no que penso que é uma resposta muitíssimo importante, porque efetivamente há muitos professores que estão deslocados e que têm necessidade de vir viver para Oeiras, e muitas vezes com horários incompletos, auferindo salários muito pequenos. Acontecia, frequentemente, os professores não aceitarem vir porque iam ganhar tão pouco que não lhes permitia sequer autossustentarem-se, e, portanto, o município já tem em funcionamento desde o ano passado habitação para professores. [Técnico superior no Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Serviço Social]

Em Portalegre e Mação, as dinâmicas são quase inversas. Nestes municípios, demarcados pelo declínio demográfico e pelo envelhecimento, não se colocam as carências relativas à oferta habitacional. Em Portalegre, a maior disponibilidade de casas para arrendamento corresponde a um quadro ainda recente; já no

município de Mação, os entrevistados chegam a apontar a existência de um número de casas superior ao número de habitantes no concelho. Este fenómeno traz outras consequências, como a degradação de edifícios que estão ao abandono.

Quando eu vim para cá, eu passei por essa dificuldade, não havia residência suficiente para responder à procura, a que havia era manifestamente deficitária e, por outro lado, apesar de o crédito ser na altura mais estimulado do que é hoje, não havia áreas de construção, não havia habitação nova. O meu bairro, onde eu estou, foi dos primeiros a aparecer naquela altura [...]. Hoje não é um problema, a habitação hoje não é um problema [...] porque [desde logo, no centro histórico] há muitas casas desabitadas que poderiam ser recuperadas e colocadas ao serviço da própria população e acessíveis financeiramente face à sua aquisição ou ao seu arrendamento. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

em termos de carência habitacional. Ainda hoje estivemos a ver: foram identificados num território de 7000 pessoas, foram identificados 26 casos de famílias que precisam de um apoio nas condições de habitação que têm. É uma coisa muito residual, não é? É um dado de hoje. [...] Eu costumo dizer que um dos maiores problemas de Mação é que as nossas aldeias são pequenas demais para ter futuro, e são grandes demais para abandonar. Se nós temos quatro ou cinco casas, fecha-se a porta, aquilo desaparece... «Eh pá! Está ali, é uma coisa que desapareceu» Agora, quando se tem uma coisa como o Penhascoso, que tem casas para mil pessoas então e agora fechamos um sítio que tem casas para mil pessoas? Que tem 300 casas excelentes?! É impensável! [Presidente

da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Portanto, em Mação o problema da habitação não se coloca. Nós devemos ter, se calhar, para cada necessidade, três casas disponíveis. Ou seja, nós temos o triplo em termos de casas, o triplo das nossas necessidades. Como lhe disse, já vivemos cá três vezes mais e tínhamos todos casa... [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

É também nestes municípios que emergem as categorias respeitantes às condições de habitabilidade. Nos discursos dos entrevistados surgem testemunhos que apontam para a existência de habitações (casas e alojamentos) de pouca qualidade, antigas ou sem condições de saneamento. Estes fenómenos resultam da pobreza e das tendências de desertificação dos territórios e do consequente abandono das casas.

Aqui em Portalegre há pessoas que vivem em casas com muito poucas condições de habitabilidade — casas velhas, que não tem saneamento básico. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Há aqui casas que são uma lástima, até dos próprios utentes, não é? e em que a família não quer fazer obras, porque a casa já é deste irmão e os outros não querem investir há sempre assim umas quezílias. Mas sim, há muita habitação, a nível então de Mação, vila de Mação, que só temos as estruturas, porque aquilo lá por dentro está tudo um caos. E aqui na aldeia também acontece há muitas casas desabitadas.

[Diretora de uma organização do terceiro setor de apoio a idosos em Mação, licenciada em Serviço Social]

No município de Portimão há algumas particularidades, quase controversas, no que toca à oferta habitacional e às dinâmicas de urbanização no concelho. Por um lado, os residentes da freguesia central de Portimão queixam-se da construção excessiva a que se tem vindo a assistir nos últimos anos, muito direcionada para o turismo e para o alojamento local, com preços que não são acessíveis para os residentes nacionais; e apontam para a necessidade de estratégias de urbanização que permitam um maior equilíbrio entre a utilização do espaço para a construção e a criação de zonas verdes ou de lazer, por exemplo. Por outro lado, para os habitantes da freguesia periférica de Mexilhoeira Grande, freguesia rural que ocupa a grande maioria do espaço territorial do município, o desafio é precisamente a impossibilidade de construção de mais casas na área de reserva agrícola, dificultando a fixação dos jovens.

Nós, aqui, no Algarve a construção não dá sinais de abrandar, continua-se a construir. Nada ficou suspenso [mesmo durante o período da pandemia de COVID-19, quando encerrou a generalidade das atividades de comércio e turismo]. O que preocupa é que esta construção, se calhar, vai ser toda ocupada por pessoal do estrangeiro, que já vêm muitos e cada vez virão mais. Alguns dos países nórdicos e muitos franceses, pela segurança, pela gastronomia, pelo clima. Nós temos cada vez menos poder de compra para conseguir acompanhar este nível. [Isac, ensino secundário, técnico de manutenção, grupo focal de Portimão]

Aqui, em Portimão, fazem muita falta infraestruturas para as crianças brincarem. Não há parques. [...] Nós vamos ali para Lagoa e eu já perdi a conta ao número de parques que há. Lagoa é pequeníssimo comparado com Portimão. Eu já contei, sei lá, num espaço de 15 a 20 quilómetros, três parques para as crianças brincarem, três parques! Eu não conheço aqui em Portimão três parques. Nós não temos oferta. Nós aqui, se decidirmos sair ao fim de semana com as crianças, ir para um parque, não há. Arrastamos as crianças para o centro comercial ou para a praia. Mas a praia também não é o melhor sítio, às vezes no inverno também está frio, está desagradável. [Raquel, ensino secundário, trabalha no setor bancário, grupo focal de Portimão]

A questão do equilíbrio possível em termos da cidade, propriamente dita, ou de um pensamento diferente no que diz respeito à urbanização. Aliás, foi com pena que vi estarem a pensar na zona da marina de Portimão construir mais não sei quantos fogos. Tanto quanto sei, não foi este executivo que o aprovou, mas está aprovado, e, portanto, eventualmente será construído. Que criará também uma pressão enorme aqui, a todos os outros níveis. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

também aqui há uma questão que não é fácil de resolver, porque não chega a haver dinheiro, por exemplo, para construir e para construir casas para viver [residências permanentes], porque construir para os apartamentos [turismo], a gente já tem até demais. [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

O que eu gostava de ter aqui era que, principalmente esta juventude nova, quando decide criar a família, casar e ter filhos, deveria ter

a possibilidade de poder... a maioria tem terrenos que podiam ser construídos [...] às vezes é impossível porque isto às vezes está debaixo de uma reserva agrícola... e não deixam aqui construir mais. [...] Com certeza que apostava aqui na habitação. Temos aqui as escolas e há dificuldade até em professores arranjam aqui casa e procuram bastante, e os jovens que querem criar a vida deles querem continuar aqui na nossa freguesia. A minha freguesia é muito limitada nesse aspeto [...] não há construção para as pessoas poderem ficar. Está muito limitada. [Presidente da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

Já no município da Póvoa de Lanhoso, elogia-se a estratégia de construção e de urbanização que tem sido adotada, que se caracteriza pela existência de casas/vivendas geminadas de pouca altura e onde não se observa a existência de grandes prédios muito condensados. Estas vantagens convertem-se em paisagens mais agradáveis para as populações.

Por causa de um problema que surgiu da não-construção de apartamentos em altura, porque não havia capacidade de construção, portanto, as empresas foram-se mobilizando, mas há capacidade de poderem fazer ali uma vivenda unipessoal, depois mais uma, depois mais outra, ou uma geminada, e, portanto, até acaba por ter um efeito positivo no ordenamento urbanístico e territorial e beneficiar, naturalmente, de um modelo de habitação que para mim é positivo. [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Por último, ainda no que diz respeito à dimensão da habitação nos territórios, uma categoria muito emergente prende-se com as políticas e as dinâmicas de habitação municipal. Estas temáticas afirmam-se sobretudo nos municípios de Portimão e de Oeiras.

Em relação a Portimão, os entrevistados testemunham a existência de bairros sociais que concentram populações mais vulneráveis. Nestes bairros são alojadas as populações migrantes. Apesar de não se verificarem problemas ao nível do saneamento básico nos alojamentos, relatam-se algumas situações de violência e de crime. Todas estas situações afetam significativamente as vivências das populações nestes bairros, sujeitas e expostas a piores condições de vida e de habitação. Apesar de tudo, estes bairros municipais tendem a localizar-se dentro do perímetro urbano, ainda que na periferia da cidade, o que resulta numa segregação territorial visível. As populações que *residem* nesses bairros são também segregadas quanto à educação a que têm direito; todos os alunos acabam por ser concentrados nas mesmas escolas, confrontando-se com estereótipos e preconceitos significativos. Apesar de tudo, reconhece-se o papel da autarquia na construção de habitações para as populações mais vulneráveis.

Estamos a falar de bairros que são dentro do perímetro urbano, portanto, em termos de saneamento não é problema, não são edifícios novos, mas são bairros, digamos, dentro do perímetro urbano... [Coordenador municipal de Proteção Civil, comandante da Associação de Bombeiros Voluntários de Portimão, licenciado em Gestão do Ambiente]

As pessoas, mesmo não sendo população cigana, há aquela questão, sempre aquele estereótipo de bairro social e de haver sempre aquela

tendência porque também... os terrenos mais baratos são na periferia, a gente sabe disso, e os bairros sociais têm tendência a ser na periferia. Nós já temos aqui casos de casas que foram atribuídas a essa população e as casas estão praticamente destruídas, porque a população não aceita, vai viver para lá, mas depois digamos que põe a casa um bocadinho ao seu jeito, e o seu jeito é muitas vezes não terem portas nas casas, é terem elevadores que não funcionam e, portanto, também não é fácil. Não sei se é possível, mas se a autarquia fizesse alguma intervenção a esse nível, chegar a algum acordo e poder adquirir essas casas, recuperá-las e alojar as famílias, assim ficariam um bocadinho mais dispersas pela cidade, não havia aquela questão do bairro social, de serem os alunos que nós recebemos na escola como sendo os alunos que vêm do bairro social [...]. [Diretora do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

No município de Oeiras surgem também contrastes no que respeita às condições de vida dos cidadãos que vivem segregados em bairros municipais. Estes contrastes são muito visíveis nos discursos de alguns entrevistados. Numa visão política e institucional, os entrevistados reconhecem o esforço do município, considerado como pioneiro na estratégia da habitação municipal na região de Lisboa, quer na implementação de diferentes projetos sociais, culturais e educativos, que visam a melhoria das condições sociais destas populações, quer na construção de uma grande densidade de alojamentos para populações mais carenciadas.

fomos pioneiros na habitação municipal, criámos os bairros municipais integrados na malha urbana, respeitando o contínuo urbano com grande

proximidade, mas há aqui novos e importantes desafios a este nível. [...] o município de Oeiras tem neste momento em planeamento a construção de novos empreendimentos municipais para famílias da franja populacional bastante carenciada, mas também para famílias da classe média. Portanto, estamos a construir habitação para aquelas famílias que outrora estariam economicamente confortáveis, mas neste momento não conseguem pagar rendas ao nível das que o município de Oeiras tem, de mil e tal euros. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

Apesar de tudo, para quem está no terreno, estes bairros sociais continuam a defrontar-se com problemáticas sociais de grande desafio, relacionadas com as condições de habitabilidade, sobrelotação, segurança, segregação escolar, dificuldades de acesso a transportes públicos, entre outras, com implicações na mobilidade quotidiana e no usufruto de instalações e de serviços existentes no concelho. Estas situações ganham particularidades acrescidas no Bairro dos Navegadores, um bairro social muito isolado da malha urbana da cidade. Nos discursos de entrevistados, é notória a importância que assume a localização do próprio bairro social, construído na periferia, numa envolvente que favorece a sua segregação geográfica e social. Neste bairro estão populações compostas sobretudo por minorias étnicas e migrantes que se confrontam, assim, com dificuldades acrescidas seja em termos de acesso a serviços e infraestruturas básicas, seja nas condições de vida a que estão sujeitas.

Entretanto, houve a instalação de bairros de realojamento. Houve o Bairro dos Navegadores, que foi o mais «berrante», e o Bairro do Moinho das Rolas. O Moinho das Rolas está ali diluído, digamos

assim, no meio do Lagoas Park, convive muito bem com o Lagoas Park, portanto, em termos urbanísticos, não há assim grande choque. O Bairro dos Navegadores não, o Bairro dos Navegadores foi construído, mesmo geograficamente, num sítio que permite perceber quase a instalação de um gueto. Quase não, é um gueto! o Bairro dos Navegadores tem uma entrada... agora por acaso já tem uns acessos laterais que começaram a fazer, mas no início o bairro era mesmo totalmente, ao nível da topografia do terreno, todo a descer, todo a descer, entrava-se por um lado e saía-se por outro, e lá em baixo, no FUNDO DO BAIRRO, sem hipótese de saída, está a Escola Básica de 1.º Ciclo e Pré-Escolar; do outro lado da vedação da escola há uma ribeira. Eu estou a dizer gueto porque está separado do resto das moradias, das vivendas, do resto da população. Agora vai começar a desaparecer um bocadinho porque há um empreendimento relativamente próximo, e próximo da estrada, que vai permitir ali diluir. Mas o bairro é o bairro. Portanto, entra-se do bairro e sai-se do bairro. [...] Este bairro [Bairro dos Navegadores] acolhe fundamentalmente famílias de origem cabo-verdiana e outras... como de etnia cigana, como de algumas famílias brancas mais desfavorecidas. No fundo foi o bairro da Cruz-Quebrada, como é que ele se chamava, quando foi desmantelado, e foram instalados ali, e no fundo estão muito sozinhos uns com os outros. Portanto, a escola vive desse tipo de população, nessa escola não há realmente uma grande mistura de meninos. [Diretora do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, escola TEIP, Oeiras, licenciada em Línguas e Literaturas]

esse próprio isolamento também se presta depois a uma série de outras coisas, as pessoas ainda se sentem mais desprotegidas, porque não há uma esquadra da polícia no bairro, não é? Portanto, as pessoas

sentem-se um bocadinho sozinhas ali à mercê do que possa acontecer. [Coordenadora da Rede de Cidades Interculturais, Oeiras, mestre em Psicologia]

Para além de que há de haver algumas casas com menos condições de habitabilidade. Porque a autarquia dá as casas ou atribuiu as casas a um preço simbólico, mas a verdade é que, se a casa era para quatro, se calhar estão lá oito ou dez, e há uma grande limitação, portanto, também aí eles têm que ser responsáveis. [Diretora do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, escola TEIP, Oeiras, licenciada em Línguas e Literaturas]

Há muito a fazer, obviamente, até porque houve uma grande evolução em termos da tipologia das famílias que vivem em habitação municipal, face àquelas que foram pré-alojadas nas primeiras fases, mas a verdade é que as pessoas estão satisfeitas, percebe-se que as suas necessidades estão satisfeitas [...]. [Técnico superior no Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Serviço Social]

Participação cívica

A participação cívica, na sua forma mais institucional e organizada, é talvez uma das dimensões de maior desafio no contexto atual, de suspensão geral de atividades coletivas em copresença. Nesta fase são ainda incertos os efeitos do retraimento dessas interações, com grande significado cultural, na continuidade de algumas das coletividades — formalmente organizadas como cooperativas ou associações IPSS — que funcionam (ou funcionavam), sobretudo,

nos bairros e nas pequenas comunidades como núcleos de convívio e de dinamização de diferentes formas de laços de solidariedade, alimentando a coesão social e o sentido de pertença a um coletivo e, portanto, contribuindo dessa forma para o sentimento de bem-estar geral e individual. Nas aldeias de norte a sul do país, as festas de verão, as procissões nos dias de festividade religiosa e, de forma mais lata, a própria participação nas atividades da igreja, os almoços de celebração de datas ou eventos significativos, as atividades promovidas por grupos recreativos como os passeios pedonais ou as viagens de recreio, os eventos desportivos são alguns exemplos do que não aconteceu no «novo normal» de 2020. Pode-se enunciar que, restabelecido o controlo da situação pandémica, iremos rebobinar e tudo volta a 18 de março de 2020 — data em que se publicou em Diário da República o decreto presidencial 14-A/2020, que determinou o primeiro Estado de Emergência. Mas, como evidenciam alguns testemunhos, pelo caminho muitas estruturas cujo financiamento dependia, precisamente, das atividades entretanto suspensas não resistiram e encerraram portas. Só no fim saberemos quantas dessas organizações não vão, de facto, reabrir.

[As associações, a Igreja] são independentes, só nos solicitam alguma situação é quando existe as festas, aí sim nós colaboramos [...]. Todas elas têm várias atividades: uma tem o festival do berbigão, o festival do rancho, a outra, os saraus, tem as canastras antigas, os trabalhos em cortiça, os doces, os licores, que são produzidos e feitos pelas pessoas, é a mostra de artes e sabores da nossa terra, depois há as festas da paróquia e havia também o nosso aniversário de elevação a vila, que era sempre organizado por nós, tínhamos sempre uma festa nesse dia, e este ano também não o fizemos, este ano não houve nada [Presidente

da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

Qualquer uma das duas associações maiores tem bastante atividade aqui e é muito importante, e daí o nosso apoio a essas coletividades para que elas consigam sobreviver a esta altura [de suspensão da atividade como medida de contenção da pandemia de COVID-19]. Porque, digamos, o que é que elas têm? Têm o bar que as ajuda a dar algum desafogo, mas depois o resto ainda falta e, nesta altura, ninguém vai às coletivas fazer despesa como faziam antes, toda a gente se retrai e nem elas estão a funcionar como funcionavam de noite. [Presidente da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

A cidade sempre teve um grande movimento associativo, quer de base cultural, quer até de base desportiva, sempre teve uma tradição muito grande de manter, por exemplo, grupos corais, ranchos folclóricos, grupos de cantares, isso existiu sempre na cidade, e foi tudo criado com base naquela necessidade de as pessoas, de os operários das indústrias, se aglomerarem nas suas próprias associações. Foram eles que foram criando isso. E de repente isso foi-se perdendo. Mas não é de agora, deste período de COVID, já vem de trás. [Diretor executivo da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.; professor no Instituto Politécnico de Portalegre; doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

Os mais ativos estão integrados nos grupos culturais e nas sociedades recreativas e têm um grau de descontentamento enorme, nomeadamente em relação à autarquia, porque não têm um único apoio. Não se

sentem acarinhados pela autarquia. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Em municípios como Póvoa de Lanhoso, Portimão, Portalegre e Mação, algumas das associações — promovidas pelas populações em cooperação com as estruturas de poder municipal — funcionam também como primeiro braço armado na mitigação da pobreza e das desigualdades, detendo, pois, uma grande relevância social e económica nos territórios, não obstante a insuficiência crónica de meios, desde logo financeiros, para assegurar a componente profissional das atividades que desenvolvem. Neste sentido, a cooperação interinstitucional — incluindo o envolvimento de escolas como mecanismo de formação para a cidadania — é também enunciada como fórmula estratégica de reforço de capacidades.

toda a ajuda [prestada a pessoas com problemas de mobilidade ou outras questões de saúde] é baseada no voluntariado, na solidariedade das instituições de solidariedade social. [...] É certo que recebem apoios do Estado mas o problema destas instituições que prestam apoios numa região como a nossa [com forte incidência de pobreza] é que são olhadas como aquelas que estão em Lisboa ou Viana do Castelo ou Braga, e aqui a situação é diferente, ou seja, o pagamento de cada utente a estas instituições é igual. Depois é compensado com a parte das pensões e das reformas dos utentes, ou das famílias. Ora os utentes aqui, as reformas são 300 euros, quando muito, ou 200 euros. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Houve aqui uma perspetiva por parte da câmara, já há muitos anos, de tentar apoiar o aparecimento em todas as freguesias de estruturas

de apoio às populações [...] numa primeira fase foram criados centros de dia e depois foram-se transformando em lares. E na realidade, temos dez centros de dia, dez lares de idosos e que hoje são centros de dia. São essencialmente autofundações promovidas e geridas por parte da sociedade civil. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Mas tenho noção que a própria Santa Casa da Misericórdia fornece olhe que não anda muito longe das 200 refeições por dia a pessoas ditas carenciadas. Aqui qualquer instituição, qualquer lar, qualquer centro de dia — até a própria Santa Casa! — fornece refeições a quem estiver sinalizado [Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

Na Póvoa de Lanhoso, felizmente, há esse ambiente de bom relacionamento interinstitucional, o próprio relacionamento institucional é importantíssimo, porque gera uma confiança e gera um ambiente favorável a que as pessoas tenham confiança, tenham segurança, e sintam que estão no sítio certo à hora certa e, portanto, sentem-se bem. [...] Neste momento estamos um pouco parados, mas já estivemos envolvidos em algumas atividades, juntamente com o município, desse trabalho entre gerações [...]. Havia um dia por semana em que estudantes [do curso profissional na área de saúde] iam fazer atividades a várias IPSS do concelho que trabalham com os idosos... [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

o município fez uma parceria, um protocolo de colaboração há três anos com uma associação que se chama Served City, que pretende trazer voluntários aos territórios, especificamente para desenvolver atividades programadas junto de idosos residentes em habitação municipal no Bairro dos Navegadores e na habitação municipal da área de Carnaxide. [...] Ainda relativamente às questões de isolamento, temos obviamente alguns projetos em promoção direta com os equipamentos sociais, nomeadamente um projeto que se chama o Padrinho, em que estudantes voluntários estão em casa dos idosos a fazer-lhes companhia e estes acabam por ser os padrinhos fictícios daqueles jovens, este projeto está a ser dinamizado pela câmara em parceria com uma entidade social, e também visa combater as questões do isolamento social dos idosos. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

A cooperação interinstitucional fundada no trabalho colaborativo, tendo como primado a realização de objetivos comuns em benefício dos territórios e das populações, e sendo reconhecida unanimemente como essencial na generalidade das regiões, constitui ainda um desafio: seja no setor social, seja nas orientações de estratégia económica que visam ganhar escala, seja ainda no plano do jogo político e do exercício do poder.

Onde eu acho ainda que é um problema por resolver é uma determinada cultura política local que ainda não aprendeu, e aqui não é só ao nível da política autárquica, é também das instituições como a minha, ainda não aprenderam que é preferível trabalhar mais e melhor em rede do que digladiando-se para ver quem é que consegue ter mais financiamentos e quem é que consegue ter a liderança de determinados projetos. [...]

e acho que ainda há um trabalho a melhorar, ou seja, no fundo colocar a responsabilidade de uma forma mais partilhada, sem preconceitos ideológicos [...] envolvendo empresas e organizações do terceiro setor, por um lado, instituições de ensino superior, por outro, e autarquias. Esses projetos deviam ser reforçados, deviam ser dotados de invólucros financeiros mais confortáveis e mais robustos e deveria ser essa a tônica a prevalecer [...]. Portanto o investimento em rede e o investimento especializado em determinados territórios e aí há ainda muito trabalho a fazer. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Talvez tentasse mudar um bocadinho a dinâmica dos serviços na questão de serem agentes participativos. Porque nota-se aqui, hoje em dia, é assim: se há um problema, todos sabem do problema, mas há sempre uns que querem agarrar o problema em primeiro lugar, mas se calhar não são os mais adequados para ficarem com aquele problema é preciso haver aqui uma rede social mais homogénea e no fundo mais colaborativa. É nesse caso que não está a funcionar muito bem... [Diretora de uma organização do terceiro setor de apoio a idosos em Mação, licenciada em Serviço Social]

Não é fácil para os industriais desse setor [presunto e enchidos] trabalharem todos juntos. Eu estive envolvido diretamente com eles [na altura enquanto vereador], ajudei-os a fundar uma associação, de produtores de carne do concelho de Mação na nossa feira-mostra, que é um certame anual para mostrar as atividades económicas do concelho. Eles apareciam, numa primeira fase, cada um com o seu stand, e estamos a falar em mais de uma dezena de produtores... e eu um dia obriguei-os a estar todos juntos no mesmo stand. Não foi

fácil. Garanto-lhe que não foi fácil fazê-los ver que, se se juntarem e comprarem juntos, compram mais barato, compram melhor, compram com mais qualidade... Mas, 15 anos depois, ainda não estão convencidos, cada um pensa que é o melhor, faz os melhores negócios e trabalha melhor do que os outros. [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Eu presido a uma cooperativa de recolha de leite, que não é em Mação, mas é aqui na vizinha Proença-a-Nova, para onde Mação também entrega e a nossa cooperativa recolhe Olhe, a nossa cooperativa fatura cerca de um milhão de euros! Recolhe um milhão e meio de litros por ano. [...] Isto é um exemplo de como é que se tem que trabalhar aqui [...]. Aqui não há grandes produtores, isto é uma zona minifúndio, ainda por cima com terrenos, enfim, com uma monografia complicada em que só 3% é que são classe A e B e, portanto, não são terrenos muito produtivos. [Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

Durante o período de confinamento — que acompanha precisamente o tempo de trabalho de campo do presente projeto — foi possível observar, e alguns testemunhos dos nossos entrevistados também o enfatizam, comportamentos de solidariedade e entreajuda envolvendo redes de vizinhança: a prestação de pequenos serviços, por exemplo, a aquisição de comida e medicamentos para evitar que os mais velhos ou doentes tivessem de sair de casa; o fabrico caseiro de máscaras comunitárias para vizinhos e outras pessoas das redes de proximidade; a mobilização para angariar computadores de forma que crianças e jovens continuassem a poder acompanhar as aulas, etc. O arrastar da situação, associado ao surgimento de novas variantes

de COVID-19 com um maior potencial de contágio, e a consequente intensificação da crise pandémica, com efeitos arrasadores no aumento do número de mortes e de pessoas a necessitar de cuidados intensivos, parecem contribuir para o cansaço e o desenlace de alguma da efervescência cívica que marcou o primeiro período de confinamento, porventura fomentando os efeitos de alguns testemunhos, dados numa fase anterior, relativos ao medo e à desconfiança do Outro, assim como as situações observadas por diretores de escola relativamente aos comportamentos de apatia dos jovens, manifestada no não-envolvimento e na reação a atividades desenvolvidas em sala de aula, já em contexto presencial.

Quando falei da cultura também não referi, mas estava a pensar, basicamente na sua vertente de cultura de cidadania, digamos assim, porque é isso que, de facto, falta em Portalegre, uma cultura de cidadania. Penso que até um pouco por todo o país, mas aqui é mais visível e é mais notável [Ivo, ensino superior, economista, grupo focal de Portalegre]

Exato! e quando alguém se destaca ou quer fazer mesmo às vezes até com background cultural pequeno, mas tem uma vontade, uma persistência, e vai enfrentando ao longo de anos e anos e mantém aquilo, outros que não têm essa persistência põem logo entraves, não favorecem, não ajudam, discriminam, pronto. É, de facto, uma cidade muito especial a nível de mentalidade, não consigo muito bem perceber porquê, mas que está bloqueada num determinado nível, e as pessoas não têm força nem se unem para vencer isso [Luísa, ensino secundário, assistente escolar, grupo focal de Portalegre]

Em Portalegre as pessoas andam na rua com medo, se veem alguém a aproximar-se no passeio vão para a estrada ou viram para outro lado de forma a evitar o contacto; já ninguém se cumprimenta [...]. A certa altura no café o senhor, o dono do café foi contagiado e ficou doente [no período do 1.º confinamento]. Tanto ele como a família tiveram imensos problemas, havia pessoas que os queriam lixar, como se o coitado que estava a fazer o seu trabalho fosse culpado. [Diretora do Agrupamento de Escolas José Régio, escola TEIP, Portalegre, licenciada]

A perceção que nós tivemos foi que a postura deles presencialmente, quando regressaram, era igual à de quando estavam em casa, que não têm dúvidas, não questionam nada. Foi muito difícil eles regressarem ao que eram, estavam muito mais apáticos. Ou seja, acho que se continuássemos muito tempo nesta modalidade íamos criar uma geração de pessoas muito apáticas e muito paradas. [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

Em municípios como Portimão e Portalegre, no que toca aos movimentos coletivos e à participação política dos cidadãos, evidencia-se que estes, mesmo quando insatisfeitos com as decisões políticas e as orientações que têm vindo a ser adotadas no território, não se constituem enquanto coletividade para reivindicar os seus direitos e aspirações. Em Portimão, o presidente da Junta da Mexilhoeira Grande alerta para a falta de presença e de participação dos cidadãos nas reuniões das assembleias municipais. Em Portalegre, os entrevistados apontam para uma mudança no sentido da reivindicação coletiva dos cidadãos; um concelho

outrora caracterizado pelos movimentos coletivos e reivindicativos da população depara-se agora com uma população resignada, descontente com as políticas municipais de gestão e desenvolvimento do território, mas sem tomar qualquer posição, enquanto coletividade e comunidade, para mudar a situação, assim caracterizada por uma forte apatia na participação local.

Isso é que é um problema [...]. São capazes de, por exemplo, no café criticar que não se faz isto ou não se faz aquilo, mas, por exemplo, vir aqui às vezes ter comigo, não vêm. Às vezes acabamos por saber por outras pessoas... mas no sítio que é para se reclamar, no sítio certo, à assembleia, não vêm ou raramente vêm [...] isso vê-se na câmara [também], aparecem duas ou três pessoas no máximo, quando há um assunto assim grave, aí sim aparecem pessoas. [Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

Portanto, há esse sentimento de crítica permanente a respeito de tudo. Mas atenção ao que eu vou dizer a seguir, que eu acho que é muito importante: essa crítica não é acompanhada de uma atitude de reivindicação pró-ativa. O Portalegrense nato, «Portalegrense lagoia» — um termo da gíria popular para simbolizar o verdadeiro portalegrense: que gosta, que ama a sua terra —, é muito crítico, inveja tudo aquilo o que os outros têm, mas não consegue ser pró-ativo o suficiente para reivindicar a vinda destes serviços e daquilo que eles criticam não haver aqui, mas que há noutros territórios. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Nós só podemos minimizar a falta de peso político e de população, que já temos, na unidade de ação, em que podemos compensar essa falta

de peso político que temos na cidade, no distrito e na região. E esta perspectiva de futuro tem de ser construída por todos os atores da região. Faça-se a discussão e, depois de estar elaborada, que se decida. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Inversamente, em Oeiras emerge, de acordo com os testemunhos dos entrevistados, um sentimento de comunidade e de alguma pertença ao território, que resulta da satisfação sentida graças às políticas de desenvolvimento que têm vindo a ser levadas a cabo no município.

Eu trabalho na câmara há 23 anos, portanto digo isto por experiência, já com muito «pratejo» de câmara e de relação de munícipes. Quando se fala em Oeiras e quem mora em Oeiras e fala de Oeiras, fala disto como um território quase «a minha comunidade», tanto que há pessoas de Oeiras que nunca foram a Lisboa. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

A perceção que eu tenho é que os oeirenses adoram Oeiras e que se reveem nesta matriz de desenvolvimento e de melhoria constante, porque a mensagem desta evolução tem vindo a passar de geração em geração e, no fundo, o elevador social está muito patente em Oeiras. [...] bem, isso é evidente, então quando se caminha nas ruas e em locais públicos com o presidente de câmara, então aí isso é absolutamente notável. Ele, aos olhos dos oeirenses, basta olhar para resultados das eleições, ele, aos olhos dos oeirenses, é a figura que personifica este desenvolvimento, ele tem sido líder deste envolvimento, e tem sido um pai visionário [...].

[Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

Educação, cultura e sociedade digital

Educação

A educação é uma das dimensões de bem-estar e de qualidade de vida mais presentes nos testemunhos dos entrevistados, seja quando se pensa o território em termos de estratégia política coletiva, seja também enquanto experiência pessoal e familiar: a diversidade e a qualidade da oferta educativa; a rede escolar, sobretudo em termos de qualidade das instalações; a articulação entre níveis de ensino; a equidade de resultados e as práticas de segregação escolar em função da origem social dos alunos; o trabalho que se faz na escola em resposta aos objetivos da educação e de enriquecimento da experiência escolar das crianças e dos jovens e as estratégias implementadas para atingir o sucesso escolar (ou, por vezes, a «excelência»); os desafios e as práticas no combate ao abandono escolar precoce por parte de segmentos de crianças e jovens que têm uma cultura distante da cultura da escola (salientando contrastes de etnicidade e, em alguns contextos, também de prevalência de representações de masculinidade entre os jovens que conferem primazia à autonomia financeira); as aspirações e as expectativas académicas e profissionais face ao futuro e o impacto que a escola tem nessas orientações; e, finalmente, as possibilidades geradas pela maior ou menor proximidade a instituições de ensino superior.

Grande parte destas categorias são transversais a todos os territórios em análise, outras emergem como traços de especificidade, associados

a práticas de gestão de alguns dos dilemas colocados hoje à escola — e muito especialmente à escola pública — na resposta à universalidade do direito à educação para todas as crianças e os jovens com idades entre os 5 e os 18 anos. É o caso da categoria que organiza as práticas de segregação escolar, observadas em Oeiras e Portimão, que, no que se refere a Oeiras — denunciando assimetrias que atravessam o território —, coabitam, curiosamente, com o discurso da «excelência» (atrair para Oeiras os melhores alunos). Na Póvoa de Lanhoso encontramos alguns indícios interessantes que nos ajudam a compreender clivagens de género, muito significativas, quer nas opções de escolha dos estudantes em termos de áreas de estudo, quer sobretudo nos números do sucesso/insucesso escolar e do abandono escolar precoce, estes muito incidentes no sexo masculino. Ao pensar os territórios e ao planear dinâmicas que permitam colonizar o futuro, numa orientação favorável ao bem-estar das populações e à coesão territorial, nos testemunhos dos entrevistados parece-nos claro que, na contabilização dos custos de contexto associados à interioridade, um fator estruturante quanto a oportunidades e constrangimentos que se deve observar com atenção é o papel e o protagonismo das instituições de ensino superior instaladas nas regiões (aspeto muito presente, sobretudo pela positiva, nas narrativas dos entrevistados em Portalegre e Póvoa de Lanhoso, e também, mais como desafio de bem-estar, em Portimão e Mação). No caso de Mação, ficou claro que algumas das dificuldades de captação de investimento sustentável estão relacionadas com a escassez de recursos humanos qualificados, já que os jovens da região que concluem com sucesso o secundário têm o apoio da autarquia para seguirem estudos superiores — sendo a oferta mais próxima Tomar (município na mesma região Médio Tejo),

mas que tende a acolher uma minoria: como em Portalegre, a maior fatia vai para Lisboa, depois Tomar, Coimbra, Leiria e Covilhã.

Na Póvoa de Lanhoso, os entrevistados demonstram, genericamente, uma grande satisfação com as ofertas educativas disponíveis no território, em particular no que diz respeito ao ensino secundário regular e profissional (apesar de nem sempre se conseguir reunir o número de estudantes necessários para diversificar de forma mais intensa a oferta formativa). Ao nível do ensino profissional, a diversidade de ofertas inclui áreas como o multimédia ou cursos de auxiliar de saúde — com um grande potencial de empregabilidade e com uma forte procura pelos estudantes rapazes (multimédia) e raparigas (saúde). Neste território, a proximidade a Braga e a Guimarães (a cerca de 20 quilómetros da vila), a Barcelos (cerca de 40 quilómetros) e a Vila Real (perto de 54 quilómetros) permite dilatar as opções de escolha no secundário (saída para Braga ou Guimarães apoiada pelo município na aquisição do passe, quando as opções não estão disponíveis nas escolas da Póvoa de Lanhoso), e, naturalmente, nas opções de ensino superior. A proximidade à rede de cidades converte-se, assim, numa oportunidade de fixação de pessoas no território e na criação de mão de obra qualificada (como vimos atrás, com uma procura crescente na saúde, nas áreas de apoio ao comércio digital e nas tecnologias em geral). Destas sinergias resultam ainda outras dinâmicas, como a realização de estágios, que permitem aos estudantes um primeiro contacto com o mercado de trabalho. São igualmente notórias e relevantes as ofertas que se vão estabelecendo e que visam a maior literacia digital dos residentes (implementação de cursos de tecnologias).

É assim, sou um bocadinho suspeita porque eu gosto mesmo muito da minha aldeia. Vivo a cinco quilómetros da Póvoa de Lanhoso, em Taíde, Porto de Ave. É uma aldeia que considero fantástica em relação a todos os outros locais que eu conheço. Primeiro, falo pela minha experiência como mãe. Tenho três rapazes, frequentaram sempre aqui as escolas, tanto a primária como o secundário, como o infantário, e vejo que há um trabalho contínuo, constante mesmo, em tentar evoluir, sempre crescer em todos os aspetos. Tenho três rapazes com personalidades completamente diferentes, e sinto que todos eles adoraram andar na escola, adoraram aquele ambiente aqui das escolas de Porto de Ave — conheço muitas pessoas na Póvoa de Lanhoso e falam todas da mesma forma das escolas de lá. Há um interesse muito grande e há um esforço muito grande para estarem constantemente a evoluir. É impressionante aquilo que eles proporcionam tanto aos pais, e principalmente aos alunos, em todos os aspetos. [...] [Sobre a qualidade das escolas da Póvoa de Lanhoso], tenho alguns testemunhos disso, principalmente o professor Jorge, que veio de Vieira do Minho e quando chegou cá disse que nunca trabalhou numa escola como a nossa, em que há uma interação muito grande entre os pais, os professores, em que os professores trabalham sempre de uma forma, parece, sempre em função do aluno... [Sílvia, ensino secundário, empresária, setor da pedra, grupo focal da Póvoa de Lanhoso]

eu, na minha maneira de ver, e frequentei bastante tempo as escolas, há sempre uma preocupação para com os alunos e o bem-estar deles... havia ali alunos que precisavam de cuidados especiais, que não tinham famílias com... de certa forma, financeiramente não eram tão estáveis como a restante turma, e houve sempre uma preocupação do agrupamento e dos professores para os meninos poderem acompanhar os colegas,

tanto nas visitas de estudo, tanto nas saídas, nos piqueniques, havia uma preocupação... e vejo que há ali uma relação muito grande, é uma escola especial, onde realmente há um excelente ambiente... [Sílvia, ensino secundário, empresária, setor da pedreira, grupo focal da Póvoa de Lanhoso]

O que eu sinto, por exemplo, os amigos dos meus filhos é engraçado, todos querem ir para a universidade... Isso é muito bom. Eu há meia dúzia de anos não via isso, não ouvia os jovens a dizer que queriam ir para a universidade, e acho que há aqui um trabalho muito grande por parte dos professores para tentar criar um rumo para as crianças... Também é muito bom sinal, na minha maneira de ver, porque eu acho que hoje em dia os jovens parece que desde cedo começam a organizar muito bem a vida deles, que eu há meia dúzia de anos não os via desta forma tão empenhados em procurar uma saída para o futuro deles... [Sílvia, ensino secundário, empresária, setor da pedreira, grupo focal da Póvoa de Lanhoso]

normalmente só vão [para escolas em Braga ou Guimarães] na oferta do que, muitas vezes, nós não conseguimos dar, por exemplo, por sermos um sítio pequeno, por não termos o número de alunos suficientes a aderir a determinada oferta, só nesses casos assim muito pontuais. [...] Existem algumas áreas em que nós temos investido ao longo do tempo, e muito até com o intuito de os preparar para o mercado de trabalho, independentemente de ser na Póvoa de Lanhoso. A Póvoa de Lanhoso é uma vila pequena que não consegue absorver os alunos que nós temos na nossa formação profissional. É evidente que nós tentamos, de alguma forma, prepará-los para o mundo e para aquelas áreas, e para áreas que possam ser uma mais-valia, e normalmente que os alunos até

possam gostar, nomeadamente os alunos com ensino profissional, com atividades mais práticas. [...] Essencialmente, aquilo que a gente tenta no agrupamento é preparar os nossos alunos para o mundo, porque não vale a pena ficarmos reduzidos àquilo que é a Póvoa de Lanhoso. Eles depois têm que dar o salto. Ou vão para o Porto ou vão para... Nós também quando fomos para a universidade, não é, eu próprio tive várias propostas para ir para empresas multinacionais e para o estrangeiro... [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

Muitos destes jovens representam a primeira geração da família que ingressa no ensino superior. Para tal, beneficiam também da melhoria de condições de vida e dos rendimentos dos progenitores. Uma das entrevistadas refere a situação dos sobrinhos, cuja escolaridade é financiada pelo Luxemburgo, país onde a mãe reside e trabalha.

Olhe a minha família é uma família de empresários, toda a gente trabalha por conta própria. Tenho uma irmã mais velha que não está cá, foi para o Luxemburgo, porque, entretanto, divorciou-se e as coisas não correram bem, tem dois filhos e eles estão a estudar neste momento, e estão a estudar porque ela está no Luxemburgo, verdade seja dita. Porque se ela não tivesse os apoios que tem do país onde está, que são fantásticos, não há comparação possível aos apoios que nós temos aqui em Portugal, e eu posso dizer isso, os meus sobrinhos até ao 12.º ano receberam 350 euros mensais para eles poderem estudar, eles estão agora os dois na universidade e cada um tem a sua bolsa, e foi a única forma que ela arranjou para conseguir fazer face a todas as dificuldades... [Sílvia, ensino secundário, empresária, setor da pedreira, grupo focal da Póvoa de Lanhoso]

Felizmente a escolaridade obrigatória permitiu que os jovens da Póvoa de Lanhoso, como todos os outros, pudessem avançar e fossem para a universidade. Se chegaram à universidade, também é um resultado de as famílias investirem nesse sentido e terem a capacidade de investir; portanto, isso também é um indicador muito interessante. Curiosamente, também muitos jovens são filhos de emigrantes, tiveram capacidade aquisitiva, pronto, ganharam mais dinheiro e tiveram capacidade de pôr os filhos a estudar, que estavam muitas vezes com os avós e familiares que não emigraram com os pais, fixaram-se cá, pais que até alguns deles já regressaram porque os filhos já não são teenagers e, portanto, já estão licenciados, pós-licenciados... [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Também aqui ao nível das escolas e das universidades existe uma metodologia de trabalho que acaba por ser interessante, que é precisamente esta procura depois de estágios na proximidade. Portanto, a Misericórdia da Póvoa de Lanhoso acaba por ser acolhedora de estágios aqui em locais daquilo que é a sua área de intervenção. Muitas vezes, esses jovens acabam por depois ficar a trabalhar nessas empresas, não é, quando são áreas mais técnicas, por exemplo, escolas profissionais, acabam por esses jovens depois serem contratados para trabalharem nessas empresas. É uma forma de também, no fundo, pôr em contexto de trabalho o jovem e dar uma oportunidade de ele também mostrar o seu valor, e de a empresa o poder contratar se houver essa necessidade, naturalmente... [Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, administrador hospitalar, conselheiro

fiscal da Confederação Mundial das Misericórdias, licenciado em Geografia]

Tal como na Póvoa de Lanhoso, no município de Portimão — com desafios específicos relacionados com a fluidez e a diversidade étnica e social da população que reside no território — há uma aposta clara nas vias de ensino profissional, com uma forte incidência nas áreas de oferta educativa de hotelaria e turismo e na área das artes (Escola Secundária da Bemposta). O volume de estudantes com trajetórias pautadas pelo insucesso escolar e pelo abandono escolar precoce contribui para a existência de um agrupamento de escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária — Escola Secundária Nuno Mergulhão), no qual, já ao nível do 3.º ciclo e do ensino secundário, existem ofertas diversificadas e orientadas para percursos alternativos de educação e formação (CEF), dirigidos à aprendizagem de competências para a integração dos alunos no mercado de trabalho.

Nós nos anos anteriores tínhamos sempre estes cursos associados, lá está, também um bocadinho à hotelaria e à restauração: manutenção de campos de golfe, jardins, bar, cozinha, pastelaria... Entretanto com a minha direção abrimos os cursos de Operador de Manutenção Hoteleira, que, apesar do nome, o objetivo era dar-lhes ferramentas em áreas em que nós sabemos que há défice, que podem ser desenvolvidas na hotelaria. [...] mas dar-lhes ferramentas também noutras áreas, coisas mais práticas, mais manuais, a nível de uma canalização, a nível de trabalhos de carpintaria, a nível de trabalhos de pedreiro. Porque nós precisamos, às vezes, de pessoas a trabalhar nessas áreas e não temos, e é uma mão de obra escassa e que, neste momento, se faz pagar bem porque é escassa, pronto. [Diretora

do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

Parte destes estudantes, ao concluir o grau equivalente ao ensino básico, iniciam experiências precárias de trabalho (a maior parte) e concomitantemente, ou no seguimento (num intervalo variável de anos), também na «cidade», têm a oportunidade de ingressar na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão (EHTP), com uma oferta de cursos de nível 4 e 5 (pós-secundário não superior e superior). Muitos destes alunos (pouco mais de dois terços, de acordo com o diretor da EHTP) são rapazes que seguem «percursos de insucesso escolar», ingressando no 1.º ano do curso profissional (equivalente ao 10.º ano) com a idade em que usualmente terminariam o ensino secundário regular.

Os nossos estudantes [Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão] são, maioritariamente, estudantes masculinos, [...] creio que 64% são masculinos, são estudantes que vêm do insucesso escolar. São estudantes que foram «arrumados». Isto não é nada politicamente correto, mas [...] foram arrumados nas antigas turmas que tinham dificuldades, e que eu acho que, por essa via, perpetuavam as suas dificuldades. São pessoas que chegam cá [...] com a idade com que já deviam estar a sair do secundário. No nível 5, temos alguns prosseguimentos de estudos dos alunos de nível 4, e temos pessoas que, essencialmente, querem fazer reconversão profissional, e aí temos pessoas já muito mais velhas. Quando digo «muito mais velhas», digo que é muito frequente chegarem até nós licenciados de qualquer tipo de área, com 30 anos (na área de formação original), e decidiram mudar completamente de vida, ou porque ficaram desempregados ou porque, claramente, querem

prosseguir um caminho diferente. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

Percebemos nos testemunhos dos próprios estudantes que estes reconhecem a importância da oferta formativa que existe na região e que alimentam uma grande expectativa de virem a encontrar um trabalho dentro da área; também há quem tenha a aspiração de prosseguir estudos seja na Universidade do Algarve, seja eventualmente noutras regiões do país, em especial no Porto ou em Lisboa. Nas entrevistas com os adultos, as escolhas e as orientações dos filhos relativamente ao ensino superior são claramente assumidas como projetos de família, podendo implicar a deslocação de todo o agregado para a região da instituição eleita para completar os estudos.

nós, muitas vezes, vamos à procura em Lisboa ou no Porto, é a realidade. Mas a nível de turismo, muitas vezes, procuramos esta parte aqui em Portimão, é muito forte também, e em algumas áreas também temos aqui muita coisa, e a nível de formações de hotelaria é muito bom, seja de bar, seja cozinha, seja pastelaria é muito bom também. [Wilson, estudante 11.º ano na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de jovens de Portimão]

Acho que a oferta é positiva, é bastante positiva acho que sim, não falando em Portimão, mas até mesmo em Faro, acho que até a nível superior, acho que a universidade também já tem uma grande oportunidade de licenciaturas, mestrados, e assim, acho que já há grandes hipóteses, já há muitas escolas, não é muito restrito.

[Gonçalo, estudante do 12.º ano na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de jovens de Portimão]

Eu gostava imenso de seguir a parte de Gestão Hoteleira e não ir logo para o mundo do trabalho ou para o mundo da universidade assim que acabar esta escola. Eu gostava de conhecer um bocadinho mais a parte de Portugal e se calhar um bocadinho mais a parte mais lá fora... Eu gostava de me meter muito nos cruzeiros, porque há aquela parte de conhecermos muitas pessoas, há a parte de conseguirmos ganhar algum estatuto profissional, também. Gosto muito da parte dos vinhos também. Eu estou na parte de bar, ou seja, é uma coisa engraçada que dá para trabalhar muito bem com bar, dá para trabalhar muito bem com a parte dos vinhos, então eu gostava de seguir assim um caminho mais por aí... [Wilson, estudante do 11.º ano na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de jovens de Portimão]

Pronto, eu estou a terminar agora o secundário, estou no último ano, mesmo estando em profissional tenho o objetivo de tirar uma licenciatura. Em princípio, vou ficar ainda um ano parado, não é, porque prefiro também parar para estudar para os exames e tentar conciliar com um trabalho, para ganhar algum dinheiro, para depois ir estudar. Mas pronto, quero mesmo tirar uma licenciatura, depois quero arranjar trabalho na área, e pronto, começar a construir a minha vida a nível pessoal, ter a minha casa, não é... vamos ver, isto também é sempre muito relativo, nunca sabemos como é que vai ser. [Gonçalo, estudante do 12.º ano na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de jovens de Portimão]

Porque acho que, apesar de tudo, temos uma boa qualidade de vida, conseguimos ter o nível de vida razoável aqui. Nem tudo é mau, nem

tudo é negativo. Mas, se me perguntar se quero que as minhas filhas estudem aqui e façam vida aqui, eu vou dizer que não. Já disse ao meu marido para se mentalizar, ele também não é de cá, é de Lisboa, quando elas começarem a estudar, eu faço as minhas trouxas e vou-me embora com elas para onde elas forem. Se forem para Braga, vou para Braga, se forem para o Porto, vou para o Porto, se forem para Lisboa, vou para Lisboa. Porque o Algarve vai continuar a ser uma terra muito curta, no futuro, de oportunidades. [Raquel, ensino secundário, trabalha no setor bancário, grupo focal de adultos de Portimão].

Como referido, um dos fenómenos que emergem com alguma frequência nos testemunhos, sobretudo da diretora do Agrupamento de Escolas TEIP, prende-se com a segregação no estabelecimento que dirige de todas as crianças e jovens com características «problemáticas», marcadas por uma forte vulnerabilidade social: crianças migrantes, crianças institucionalizadas e, sobretudo, crianças provenientes dos bairros sociais. No seu testemunho assinalam-se os resultados escolares razoáveis que a escola tem vindo a concretizar, em particular no combate ao abandono escolar precoce e na promoção do sucesso. No entanto, as condições de instabilidade associadas aos percursos dos alunos acabam por resultar na impossibilidade de a escola alcançar bons índices de referência, não conseguindo descolar-se do estigma social que a envolve.

é o nosso agrupamento que tem que dar resposta a esses bairros mais desfavorecidos, é o nosso agrupamento que também dá resposta a crianças que estão institucionalizadas, e depois também vamos dando resposta, ao longo do ano, a todas essas crianças que vão chegando, e que, apesar de não pertencerem à nossa área de influência, acabam

por vir para cá, porque não têm vagas noutras escolas. Portanto, nós somos aquilo que os americanos chamavam a nível histórico, há uns anos, o melting pot de Portimão, porque temos esta diversidade toda que também, por um lado, nos enriquece, e por isso é que eu digo que é uma vantagem. Por outro lado, a grande desvantagem que temos é o facto de o nosso agrupamento estar muito associado a um determinado estereótipo de que são crianças de meios desfavorecidos, e temos, efetivamente, alguns problemas disciplinares. [...] É difícil dissociar a questão social, depois, daquilo que é o comportamento e o relacionamento interpessoal destas crianças e destas famílias com a escola. E pronto, nesse aspeto é uma desvantagem, porque realmente a nossa localização geográfica a isso leva, a que sejamos nós a dar resposta a esses bairros [...] e aos acampamentos [...] às vezes temos alguns alunos itinerantes. Por exemplo, nesta altura do ano seria normal termos alguns alunos itinerantes, porque nesta semana costumamos ter aqui a feira, como este ano foi cancelada, pronto, não se verificou [...]. [Por estes vários fatores] nunca conseguiremos ser uma escola de referência. Enquanto escola TEIP, também temos que dar algumas contas a nível dos resultados escolares, e um dos indicadores a que temos de dar resposta é os alunos que têm percursos diretos de sucesso, e aquilo que nós constatamos todos os anos é que isto nem sequer é um grande indicador para nós, porque alunos que fazem do 1.º até ao 9.º ano no nosso agrupamento, nós chegámos à conclusão de que são cerca de nove ou dez alunos. Isso em 700 alunos não é significativo. A única coisa que nos deixa contentes é que esses nove ou dez alunos são bons alunos, são bons alunos que terminam com boas notas, e curiosamente, ou não, vão para as outras escolas para o ensino secundário [...] e estão ao nível dos outros, e têm tão boas notas como tinham aqui. [Diretora

do Agrupamento de Escolas Engenheiro Nuno Mergulhão, escola TEIP, Portimão, licenciada em Ciências da Educação]

No município de Portalegre, os entrevistados sublinham a deficiente oferta formativa que existe no território e as necessidades de se investir na qualificação dos jovens e dos trabalhadores ativos. Na região, atravessada por assimetrias significativas entre freguesias rurais de povoamento disperso, com condições de mobilidade por transporte coletivo deficitárias, a oferta de educação no nível secundário é pouco diversificada nas vias de educação e está concentrada nos polos urbanos do território (Elvas, Rio Maior e Portalegre), pelo que, ao concluir o 3.º ciclo do ensino básico, as crianças e os jovens das aldeias e dos concelhos limítrofes frequentemente se deslocam às escolas da cidade sede de distrito para a frequência desse nível de escolaridade. Nas estratégias de algumas famílias, a opção de vida em Portalegre é descrita num confronto com a criminalidade, com os assaltos que atravessam um quotidiano de risco na grande cidade (Lisboa, em especial). Em Portalegre, apesar de tudo, evitam a necessidade de inscrever os filhos em colégios (para os proteger) e beneficiam de um ambiente de grande familiaridade com os professores.

Existe uma deficiente oferta formativa. O número de escolas secundárias é pouco, e nomeadamente, dentro da própria oferta formativa dessas escolas secundárias, nem todas as áreas são oferecidas e disponibilizadas, [...] e, portanto, provavelmente os filhos dessas famílias teriam esse problema de, provavelmente, procurar outras escolas, eventualmente, fora do distrito para terem acesso a essas

ofertas formativas. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Ainda há ensino secundário aberto [em Portalegre cidade], porque vêm dos concelhos à volta, por enquanto: de Alter, de Arronches, Monforte, de Castelo de Vide. Mas na maioria destes concelhos já há ensino preparatório até ao 9.º ano, salvo erro, e então vêm alunos para o 10.º, o 11.º e o 12.º. Mas se nalguns destes concelhos passarem também a ter aí este grau de ensino, também deixarão de vir diariamente a Portalegre.

[Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

a ideia de constituir família na grande cidade não me agradava muito, justamente por essa questão de como é que os meus filhos vão estar na escola correndo o risco de assaltos! Amigos meus optaram por colocar as crianças nos colégios, para estarem mais seguros, porque os tempos estão diferentes de quando eu frequentava a escola primária à medida que o tempo foi avançando tornou-se, efetivamente, mais complicado. E aqui em Portalegre, tenho neste momento dois filhos, uma menina com 9 anos e um rapaz com 14, e eu efetivamente sinto-me tranquila em relação às vivências deles na escola [pública]. As escolhas são grandes: em termos familiares, nem sempre é compensatório estar a trabalhar na minha área e dar apoio à família, mas conseguimos viver bem, com muita qualidade, e é um descanso eu conhecer os pais dos amigos das minhas filhas, é um descanso ver professores que até já foram meus professores na escola, que são agora professores também

das minhas filhas [Andreia, ensino superior, psicóloga, grupo focal de Portalegre]

Reconhece-se o papel do Instituto Politécnico de Portalegre nas dinâmicas educativas, tecnológicas e empresariais que se estabelecem no município, permitindo a retenção de recursos humanos qualificados. No entanto, sublinha-se também que a presença de instituições de ensino superior, por si só, não é suficiente para conferir solidez às estratégias de combate à desertificação. Nos testemunhos denota-se alguma insatisfação com a pouca diversidade de áreas de oferta formativa na região, razão pela qual os jovens portalegrenses se veem muitas vezes obrigados a abandonar o concelho em busca de mais e melhores oportunidades educativas (poucas áreas de ensino disponíveis; uma fileira de oferta formativa para os adultos que não responde às expectativas). No total de estudantes que ingressam no politécnico da região, representam cerca de 30% os que são recrutados na população juvenil residente. As representações dos jovens e das famílias sobre a qualidade do ensino na instituição, por um lado, e a expectativa de autoconfrontação e de experimentação noutros contextos, por outro, são razões adicionais que explicam as preferências subjacentes a estes números; para além de que uma fatia expressiva não prossegue estudos superiores.

Portalegre, o sítio só foi fragmentado com a quebra na indústria, porque acho que era a indústria que alimentava um pouco aqui o desenvolvimento que se almejava na década de 80 ou 90. Na altura que eu fui estudar para fora, por exemplo, foi em 98, os anos anteriores ainda se estava em crescimento. Por exemplo, em 95, nós tínhamos filhos de operários a ingressarem na universidade e isso foi o desenvolvimento

social em Portugal, não foi só aqui em Portalegre, e foi de louvar, claro que o operário se sentia sempre um trabalhador menos bem tratado do que um engenheiro, mas estes filhos conseguiram vingar, conseguiram ter acesso à universidade, e conseguiram ser os doutores [Rute, ensino superior, assistente social, grupo focal de Portalegre]

[Portalegre] tinha problemas graves, também, no âmbito da educação e da escola, e, neste momento, as coisas estão muito, muito melhores: temos no nosso espaço o Instituto Politécnico de Portalegre, que veio resolver um problema gravíssimo da região, que era: só podiam ingressar no ensino superior os filhos de famílias que tinham os meios possíveis para os levar para Évora ou para Lisboa ou para o Porto. Para a maior parte das famílias, só o facto de ter os filhos de fora de casa, de lhes ter de garantir a instalação, era uma situação que impunha que não continuassem os estudos. O Instituto Politécnico de Portalegre veio resolver essa brecha e tem vindo também, na nossa opinião, a afirmar-se não só como um espaço onde é possível fazer um curso superior, mas um espaço que está integrado na região e que está a ser ele próprio um motor de desenvolvimento, apostando em valências que são fundamentais para nós. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Acho que o politécnico tem pouca escolha, pode ter algumas áreas muito boas, mas a escolha é muito pouco diversificada e depois, também, os alunos que para aqui vêm não serão talvez os melhores. [...] Porque as pessoas só são valorizadas, não por aquilo que pensam nem por aquilo que são, mas porque têm um papel e então, às vezes, até para arranjam um trabalho muito abaixo da formação que têm, se tiverem esse tal papel, têm mais possibilidades de o conseguir, se não o tiverem

não têm E, portanto, às vezes nem estão muito interessadas nos cursos, nesse curso nomeadamente [Serviço Social, o único disponível em pós-laboral], mas vão para lá, nem têm vocação, mas vão para lá para terem o papel e eu acho que o politécnico se está a acomodar um bocadinho a essa situação e não está a dar prestígio aos cursos, é isso... [Luísa, ensino secundário, assistente escolar, grupo focal de Portalegre]

Em Oeiras, existe claramente uma política municipal muito direcionada para a questão da educação e da qualificação das populações do concelho, sendo enfatizada a ambição de ter os melhores alunos do país. Com este objetivo, têm sido vários os projetos inovadores que procuram melhorar as condições de aprendizagem, bem como a cultura e a educação dos jovens. Oeiras situa-se quase no expoente máximo dos territórios em foco nos estudos de caso e destaca-se pela presença de instituições de ensino superior de alto nível científico e tecnológico, albergando múltiplas universidades e centros de investigação e de conhecimento. Estas dinâmicas contribuem para a retenção de pessoas qualificadas no território, o que se reflete num perfil de origem de boa parte das crianças e dos jovens marcado pelo favorecimento social. Ter sucesso escolar e prosseguir estudos de nível superior é neste contexto, sobretudo, uma experiência esperada, de reprodução social. Complementarmente, o município tem procurado construir respostas que permitam mitigar o estigma frequentemente associado aos jovens provenientes dos bairros sociais.

Não obstante, é de referir que a oferta educativa e a distribuição das crianças e dos jovens pelos estabelecimentos escolares tende a refletir, tal como em Portimão, as assimetrias que atravessam

o território. Nos testemunhos refere-se, por um lado, a falta de oferta ao nível do ensino pré-escolar (cujas instituições existentes são, na sua grande maioria, privadas); por outro, aponta-se para a oferta formativa do ensino secundário — regular e profissional — que acaba por nem sempre acompanhar as escolhas dos jovens.

Oeiras tem o desafio de continuar a fomentar os melhores alunos, os melhores estudantes do país. [Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

Há um slogan político — que já ouviu com certeza — que é: «Oeiras quer ter os melhores alunos do país!» É uma novidade da [atual] vereação da educação, associando isso à qualificação do território ao nível dos equipamentos sociais e da qualidade dos mesmos. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

Temos um projeto muito inovador e criativo que é a constituição de uma orquestra, que está a ser, portanto, promovido pela Orquestra de Câmara Portuguesa em parceria com o município, que é a criação de uma orquestra de câmara de crianças do Bairro dos Navegadores e neste momento já temos cerca de 80 participantes, 70 a 80 crianças e jovens participantes nesta orquestra. Temos projetos de desporto inclusivo, kickboxing, enfim, temos algumas estratégias relacionadas com a infância também em contextos de vulnerabilidade. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

Acompanhar o ciclo de desenvolvimento do indivíduo é criar, também, condições ao nível da primeira infância e depois aí por seguinte

[...]. *Naturalmente que esta primeira infância já não está tanto sob a nossa alçada, no entanto, não significa que nós [Departamento de Desenvolvimento Social da CM Oeiras], em conjunto também com o Departamento da Educação, não possamos criar, de facto, aqui modelos que diferenciem e que conduzam a que, efetivamente, a parte da educação também seja um dos fatores na tomada de uma decisão numa vinda [das famílias] para o concelho de Oeiras. E, portanto, acho que com o contributo do município e do ensino privado, acho que são grandes mais-valias para quem vive ou trabalha em Oeiras e tem crianças, não é...* [Chefe da Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciada em Sociologia]

O concelho de Oeiras faz parte da Rede de Escolas ESCXEL, a Rede de Escolas de Excelência, e houve um seminário que foi realizado na [Escola Secundária] Sebastião e Silva e os nossos alunos de turismo fizeram ali aquela parte da organização do evento, quando vão entregar as pastinhas, quando estão a fazer aquela parte mais logística, vão entregar os microfones para os oradores, etc. [...] No final desse evento houve uma colega que eu não conheço, mas que se dirigiu às meninas e disse: «Parabéns, vocês são de onde? São da Aquilino Ribeiro!? De que curso!?» [...] Pronto, para verem como o estigma existe, de facto. Embora esteja camuflado, existe enraizado na população e nas escolas, e foi durante uns anos o grande obstáculo para que os alunos de Porto Salvo, do 4.º ano, não fugissem tanto, ou melhor, fugissem tanto do agrupamento. Porque, no fundo, a escola sede era a escola que, e passo a expressão politicamente incorreta, era a «escola do preto». [...] É tudo muito inclusivo, quando se está lá a conversar, mas olha-se para esta faixa ainda com muita desconfiança: «Que horror, a escola que tem os meninos do Bairro», e às vezes dizem-se assim coisas que me chocam.

Um incidente, só para dar um exemplo, eu acho que todos nós enquanto profissionais somos responsáveis por isto, porque a verdade é que somos todos colegas, e eu acho que realmente é gritante quando um colega se vira para o outro e diz: «O quê!? Estás na Aquilino!? Que horror!»; ou o próprio colega da Aquilino que diz: «Que horror, aqueles meninos são impossíveis»... porque depois tende-se a nivelar tudo por baixo e deixar passar despercebida a grande heterogeneidade já de meninos e de pais que nós temos vindo a ganhar no agrupamento. [Diretora do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, escola TEIP, Oeiras, licenciada em Línguas e Literaturas].

Ainda por cima [no Bairro dos Navegadores] as crianças a partir do 5.º ano eram obrigadas a deslocar-se para a Aquilino Ribeiro, que já implica apanhar o autocarro, etc., etc. Estamos a falar de crianças relativamente pequenas, ainda com 10 anos, não é? e isso fazia com que depois houvesse aqui muito abandono escolar, muita desistência [...]. A Escola Aquilino Ribeiro, nós também trabalhamos com a escola, é uma escola com uma boa reputação, quer no bairro, quer ali na zona do concelho, junto, obviamente, não das famílias mais endinheiradas, que essas põem os filhos nos colégios particulares, que há vários ali na zona. Porque a escola, realmente, é uma escola multiétnica e multissocial, e isso para alguns pais pode ser desmotivador. [Coordenadora da Rede de Cidades Interculturais, Oeiras, mestre em Psicologia]

Apesar do estigma que envolve o Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro e os seus alunos, nos testemunhos denota-se alguma satisfação e certo reconhecimento pelo investimento e pela atenção que o município, em colaboração com diversas entidades que intervêm no terreno, tem dedicado às crianças e aos jovens do Bairro. Destacam-se

alguns projetos (ainda que curtos no tempo) que visam uma maior aproximação dos alunos às dinâmicas educativas, ao sucesso escolar e ao mercado de trabalho. Nas palavras dos responsáveis, são projetos que objetivam a integração de alunos que pudessem mostrar «uma falta de identificação com os padrões culturais que a escola estava a transmitir».

na escola do Bairro dos Navegadores, os meninos não pagam almoço, na escola ninguém paga almoço, independentemente da família que lá tiver colocado os seus filhos. [...] Por exemplo, o Bairro dos Navegadores, por ter aquelas características, também tem sido objeto para além dos apoios sociais, também, de um apoio a nível da educação, porque há um CLS [Contrato Local de Segurança] — e com esse contrato local de segurança surgiu a oportunidade de a escola desse Bairro e aqui na escola sede, mas com meninos oriundos do Bairro — situação com a qual na sua essência eu discordo —, mas surgiu a oportunidade de trabalharmos com a Associação Florescer, com o Projeto Aprender em Círculo [...]. [Este projeto e outros que têm sido implementados] são programas curtos no tempo, [...] tinha que ser uma coisa muito mais integrada e uma coisa muito mais residente, não vale a pena termos muitos projetos, vale mais ter um, consistente e continuado no tempo. [Diretora do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, escola TEIP, Oeiras, licenciada em Línguas e Literaturas]

Tal como em Portalegre, anteriormente referido, em Mação o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte (ensino básico a secundário — no caso, este estabelecimento é o único do território com oferta de ensino secundário) é o núcleo para onde confluem todas as crianças e os jovens do concelho. Atualmente, frequentam

o agrupamento de escolas cerca de 600 alunos provenientes das diferentes freguesias, incluindo algumas crianças de concelhos limítrofes filhas de trabalhadores de Mação — o que é interpretado por alguns dos entrevistados como um sintoma do reconhecimento dos elevados padrões de qualidade das experiências escolares e educativas promovidas pela escola em colaboração com o município.

Os principais desafios educativos relacionam-se com o perfil escolar baixo e muito baixo dos progenitores (pais em média com sete anos de escolaridade; mães com nove anos) e as condições de vida familiar caracterizadas por traços de desfavorecimento. Cientes destes desafios e da importância estratégica que cada uma destas crianças representa na sustentabilidade presente e futura do território, o município «desde há largos anos» — citando um dos entrevistados —, «muito antes de o programa ter sido implementado pelo governo», assegura a totalidade das despesas escolares dos alunos, incluindo transporte, alimentação, manuais escolares, visitas de estudo e outras atividades extracurriculares promovidas no âmbito da escola. Neste quadro geral, os resultados obtidos relativamente às taxas de sucesso escolar medido pelo número de alunos que progredem são, pois, um motivo de grande satisfação. Vários dos entrevistados sublinham, aliás, o reconhecimento desse trabalho quer pelos pais, quer por outras instâncias significativas.

Por exemplo, a UNESCO em 2015 considerou a capital da aprendizagem Mação, foi nomeada «A Cidade da Aprendizagem». O que quer dizer que foi o sítio na Península Ibérica em que eles consideraram que as instituições melhor colaboraram para responder às necessidades formativas e educativas da comunidade. [Diretor

do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

O Dr. Almeida, que é o diretor do agrupamento, diz: «Eu não posso estar a fazer cursos para as atividades que seria bom que Mação tivesse, porque não têm emprego. Eu tenho que apostar, tenho que fazer, na medida do possível, tudo o que puder para ajudar Mação, e a melhor ajuda que posso dar a Mação é fazer uma excelente escola pública.» E, de facto, é uma excelente escola pública, que atrai alunos dos outros concelhos, que vêm para aqui estudar uma escola pública onde as famílias de outros concelhos põem os filhos, portanto, é porque reconhecem que é melhor! [...] Mação, a sua maior aposta será mostrar que tem um modelo de cuidar dos seus cidadãos, que é exemplar. E que, portanto, é capaz de fazer isso, também [...]. Mação sempre investiu — como outras terras do interior —, mas particularmente Mação, sempre investiu muito mais nos seus habitantes do que no deslumbramento dos que vêm de fora. E isso pode às vezes parecer que não dá tantos frutos, mas eu acho que dá com o seu tempo [Presidente do Instituto Terra e Memória de Mação, professor do Instituto Politécnico de Tomar, licenciado em Arqueologia]

Quanto ao secundário, a escola tem a preocupação de ir ao encontro das expectativas dos alunos oferecendo quer vias de prosseguimento de estudos para o ensino superior (assegurando-se uma bolsa de estudos para alunos carenciados que têm sucesso nessa orientação de escolha), quer vias profissionais: a própria escola oferece o curso de formação profissional de restauração e hotelaria de nível 4, e dentro do concelho, na freguesia das Mouriscas, funciona a Escola Profissional de Agricultura de Abrantes-Mouriscas. No território,

a colaboração estratégica com a instituição de ensino superior do Médio Tejo (o Instituto Politécnico de Tomar) tem como canal principal o Instituto Terra e Memória, que integra o Centro de Estudos Politécnicos de Mação, «vacionado especificamente para a cultura e gestão territorial na região, no país e no plano internacional [...] baseado no apoio ao ensino e investigação pós-graduados, na formação tecnológica e profissional e na divulgação das tecnologias emergentes»⁴⁸.

Outra coisa que nós temos, também há muitos anos, é por exemplo uma política de bolsas de estudo municipais. Em que temos cerca de 25 bolsas de estudo, que são atribuídas a cada ano [...] às famílias de maior carência. Nós temos 35 a 40 jovens a acabar o secundário, portanto, destes há 25 bolsas é bastante significativo! Esta é uma aposta que é indiscutível neste município, há muitos anos de fazer tudo o que está ao seu alcance para apoiar o sistema educativo e aumentar o sucesso dos nossos estudantes. Mas isso acaba por ser uma política de contrassenso, porque na realidade estamos a preparar cidadãos para não ficar aqui. [...] Se nós precisamos de bons técnicos, e de bons engenheiros e de bons artesãos, também precisamos de bons cuidadores de território e não os estamos a preparar isso. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

A câmara tem feito um trabalho interessante em Mação, como mobilizar projetos como o que nós temos na área de arqueologia, também já lhe devem ter falado nele, que atrai até Mação mestrados e doutorandos

do mundo inteiro e que é um nicho de conhecimento, que numa primeira fase até nem foi muito bem compreendido pelas pessoas de Mação. Queriam ter um museu de etnografia como mais de 90% das terrinhas do interior têm e nós aparecemos com um museu, que foi caminhar numa dimensão muito mais científica em domínios muito mais do conhecimento, de uma grande especialização, e temo-nos afirmado por aí. [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Cultura

A cultura (ou antes, o conjunto de ofertas de iniciativas culturais que têm lugar nos municípios) faz parte do cabaz de experiências promotoras de maior bem-estar e satisfação com a vida. Nesta dimensão, os entrevistados destacam essencialmente categorias como a diversidade e a adequação de atividades e ofertas culturais, a disponibilidade de infraestruturas culturais como museus, cinemas e pavilhões multiúso passíveis de utilização por diferentes públicos, e as dinâmicas e os aspetos patrimoniais da cultura local que conferem distintividade e reforçam o sentido de pertença e identificação com o território.

Em alguns municípios estas categorias são associadas a vivências menos positivas, ainda que alguns testemunhos também reconheçam que há uma preocupação crescente em dotar os territórios de instalações de cultura ou, pelo menos, permitir às populações locais a vivência de uma certa cultura (erudita) noutros contextos onde a oferta existe.

Na Póvoa de Lanhoso, apesar de algumas iniciativas essencialmente direcionadas para os mais velhos, envolvendo eventos e atividades tradicionais, refere-se a escassez da oferta dirigida à população juvenil. Neste contexto, a cidade de Braga é muitas vezes mencionada como uma alternativa. Mas o facto de a vila não investir nesta dimensão diminui a possibilidade de gerações mais novas aprenderem a apreciar tais experiências, pois as mesmas não são incorporadas na sua socialização primária.

Realmente, a nível cultural nota-se que a câmara faz um esforço e despende um significativo valor a nível da verba do município para a cultura, mas é para eventos que já são tradição. Temos as festas concelhias, a 19 de março, coincide com o Dia do Pai, então temos uma semana de festas e temos aqui uma cultura mais para as tradições: o rancho, os cantares ao desafio, vem um outro artista com mais relevância no panorama nacional [...]. Mas salvaguardaria isso [as vantagens de viver na Póvoa de Lanhoso] mais do ponto de vista familiar do que, propriamente, do ponto de vista social ou de recursos e de infraestruturas, que não existem. E temos um teatro, um edifício do município que até se chama Teatro Clube, que é um edifício belíssimo e quem nos visita fica encantado, mas de facto as respostas que tem não são respostas diárias, nem tão pouco semanais. Temos cá o concurso nacional de teatro, sempre vem cá todos os anos e será o momento do ano em que, durante um mês e meio, temos uma programação, não digo diária, mas semanal e às vezes até mais de uma vez, ao fim de semana. Mas essa cultura que nas cidades existe, esses recursos que é ir a um museu, nós não temos. Temos o Museu de Arte Sacra e temos o Museu da Ourivesaria, mas para quem vive cá não é suficiente, não é? Eu penso que a nível de qualidade de vida, a apontar alguma coisa

menos positiva, apontaria o facto de não existirem aqui essas respostas e essas infraestruturas [...] eu acredito que haja adolescentes na Póvoa de Lanhoso que nunca entraram num museu. E se chegam aos 18 ou 20 anos sem entrar, dificilmente vão ter algum dia vontade de o fazer, e acho que essa parte era importante. [Técnica superior no Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades, SIGO, da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, socióloga]

Porque gosto de visitar [museus] e lamento imenso que tenha de ir a Lisboa para mostrar bons museus aos meus filhos, eu apostaria nisso aqui, sinceramente. Ainda que acredite que este meu posicionamento não é, de todo, representativo das pessoas que vivem no concelho. Eu avançaria um bocadinho por aí. [CEO da empresa Plako, desenvolvimento de software, Póvoa de Lanhoso, licenciado em Engenharia]

A nível de espaços, acho que na Póvoa de Lanhoso é isso que falta um pouco, embora a gente tenha o Teatro Clube, mas falta-nos um espaço que fosse quase um multiúso, para permitir a organização de eventos culturais, que muitas vezes não é fácil organizar, e quando são para organizar exigem uma logística tremenda para se poderem realizar. [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

Também no município de Portimão se assinala a falta de oportunidades culturais dirigidas especificamente para os residentes na cidade, referindo-se que os poucos eventos que acontecem ao longo do ano não são devidamente divulgados. Isto apesar de a cidade ter vindo a evoluir de forma positiva, com a instalação de um teatro municipal e de um museu, e sobretudo através de infraestruturas

que permitem a prática desportiva. Contudo, mesmo nesta área do desporto infantil e juvenil, há a perceção de que o município não faz um acompanhamento adequado no que se refere a apoios às modalidades, canalizando recursos para aspetos de imagem e de *marketing* que nada favorecem o bem-estar dos residentes.

E é uma cidade que, a pouco e pouco, tem vindo a fazer o seu caminho para, do ponto de vista cultural, também ter uma série de respostas. Com a criação do museu, com a criação do Teatro Municipal. Tem-se vindo a criar uma dinâmica que, na minha opinião, não responde ainda totalmente às necessidades culturais que podemos ter, mas que efetivamente está a fazer o seu caminho. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

É pouco publicitado, é verdade, eu sou da opinião do Isac. A maior parte das atividades que têm acontecido aqui, em Portimão, a maior parte delas, eu tenho conhecimento através de outras pessoas, não através de uma rede social da câmara, por exemplo, que devia divulgar. Quer dizer, sei pelas outras pessoas, e às vezes já sei depois de acontecerem. [...] Já fui com as minhas filhas ao teatro em Faro, já fui a teatros em Loulé, situações até com apoios de câmaras, a gente paga um bilhete, mas é um preço irrisório, não é nada comparado, mas tudo noutros concelhos. Aqui, em Portimão, nunca! Eu não me lembro, pelo menos, de ter tido ou oferta ou uma dinamização da câmara, uma peça de teatro para as crianças, seja numa altura festiva, seja noutra altura qualquer, em que se pagasse um preço simbólico, para as crianças verem uma determinada peça ou uma determinada atividade. [...] Vivemos um bocadinho de uma imagem, que não é a nossa de moradores

e habitantes, e temos crianças pequenas. Acho que o Algarve pagou muitas festas, mas aquelas festas que não são para nós, que são festas de verão, são bares de verão, são situações muito esporádicas. Acho que foi feito muito investimento mau nesse sentido. [Raquel, ensino secundário, trabalha no setor bancário, grupo focal de Portimão]

na minha opinião, não é, isto é sempre fácil falar, mas eu acho que devia ser dinamizada a questão da cultura para as crianças e não só. Por exemplo, animação lá no Parque da Alameda. Eu acho que era bastante interessante e também dinamizava o espaço e era uma forma de atrair as pessoas lá e criar um bocadinho de vida nessa zona, porque é triste essa zona ter-se perdido [Gonçalo, estudante do 12.º ano na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, grupo focal de jovens de Portimão]

Portimão foi a Capital Europeia do Desporto. Eu acho ridículo. Porque Lagoa, sem grandes publicidades, dá muito mais apoio aos jovens e aos desportistas. Apoia muito mais os escuteiros, apoia muito mais o grupo de canoagem, e não estou só a falar em euros para funcionar a organização. Estou a falar em facultarem o autocarro para irem a Lisboa, facultar dois autocarros para irem a Castelo Branco, emprestar o Pavilhão Municipal, a título gratuito, para a organização de cá receber duas ou três organizações de outras cidades e fazerem um acampamento ou um evento desportivo. Só que o município de Lagoa não tem tanto marketing, não tem tanta publicidade, e faz aquilo que lhe compete. Em Portimão, o município financiou 50 mil euros para combustível para carros de competição, para o senhor ter o privilégio de deixar o município utilizar o seu nome como embaixador.

[Isac, ensino secundário, técnico de manutenção, grupo focal de Portimão]

Tem um bom complexo desportivo, tem uma boa piscina, temos muitos miúdos a praticar desporto, futebol, temos a nível de coletividade a oferta de ginástica rítmica, devemos ter à volta de 150 miúdas a praticar ginástica rítmica, algumas em competição já, portanto, o futebol, salvo erro, temos à volta de 140 a 150 miúdos a jogar futebol e temos a piscina, portanto, temos um bom complexo desportivo.

[Presidente da Junta da Freguesia da Mexilhoeira Grande, Portimão, ensino básico]

Relativamente ao município de Mação, reconhece-se o desafio de promover ofertas culturais e recreativas com padrões equiparáveis ao que é possível encontrar numa grande cidade, mesmo quando essa oferta pudesse ser promovida não especificamente pelo município e sim pela comunidade intermunicipal da região do Médio Tejo. Apesar disso, enfatiza-se a orientação das lideranças locais no sentido de alargar horizontes e permitir aos jovens de Mação o confronto com contextos culturais diversos. De resto, como nos exemplos anteriores, sublinha-se a oferta instalada, relativamente diversificada, de atividades de enriquecimento curricular. Nestes testemunhos, não deixa de ser curioso o facto de não se assinalarem eventos específicos tradicionais que têm lugar nas aldeias, momentos de festa e de convívio entre populações locais e visitantes, uns com raízes no território, outros turistas ocasionais. Para as gentes da aldeia, estes são certamente momentos de fuga à rotina e de possibilidade de algum entretenimento saudável que contribui para o bem-estar individual e coletivo.

De zero a dez, eu diria que em Mação a população deve estar aí num nível oito [o grau de satisfação em geral]. E porquê só oito? Porque há algumas coisas que Mação nunca vai ter e nunca vai ter coisas que apenas uma grande cidade nos dá. Por exemplo, eu quero ver uma revista, uma peça de teatro, não consigo ter em Mação. E já houve passos interessantes nesse sentido ao nível das comunidades intermunicipais [...] já temos respostas culturais e de atividades recreativas e que aparecem já com alguma escala, de uma forma articulada, ao nível da NUT 3 do Médio Tejo e da comunidade municipal do Médio Tejo. Mas nunca é a mesma coisa! Por exemplo, se eu quiser ver um jogo de futebol da primeira divisão nacional, não tenho. O mais próximo que tenho é Lisboa, não há por aqui; se eu quiser ir ver uma estreia em termos de cinema, se calhar vou ter de ir o mais próximo será Torres Novas. Isto é, há ainda passos a dar, mas nós nunca podemos ter em zonas de baixa densidade o que as zonas de alta densidade têm. É por isso que algumas pessoas sentem um bocadinho essa falta. Mas quem tem a facilidade e agora com as estruturas rodoviárias que nós temos, nós numa hora e meia, cumprindo todos os limites de velocidade, estamos em Lisboa. Ou seja, dá para fazermos umas idas regulares a Lisboa com muita facilidade... [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

Não há hospitais dignos desse nome, não há uma série de recursos básicos quer ir ao cinema, não se tem e não estou a sequer falar de Mação, basta ir a Abrantes. É a mesma coisa ou Tomar. [Presidente do Instituto Terra e Memória de Mação, professor do Instituto Politécnico de Tomar, licenciado em Arqueologia]

A nível de crianças? Têm as piscinas de Mação, já têm escola de inglês, têm dança, música [Diretora de uma organização do terceiro setor de apoio a idosos em Mação, licenciada em Serviço Social]

temos [os maçaenses] acesso a um conjunto de serviços praticamente gratuitos, que nas grandes cidades são muito difíceis de arranjar. Portanto, é fácil arranjar uma creche, os miúdos frequentam a piscina de borla, têm música de borla, têm espetáculos de borla, têm viagens de borla [...]. Há muitos anos, por exemplo, os alunos finalistas do 12.º ano fazem uma viagem à Europa [...] vai o autocarro da câmara e os funcionários da câmara, e fazemos uma viagem de uma semana à Europa. Portanto, ou aos Picos da Europa, ou vão ao Norte de Itália, ou vão ao Sul de França, etc. Para muitos deles, é a primeira vez que saem do país. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação; vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

Por exemplo, houve agora uma cerimónia no agrupamento de escolas — há o Dia Europeu da Arte Rupestre. O Concelho da Europa fundou o ano passado, e nós comemorámos isso, e este ano outra vez. E este ano, entre outras coisas, fomos oferecer um prémio a quem ganhou o ano passado. O prémio era uma biblioteca, uma pequena biblioteca e além disso foi dada uma entrada livre para a aluna neste caso, e toda a sua família com visita guiada às reservas do Museu Nacional de Arqueologia. O que nós convidamos não foi para ir visitar o Museu de Mação, convidamos foi para visitar o Museu Nacional de Arqueologia. [Presidente do Instituto Terra e Memória]

de Mação, professor do Instituto Politécnico de Tomar, licenciado em Arqueologia]

No caso de Portalegre, destaca-se a atualidade do cinema e da sala do Centro de Artes de Espetáculos, que em períodos fora da pandemia tem uma oferta dinâmica. Também se salienta a localização transfronteiriça e a proximidade a uma cidade com oferta diversificada. Especialmente na troca de ideias desenvolvida no âmbito do grupo focal com adultos, é muito sublinhada a decadência da vida social e cultural da cidade, o que faz com que as pessoas frequentemente optem por deslocar-se a outras cidades próximas.

Como vos disse, se quiserem ver um filme que estreou há uma semana ou duas, daí a uma semana ou duas nós temos o filme a passar aqui em Portalegre, não tínhamos há uns anos, agora temos, se quisermos ter acesso a um evento cultural de alguma projeção também já consegues ter isso cá, se não estás satisfeito com a oferta de consumo basta passares a fronteira e dentro de meia hora ou uma hora estás numa cidade com alguma dimensão, que supera do ponto de vista da rede de oferta numa perspetiva de consumo mais imediato, tudo o que aqui tens e não tens, portanto, estás satisfeito [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

o Centro de Artes do Espetáculo, que fica ali ao lado da Escola Superior de Educação, é uma sala de espetáculos com uma qualidade excelente. Se não tivéssemos agora esta fase de pandemia, tem tido até um cartaz cultural muito interessante. Mas os museus fecham... o museu da Fundação Robinson ficou fechado por falta de pagamento da água e da luz. São daquelas coisas mesmo de cidade pequena. [Diretor

executivo da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.; professor no Instituto Politécnico de Portalegre; doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

quando têm de ir a algum lado, não é para Portalegre, de certeza na cidade, vai-se à rua direita, como aqui chamam à rua do comércio, e ao fim de semana a rua está morta, não tem vida. Como a Luísa disse, ao domingo Portalegre é fúnebre, não há vida. E as pessoas estão fora, vão para outros locais. Até para Castelo de Vide, por exemplo, não é? É um dos locais que realmente acaba por movimentar muito mais e é muito mais pequenino [...]. [Andreia, ensino superior, psicóloga, grupo focal de Portalegre]

Eu quase iria subscrever por inteiro, digamos, aquilo que o Rui disse quer dizer, é também, digamos, o meu sentimento. É assim, já se falou que, no aspeto cultural, a cidade não tem grandes ofertas, não há grande vida, digamos assim, não há uma vida cultural digna, digamos, de registo e depois isso tem influências no aspeto social, obviamente, salvo raras exceções... [Ivo, ensino superior, economista, grupo focal de Portalegre]

Em relação a Oeiras, o município tem investido largamente no setor da cultura, enquanto cidade candidata a Capital Europeia da Cultura. Neste âmbito, e de forma transversal, as iniciativas culturais promovidas no município envolvem quer eventos de passeio ao ar livre, eventos desportivos, eventos de animação para crianças, espetáculos de música como concertos e festivais, entre outros. Algumas destas atividades têm em conta orientações de alargamento de oportunidades para crianças inseridas em contextos marcados pelo desfavorecimento. Paula, cidadã brasileira que, tal como o marido, trabalha em Lisboa

no setor das tecnologias de comunicação e informação (famílias com posicionamentos sociais de classe de profissionais técnicos e de enquadramento), com duas crianças, ambas a frequentar a Aquilino Ribeiro, assinala a boa experiência que tem sido para a sua família residir no concelho. Também ao nível das infraestruturas culturais, o concelho está muito bem posicionado, contando com museus, bibliotecas, um cinema no Oeiras Parque, entre outros espaços de convívio de natureza diversa.

Bibliotecas, clubes desportivos, tudo isso, Oeiras já tem [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

Temos um projeto muito inovador e criativo que é a constituição de uma orquestra, que está a ser, portanto, promovido pela Orquestra de Câmara Portuguesa em parceria com o município, que é a criação de uma orquestra de câmara de crianças do Bairro dos Navegadores, e neste momento já temos cerca de 80 participantes, 70 a 80 crianças e jovens participantes nesta orquestra. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

Ao nível da cultura, Oeiras está-se a candidatar à Capital Europeia da Cultura, cujo comissário é o Dr. Jorge Barreto Xavier e é um desafio importante que temos em mãos que Oeiras se torne a Capital Europeia da Cultura. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

A gente tem todo o tipo de comércio, a gente tem todo o tipo de banco, médico, praticamente tudo eu consigo resolver cá em Oeiras. Eu só vou

a Lisboa, realmente, a trabalho, e acho que a nível de educação, a nível de entretenimento, Oeiras atende a gente, pelo menos a nossa família atende, 90% das necessidades são atendidas aqui no município. [Paula, ensino superior, trabalha na área da programação informática, grupo focal de Oeiras]

Uma dimensão que ganha grande destaque nos discursos dos entrevistados prende-se com o património e a identidade cultural. Em vários municípios, os entrevistados referem a riqueza do património histórico e cultural das suas cidades, quer no que respeita aos recursos endógenos que comportam os seus territórios, quer as atividades que constituem o seu património cultural.

Na Póvoa de Lanhoso, destaca-se a indústria da filigrana, um setor de atividade tradicional da região, que tem vindo ao longo dos anos a perder relevância no território. Os entrevistados relatam a falta de investimento direcionado para a promoção e a divulgação desta indústria. Consideram ainda que a aposta no maior desenvolvimento e na promoção da filigrana seria importante para a divulgação nacional e internacional do concelho, uma forma de atrair pessoas ao território e de gerar alguma dinâmica económica e turística a partir desta arte tão característica e um património cultural tão rico do território. Alertam ainda para um sentimento de distanciamento dos mais jovens face a estas dinâmicas culturais e tradicionais do município.

porque infelizmente nós vemos que, enquanto no tempo dos meus pais e no tempo dos meus avós, uma peça de ouro era algo que quase toda a gente tinha que ter, neste momento isso tornou-se completamente banal. [Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, mestre em Administração e Gestão Escolar]

Das Sete Maravilhas da Cultural Popular. A câmara participou, com a filigrana da Póvoa de Lanhoso. Foi uma boa participação. Mas acho que no geral, no decorrer do ano, e no decorrer dos anos, não são feitas grandes estratégias para promover a arte. Não queria estar aqui a dizer o nome de outras câmaras, mas existe, por exemplo, em Gondomar, em que têm outro tipo de projetos... [Responsável pelo Departamento de Design de uma empresa do setor da filigrana, Póvoa de Lanhoso, mestre em Marketing]

No dia em que foi o programa das Sete Maravilhas, foi em direto, na RTP 1, a emissão foi cá, foi feita cá na Póvoa de Lanhoso, e eu, por acaso, a mim, convidaram-me para ir falar um bocadinho sobre a filigrana... No dia a seguir, nós tivemos aqui montes de pessoas que estavam em Viana do Castelo, algumas estavam no Gerês, mas porque viram na televisão, precisamente, a falar sobre a filigrana. Teria que haver algo muito mais... criar mais impacto. [CEO de uma empresa do setor da filigrana, Póvoa de Lanhoso, ensino básico]

No município de Portimão, menciona-se a importância dos produtos regionais e das tradições para a construção de uma identidade cultural do território. Contudo, os entrevistados alegam a perpetuação de sentimentos de uma perda de autenticidade cada vez maior, em grande parte devido às dinâmicas do turismo massificado.

uma das coisas que nós perdemos foi a autenticidade, quando houve a construção em massa, e o turismo de massa. [...] Eu acho que nós precisávamos de voltar às raízes, de ir buscar as tradições, de ir buscar aquilo que realmente somos, em termos de população. E, portanto, falar muito de autenticidade. Estou-me a lembrar de Alvor, por exemplo, a nível mais turístico passou a ter menos potencial assim que deixou

de ser autêntico. Está a ficar muito diluído. E isso também é uma preocupação que se junta com o envelhecimento das populações, e não haver aqui uma continuidade. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

Em Portalegre, os entrevistados destacam a ligação com a agricultura e com os recursos endógenos, um aspeto importante na modelação de uma identidade cultural coletiva (apesar de estes recursos serem comuns às regiões transfronteiriças), assim como as atividades tradicionais ligadas à manufatura de tapeçarias e à indústria corticeira, ambas apontadas como potenciais imagens de marca identitária da região. No entanto, os entrevistados testemunham as suas preocupações com a forma como o município tem vindo a usufruir e a investir no património cultural de que é portador.

Nós temos o modelo das tapeçarias, que é único no mundo [...]. Nós temos um ponto, uma forma específica de construir tapeçarias, que replicam telas conhecidas e famosas de artistas plásticos de renome como ninguém mais no mundo consegue fazer, é um segredo da região. O ponto de Portalegre, usado nas tapeçarias de Portalegre, é património. [Pró-presidente para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, doutorado em Sociologia]

Tem as tapeçarias de Portalegre, que são uma imagem muito interessante da cidade, mas também não se têm conseguido afirmar. Não conseguiu encontrar sequer ainda qual é que é o caminho. Se o caminho é José Régio, se o caminho são as tapeçarias, qual é. [Diretor executivo da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.;

professor no Instituto Politécnico de Portalegre; doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

Quando falamos de turismo em Portalegre, continuamos a apostar no Castelo do Alegrete, e eu penso que há milhares de castelos por toda a Europa, na Serra de São Mamede, que é ótima, mas há parques naturais, e a questão da manufatura de tapeçarias, que é única no mundo, não é vendida — porque não há uma perspetiva integrada de desenvolvimento e uma ideia do que se quer para Portalegre.

[Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Também a nível agroalimentar: os vinhos, os azeites. Mas isto são tudo produtos com fortíssima concorrência a nível nacional e a nível espanhol. Também do outro lado da fronteira, os vinhos e os enchidos são de qualidade. Os recursos endógenos são muito próximos das zonas envolventes. Ouvimos falar da qualidade dos vinhos e do azeite em todo o lado. [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

O investimento público é uma tragédia. Eu não me lembro qual é que foi a última vez que ocorreu, em Portalegre, uma obra estruturante para a cidade. Algo que a gente possa dizer: «Não, isto é uma coisa que vai ficar, é uma coisa estruturante para a cidade, e uma coisa para o futuro», e que seja sustentável. Se calhar, foi na altura daquela Polis que ocorreu a última obra estruturante [Diretor executivo da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.; professor

no Instituto Politécnico de Portalegre; doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

Nós tínhamos, por exemplo, aqui um jardim que é o Jardim da Corredora ele era uma espaço lindíssimo, lindíssimo, de convívio, e depois fez-se um projeto de reabilitação do espaço e arrasou-se com aquilo que as pessoas recordavam, destruiu-se aquilo que era icónico e que pertencia à identidade dos portalegrenses Houve até um banco que foi destruído e que a câmara municipal foi praticamente obrigada a reconstruir, porque era inadmissível aquele ícone ali não estar [Andreia, ensino superior, psicóloga, grupo focal de Portalegre]

vou começar por, ligando aqui a esta referência ao jardim, lembrar que o Jardim do Tarro é obra do Gonçalo Ribeiro Telles inicialmente. Portanto, temos ali também um espaço de luxo que, às vezes, também é desconsiderado quando, a certa altura, se implantou lá um mamarracho no meio do jardim, que hoje é um restaurante chinês Estas coisas de falta de enquadramento e de falta de orientação da própria câmara são graves! [Rui, ensino superior, professor universitário, grupo focal de Portalegre]

andei à procura de espaço, de edifícios à venda, obras para fazer, e então acabo por estar a ter uma perspetiva interessante sobre a cidade, que tem edifícios até icónicos que deveriam ser reabilitados, porque mantêm aquela pouca identidade que a cidade ainda tem. A cidade tem estado também a ser descaracterizada com a construção de edifícios que não têm nada a ver. Isto nem sequer é de hoje, isto acho que remonta à década de 70, 80, em que se começaram a construir edifícios que não têm a ver com a identidade rural, que é tão valorizada. Por exemplo, porque é que as pessoas gostam de ir para Castelo de Vide e Marvão?

Justamente, porque vêm à procura do típico, e apostou-se mal na modernização dos espaços, a meu ver, isto é uma opinião muito própria minha, pronto. [Andreia, ensino superior, psicóloga, grupo focal de Portalegre]

Em Oeiras, e de forma menos presente nos testemunhos dos entrevistados, enunciam-se igualmente projetos de recuperação e de preservação do património histórico e cultural do município.

Depois tem uma história muitíssimo interessante ligada ao marquês de Pombal e, portanto, com raízes históricas profundas, tem um património cultural e histórico muitíssimo interessante e bom [...]. E está a ser levada a cabo, e muito bem, essa recuperação do património histórico. Há todo um conjunto de património histórico que a câmara foi capaz de trazer para si, que estava sob tutela do Estado central e que já só se estava a degradar, e a câmara conseguiu trazer para si a responsabilidade de recuperação. Portanto, esse é um outro desafio, muitíssimo interessante, que é tornar Oeiras uma referência de preservação de património histórico. [Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

No município de Mação, para os entrevistados, a criação de uma identidade cultural depende e assenta nos recursos endógenos que diferenciam o município de outros da região e do território nacional — envolvendo também a riqueza da herança arqueológica de que o município é portador (artes rupestres). Entre os recursos tradicionais mais sublinhados como características de uma verdadeira cultura em cuja valorização se pretende apostar estão o azeite, o mel, os enchidos, o medronho, as próprias águas termais. Isto numa perspetiva de atração de visitantes ao território, para a criação de uma

maior dinâmica empresarial e turística assente, precisamente, na valorização dos próprios recursos endógenos.

Isso é que é cultura! a cultura não é só a dança e o cinema e os teatros! a cultura são os nossos produtos tradicionais e Mação não é, não tem melhor que os outros, tem é diferente! Não tem nada melhor que os outros! Todos os concelhos do interior têm coisas fantásticas, têm gente fantástica e têm produtos e potencial e grande potencial. Mação não é melhor que os outros! Mas é diferente! [...] a apicultura é passível de um projeto de fileira, a olivicultura é passível de um projeto de fileira, a vitivinicultura é passível de um projeto de fileira, porque Mação foi dos maiores produtores de vinho do país, e se olhar para o filho heráldico de Mação, vê lá duas abelhas e dois cachos de uvas Portanto, não é por acaso que lá estão! Não é verdade? e tem também a caprinocultura para projeto de fileira... tem o medronho, que pode ser um projeto de fileira muito interessante, pela valorização que tem. [Coordenador do Gabinete Empreendedor de Mação, GEMA; licenciado em Medicina Veterinária]

O futuro de Mação passa por ser capaz — e acho que tem conseguido — de encontrar um território convergente, para pessoas que tenham agendas e interesses diferentes. [...] É preciso encontrar um caminho para aproveitar e valorizar os recursos endógenos do território, por muito abandonados, etc., que eles estejam, e isso implica políticas públicas que estão para além da capacidade da gestão local. [...] Agora, obviamente, o turismo seria uma aposta. E é uma aposta importante, mas eu também acho que a grande aposta em termos de turismo é para turismo interno, não é para turismo internacional. A não ser o turismo científico em torno das artes rupestres e da arqueologia,

que é sempre muito limitado. Mação, a sua maior aposta será mostrar que tem um modelo de cuidar dos seus cidadãos, que é exemplar. E que, portanto, é capaz de fazer isso também Como, aliás, já faz com a escola, quando recebe alunos de outros concelhos, já fazem isso com a biblioteca, com o museu. [Presidente do Instituto Terra e Memória de Mação, professor do Instituto Politécnico de Tomar, licenciado em Arqueologia]

Sociedade digital

Aliada à educação, a sociedade digital ocupa um peso significativo nas dinâmicas de desenvolvimento económico e social dos territórios. No entanto, o planeamento e/ou a adesão à evolução tecnológica e à sociedade e economia digitais assume características específicas nos vários municípios.

Em vários deles reconhece-se a importância de investir no digital e de direcionar o desenvolvimento do município nesse sentido. Tal é patente nos testemunhos de entrevistados no município da Póvoa de Lanhoso, que, como assinalado atrás, conta com algumas empresas de base tecnológica e tem vindo a apostar bastante nesta área quanto à oferta formativa profissional no ensino secundário.

eu sou daquelas pessoas que de manhã digo «o que é que vou aprender hoje?» e todos os dias aprendo uma coisa nova. Porque estou numa área em que tenho que viver assim. [...] Ainda há um bocado estava aqui a ler como é que havia de implementar e apostar em algoritmos de inteligência artificial, uma coisa que eu estudei na universidade, nem liquei muito, achei piada e tal, mas agora é absolutamente necessário, vou ter que aprender isso. Vou ter que tomar decisões relativamente

a isso, porque tem que se saber como é que aquilo funciona, e aquilo é complicado, eu já estou a tremer. Mas tem que ser. [CEO da empresa Plako, desenvolvimento de *software*, Póvoa de Lanhoso, licenciado em Engenharia]

No município de Portimão, as questões relacionadas com a economia e a sociedade digital envolvem também, essencialmente, a necessidade de atração de novo investimento. Evidenciam-se as características do município que motivam a criação e a instalação de empresas que se dedicam à inovação tecnológica. Ainda que se reconheçam os possíveis efeitos perversos da constante utilização do digital, refere-se igualmente a importância do reforço, no município, da oferta educativa na área das tecnologias digitais.

Inclusivamente, eu acho que havia aqui espaço para alguma semelhança de características geográficas, um bocadinho, com a Califórnia, que nós podíamos, claramente, ter aqui, na minha opinião, um centro de inteligência e de conhecimento de inteligência. Criar aqui algumas empresas que se dedicassem à inovação tecnológica, por aí fora. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

No digital, no sentido de dizer assim, todos os cursos e toda a área de conhecimento que passa pelo digital, acho que é uma área importante de desenvolvimento e que abre muitas portas, tanto a nível mais técnico, como a nível superior, para que as pessoas possam ter um trabalho, e uma remuneração relativamente... enfim, em Portugal, nenhuma das remunerações é confortável... mas sim. Eu acho que seria na área do digital. [...] Agora, também acho que esta questão nos traz algumas coisas que podem ser mais perversas. O facto de estarmos sempre

ligados, ou cada vez mais ligados, se calhar, promove a solidão, promove a que se perca a riqueza no contacto e nas interações que se têm. [Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, licenciado em Gestão de Recursos Humanos]

No que diz respeito ao município de Portalegre, o Instituto Politécnico de Portalegre surge, uma vez mais, como essencial nas dinâmicas de desenvolvimento tecnológico e científico do município, afirmando-se como um espaço que está integrado na região e que está a ser, ele próprio, um motor de desenvolvimento. Não obstante, apontam-se fragilidades no que se refere à conectividade e à rede de Internet, sendo estas consideradas um fator de constrangimento à instalação, em Portalegre, de empresas que utilizem a Internet como plataforma de prestação de serviços. A tecnologia é também equacionada, neste território, como um excelente vetor de desenvolvimento económico e social. Nas entrevistas, a localidade vizinha, Ponte de Sor, é ainda abordada pelo seu desenvolvimento no polo da indústria aeronáutica e, conseqüentemente, pela oferta educativa na área da aeronáutica, que esta indústria fomentou na localidade. Refere-se a necessidade de uma transição digital, bem como de novas tecnologias e programas de capacitação e o incremento da literacia digital, a fim de otimizar as capacidades de utilização de tecnologias e das redes digitais virtuais dos residentes portalegrenses.

É fundamentalmente uma questão de marketing territorial, de levar os investidores a virem para Portalegre e apostarem pelas razões que vou enunciar: é necessário apoiar o emprego, é necessário coordenar políticas de agentes do território, ou seja, é necessário potenciar

as vantagens que temos, como o Instituto Politécnico de Portalegre, de termos esta localização privilegiada, de termos gente capaz de trabalhar. Portanto, a aposta tem que ser no investimento produtivo. [Antigo presidente da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, Portalegre, ensino secundário]

Mas hoje, com as novas tecnologias, e com a extensão da rede de Internet (não há velocidade desejável), para esse tipo de atividade que não seja de produção física e de géneros e de mercadorias e produtos, as tais características da tranquilidade da segurança podem realmente tornar Portalegre mais apetecível para uma empresa onde as pessoas possam trabalhar, praticamente, apenas através da Internet, fazendo o desenvolvimento dos seus produtos e a prestação dos seus serviços. Portanto, para esse perfil de empresa nós temos aqui condições e qualidade para competir com outras regiões. Para o atingir, há outros objetivos necessários para facilitar este sucesso: nomeadamente a nível da conectividade, da rede de Internet (para instalação de empresas deste tipo), e algum programa aliciante para chamar e fixar empresas. [Presidente da Associação Empresarial da Região de Portalegre, NERPOR; vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa, AIP; vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal, CIP; licenciado em Direito]

A questão da transição digital... Nós temos necessidade de adaptar isso a cada país, e depois dentro de cada país, a cada região e cada extrato etário, evidentemente. No Alentejo, em geral, nós estamos a falar de uma grande parte da população que não foi educada, ela própria, já na era digital. [Diretor executivo da Unidade Local de Saúde

do Norte Alentejano, E.P.E.; professor no Instituto Politécnico de Portalegre; doutorado em Saúde Mental e Psiquiatria]

O município de Oeiras destaca-se largamente dos restantes no que diz respeito às suas capacidades de desenvolvimento tecnológico. Este concelho conta com a acumulação de universidades, centros de investigação científica, laboratórios e polos empresariais tecnológicos (que são sede de empresas como a Google). O desenvolvimento tecnológico, primado pelos valores da inovação e da sustentabilidade, tem sido claramente uma aposta de sucessivos autarcas. Os entrevistados mostram satisfação quanto à produção de riqueza, de inovação e de avanço tecnológico, que é, de acordo com um dos entrevistados, substancialmente superior à que se verifica no resto do país. Os objetivos municipais passam pelas necessidades de continuar a criar os melhores estudantes do país, a atrair mais e melhores empresas e a acumular o emprego mais qualificado do mercado.

Oeiras oferece emprego qualificado aos municípios, temos as melhores empresas sediadas no concelho de Oeiras, por exemplo — para não estar aqui a referir — grandes laboratórios farmacêuticos, a própria Google, enfim, temos aqui um terciário altamente qualificado no território, o que também proporciona, ao nível de empregabilidade, uma boa qualidade de vida aos municípios. [Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Oeiras, licenciado em Sociologia]

Tem um desafio de continuar a fomentar os melhores alunos, os melhores estudantes do país, tem o desafio de dar continuidade à atração de mais e melhores empresas, menos poluentes, mais verdes. [...] o efeito indireto

é a contaminação que esta forma de estar na vida faz às gerações vindouras, eu recebo praticamente todas as semanas grupos de jovens estudantes do ensino secundário que vêm aqui, no fundo, contaminar-se com este ambiente de desenvolvimento, com este ambiente de inovação, com este ambiente de querer fazer mais e melhor [Representante de um polo de inovação tecnológica em Oeiras, doutorado em Finanças]

No município de Mação a temática sobre o desenvolvimento tecnológico e científico tem uma presença menos central nos discursos dos representantes da comunidade, incluindo os empresários que participaram no grupo focal. As referências a esta dimensão aparecem sobretudo associadas à crescente automatização dos processos produtivos como estratégia compensatória da falta de mão de obra na região, e à procura de um incremento sustentável da produtividade num contexto crescentemente aberto e competitivo. Além disso, são feitas referências à recente instalação no município de uma empresa de *call center*. A economia digital está a abrir novas possibilidades, mas há a consciência de que com ela vem uma competitividade que, em boa medida, não é controlada localmente. Para todos, é muito claro que a principal riqueza de Mação, o que justifica a sua permanência e diferenciação, continuará a ser *a terra e as suas gentes*.

Eu andei a fazer plantações, agora, de eucaliptos... Este ano tenho muita coisa aprovada para plantar... Antes fazia com mulheres, aquilo feito à mão rendia aí umas 400 por dia. Agora temos um ferro, meto o adubo, meto a planta e carrego ali no pedal metes para lavar, para teres 1200 por dia, por aí assim mil a 1200 por dia. A floresta com máquinas, faz-se tudo hoje com máquinas... Agora com a máquina, um homem

por dia planta ali 1200 eucaliptos. [Jorge, ensino básico, empresário florestal, grupo focal de Mação]

A indústria das carnes [...] em vez de empregar 400 ou 500 pessoas, que era o que empregava antigamente — quando vim para Mação já não empregava tantas, seriam aí umas 300. [...] Neste momento, produz-se muito mais do que o que se produzia antigamente, só que, se calhar, a indústria toda — as salsicharias todas — empregam não chega a cem pessoas. Mas produz-se muito mais! [Joaquim, curso profissional de nível 3, empresário no setor da charcutaria, grupo focal de Mação]

hoje, com as novas tecnologias, com o digital, trabalha-se em qualquer parte do mundo, em qualquer sítio Eu vou-lhe dar uma novidade, sabe onde é que está instalado o call center da Emel? Se tiver um problema na Emel, em Lisboa, liga e é atendido aqui em Mação Tudo o que é o trabalho back office do Hospital de Santa Maria está instalado em Mação, na mesma empresa o call center do ICNF [Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta], aquele número verde que se liga para fazer as queimadas e tal, está aqui em Mação. Portanto, estas coisas hoje também são todas muito apelativas, não é? [...] Agora, há aqui uma coisa que também é certa: esta economia de que estamos a falar, a economia digital, tem um senão, como tudo: é que tanto está aqui na Rua Pina Falcão, em Mação, como está em Pombal, como está em Lisboa, como está em Marraquexe, como está no Dubai, como em qualquer parte do mundo! Enquanto a floresta, está aqui. [...] Portanto, tudo aquilo que é enraizado, que é nosso, das nossas terras... ou tudo o que está ligado ao nosso turismo, às nossas paisagens, aos rios, às ribeiras, aos miradouros... é nosso, é explorado

por nós. Quanto ao resto, estamos num mundo competitivo, que com facilidade [estala os dedos e faz um gesto indicativo de que pode de um momento para o outro desaparecer]. O call center da Emel pode estar aqui durante dois anos, mas a seguir pode estar em Freixo de Espada a Cinta... não é? Agora aquilo que é nosso, ligado aos nossos produtos — à terra. Aí sim. Nós temos é que perceber como é que os podemos potenciar, é isso que temos tentado fazer ao longo dos anos... [Presidente da Câmara de Mação, licenciado em Direito, grupo focal de Mação]

Entretanto, as medidas de contenção da pandemia de COVID-19, seja na escola — ao implicarem a suspensão das atividades educativas presenciais e a necessidade de mobilizar recursos tecnológicos para uma população que, até então, não tinha nem computadores nem Internet para uso pessoal —, seja no trabalho, ao devolverem à terra natal jovens altamente qualificados que passaram ao teletrabalho, permitiram suscitar um conjunto de novas oportunidades sobre as quais há disponibilidade para refletir.

Nós tivemos as escolas encerradas de março até setembro. E num concelho como Mação com as escolas encerradas — e quando digo escolas, refiro-me a todas as respostas ao nível educativo, portanto, desde creche ao ensino secundário. [...] Não foi fácil. Primeiro, nós demoramos algumas semanas, para não dizer, se calhar, até para aí um mês, a conseguir garantir equipamento tecnológico a todas as crianças. E se calhar, fomos dos primeiros concelhos a consegui-lo. Envolvendo várias entidades: a Comunidade Intermunicipal, a Câmara, o próprio Agrupamento de Escolas e também alguns particulares, no sentido de garantir esse tipo de situações. E depois,

também, assistimos à incapacidade dos pais de gerirem tanto tempo, durante tantas horas por dia e durante tantos dias, a vida dos filhos. E também sentimos a incapacidade de acompanhamento, se quiserem, acompanhamento académico... a escola foi fazendo o seu papel, e penso que até o fez relativamente bem. Mas não podia estar o dia inteiro em videoconferência com os miúdos. E os miúdos também não estão muito preparados para o trabalho autónomo, porque se viram nesta situação de um dia para o outro. [...] Tudo isto fez-nos olhar, também, para a fragilidade que nós temos no parque tecnológico, nos equipamentos informáticos, no próprio acesso à Internet. Nós pensávamos que as famílias estavam todas equipadas, e finalmente percebemos que havia dezenas e dezenas de crianças que não tinham nenhum equipamento. E continuam a não ter [computadores], porque não lhe foi dado, foi-lhes emprestado. [Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Mação, licenciado em Filosofia]

o que eu sinto com estas questões do digital é que o digital é um mundo novo. E, portanto, estar na Avenida da Liberdade ou estar numa chaveirinha fechado à frente de um computador é exatamente a mesma coisa. E, portanto, também aqui há um conjunto de oportunidades novas que eu acho que, aí sim, vão ser positivas do COVID. Porque [o digital] traz-nos uma perspetiva completamente nova, de certa forma, diminui as distâncias e permite-nos fazer escolhas que até julgávamos impensáveis. [...] o COVID [com o teletrabalho] trouxe-nos um mundo novo, em que é possível viver no interior, viver nestas aldeias, viver com qualidade. Ter o bom que nós temos aqui e ter um padrão que está na Califórnia. [Presidente da Associação Florestal do Concelho de Mação, Aflomação; presidente da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação, AmarMação;

vice-presidente da Câmara Municipal de Mação; licenciado em Engenharia]

4.5. Os municípios na abordagem quanti-qualitativa: notas de síntese

No capítulo 4 apresentaram-se os estudos de caso de base municipal, desenvolvidos através de um exercício abrangente de cruzamento de informação extraída de diferentes elementos. Ao nível quantitativo, os territórios são caracterizados com recurso a estatísticas municipais sobre desigualdades sociais e bem-estar. A abordagem qualitativa é apoiada em múltiplas fontes, nomeadamente a observação sistemática de ruas através do Google Street View, bem como entrevistas com representantes locais e grupos focais com residentes. A estrutura do capítulo dá, assim, ênfase a esta estratégia multietápica seguida na pesquisa. Numa primeira fase, os municípios são comparados em função do perfil de desigualdades territoriais que os caracterizam (secção 4.1). Seguidamente, analisa-se a qualidade observada do espaço urbano (secção 4.2). A etapa seguinte propõe uma perspetiva comparativa do bem-estar municipal, tendo por suporte indicadores estatísticos relativos aos territórios em referência nos estudos de caso (secção 4.3). A perspetiva sobre esses territórios em termos de condições de vida e de recursos de bem-estar é completada com a realização de entrevistas a representantes locais e residentes (secção 4.4), possibilitando dessa forma uma visão sobre experiências e perceções de quem vive e intervém nos territórios.

Os resultados desta análise vertical (por município) permitem enfatizar a importância de aceder a informação abrangente e multitemática,

para assegurar retratos municipais alinhados com as perceções e as valorizações dos residentes. Para além de permitir uma ilustração abrangente e aprofundada dos municípios analisados, através dos estudos de caso foi igualmente possível fazer uma leitura crítica do sistema de indicadores proposto.

Constata-se que a grelha de conteúdos identificados nas entrevistas e nos grupos focais, no âmbito da discussão dos aspetos diferenciadores de cada município, compreende as dimensões de bem-estar previstas no modelo definido neste estudo. Para além destes temas, os participantes nas entrevistas sinalizam a importância de aspetos mais transversais, relacionados com temáticas como: a gestão política (um tema que descreve os posicionamentos estratégicos ou programáticos definidos em resposta às especificidades e aos desafios locais); o acesso a serviços (a este propósito, fazem referências genéricas às condições de acesso a serviços sociais, educativos ou outros); e a localização/mobilidade (ou seja, o posicionamento e a comunicabilidade do município na região em que se localiza).

É ainda de salientar a forte proximidade temática entre as dimensões e os aspetos referidos nas descrições verbais dos municípios quanto ao trabalho digno, à participação cívica, aos contactos sociais, à saúde, à segurança e ao bem-estar subjetivo. Em contrapartida, as dimensões «equilíbrio trabalho-família», «qualidade ambiental» e «educação, cultura e sociedade digital», sendo amplamente referenciadas nos discursos dos participantes, aparecem nesses testemunhos com conteúdos que tendem a não estar explicitados nos indicadores de referência. Mais especificamente, na dimensão

«equilíbrio trabalho-família», os indicadores institucionais não apresentam informação sobre as tensões também associadas ao cuidado familiar de jovens e de idosos, mencionadas nos testemunhos a par dos cuidados de crianças mais novas (único foco dos indicadores). Na dimensão «qualidade ambiental», os indicadores não contemplam informação referente à qualidade do espaço urbano, ao acesso a espaços verdes (construídos ou naturais), ao clima ou a comportamentos e estilos de vida, amplamente referidos pelos participantes no estudo. Quanto aos indicadores da dimensão «educação, cultural e sociedade digital», estes não informam sobre a oferta cultural nem sobre a qualidade dos projetos educativos.

Outra perspetiva compara as ilustrações qualitativas do município (perceções sobre o território) e as ilustrações quantitativas (indicadores municipais de bem-estar). Neste sentido, parte-se da identificação de aspetos diferenciadores do contexto salientados nas descrições verbais do município, bem como na análise do posicionamento do território no sistema de indicadores de bem-estar. Para este efeito, ao nível do discurso, retêm-se as temáticas mais vezes referidas nas entrevistas e nos grupos focais, quando interpelados explicitamente sobre os aspetos diferenciadores do município⁴⁹. Quanto aos indicadores, retêm-se os que apresentam maiores desvios face à mediana nacional nas dimensões destacadas nas descrições verbais do município.

Por município, sublinham-se as seguintes tendências e características na articulação entre retratos estatísticos e retratos verbais.

Póvoa de Lanhoso

Na Póvoa de Lanhoso, os discursos destacam os aspetos relacionados com contactos sociais e o acesso a serviços enquanto elementos particularmente positivos do município. No plano quantitativo, os indicadores que remetem para estas temáticas com maiores desvios face à mediana nacional correspondem ao isolamento e idosos e à proteção social na saúde, nos quais, comparativamente, o município aparece numa posição relativa de vantagem face à mediana nacional. Destaca-se assim uma coerência entre perceções dos indivíduos e as caracterizações realizadas tendo por referência os indicadores municipais. Em contrapartida, na dimensão «habitação», apesar de os indicadores posicionarem o município numa condição de vantagem relativa quer na componente de habitação social, quer na acessibilidade à habitação, os testemunhos enfatizam a baixa oferta de habitação para arrendamento ou aquisição, bem como tendências de aumento dos preços, perante a suspensão de novas construções e a crescente procura por famílias que residem em cidades próximas. As desigualdades intramunicipais entre as freguesias centrais e periféricas, observadas quer no Google Street View, quer nas narrativas de entrevistados, agravando condições de participação e mobilidade de pessoas residentes fora da vila, também não se revelam evidentes nos indicadores institucionais integrados no modelo de bem-estar.

Enquadrada no agrupamento de Territórios em Transição, Póvoa de Lanhoso é um município atravessado por mudanças estruturais que se refletem, desde logo, nos ritmos mais intensos de reconfiguração do perfil qualificacional da sua população — com a maior adesão

dos segmentos jovens aos processos de qualificação de maior pericialidade técnico-profissional e científica (crescimento mais expressivo neste município do ensino secundário e superior). No território, a diminuição do peso económico de indústrias tradicionais do setor têxtil e filigrana, intensificada, em anos recentes, com o encerramento e a deslocalização de empresas multinacionais com alguma dimensão — todas tendo em comum um modelo de produção assente na atividade industrial intensiva e na exportação de baixo custo —, tem vindo a ser compensada pela instalação e pela consolidação de novas indústrias e também pelo reforço de emprego associado ao terceiro setor e à economia digital. A predominância operária mantém-se ainda como um dos principais traços distintivos do território, mas as tendências assinaladas apontam para oportunidades de mobilidade social ascendente de gerações jovens mais escolarizadas, num processo que beneficia igualmente da boa localização do concelho no sistema urbano que envolve Braga e Guimarães e que se estende até à Área Metropolitana do Porto.

Portalegre

Em Portalegre, os discursos destacam as dimensões «trabalho digno e dinâmica económica» e «educação e cultura» numa perspetiva negativa. Ao nível quantitativo, as temáticas que mais distinguem o município no contexto nacional remetem para a educação e cultura, bem como para a saúde. O município posiciona-se de forma desfavorável quanto à percentagem de agrupamentos TEIP e à despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante, em congruência com os discursos que sinalizam

a desadequação da oferta educativa e a baixa atividade cultural. Nas descrições verbais, enuncia-se a este propósito uma visão crítica explícita relativa à gestão política municipal e à forma desarticulada ou mesmo negativa como esta tem intervindo no território e nos seus recursos. A dimensão «saúde» destaca-se nos discursos recolhidos sobretudo pela falta de meios humanos e de consultas de especialidade (perante concursos de recrutamento cujas vagas não são preenchidas), não estando totalmente coerente com a posição relativa do município no indicador institucional «médicos/enfermeiros por mil habitantes» — que, como em todos os territórios em destaque nos estudos de caso, apesar de se posicionar abaixo do valor 50 (os indicadores variam entre 0 e 100), denota que o município tem uma posição de vantagem na comparação com os restantes territórios. Nesta dimensão «saúde», as componentes que mais destacam o município pela negativa remetem para a esperança de vida aos 65 anos (n.º de anos) e para o rácio habitantes/centros de saúde.

No contexto dos Territórios Intermédios, outrora um dos grandes polos industriais do interior do país, Portalegre é hoje um território com enormes desafios de bem-estar social. Atualmente, a capital de distrito com menos habitantes, o município tem sofrido uma redução significativa da sua população, nomeadamente devido à escassez de emprego. A localização estratégica transfronteiriça do território face às capitais económicas ibéricas Lisboa-Madrid não foi acompanhada pela instalação de infraestruturas e pela melhoria de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, excluindo-o decisivamente dos principais eixos de circulação de pessoas, bens e serviços. No território, o Instituto Politécnico de Portalegre tem um protagonismo central nas dinâmicas educativas, tecnológicas

e empresariais que se vão estabelecendo, fomentando a construção de redes colaborativas e contribuindo decisivamente para a capacidade de inovação e de formação de massa crítica. Mas a presença desta instituição de ensino superior, por si só, não tem sido suficiente para inverter os constrangimentos estruturais que condicionam indubitavelmente o bem-estar da população, cujos principais desafios passam pela captação de novos investimentos consolidados (públicos e privados), potenciadores da recriação de uma imagem de marca identitária da região e criadores de mais e melhor emprego, com capacidade de retenção/atração da população jovem e ativa mais qualificada. No plano social, aponta-se a necessidade de melhoria das redes de cuidado da população idosa, incluindo aqui também a melhoria das condições de acesso à saúde.

Portimão

Em Portimão, os participantes destacam as dimensões, por um lado, de qualidade ambiental, com a valorização dos recursos naturais e a sinalização de problemas nas orientações de gestão política no planeamento da urbanização do território — mais focada na oferta turística do que no bem-estar dos residentes e, além disso, atravessada por fenómenos de guetização associados a bairros sociais; por outro lado, de trabalho digno e dinâmica económica, assinalando o desemprego, a precariedade e a dinâmica económica demasiado dependente de um modelo de atividade turística que evidencia sinais de decadência estrutural. Em termos quantitativos, as dimensões com maiores desvios remetem para a saúde e o trabalho digno e dinâmica económica. Quanto a esta última, de forma coerente

com os discursos produzidos pelos entrevistados, o município destaca-se nos indicadores institucionais de bem-estar pelo seu posicionamento desfavorável ao nível dos indicadores «segurança social: proteção laboral», «taxa de desemprego total (%)» e «vínculos laborais». Em termos de saúde, também nos indicadores quantitativos, Portimão posiciona-se desfavoravelmente na componente «esperança de vida aos 65 anos (n.º anos)» e favoravelmente quanto ao número de médicos/enfermeiros por mil habitantes. Este último elemento contraria as perceções dos entrevistados, que são muito críticos da incerteza das condições que lhes são oferecidas no acesso a cuidados de saúde especializados no território e denotam o agravamento significativo destas condições, interpretando tal situação como um sinal de esquecimento por parte do poder central. Os indicadores quantitativos de qualidade ambiental não destacam particularmente o município no contexto nacional. A este respeito, importa ter em atenção que os indicadores selecionados não descrevem aspetos sublinhados pelos entrevistados, relativos aos recursos naturais e aos usos recreativos e estéticos do contexto urbano.

Posicionado nos Territórios Urbanos em Rede, Portimão é um aglomerado citadino de média dimensão, com crescimento demográfico incidente nas freguesias urbanas do concelho e nas idades ativas e de crianças e jovens, sustentado na atratividade de população migrante com origens diversas e cidadãos não nacionais, tanto residentes permanentes como turistas. No contexto do seu *cluster*, distingue-se pela menor densidade de movimentos de população que trabalha ou estuda noutros municípios, o que implica ainda maior dependência económica em relação ao turismo de massas, sazonal, apoiado em trabalho pouco qualificado, precário, sem proteção social

e frequentemente mal remunerado. Um quadro que exponencia, sobretudo na população mais jovem, percepções de insegurança e de incerteza face ao futuro e reduzidas perspetivas de carreira. Ex-líbris do modelo de turismo massificado «sol, praia e mar», o município cresceu desordenadamente, sem aparente planeamento urbano (nas percepções de entrevistados), o que se revela na escassez de espaços verdes e de equipamentos que proporcionem momentos de lazer, de convívio e de contacto com a natureza.

Oeiras

Em Oeiras os discursos salientam a gestão política e a habitação, ambas com apreciações valorativas, genericamente acolhendo apreciações positivas. Em termos quantitativos, os aspetos mais diferenciadores do município remetem para o trabalho digno e dinâmica económica e para a habitação. No que se refere ao trabalho digno e dinâmica económica, o município destaca-se de forma muito favorável nos indicadores «contexto organizacional», «proteção laboral» e «proteção na reforma». Nos discursos dos entrevistados, a importância da liderança política na dinâmica económica do território é um dos aspetos valorizados da gestão política municipal. A leitura dos indicadores institucionais na dimensão «participação cívica» destaca, pelo contrário, o posicionamento negativo do município, muito marcado pela apatia face à política municipal e pela baixa participação e recursos locais. Em termos de habitação, os indicadores institucionais destacam o município de forma negativa quanto à habitação acessível, o que justifica o foco e a valorização das medidas de gestão autárquica direcionadas para essa área, com destaque

para a construção de habitação a preços acessíveis quer para jovens, quer para segmentos mais vulneráveis da população. A presença no território de agrupamentos TEIP dá conta de clivagens significativas que caracterizam as populações no concelho. Nos indicadores institucionais, verifica-se que Oeiras apresenta a melhor posição relativa nos indicadores «sociedade digital e ensino superior» e «sucesso escolar no básico e secundário» e a pior posição nos indicadores «participação na escolaridade obrigatória» e «despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)». Estas posições são coerentes com a presença no território de desigualdades sociais particularmente acentuadas, manifestas na complementaridade de discursos de gestão política social e educativa orientados ora para a promoção da excelência escolar (dos segmentos de crianças e jovens com origens de maior favorecimento, com posicionamento de classe nos profissionais técnicos e de enquadramento), ora para a resposta aos desafios característicos de territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP), no âmbito dos quais são ações fundamentais o combate ao abandono escolar precoce e o maior entrosamento entre a escola e os contextos de origem dos alunos, atravessados por múltiplas vulnerabilidades.

Posicionada no conjunto dos Territórios Inovadores, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, Oeiras tem uma localização estratégica no eixo Lisboa-Cascais e Lisboa-Amadora-Sintra. Trata-se de territórios densamente povoados, face aos quais o município se destaca pela maior concentração relativa de população altamente qualificada, bem como pela intensa mobilidade intermunicipal por motivos de estudo ou de trabalho — sendo de salientar a posição

positiva do município no indicador «deslocação em transporte coletivo». O município protagoniza um modelo de desenvolvimento assente em atividades de ponta, com uma forte aptidão para a produção de riqueza, albergando empresas de base tecnológica que trazem ao concelho inovação e dinamismo económico. Este é, pois, um contexto gerador de emprego qualificado, com rendimentos mais elevados e com condições de carreira diferenciadoras, que acolhe um segmento relativamente mais expressivo de classes sociais caracterizadas pela sua condição de maior favorecimento quanto a condições de participação e de reconhecimento, e a condições de vida e de prestígio social, em comparação não apenas com a Área Metropolitana de Lisboa, mas com o resto do país. Todas estas características específicas marcam o concelho de Oeiras, a sua gestão política municipal e as dinâmicas de ocupação do espaço público. Apesar de atravessado por fortes desigualdades sociais, Oeiras é um dos municípios com melhor bem-estar e destaca-se pela qualidade da oferta de bens e serviços, pela promoção de atividades culturais e pelas respostas especializadas de saúde e de cuidado que tem para oferecer aos cidadãos, envolvendo uma rede diversificada de serviços e equipamentos, públicos e privados, bem como espaços verdes e de convívio ao ar livre.

Mação

Em Mação, as perceções sobre o território destacam a gestão política e a educação e cultura como dimensões mais distintivas. Em ambas, valorizam-se a visão estratégica e os projetos educativos e culturais. Ao nível da educação, o aspeto mais distintivo no município remete

para a despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante. Nas narrativas dos representantes, esta orientação é ainda alargada a uma série de apoios e incentivos atribuídos pelo município às crianças e aos jovens do concelho (entre os quais se destaca a oferta de atividades diversas de enriquecimento curricular, bolsas de estudo, a entrega gratuita de materiais escolares, as deslocações quotidianas e as visitas a outras regiões dentro e fora do país). Em termos quantitativos, o município destaca-se particularmente no plano da participação cívica e da saúde. Na dimensão «participação cívica», o município posiciona-se de forma muito positiva pela (menor) apatia face à política nacional e pela (maior) participação e recursos locais, resultados que são coerentes com aspetos destacados na observação através do Google Street View e também na análise das descrições verbais dos munícipes, os quais destacam a presença no território de equipamentos e de instalações recreativas para uso dos habitantes com acesso totalmente gratuito. Quanto à saúde, o município posiciona-se de forma favorável na componente «farmácias por mil habitantes», mas negativamente ao nível da «taxa bruta de mortalidade (%)», o que será certamente associado ao perfil etário da população. Em contrapartida, e porventura refletindo a posição muito favorável do município no indicador «redes de apoio a idosos» — aliás, numa resposta que se articula com o desafio acrescido, neste contexto, do indicador «isolamento e idosos» —, Mação destaca-se pela positiva na esperança de vida aos 65 anos (n.º de anos).

O concelho de Mação, inserido nos Territórios de Baixa Densidade, reflete muitos dos desafios característicos de contextos periféricos, mas também se destaca por algumas das suas especificidades.

O concelho integra hoje mais de uma centena de aldeias, com casas habitáveis, mas sem atividade social e económica significativa, sem pessoas ou com uma população dispersa e envelhecida — o tecido social é marcado pela presença bastante expressiva de idosos e muito idosos em inatividade (66%). A desorganização do território, associada ao longo de décadas ao sucessivo despovoamento, ao abandono da pastorícia e da exploração agrícola dos campos e ao seu fracionamento em minifúndio, implica dificuldades acrescidas na gestão do território e apresenta grandes desafios de bem-estar no que se refere à sua viabilidade económica e à sua segurança (associada a incêndios florestais). O tecido económico, ainda muito associado a indústrias de transformação de produtos locais, ligadas nomeadamente à produção de azeitona, de mel e de enchidos — para além da exploração da floresta —, assiste a uma crescente automatização dos processos produtivos como estratégia consistente de substituição de mão de obra agrícola, pautada por baixas qualificações, cada vez mais difícil de recrutar. O poder local tem procurado aprofundar uma rede de colaboração estratégica no contexto da comunidade intermunicipal da região do Médio Tejo que permita a constituição de indústrias de fileira, fundadas na exploração de recursos endógenos diferenciadores, com dimensão para grandes mercados e registo de marca de origem. As atividades de cuidado promovidas por organizações do terceiro setor, frequentemente em articulação com o próprio município, são hoje a principal fonte de emprego, em especial feminino. Este trabalho, apesar de incidente em categorias de assalariamento de base dos serviços pouco qualificadas e de baixos rendimentos (empregados executantes), é exercido num quadro de relações laborais

moderadamente estáveis, contribuindo significativamente quer para a menor precariedade, quer para o relativo baixo desemprego nestes territórios (o que é confirmado na posição privilegiada de Mação quanto a estes indicadores de trabalho digno). Na economia da região, as portagens na A23 são assinaladas como um fator que prejudica a competitividade das empresas, não compensada com os incentivos fiscais municipais e as condições excecionais de acesso a terrenos. A estes entraves acresce ainda a carência de recursos humanos com qualificações adequadas, situação que afeta as atividades em curso e também se constitui como travão à instalação de novas indústrias. A economia digital muito impulsionada pela pandemia de COVID-19, especialmente no contexto deste território, parece criar um espaço de novas oportunidades que, citando um dos entrevistados, «diminui as distâncias e [nos permite] fazer escolhas que até julgávamos impensáveis».

Elementos-chave de reflexão suscitados pelas caracterizações produzidas

Os exercícios de triangulação metodológica revelam uma elevada coerência entre os destaques qualitativos e quantitativos nos estudos de caso municipais. De forma geral, o sistema de indicadores proposto parece retratar os municípios em referência de forma alinhada com os aspetos mais valorizados como distintivos no discurso dos representantes e residentes e na própria observação sistemática do território através do Google Street View. Ainda que as descrições verbais acrescentem perspetivas mais transversais e mais dinâmicas do território, o sistema de indicadores parece assegurar ilustrações

territoriais pertinentes para a caracterização das condições de vida nos territórios.

No aprofundamento das relações entre desigualdades e bem-estar em cada um dos estudos de caso, vale a pena assinalar o que distingue e o que aproxima as configurações territoriais nas suas relações com o bem-estar. Cada um dos estudos de caso é ilustrativo de determinados retratos municipais, com as suas regularidades e especificidades próprias, que incitam a um olhar mais ou menos intrínseco, transversal ou comparativo a partir de várias escalas de análise (intramunicipais, intermunicipais ou transmunicipais), procurando nunca perder de vista os indivíduos concretos, as suas perceções e os contextos de relações sociais em que se posicionam.

São diversos os desafios de bem-estar sentidos nos cinco municípios analisados, muitos deles ancorados em mecanismos de desigualdade que se manifestam territorialmente. Um dos mais salientes tem a ver com as desigualdades intramunicipais, no plano das características das suas freguesias. Como podemos observar de forma sistemática através da ferramenta Google Street View, no interior dos concelhos verificam-se processos de concentração de oferta de infraestruturas e serviços, bem como uma diferenciada ocupação e manutenção do espaço público, segmentando cada território entre freguesias centrais e freguesias periféricas, as primeiras mais urbanizadas, as segundas mais descontínuas e despovoadas. As freguesias centrais aproximam mais as populações das suas necessidades de bem-estar na esfera da educação, da cultura, da saúde, dos equipamentos sociais ou da habitação, enquanto as freguesias periféricas tendem a acolher populações mais vulneráveis e estigmatizadas, acumulando

dificuldades de mobilidade, de transporte coletivo e de conectividade digital, bem como de maior degradação do edificado, do espaço público e da rede de águas e saneamento.

O trabalho digno e o equilíbrio entre a vida familiar e profissional são dimensões decisivas para o bem-estar das populações em todos os estudos de caso. As preocupações com as oportunidades de trabalho e de emprego, associadas a expectativas de mobilidade social e ancoradas no investimento educativo de indivíduos, famílias e entidades que intervêm nos territórios, ditam sobremaneira, nomeadamente em Portalegre, Póvoa de Lanhoso, Portimão e Mação, a procura por melhores opções de vida noutras paragens, mais ou menos distantes, no território nacional ou até fora de Portugal. Em contrapartida, todos os municípios possuem estratégias de fixação da sua população jovem e ativa, mais ou menos qualificada. A perda de população implica uma regressão dos níveis de investimento público e de bem-estar no território e, em última análise, pode pôr em causa a sua sustentabilidade. Mas a qualidade do emprego é igualmente decisiva para a fixação dos trabalhadores, mensurável em termos de perfil qualificacional, de segurança laboral, de perspetivas de carreira, de rendimentos e de representação. Oeiras tem capacidade para atrair os segmentos laborais mais escolarizados, estando nesta matéria numa posição que o distancia de todos os restantes territórios em destaque, os quais, com maior ou menor intensidade, enfrentam dificuldades ligadas a perfis de atividades incidentes num assalariamento de base pouco qualificado e de baixos salários, amiúde também pautado pela precariedade e pela informalidade, e em alguns contextos (como em Mação) fortemente dependente do desempenho económico das poucas empresas de maior dimensão instaladas no

território. Em alguns destes contextos, a proximidade ou a distância face a instituições de ensino superior e a redes urbanas de maior dimensão, ou a própria posição transfronteiriça, tendem a fazer toda a diferença.

No equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional, a clivagem é sobretudo assente na densidade urbana que o concelho poderá manifestar. Portalegre, Mação, Póvoa de Lanhoso e até Portimão permitem uma melhor conciliação trabalho/família/lazer, sobretudo devido ao menor dispêndio de tempo no trânsito, em contraste com a experiência em grandes cidades com uma extensa malha urbana. A proximidade ao local de trabalho, a oferta e o tipo de transporte coletivo, individual ou misto, constituem condições fundamentais a considerar para esta dimensão de bem-estar, mas também a disponibilidade e as condições de acesso a serviços de assistência à família, em particular no apoio à infância e a pessoas idosas ou outros com necessidades específicas de cuidados continuados.

A escolarização e a qualificação das populações nos territórios são hoje um fator distintivo nas dinâmicas demográficas, económicas e de inclusão/exclusão social. A par da integração escolar e do maior ou menor sucesso educativo (e a excelência desse sucesso), a indisciplina e o abandono escolar, e o próprio entrosamento da escola com as famílias e a comunidade envolvente, continuam a manter-se como desafios de bem-estar. Oeiras expressa a ambição de alcançar os melhores indicadores educativos ao nível nacional, almejando acolher os melhores estudantes do país, apesar das desigualdades que acumulam as populações estigmatizadas dos seus bairros periféricos. Os mesmos tipos de dificuldades são sentidos pelos

alunos dos bairros desfavorecidos de Portimão, cujos percursos escolares carregam as marcas de progenitores pouco ou nada escolarizados, etnicamente diversos, e que não conseguem oferecer condições dignas de estudo aos filhos. As vias profissionalizantes nem sempre são bem-sucedidas, e em Portimão elas destacam-se pela centralidade que o turismo alberga; em Portalegre exige-se uma oferta formativa mais diversificada; e em Póvoa de Lanhoso a ambição é acompanhar as múltiplas dinâmicas do mercado de trabalho, não descurando segmentações de género nas escolhas e orientações vocacionais dos jovens. Oeiras, sobretudo focada na excelência e na elitização académica, revela carências de oferta pública de ensino pré-escolar, bem como de ensino profissional, e ostenta uma posição de grande desafio, na comparação com outros territórios, relativamente ao indicador «participação na escolaridade obrigatória». Mação constitui um exemplo de boas práticas de investimento educativo, estratégico para a qualificação das suas populações, com a desvantagem, comparativamente a Portalegre e a Póvoa de Lanhoso, de não se integrar em redes educativas mais extensas e coesas territorialmente. Paradoxalmente, em Mação, como em Portalegre ou Portimão, o investimento na promoção da qualificação dos mais jovens é apontado como um fator de desafio acrescido à capacidade de retenção no território destas idades, que, uma vez concluídos os estudos, frequentemente têm de migrar perante a falta de atividades compatíveis com o seu perfil mais qualificado e as suas expectativas.

A sociedade digital, nos segmentos que mobilizam sobretudo trabalhadores mais escolarizados e qualificados, coloca Oeiras na dianteira deste desafio de bem-estar, nomeadamente pelas condições de especialização tecnológica avançada que os seus polos tecnológicos

oferecem, onde, entre outras entidades, encontramos instalações universitárias, laboratórios e unidades de investigação de alto nível e empresas digitais globais. A capacitação tecnológica e digital constitui um desafio para os restantes territórios, dependentes das dinâmicas de especialização produtiva e, como referido atrás, da sua capacidade de constituição de redes colaborativas que integrem centros de formação e de inovação.

Nas condições de habitação, as desigualdades de bem-estar são igualmente flagrantes. A habitação constitui hoje um bem disponibilizado, principalmente, pelo mercado privado, cujo preço do edificado e do solo é dificilmente controlável pelos poderes públicos, apesar do grau de influência e de previsibilidade que aqueles poderão assumir na densidade e no ordenamento urbanísticos, ou mesmo pela aplicação de impostos municipais mais favoráveis. Em Póvoa de Lanhoso aponta-se a reduzida oferta de habitação, salientando-se as dificuldades tendencialmente acrescidas em encontrar casas onde morar (seja para comprar ou arrendar). A habitação apresenta-se, igualmente, como um grande desafio em todo o território de Portimão, já que boa parte do edificado tem preços inacessíveis aos habitantes locais (servindo de segunda habitação e para uso turístico), e a construção social existente é insuficiente (ou não é mesmo possível por razões de ordenamento de área protegida, como na freguesia rural da Mexilhoeira Grande), estando concentrada em bairros periféricos do polo urbano, acentuadamente estigmatizados. Em Oeiras os preços de habitação são mais elevados, especialmente na malha urbana mais bem servida de equipamentos e de serviços e onde as condições de habitabilidade são melhores, sendo apenas comportáveis pelas classes dirigentes

e qualificadas, em claro contraste com o que se verifica nos seus bairros desfavorecidos, cujas populações se defrontam com piores habitações, muitas vezes sobrelotadas, e com dificuldades acrescidas de segregação territorial e social, segurança e mobilidade quotidiana. Em Mação, com preços de habitação bastante acessíveis, os problemas radicam na degradação e no abandono de imóveis.

Tal como o trabalho digno, a educação e a habitação, a saúde representa um dos recursos de bem-estar mais valorizados e de maior desafio na sua implantação territorial. Há uma perceção transversal de que as infraestruturas de saúde não são suficientes para responder adequadamente às populações. Sobretudo, em Portalegre, Portimão e Mação os discursos salientam a escassez de recursos humanos adequados e, em especial, de uma rede de especialidades médicas devidamente organizadas pelo Serviço Nacional de Saúde. Para além destes três concelhos, também os interlocutores da Póvoa de Lanhoso destacam este problema de bem-estar, nomeadamente em relação à população mais idosa. Na resolução dos problemas de saúde deste segmento populacional, vêm ao de cima as enormes fragilidades dos apoios prestados à terceira e quarta idades, especialmente em termos de serviços de saúde que envolvam cuidados técnicos especializados, dadas as carências de pessoal qualificado que as instituições de solidariedade social revelam, como a falta de terapeutas, enfermeiros ou médicos. Algumas regiões (Portimão ou Portalegre) têm previsto sistemas de incentivos para atrair os profissionais médicos que ali se queiram instalar; ainda assim, são frequentes os concursos que não chegam a ser ocupados. Este desafio não se verifica no concelho de Oeiras, que, pelo contrário, se destaca na resposta ampla de serviços públicos e privados, com

uma rede de equipamentos diversificados e uma capacidade instalada em especialidades médicas.

Na qualidade ambiental, Póvoa de Lanhoso representa uma posição favorável na deslocação em transporte coletivo, no consumo de combustível automóvel e no tratamento e qualidade de água. Tanto Portalegre como Portimão, pelo contrário, denotam uma posição menos favorável na deslocação por transporte coletivo. Mação faculta aos municípios a facilidade de deslocação no transporte escolar; contudo, este serviço é descontinuado em período de suspensão de atividades escolares. Em Oeiras é de assinalar a posição favorável na gestão de resíduos, no comprometimento com a proteção da biodiversidade e da paisagem, no tratamento e na qualidade da água, bem como na deslocação por transporte coletivo. No entanto, a análise destas práticas por classe social destaca a menor propensão relativa dos segmentos mais qualificados e mais bem dotados de recursos económicos para a sua utilização.

As redes de proximidade e de interconhecimento em meios mais pequenos, como Mação, contribuem para adensar a participação cívica e o envolvimento associativo. Em Portalegre e Portimão, destaca-se um maior descontentamento e o afastamento dos órgãos autárquicos. Inversamente, em Oeiras (apesar de os indicadores institucionais não o assinalarem), nas descrições dos entrevistados emerge um sentimento de comunidade e de alguma pertença ao território, que resulta da satisfação que sentem com as políticas de desenvolvimento que têm vindo a ser implementadas no município.

A segurança (ou a falta dela) não emerge de forma frequente nas descrições dos sujeitos nos cinco municípios, cujas perceções enfatizam sentimentos de confiança e tranquilidade, justificadas nas baixas

taxas de criminalidade: as redes de proximidade, vizinhança e de interconhecimento, e a própria estabilidade de relações quotidianas contribuem em parte para estas manifestações de bem-estar. Em Portimão também encontramos estas perceções, mas neste contexto elas são matizadas por incertezas ligadas quer a especificidades da experiência social (forte movimentação de populações com origens diversas, com grandes variações ao longo do ano), quer a características topográficas do território, que incorpora riscos intensificados pelas alterações climáticas, os quais têm agravado as preocupações com as cheias, os incêndios rurais e fenómenos mais raros como tremores de terra e tsunamis, entre outros, obrigando a uma ação adequada e adaptada que nem sempre é reconhecida pelos cidadãos. Em Mação os incêndios cíclicos associados, não tanto às alterações climáticas, mas sim ao abandono e à fragmentação do território, suscitam grande preocupação e resultam num forte impacto no bem-estar de residentes e de visitantes com maior ou menor filiação ao território, mas que começam a associá-lo ao medo e ao risco do fogo. Nesta dimensão de segurança, outro tema com cobertura quer nos indicadores institucionais, quer nas descrições dos sujeitos é, por exemplo, a violência doméstica: em Portalegre e Póvoa de Lanhoso, os desafios associados motivam a existência de um núcleo/gabinete municipal especificamente dedicado ao acompanhamento das vítimas; em Mação, também no âmbito da câmara, os processos são assinalados e acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, sendo associados a segmentos de maior vulnerabilidade e à problemática do alcoolismo. Neste contexto enfatiza-se a necessidade de repensar os mecanismos de intervenção e acompanhamento deste tipo de problemáticas, que tendem a assumir uma dimensão que nem sempre é visível nas estatísticas oficiais.

Capítulo 5

Conclusão

5.1 Balanço prospetivo

A investigação desenvolvida permitiu alcançar resultados significativos, desde logo no plano teórico-conceitual, atribuindo uma maior consistência ao conceito de bem-estar ao ancorá-lo nas condições de vida, de participação e de reconhecimento social das populações. Uma das ambições deste estudo era precisamente conferir uma acrescida capacidade interpretativa, teórica e empiricamente informada, a esta ferramenta conceptual proposta originalmente pela OCDE (no âmbito do programa *Better Life Initiative*), com um forte potencial de monitorização numa perspetiva comparativa e em diferentes escalas de atuação.

A proposta a que chegámos tem ainda a vantagem de conferir voz às perceções de bem-estar dos indivíduos, no âmbito dos «quadros de interação» onde as mesmas são construídas e reproduzidas ou atualizadas (Costa, 1999: 296). Ou seja, dando ênfase a dimensões contextualizadas de práticas sociais atravessadas por lógicas específicas, reguladas nas interações quotidianas através de regras e recursos, de condições e de padrões de ação social, mais ou menos assimétricos, perante os quais os processos sociais mais vastos se atualizam.

Desta forma, ainda no plano teórico-conceitual, foi também possível avançar na problematização das relações entre bem-estar e desigualdades sociais. As análises desenvolvidas permitem reforçar a compreensão da multidimensionalidade, das interseções, da integração sistémica e da cumulatividade subjacentes nessas relações. O modelo conceptual que enquadrou toda a pesquisa foi operacionalizado com um grande rigor teórico, operativo e substantivo, consubstanciando inúmeros caminhos temáticos e aprofundamentos empíricos, enriquecedores de seguros avanços para o conhecimento, com contributos que podem servir também a conceção de políticas públicas pensadas para os territórios numa ótica de promoção da coesão social.

Na pesquisa desenvolvida, exploraram-se também novas estratégias analítico-metodológicas que permitiram a obtenção de resultados profícuos, fruto das virtualidades da mobilização articulada de múltiplos métodos, de natureza quantitativa e qualitativa, com contributos no conhecimento e na compreensão das relações entre desigualdades e bem-estar. As inovações metodológicas obtidas corporizam-se no sistema de indicadores que apresentámos e aplicámos nos territórios, bem como no seu potencial de operacionalização em outros contextos e escalas territoriais (Europa como um todo, os países europeus e as regiões nos vários países).

Na análise realizada, focada na exploração de informação de base municipal em Portugal, os procedimentos de seleção e construção de indicadores compósitos, num processo realizado em estreita interligação com o quadro teórico-conceitual da investigação, vieram ainda revelar a falta de informação sobre indicadores decisivos para se compreender componentes relevantes de dimensões contextualizadas das práticas sociais e das experiências percebidas de bem-estar. Neste quadro destacamos em particular, na dimensão «saúde», a ausência do indicador «esperança média de vida com saúde aos 65 anos» — nas sociedades europeias atuais, em intenso processo de envelhecimento, é difícil aceitar a não-disponibilização de informação regular, nas diferentes escalas de territórios, relativamente às condições de saúde (ou morbidade) do segmento de idades acima dos 65 anos. A experiência presente de combate à pandemia confere ainda uma maior visibilidade à premência de mais e melhor informação.

Uma dimensão que se revelou de grande complexidade operatória e interpretativa é a que procura medir as condições e as percepções de equilíbrio trabalho-família. Esta dimensão, frequentemente referenciada para medição do bem-estar, apresenta desafios específicos ao abranger diversas esferas da vida dos indivíduos e das famílias (contempladas no modelo de bem-estar), e também por implicar de forma explícita componentes de subjetividade, inerentes ao sentimento de equilíbrio entre duas componentes da vida com uma forte relevância identitária e social.

A interligação com a dimensão «trabalho digno» é indiscutível — o próprio conceito proposto pela OIT incorpora precisamente como um dos pilares de trabalho digno a conciliação entre atividade

profissional e vida familiar (OIT, 2016). Na sua operacionalização não basta medir, por exemplo, o número de horas de trabalho associadas a um contrato, ou o número de horas efetivamente trabalhadas, ou então o número de horas estimado a pensar no trabalho fora das horas de expediente. Nas descrições de bem-estar percebido suscitadas nesta dimensão, assinalam-se também outros indicadores, como o tempo associado às deslocações para o local de trabalho, o local/distância onde se exerce a atividade e outros aspetos ligados à mobilidade, como o tipo de transporte e a sua facilidade de utilização ou a modalidade de trabalho (presencial/teletrabalho).

A aferição da dimensão «equilíbrio trabalho-família», numa perspetiva de apreciação da vida familiar, remete para diferentes tematizações, alvo de análise específica no modelo conceptual construído e operacionalizado na presente pesquisa, como os contactos sociais, a qualidade ambiental, a educação e a cultura, entre outras. A propósito do equilíbrio da vida familiar, referem-se as estruturas e os serviços de apoio, quer para a infância, quer também para jovens em idade escolar ou para idosos e outros; neste âmbito destaca-se a presença/escassez de instalações para a prática desportiva, os horários das atividades, o tempo no transporte e no acompanhamento de crianças e jovens, os custos associados e os apoios (ou a falta deles) dos municípios para o incentivo a estas atividades, a diversidade e a qualidade da oferta cultural e dos equipamentos associados ou de espaços verdes e de lazer nas localidades de residência — todos vistos como elementos de suporte para melhorar o equilíbrio desta componente de vida familiar e de trabalho numa perspetiva de bem-estar. Especificamente na gestão quotidiana ligada ao uso do espaço da casa familiar, é curiosa

a ausência de referência, por exemplo, ao acesso a apoios profissionais na realização de serviços domésticos, mas, em contrapartida, são feitas referências à distribuição de tarefas entre os elementos do agregado, evidenciando, por vezes, algumas tensões na sua partilha entre mulheres e homens.

Em suma, os indicadores objetivos de nível municipal e os indicadores encontrados na componente qualitativa desta pesquisa apontam para a complexidade da medição da dimensão de equilíbrio entre trabalho e vida familiar, só muito parcialmente plasmada na informação quantitativa. Para estudos futuros, fica o desafio de desenvolvimento de novos indicadores — para o qual a presente pesquisa tem contributos que devem ser mobilizados — que possam cobrir a multiplicidade de contextos relacionais e domínios de participação social pertinentes na sua análise, atendendo à sua relevância nas apreciações de bem-estar dos sujeitos.

No estudo desenvolvido, procurámos compreender até que ponto as desigualdades sociais, muito marcantes na sociedade portuguesa, se associam aos diferentes parâmetros de bem-estar e às condições de vida das populações nos territórios. Aprofundar a análise sobre o bem-estar, tomando em consideração os constrangimentos advindos das desigualdades sociais, através de uma perspetiva que incorpora a visão das populações nos territórios onde vivem, constitui um desafio determinante, frequentemente não tão considerado, até pela morosidade e pela complexidade de recursos que acarreta.

As perceções de bem-estar das pessoas também contam; aliás, são fundamentais para compreendermos as suas experiências e contextos de relações sociais, desde logo nos lugares onde residem:

só assim poderemos verdadeiramente entender as dificuldades e as oportunidades que vislumbram para si próprias e para os contextos sociais onde se inserem. As vozes recolhidas nesta investigação, nomeadamente a partir dos estudos de caso selecionados, permitiram uma compreensão mais concreta das profundas assimetrias que atravessam a sociedade portuguesa, com clivagens territoriais que afetam o seu bem-estar. Ao mesmo tempo, deram destaque à diversidade de vivências e formas de apreciação do bem-estar. Os resultados deste estudo permitem-nos concluir que o bem-estar não significa o mesmo para todas as pessoas, nem significa o mesmo em todos os lugares.

A sociedade portuguesa é atravessada por configurações territoriais de desigualdades que revelaram influenciar as múltiplas dimensões de bem-estar analisadas. O país é formado por Territórios Industriais em Transição, Intermédios, Urbanos em Rede, Inovadores e de Baixa Densidade, resultantes de interseções complexas entre desigualdades de classes sociais, educativas, de rendimentos, de densidade urbana e demográfica, etárias, formadoras de traços comuns e de distinções entre os concelhos e as regiões de Portugal continental.

A segmentação de diferentes configurações territoriais, tendo por base o conjunto de municípios que compõe o continente português, foi o ponto de partida para a caracterização do bem-estar das populações. Nesta perspetiva, os territórios, com as suas condições próprias em termos de oportunidades e constrangimentos, que os caracterizam enquanto dimensão contextualizada de práticas sociais, constituem-se como variáveis significativas nas experiências de maior ou menor bem-estar das populações. Os estudos de caso aprofundaram

o conhecimento sobre as relações entre desigualdades e bem-estar, nomeadamente aos níveis micro e mesossociais, construtores de retratos municipais simultaneamente específicos e ilustrativos de processos e dinâmicas estruturadoras das relações e experiências sociais que têm lugar hoje nos territórios portugueses.

Parte desta investigação realizou-se durante a pandemia de COVID-19, afetando principalmente a realização dos estudos de caso.

A observação sistemática que desenvolvemos através do Google Street View, resultando numa orientação de acomodação a um contexto de forte constrangimento à mobilidade entre concelhos e a contactos em copresença, revela um forte potencial de replicação em outras pesquisas, constituindo uma inovação metodológica com uma profunda relevância para a investigação. Baseada exclusivamente em suportes digitais, ela acabou por potenciar um conhecimento acrescido das realidades locais dos estudos de caso, bem como uma sólida alternativa à impossibilidade de desenvolvermos uma pesquisa de terreno fisicamente interativa e mais prolongada no tempo.

A pandemia afetou o processo de investigação e as suas condições objetivas e subjetivas, criando dificuldades e potencialidades que poderão afirmar-se num futuro próximo, suscitando novos questionamentos de natureza epistemológica e metodológica. Não será uma boa opção científica desperdiçar as oportunidades de aprender com os desafios que a pandemia nos está a proporcionar, em termos de experiências concretas de investigação, mas também de inovações metodológicas que as ciências sociais poderão prosseguir.

5.2 Articulação dos resultados obtidos

Os paradigmas da desigualdade (Savage, 2021) e do bem-estar (Layard, 2005) estão a dar lugar a novas formas de olhar o mundo, bem como as relações sociais e o modo como deveremos habitar o planeta (Chancel, 2020). No rescaldo das crises financeira e pandémica, o neoliberalismo e a sua apologia de mercado livre, desregulado e assente num Estado mínimo (Polanyi, 1944; Blyth, 2013), veem-se confrontados com outras alternativas de desenvolvimento, não assentes exclusivamente no crescimento económico (Bache & Reardon, 2016; Hickel, 2020; Mazzucato, 2021).

Os resultados obtidos permitem seguramente concluir que as desigualdades sociais influenciam os níveis de bem-estar atualmente existentes no contexto europeu. Esta é uma relação complexa, mas claramente visível, e que se revela na multidimensionalidade, na interseção e na cumulatividade sistémica entre os dois conceitos.

Olhar para Portugal e para um conjunto de regularidades municipais desvela um país profundamente assimétrico nas condições de vida e de bem-estar das populações nas diferentes configurações de territórios. A estrutura demográfica num país cada vez mais envelhecido, onde o segmento de crianças e jovens tem vindo a diminuir ao mesmo tempo que o peso dos mais velhos aumenta, revela as consequências de uma competitividade territorial (Allen *et al.*, 1998) que tende a beneficiar, sobretudo, as dinâmicas económicas das áreas metropolitanas. Tal, com evidentes prejuízos, especialmente, para os territórios mais afastados dos grandes centros urbanos, com baixo produto e reduzida produtividade, e em forte declínio demográfico e social. Os resultados dos Censos 2021 revelam que estas assimetrias

têm vindo a acentuar-se, assinalando a densidade populacional como um dos mais importantes desafios colocados ao bem-estar municipal. Os dados apurados destacam algumas relações, muito significativas, que contribuem para uma melhor compreensão destas tendências demográficas de retraimento do crescimento natural da população em Portugal, alimentando a intensificação do envelhecimento. Verificámos que os contextos onde se observou o maior incremento de famílias com crianças estão associados a desafios acrescidos de bem-estar em termos de qualidade dos laços laborais (precariedade e desemprego), de equilíbrio trabalho-família, de soluções de mobilidade quotidiana com maior ou menor facilidade de utilização de transportes coletivos, de participação na escolaridade obrigatória, de acesso à habitação, e de qualidade da rede de apoio e assistência à família (não apenas às crianças, mas também aos ascendentes).

As desigualdades territoriais acentuam dinâmicas de regressão populacional. São os mais escolarizados e mais ativos civicamente que partem dos seus municípios à procura de melhores oportunidades de vida e de trabalho. As desigualdades de rendimentos, mais elevadas nas áreas predominantemente urbanas, comprometem a agenda do trabalho digno, relacionando-se com a precariedade, o desemprego, bem como os sistemas de segurança e proteção social. No interior dos territórios inovadores, com maior capacidade tecnológica, as oportunidades da sociedade digital não estão uniformemente acessíveis, assimetrias estas que se fazem sentir mais intensamente nos restantes territórios. Quanto à participação cívica, os territórios com maior densidade urbana, internamente mais desiguais, revelam uma maior apatia em relação à política municipal e uma mais baixa participação e potencialização de recursos locais; pelo contrário,

os territórios com laços comunitários mais intensos (e com menor população) tendem a manifestar maior mobilização na política local.

A identificação de cinco configurações territoriais que caracterizam o país e a evidenciação empírica produzida a partir deles permitem afirmar que os Territórios Industriais em Transição, os Territórios Intermédios, os Territórios Urbanos em Rede, os Territórios Inovadores e os Territórios de Baixa Densidade constituem instrumentos científicos relevantes para compreendermos as relações entre as desigualdades sociais e o bem-estar no Portugal contemporâneo. Cada uma destas configurações territoriais congrega analiticamente determinadas características de desigualdade e de bem-estar, que os afastam e/ou aproximam entre si, ou que os atravessam transversalmente, sendo estas últimas principalmente resultantes do processo de modernização e de desenvolvimento do país, cada vez mais integrado na União Europeia e nas suas relações globais.

As tendências demográficas, a estrutura de classes, as dinâmicas do mercado de trabalho, os perfis qualificacionais, os níveis de rendimento e as desigualdades económicas, educativas e de género consolidam uma matriz multidimensional de desigualdades explicativas do bem-estar nos territórios, nomeadamente quando os Territórios Industriais em Transição ocupam uma determinada posição económica e social na divisão nacional e internacional do trabalho; quando os Territórios Intermédios vivem dinâmicas de desenvolvimento não convergentes entre si, influenciadas pela localização geográfica que ocupam no território nacional, pelo seu modelo de especialização produtiva e intensidade de investimento público e privado de que poderão beneficiar; no caso dos Territórios

Urbanos em Rede, pelos desafios de mobilidade, de crescimento demográfico, de vulnerabilidade e de exclusão social vividos; nos Territórios Inovadores, ocupados simultaneamente pelas elites e por populações mais desfavorecidas, as desigualdades económicas e educativas convivem com frequência na sombra de representações que apenas apontam os traços mais valorizados, dinâmicos, abastados e qualificados; finalmente, nos Territórios de Baixa Densidade, assumem centralidade os problemas do despovoamento, do envelhecimento, da falta de trabalho e do abandono. Aqui, a distância face ao poder central gera uma incompreensão e uma incerteza acrescidas quanto à possibilidade de se operacionalizarem visões alternativas para o território, sustentadas nos seus recursos endógenos e nos agentes que com ele se identificam, almejando outros futuros.

Os estudos de caso realizados em Póvoa de Lanhoso (Território Industrial em Transição), Portalegre (Território Intermédio), Portimão (Território Urbano em Rede), Oeiras (Território Inovador) e Mação (Território de Baixa Densidade), serviram de ilustração às configurações territoriais de bem-estar que caracterizam os municípios portugueses.

Através deles, foi possível compreender que o trabalho digno, nas suas múltiplas expressões, não é uma realidade homogênea territorialmente. Estes estudos de caso revelam como os territórios albergam diferentes tipos de empresas, geradoras de emprego variavelmente qualificante, remunerado e estável. A conciliação trabalho/família/lazer é propiciadora de melhor bem-estar nos territórios medianamente urbanos e rurais, com margens para que a governação local possa

melhorar o seu investimento em infraestruturas de apoio, espaços públicos, educação, saúde, desporto e lazer.

Na saúde, muito ainda há por fazer junto das populações: criar instalações e espaços de lazer e convívio propícios à prática desportiva e a hábitos de vida saudável, fomentando também oportunidades de criação de laços e sociabilidades significativas entre gerações (os Territórios de Baixa Densidade, como Mação, são um exemplo do caminho a seguir); melhorar as condições de acesso à saúde nas zonas mais periféricas (quer no plano nacional, quer nos territórios, assegurar um maior equilíbrio entre freguesias), e investir descentralizadamente numa rede de especialidades médicas, bem como de cuidados técnicos especializados, dirigidos a populações dispersas, sem grandes recursos materiais e frequentemente carentes desses cuidados; enfim, permitir condições de equidade no acesso das populações, de todos os contextos de territórios, a recursos médicos e de saúde adequados às suas necessidades.

Na educação, na cultura e na sociedade digital, os territórios respondem diferenciadamente a estes desafios, e é latente o risco de agravamento, a médio prazo, do acesso a estes bens públicos. Na educação, os territórios perdem competitividade territorial quanto mais se distanciam das redes de instituições de ensino superior e dos polos de inovação tecnológica e digital. As expectativas de mobilidade social, cada vez mais ancoradas nas trajetórias educativas, variam em função do território onde os jovens habitam, que se localizam entre «territórios de excelência ou elitistas» e «territórios de forte estigmatização social», não raras vezes convivendo no interior do mesmo município. Tais territórios acompanham as desigualdades

que diferenciam as classes sociais no acesso à habitação e a um conjunto de serviços públicos e privados a eles associados, segmentando o espaço social dos municípios.

Os desafios ambientais, centrais para o futuro do país, da Europa e do mundo, não são sentidos da mesma forma pelos territórios analisados. Nos meios mais densamente urbanos, os problemas de mobilidade e de deslocação em transporte coletivo adquirem centralidade, e para eles o futuro ainda parece incerto, apesar de uma agenda ambiental europeia que tenciona construir novas opções de sustentabilidade ambiental para os territórios, os seus modos de ocupação e os seus estilos de vida. Nos contextos mais periféricos, as alterações climáticas e os riscos acrescidos associados, ou, noutros contextos, a reconfiguração do tecido económico, com o despovoamento, o abandono da pastorícia e das atividades agrícolas e a sucessiva fragmentação dos terrenos, incrementam perceções de grande insegurança e incerteza, ligadas ao risco de fogos florestais.

5.3. Principais contributos do trabalho realizado

São múltiplos os contributos do trabalho realizado para a investigação científica no que diz respeito à compreensão das relações entre desigualdades sociais e bem-estar nas sociedades contemporâneas. Um elemento fundamental de tais avanços científicos prende-se com a capacidade de aumentar a capacidade explicativa das teorias e dos seus conceitos. No plano das teorias, o esforço é redobrado, uma vez que ainda não é completamente claro, no debate científico internacional, como articular as múltiplas teorias que corporizam os conceitos de desigualdade e de bem-estar. Se as teorias

das desigualdades sociais que se desenvolveram e incorporaram as teorias das classes sociais constituem atualmente um dos mais férteis terrenos da sociologia e da economia (Piketty, 2019; Savage, 2021), no caso das teorias do bem-estar a prevalência disciplinar tem radicado principalmente na psicologia, exigindo às restantes ciências sociais, e nomeadamente à sociologia, novos horizontes de problematização ainda em aberto, e que, naturalmente, se tornarão mais ricos com a adoção de uma perspetiva multidisciplinar. Na investigação desenvolvida, as teorias das desigualdades constituíram um ancoradouro fundamental para a descoberta científica, através da constante busca de inteligibilidade na compreensão do bem-estar, o que se traduziu indiretamente numa maior aproximação a teorias inicialmente mais distantes (Huppert *et al.*, 2006); esta última concretizou-se designadamente através do modelo de análise adotado, ao operacionalizar um conjunto de dimensões de bem-estar disciplinarmente transversais (Stiglitz *et al.*, 2018a e 2018b; OCDE, 2020a).

As teorias das desigualdades reforçaram a sua capacidade interpretativa; as suas mais recentes perspetivas multidimensionais, sistémicas e interseccionais foram aqui operacionalizadas e analisadas num quadro problemático, claramente com um forte potencial heurístico, acolhendo complexidade, multidimensionalidade, o cruzamento de esferas de participação e escalas significativas de observação dos fenómenos sociais. O conceito de bem-estar funcionou como um laboratório fenomenológico de possíveis impactos que as desigualdades poderiam assumir sobre ele, o que, através de múltiplos indicadores, foi amplamente corroborado.

As opções metodológicas tomadas neste estudo conferem uma nova centralidade aos indicadores municipais, que foram analisados considerando todos os municípios de Portugal continental, o que permitiu presumir certas regularidades nacionais, apurar determinadas configurações territoriais nesse contexto, bem como interpretar intensivamente estudos de caso específicos. Depois desta investigação será possível partir de uma matriz de relações entre desigualdades e bem-estar, mapeável territorialmente e com instrumentos de mensuração aplicáveis e com grande potencial de replicação a outros contextos territoriais não nacionais.

A consideração das percepções de bem-estar dos indivíduos captadas nos estudos de caso contribuem para melhorar a discussão dos resultados assentes em agregações estatísticas municipais e nacionais, que muitas vezes escondem singularidades de meio social, grupo, categoriais ou identitárias, ofuscadas por regularidades que, sem perder a sua validade, necessitam de um olhar mais circunscrito e particular (Lahire, 2004).

5.4. Principais limitações do trabalho realizado

O trabalho realizado acaba por suscitar muito mais perguntas do que respostas. A investigação colocada em andamento alimentou uma genuína abertura à revelação de conhecimento científico incerto, muitas vezes apenas discretamente intuído, confiando na capacidade das teorias e dos métodos para avançarmos no estudo das relações entre desigualdades e bem-estar. Sem resultados esperados à partida facilmente vislumbráveis, este espírito de descoberta ingénua alargou os horizontes dos objetivos da investigação, o que nem sempre foi fácil

de gerir, dada a imensidão das nossas ambições, e que resultaram no abandono de muitas pistas de investigação que gostaríamos de retomar brevemente.

Tal ambição investigacional obrigou-nos a descurar uma mais prolongada e sistemática pesquisa teórica multidisciplinar sobre o bem-estar, complexificada com a polissemia de equivalentes conceptuais, como os de felicidade, qualidade de vida, bem-estar subjetivo, desenvolvimento ou progresso social, que deveriam ter merecido uma discussão profunda, integrada e abduativa. É verdade que o conceito de bem-estar e os seus equivalentes se encontram em acelerada discussão, devido às exigências mundiais suscitadas nomeadamente com a implementação da Agenda 2030 da ONU, mas tal constitui uma limitação deste trabalho e que desequilibra um diálogo mais profuso com as teorias das desigualdades sociais, estas últimas já amplamente dominadas pela equipa de investigação.

A crise pandémica também nos limitou em alguns objetivos investigacionais, sobretudo metodológicos, incapacitando-nos de realizar pesquisas de terreno aprofundadas em cada um dos estudos de caso, o que certamente nos teria permitido compreender melhor as suas regularidades e especificidades territoriais, concretamente relacionadas com as desigualdades sociais e o bem-estar. Com este método, teríamos tido a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre as percepções e as vivências de desigualdade (Bottero, 2020) relacionadas, por exemplo, com as desigualdades de reconhecimento e de privação material. Determinadas dimensões de bem-estar poderiam igualmente ter sido mais exploradas, nomeadamente o bem-estar subjetivo e os contactos sociais. Estas são limitações

que procuraremos ultrapassar quando as condições de saúde do país o permitam.

5.5. Sugestões de investigação futura

O mundo, a Europa e Portugal estão em acelerada mudança, por vezes difícil de acompanhar e interpretar, ademais agora perante uma nova crise à escala global, que para já reconfigurou a forma como nos relacionamos mutuamente nas experiências quotidianas, cada um consigo mesmo, com os seus próximos e com os contextos mais abrangentes.

Os problemas sociais contemporâneos são amplos, complexos, exigentes, e apelam para uma perspetiva global e territorialmente localizável, capaz de providenciar os melhores ângulos de compreensão científica sobre os desafios com que nos defrontamos. Por isso, a investigação futura que desenvolveremos prosseguirá esse caminho de continuidade na construção do conhecimento sobre as relações entre desigualdades sociais e bem-estar, aprofundando as escalas privilegiadas nesta investigação e replicando a estratégia adotada a partir de Portugal para o conjunto da Europa e para outros países e regiões do espaço europeu.

Referências bibliográficas

- ALGAN, Y., Beasley, E., Guyot, F., Higa, K., Murin, F., & Senik, C. (2016). *Big Data Measures of Well-Being: Evidence From a Google Well-Being Index in the United States* (OECD Statistics Working Papers 2016/3). OCDE Publishing.
- ALLEN, J., Massey, D. & Cochrane, A. (1998). *Rethinking the Region*. Routledge.
- ALMEIDA, J. F. (1986). *Classes Sociais nos Campos*. Celta Editora.
- ALVAREDO, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (coord.) (2018). *World Inequality Report 2018*. World Inequality Lab.
- ATKINSON, A. B. (2015). *Inequality: What Can Be Done?*. Harvard University Press.
- BACHE, I. & Reardon, L. (2016). *The Politics and Policy of Wellbeing. Understanding the Rise and Significance of a New Agenda*. Edward Elgar Publishing.
- BLYTH, M. (2013). *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford University Press.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Les Editions de Minuit.
- BOUSHEY, H. (2019). *Unbound. How Inequality Constricts our Economy and What We Can Do About It*. Harvard University Press.
- BOTELHO, M. C., Mauritti, R., Craveiro, D., & Nunes, N. (2018). *Well-Being Inequality in Europe* (CIES e-Working Paper, 221/2018). Retrieved from <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/60>.
- BOTTERO, W. (2020). *A Sense of Inequality*. Rowman & Littlefield International.
- BRYMAN, A. (2012 [2001]). *Social Research Methods*. Oxford University Press.
- CARMO, R. M. (2013). Polycentrism as a Multi-Scalar Relationship Between Urban and Rural Areas: The Case of Portugal. *European Planning Studies*, 21(2), 149–166.
- CARMO, R. M. (2014). *Sociologia dos Territórios: Teorias, estruturas e deambulações*. Mundos Sociais.
- CARMO, R. M., Rio, C., & Medgyesi, M. (eds.) (2018). *Reducing Inequalities: a Challenge for the European Union?*. Palgrave Macmillan.
- CARMO, R. M., Nunes, N., & Ferreira, D. (2019). Social inequalities and collective action in times of crises: the case of the Lisbon Metropolitan Area. *Journal of Civil Society*. DOI 10.1080/17448689.2019.1602326.
- CHANCEL, L. (2020). *Unsustainable Inequalities: Social Justice and the Environment*. The Belknap Press of Harvard University Press.
- COSTA, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Celta Editora.

COSTA, A. F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Mundos Sociais.

COSTA, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional. In A. F. Costa, F. L. Machado & P. Ávila (eds.), *Sociedade e Conhecimento* (Portugal no Contexto Europeu, vol. II, pp. 5–20). Celta Editora.

COSTA, A. F., Mauritti, R., Martins, S.C., Nunes, N., & Romão A. L. (2018). Distributional and categorical inequalities in Europe: Structural configurations. In R. M. Carmo, C. Rio & M. Medgyesi (eds.) (2018), *Reducing Inequalities: a Challenge for the European Union?* (pp.63–74). Palgrave Macmillan.

CRAVEIRO, D., Botelho, M. C., Mauritti, R., & Nunes, N. (2018). *The inequality effect in the well-being of European OECD countries: a new perspective on data addressing the multidimensionality of the concepts*. Working Paper prepared for the 16th Conference of IAOS OECD Headquarters, 19–21 September 2018, Paris, France.

DI BELLA, E., Leporatti, L., & Maggino, F. (2018). Big data and social indicators: Actual trends and new perspectives. *Social Indicators Research*, 135(3), 869–878.

DORLING, D. (2017). *The Equality Effect*. New Internationalist.

DGT (2020). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Direção-Geral do Território.

Eurostat (2017). *Final report of the expert group on quality-of-life indicators*. Statistical Reports, European Union.

Eurostat (2019). *Smarter, Greener, More Inclusive? Indicators to Support the Europe 2020 Strategy — 2019 Edition*. Statistical Books, European Union.

FERRÃO, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. *Lusotopie*, II (9), 151–158.

FERRÃO, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento, Portugal 1991–2001. *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 34, pp. 17–25.

FERRÃO, J. (2013). Território. In J. L. Cardoso, P. Magalhães e J. Machado Pais (eds.), *Portugal Social de a a Z* (pp. 244–257). Expresso/ICS.

FERRÃO, J. (2016). Ruralidades e território no capitalismo contemporâneo. Uma visão de longa duração sobre Portugal. In F. L. Machado, A. N. Almeida & A. F. Costa (eds.), *Sociologia e Sociedade. Estudos de homenagem a João Ferreira de Almeida* (pp. 229–245). Mundos Sociais.

FIELD, A. (2009). *Discovering Statistics Using SPSS*. Sage.

FLEURBAEY, M., & Bouin, O. (2018). *A Manifesto for Social Progress: Ideas for a Better Society*. Cambridge University Press.

FREITAS, E., Almeida, J. F., & Cabral, M. V. (1976). *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950–1970*. Editorial Presença.

Hair, J. F., Black, B., Babin, B., Anderson, R. E., & Tatham, R. E. (2014). *Multivariate Data Analysis*. Pearson Education.

HICKEL, J. (2020). *Less is More. How Degrowth will Save the World*. William Heinemann.

HUPPERT, F., Baylis N., & Keverne, B. (eds.) (2006). *The Science of Well-Being*. Oxford University Press.

INE (2019). *Anuários Estatísticos Regionais: Informação estatística à escala regional e municipal*. Instituto Nacional de Estatística.

JOHNSON, R. B., Onwuegbuzie, A. J., & Turner, L. A. (2007). Toward a definition of mixed-methods research, *Journal of Mixed-Methods Research*, 1(2), 112–33.

LAHIRE, B. (2004). *La Culture des Individus*. La Découverte.

LAMONT, M., Beljean, S., & Clair, M. (2014). What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. *Socio-Economic Review*, 12(3), 573–608.

LAYARD, R. (2005). *Happiness: Lessons for a New Science*. Penguin Books.

MAGGINO, F. (2017). *Complexity in Society: From Indicators Construction to Their Synthesis* (Social Indicators Research Series 70). Springer.

MARÔCO, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS, 7.ª edição*. Report Number.

MASSEY, D. S. (2007). *Categorically Unequal*. Russell Sage Foundation.

MAURITTI, R., Botelho, M. C., Nunes, N., Neto, P., Craveiro, D., Silva, S. F., & Cabrita, L. (2019). *Territórios de Desigualdades e de Bem-estar (TIWELL)*. 1.º Relatório Metodológico.

MAURITTI, R., Botelho, M. C., Nunes, N., Neto, P., Craveiro, D., Silva, S. F., & Cabrita, L. (2020). *Territórios de Desigualdade e de Bem-estar (TIWELL)*. 2.º Relatório Metodológico.

MAURITTI, R., Nunes, N., Alves, J. E., & Diogo, F. (2019). Desigualdades e desenvolvimento em Portugal. Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia On Line*, 19, 102–126.

MAURITTI, R., Martins, S. C., Nunes, N., Romão, A.L., & Costa, A. F. (2016). The social structure of European inequality: a multidimensional perspective. *Sociologia Problemas e Práticas*, 81, 75–93.

MAZZUCATO, M. (2021). *Mission Economy*. HarperCollins Publishers.

MCHUGH, M. L. (2012). Interrater reliability: the kappa statistic. *Biochem Med*, 22(3), 276–82.

McKINLAY, P. (2019). Approaches to well-being policy and practice: New Zealand initiatives in comparative perspective. *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 41(3), 181–186.

MILANOVIC, B. (2012). *Global Income Inequality by the Numbers: in History and Now*. World Bank Policy Research Working Paper, 6259, 1–28.

NUNES, N., & Raposo, O. (2018). Desigualdades de classes e práticas de ação coletiva: escalas de análise. In R. M. do Carmo, J. Sebastião, S. C. Martins, J. Azevedo & A. F. Costa (eds.), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa* (pp. 211–224). Mundos Sociais.

OCDE (2015). *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*. OCDE Publishing.

OCDE (2016). *Better Life Index 2016: Definitions and metadata*. OCDE Publishing.

OCDE (2019a). *Better Policies for 2030. An OECD Action Plan on the Sustainable Development Goals*. OECD Publishing.

OCDE (2019b). *OECD Economic Surveys: New Zealand 2019*. OECD Publishing.

OCDE (2019c). *Measuring Distance to the SDG Targets 2019: An Assessment of Where OECD Countries Stand*. OECD Publishing.

OCDE (2020a). *How's Life? Measuring Well-Being*. OECD Publishing.

ODGERS, C. L., Bates, C. J., Caspi, A., Sampson, R. J., & Moffitt, T. E. (2009). *Systematic social observation inventory — tally of observations in urban regions (SSO i-Tour)*. Adaptlab publications.

OIT (2016). *Documentos Fundamentais da OIT*. Gabinete Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal.

PHILIPSEN, D. (2015). *The Little Big Number: How GDP Come to Rule the World and What to Do About It*. Princeton University Press.

PIKETTY, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. The Belknap Press of Harvard University Press.

PIKETTY, T. (2019). *Capital et Idéologie*. Editions du Seuil.

POLANYI, K. (2001 [1944]). *The Great Transformation*. Beacon Press.

SÁ Marques, T. (2006). Portugal urbano: mosaicos, polaridades, relacionamentos e governança. In A. Domingues (coord.), *Cidade e Democracia* (pp. 80–91). Argumentum.

SÁ Marques, T., Saraiva, M., Ribeiro, D., Amante, A., Silva, D., & Melo, P. (2020a). Accessibility to services of general interest in polycentric urban system planning: the case of Portugal. *European Planning Studies*, 28(6), 1068–1094.

SÁ Marques, T., Santos, H., Honório, F., Ferreira, M., Ribeiro, D., & Torres, M. (2020b). O mosaico territorial do risco ao contágio e à mortalidade por covid-19 em Portugal continental. *Finisterra*, LV (115), pp. 19–26.

SACHS, J. D. (2015). *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.

SAVAGE, M. (2015). *Social Class in the 21st Century*. Pelican.

SAVAGE, M. (2021). *The Return of Inequality: Social Change and the Weight of the Past*. Harvard University Press.

SEDAS, N. A. (1964). Portugal: Sociedade dualista em evolução. *Análise Social*, 2(7-8), 407-462.

STIGLITZ, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Retrieved from www.insee.fr/en/information/2662494.

STIGLITZ, J. E., Fitoussi, J., & Durand, M. (2018a). *Beyond GDP: Measuring What Counts for Economic and Social Performance*. OECD Publishing.

STIGLITZ, J. E., Fitoussi, J., & Durand, M. (eds.) (2018b). *For Good Measure: Advancing Research on Well-being Metrics Beyond GDP*. OECD Publishing.

TABACHNICK, B., & Fidell, L. (2007). *Using Multivariate Statistics*. Pearson International Edition.

TILLY, C. (1998). *Durable Inequality*. University of California Press.

TILLY, C. (2005). Historical perspectives on inequality. In Mary Romero & Eric Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities* (pp. 15-30). Blackwell.

United Nations (2019a). *The Future Is Now: Science for Achieving Sustainable Development*. United Nations Publications.

United Nations (2019b). *The Sustainable Development Goals Report 2019*. United Nations Publications.

WACQUANT, L. (2008). *Urban Outcasts. A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Polity.

WAGNER, A.-C. (2007). *Les Classes Sociales dans la Mondialisation*. La Découverte.

WILKINSON, R., & Pickett, K. (2009). *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. Penguin.

WILKINSON, R., & Pickett, K. (2018). *The Inner Level. How More Equal Societies Reduce Stress*. Allen Lane.

WOOLDRIDGE, J. M. (2013). *Introductory Econometrics*. Cengage Learning.

WRIGHT, E. O. (2015). *Understanding Class*. Verso.

Notas

- < 1. Não foram considerados na análise os municípios de Penedono (Norte), Alcoutim (Algarve), Alvito, Barrancos, Monforte e Mourão (Alentejo), uma vez que não registavam valores para o rendimento bruto declarado médio por sujeito passivo.
- < 2. A pouca capacidade de segmentação do coeficiente de Gini pode estar relacionada com a qualidade da informação substantiva que contribui para a construção deste índice. O facto de a base de cálculo do coeficiente ser o rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado contribui para a exclusão de segmentos de população que não estão obrigados a fazer a declaração periódica de rendimentos (artigo 58.º do Código IRS). Por exemplo, em 2020, estão excluídos da obrigação declarativa todos aqueles que auferem rendimentos de pensões ou de trabalho por conta de outrem que não ultrapassem os 8500 euros anuais; para além de prémios e bolsas associados a atividades desportistas, artísticas e científicas; juros provenientes da aplicação em depósitos a prazo, certificados de aforro ou de obrigações; subsídio de desemprego, de inserção social e de maternidade; subsídio de refeição; baixas médicas; entre outros. Nos patamares mais elevados de rendimentos, são também frequentes estratégias de «fuga aos impostos» por parte dos detentores de maior capital — por exemplo, passagem de bens pessoais/familiares para sociedades e transferência de ganhos para offshores ou territórios com tributação privilegiada.
- < 3. Variáveis com casos ausentes (missing values): «Trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo (%)»; «Taxa bruta de escolarização do ensino secundário (%)»; «Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%)»; «Resíduos urbanos depositados em aterro (%)»; «Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)»; «Taxa de abstenção na eleição para o Parlamento Europeu (%)»; «N.º de vítimas de violência doméstica por mil habitantes (%)». Os casos ausentes (missing values) foram imputados com o valor médio dos municípios do mesmo *cluster* de segmentação territorial, definidos com base nos indicadores de desigualdade social.
- < 4. A referência nos vários *clusters* a este nível NUT II da nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos prende-se com a procura da manutenção de um alinhamento com as classificações de territórios harmonizadas numa base comparativa europeia. Esta classificação é utilizada quer pelo Eurostat, para a elaboração de estatísticas regionais, quer pela União Europeia, na definição de políticas regionais e atribuição dos fundos de coesão.
- < 5. <https://moffittcaspi.trinity.duke.edu/sites/moffittcaspi.trinity.duke.edu/files/file-attachments/SSO-i-Tour-version-1-Odgers-et-al.pdf>.
- < 6. Póvoa do Lanhoso: freguesia central — Nossa Senhora do Amparo, freguesia periférica — São João de Rei; Portalegre: freguesia central — União de Freguesias da Sé e de São Lourenço, freguesia periférica — União das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras; Portimão: freguesia central — Portimão, freguesia periférica — Mexilhoeira Grande; Oeiras: freguesia central — União das freguesias de Oeiras e São João da Barra, Paço de Arcos e Caxias, freguesia periférica — Barcarena; Mação: freguesia central — União das freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, freguesia periférica — Freguesia de Cardigos.
- < 7. a análise integra 272 municípios porque seis não apresentavam valores em todos os indicadores (ver secção 2.2).
- < 8. Como tal classificados na deliberação da CIC Portugal 2020, para a aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Nesta classificação «adota-se uma abordagem multicritérios que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas e socioeconómicas e as acessibilidades». Cf. https://poseur.portugal2020.pt/media/37819/delibera%C3%A7%C3%A3o_cic_pt2020_01072015_territorios_baixa_densidade.pdf.
- < 9. Como tal classificados na deliberação da CIC Portugal 2020, para a aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Nesta classificação «adota-se uma abordagem multicritérios que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas e socioeconómicas e as acessibilidades». Cf. https://poseur.portugal2020.pt/media/37819/delibera%C3%A7%C3%A3o_cic_pt2020_01072015_territorios_baixa_densidade.pdf.
- < 10. Indicador compósito mais diretamente correlacionado com «pessoal ao serviço por empresa (n.º médio)», «taxa de atividade (%)», «taxa de trabalhadores por conta de outrem com mais de 250 trabalhadores (%)», e inversamente correlacionado com a «taxa de trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos com menos de dez trabalhadores (%)» e «empresas individuais (%)».
- < 11. Indicador compósito mais correlacionado com a presença de «trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial (%)» e «trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo (%)»

- < **12.** Indicador compósito resultante da maior correlação entre as variáveis «número médio de dias de subsídios de doença» e «valor médio de subsídios de doença (€)».
- < **13.** O indicador compósito «Segurança social: Proteção no desemprego» é resultante da intensa correlação entre a variável «número médio de dias de subsídios de desemprego» e o «valor médio de subsídios de desemprego (€)».
- < **14.** Indicador compósito resultante das correlações entre os valores médios anuais das pensões de velhice, de sobrevivência e de invalidez.
- < **15.** Indicador compósito formado essencialmente pelas correlações positivas entre taxa bruta de pré-escolarização e o número de creches, e correlacionado negativamente com a duração média dos movimentos pendulares (min).
- < **16.** Indicador compósito gerado pela maior correlação entre a «média de alunos matriculados por computador com ligação à Internet no básico e secundário», «acessos ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por cem habitantes» e «número de alunos no ensino superior por mil habitantes».
- < **17.** Indicador compósito formado pelas variáveis «taxa bruta de escolarização do ensino básico» e «taxa bruta de escolarização do ensino secundário».
- < **18.** Indicador compósito negativamente correlacionado com a «taxa de retenção e desistência no ensino básico» e positivamente correlacionado com a «taxa de transição/conclusão no ensino secundário».
- < **19.** Indicador compósito associado à maior correlação por parte das variáveis: «alojamentos privados com custos abaixo do salário mínimo (%)», «alojamentos-propriedade (%)», «alojamentos arrendados com custo abaixo do salário mínimo (%)» e «alojamentos familiares clássicos *per capita*».
- < **20.** Indicador compósito resultante da maior correlação positiva entre o «n.º médio residentes/alojamento (propriedade)», «alojamentos sobrelotados (%)», «n.º médio residentes/alojamento (arrendados)», inversamente correlacionados com o «número alojamentos familiares clássicos *per capita*».
- < **21.** Indicador compósito formado principalmente pela correlação com «agregados familiares a realojar/mil agregados» e «fogos de habitação social/mil habitantes».
- < **22.** Indicador compósito formado essencialmente pela elevada correlação entre as variáveis: «taxa de abstenção na eleição para a Presidência da República», «taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República» e «taxa de abstenção na eleição para o Parlamento Europeu».
- < **23.** Indicador compósito formado essencialmente pela correlação inversa entre «taxa de abstenção na eleição para a Câmara Municipal» e a «participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital» (correlação negativa).
- < **24.** Indicador compósito formado essencialmente pela correlação positiva entre as variáveis: «associações por mil habitantes», «estações de correios por cem mil habitantes» e «postos de correio por cem mil habitantes», e negativamente correlacionado com a «taxa de abstenção em eleição para as assembleias de freguesia» e «taxa de abstenção em eleição para as assembleias municipais».
- < **25.** Indicador compósito formado principalmente pela elevada correlação entre «agregados familiares unipessoais (%)», «proporção de idosos a viverem sós (%)» e «índice de dependência de idosos».
- < **26.** Indicador compósito formado principalmente pela elevada correlação entre as variáveis: «serviços de apoio domiciliários a idosos», «centros de dia» e «estruturas residenciais para idosos».
- < **27.** Medido por indicadores adicionais face aos utilizados na segmentação, de forma a conseguir captar os efeitos da desigualdade rendimento: «% agregados nos 40% rendimentos mais baixos» e «Rácio Rendimento P1/P99».
- < **28.** Trabalho digno — Segurança social: Proteção na doença; Educação, cultura e sociedade Digital: % de agrupamentos TEIP; Qualidade ambiental — Consumo de combustível automóvel *per capita* (1); Participação cívica — Índice de Transparência Municipal (2016) (1); Contactos sociais — Centro Atividade Ocupacional (TCCS), Universidades seniores (TCCI); Despesas correntes em atividades desportivas por mil habitantes (€).
- < **29.** Indicador compósito mais diretamente correlacionado com «pessoal ao serviço por empresa (n.º médio)», «taxa de atividade (%)» e «taxa de trabalhadores por conta de outrem com mais de 250

- trabalhadores (%)), e inversamente correlacionado com a «taxa de trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos com menos de dez trabalhadores (%)» e «empresas individuais (%)».
- < **30.** Indicador compósito mais correlacionado com a presença de «trabalhadores por conta de outrem a tempo parcial (%)» e «trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo (%)».
- < **31.** Indicador compósito resultante essencialmente das correlações entre os valores médios anuais das pensões de velhice, de sobrevivência e de invalidez.
- < **32.** Indicador compósito mais correlacionado com o «número médio de dias de subsídios de desemprego» e o «valor médio de subsídios de desemprego (€)».
- < **33.** Indicador compósito gerado pela maior correlação entre a «média de alunos matriculados por computador com ligação à Internet no básico e secundário», «acessos ao serviço de Internet em banda larga em local fixo por cem habitantes» e «número de alunos no ensino superior por mil habitantes».
- < **34.** Indicador compósito formado pelas variáveis «taxa bruta de escolarização do ensino básico» e «taxa bruta de escolarização do ensino secundário».
- < **35.** Indicador compósito negativamente correlacionado com a «taxa de retenção e desistência no ensino básico» e positivamente correlacionado com a «taxa de transição/conclusão no ensino secundário».
- < **36.** Indicador compósito formado pela correlação inversa das variáveis «população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares» (correlação positiva) e «população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual nas deslocações pendulares» (correlação negativa).
- < **37.** as variáveis que mais contribuem para a formação deste indicador compósito são «despesa com gestão de resíduos *per capita* (€)», «resíduos urbanos recolhidos seletivamente» e «taxa de superfície florestal ardida (%)» (correlação negativa com as restantes).
- < **38.** Indicador compósito formado essencialmente pela correlação inversa entre as variáveis: «resíduos urbanos depositados em aterro» e «qualidade das águas para o consumo humano» (com correlação negativa).
- < **39.** Indicador compósito associado a maior correlação por parte das variáveis: «alojamentos privados com custos abaixo do salário mínimo (%)», «alojamentos-propriedade (%)», «alojamentos arrendados com custo abaixo do salário mínimo (%)» e «alojamentos familiares clássicos *per capita*».
- < **40.** Indicador compósito resultante da maior correlação positiva entre o «n.º médio residentes/alojamento (propriedade)», «alojamentos sobrelotados (%)», «n.º médio residentes/alojamento (arrendados)», inversamente correlacionados com o «número alojamentos familiares clássicos *per capita*».
- < **41.** Indicador compósito formado principalmente pela correlação com «agregados familiares a realojar/mil agregados» e «fogos de habitação social/mil habitantes».
- < **42.** Indicador compósito formado essencialmente pela correlação positiva entre as variáveis: «associações por mil habitantes», «estações de correios por cem mil habitantes» e «postos de correio por cem mil habitantes», e negativamente correlacionados com a «taxa de abstenção em eleição para as assembleias de freguesia» e «taxa de abstenção em eleição para as assembleias municipais».
- < **43.** Indicador compósito formado essencialmente pela elevada correlação entre as variáveis: «taxa de abstenção na eleição para a Presidência da República», «taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República» e «taxa de abstenção na eleição para o Parlamento Europeu».
- < **44.** Indicador compósito formado essencialmente pela correlação inversa entre «taxa de abstenção na eleição para a câmara municipal» e a «participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital» (correlação negativa).
- < **45.** Indicador compósito formado principalmente pela elevada correlação entre «agregados familiares unipessoais (%)», «proporção de idosos a viverem sós (%)» e «índice de dependência de idosos».
- < **46.** As categorias de variáveis com maiores contribuições para as dimensões são apresentadas com maior tamanho. As categorias coloridas a vermelho e com a forma de asterisco pertencem a variáveis que saturam na dimensão 1, enquanto as categorias

coloridas a verde com a forma com três vértices pertencem a variáveis que saturam na dimensão 2.

< 47. O município da Póvoa de Lanhoso é identificado na imagem como «Póvoa».

< 48. http://portal2.ipt.pt/pt/ipt/estrutura_organica/instituto_politecnico_de_tomar/unidades_funcionais/unidades_de_formacao/cepmac_centro_de_estudos_politecnicos_de_macao.

< 49. Dimensões que emergem diretamente nas questões: «Porque é bom viver em ?», «Como avalia a felicidade numa escala de 0 a 10...?».

Índice de figuras

- 5 **Figura I** Modelo conceptual TIWELL
- 7 **Figura II** Segmentação dos territórios
- 13 **Figura III** Bem-estar nos territórios
- 18 **Figura 1** Modelo conceptual TIWELL
- 45 **Figura 2** Caracterização das desigualdades sociais nos municípios de Portugal continental
- 47 **Figura 3.A** Matriz de correlações entre desigualdades sociais
- 49 **Figura 3.B** Matriz de correlações entre desigualdades sociais
- 53 **Figura 4** Caracterização do *cluster 1*
- 56 **Figura 5** Caracterização do *cluster 2*
- 58 **Figura 6** Caracterização do *cluster 3*
- 60 **Figura 7** Caracterização do *cluster 4*
- 62 **Figura 8** Caracterização do *cluster 5*
- 68 **Figura 9** *Scores* relativos de bem-estar nos *clusters* de desigualdades e mediana dos municípios do continente: trabalho, saúde, educação, cultura e sociedade digital
- 71 **Figura 10** *Scores* relativos de bem-estar nos *clusters* de desigualdades e mediana dos municípios do continente: ambiente, habitação, participação, contactos sociais e segurança
- 119 **Figura 11** Medidas de discriminação da solução final da ACM com os dados da observação sistemática (23 variáveis ativas e duas variáveis suplementares: município e freguesia)
- 119 **Figura 12** Representação do espaço topológico definido com a ACM, com os dados da observação sistemática (23 variáveis ativas, 64 categorias)
- 120 **Figura 13** Projeção das categorias da variável «município» no espaço topológico definido com a ACM, com os dados da observação sistemática
- 121 **Figura 14** Projeção das categorias da variável «freguesia» no espaço topológico definido com a ACM com os dados da observação sistemática
- 123 **Figura 15** *Scores* relativos de bem-estar dos municípios e mediana dos municípios do continente: trabalho, equilíbrio família-trabalho, saúde, educação, cultura e sociedade digital
- 126 **Figura 16** *Scores* relativos de bem-estar dos municípios e mediana dos municípios do continente: ambiente, habitação, participação cívica, contactos sociais e segurança

Índice de tabelas

- 18 **Tabela 1** Dimensões de qualidade de vida (Eurostat) e de bem-estar (OCDE)
- 22 **Tabela 2** Indicadores finais para a segmentação dos territórios por dimensão de desigualdade
- 28 **Tabela 3** Indicadores finais de bem-estar, nível municipal
- 33 **Tabela 4** Distribuição das regiões NUTS II, por *cluster* e municípios para estudos de caso
- 36 **Tabela 5** Variáveis selecionadas da observação social sistemática
- 39 **Tabela 6** Entidades e representantes estratégicos entrevistados
- 41 **Tabela 7** Participantes nos grupos focais por município e segmento populacional (n=26)
- 66 **Tabela 8** Resumo de comparação entre *clusters*
- 73 **Tabela 9A** Desigualdades sociais e trabalho digno
- 75 **Tabela 9B** Desigualdades sociais e trabalho digno
- 77 **Tabela 10** Desigualdades sociais e equilíbrio trabalho-família
- 79 **Tabela 11** Desigualdades sociais e saúde
- 83 **Tabela 12** Desigualdades sociais e educação, cultura e sociedade digital
- 84 **Tabela 13** Desigualdades sociais e qualidade ambiental
- 87 **Tabela 14** Desigualdades sociais e habitação
- 89 **Tabela 15** Desigualdades sociais e participação cívica
- 91 **Tabela 16** Desigualdades sociais e contactos sociais
- 93 **Tabela 17** Desigualdades sociais e segurança
- 95 **Tabela 18** Desigualdades territoriais e bem-estar
- 97 **Tabela 19** Estrutura da população, mobilidade intermunicipal e bem-estar
- 99 **Tabela 20** Desigualdades de rendimento e bem-estar
- 101 **Tabela 21** Desigualdades de classes e bem-estar
- 103 **Tabela 22** Desigualdades educacionais e bem-estar

Autores

MAURITTI, Rosário (Coordenação)

Socióloga, diretora do Laboratório de Competências Transversais (LCT-Iscte); professora auxiliar na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa; investigadora integrada e membro da Comissão Científica do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte); coordenadora do grupo de investigação Desigualdades, Trabalho e Bem-estar do CIES-Iscte; membro do Observatório das Desigualdades. Ao longo da sua carreira de investigação, integrou equipas de projetos e consultorias científicas em temáticas especificamente sociológicas, nomeadamente: classes sociais e desigualdades sociais; caracterização das condições de vida e orientações valorativas dos estudantes do ensino superior; mudança social e estilos de vida; envelhecimento; bem-estar; papel do Estado na promoção da equidade, entre outras. Presentemente, é representante do CIES-Iscte no ESS/European Social Survey e é membro da equipa de investigação do Eurostudent.

BOTELHO, Maria do Carmo

Doutorada em Métodos Quantitativos, na especialidade de Estatística e Análise de Dados, é professora auxiliar no Departamento de Métodos de Pesquisa Social do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Coordena a pós-graduação em Visualização da Informação (desde 2017) e o curso de especialização em Comunicação Visual e Informação (desde 2015). É investigadora integrada do CIES-Iscte e membro da equipa de investigação do projeto europeu GRADUA — GRaduates Advancement and Development of University capacities in Albania (Erasmus+). Os seus interesses de investigação envolvem temáticas como a amostragem, a estatística robusta, a visualização de informação, as desigualdades sociais, a empregabilidade e a literacia financeira.

CABRITA, Luís

Doutorando em Política Comparada no ICS-UL, bolseiro da FCT. Pós-graduado em Análise de Dados em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Investigador bolseiro do CIES-Iscte, no âmbito da infraestrutura de investigação PASSDA (2019-2020) — Produção e Arquivo de Dados de Ciências Sociais/European Social Survey. Tem como principais interesses de investigação a política comparada, o colapso da democracia, as desigualdades sociais e a participação política.

CRAVEIRO, Daniela

Doutorada em Sociologia pela Universidade do Minho e mestre em Psicologia Social pela Universidade de Coimbra. Colabora em projetos de investigação desde 2007, aplicando metodologias qualitativas e quantitativas em diferentes áreas disciplinares das ciências sociais. Atualmente é investigadora nos centros CIS-Iscte e CSG/SOCIUS (ISEG-UL), onde integra a equipa do projeto europeu INHERIT, dedicado a práticas que promovem simultaneamente o ambiente, a saúde e a equidade social. Tem como principais interesses de investigação o envelhecimento, a saúde e as desigualdades sociais e a sustentabilidade social.

NUNES, Nuno

Doutorado em Sociologia, é investigador do CIES-Iscte e professor auxiliar convidado na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. É igualmente coordenador da Secção Temática de Classes, Desigualdades e Políticas Públicas da Associação Portuguesa de Sociologia, membro do Observatório das Desigualdades, subdiretor da Editora Mundos Sociais, conselheiro nacional do Programa Europeu para a Ciência Horizonte Europa e coordenador científico do Observatório do Associativismo Popular. Tem-se dedicado à investigação das desigualdades sociais, das classes sociais, da ação coletiva, do trabalho, do bem-estar, da educação, do desenvolvimento, do Estado social, das políticas públicas, da sociedade digital e da inteligência artificial. Publicou diversos artigos científicos, livros e capítulos de livros, nacionais

e internacionais. Participa ou participou em vários projetos de investigação. Ocasionalmente escreve para a imprensa nacional e internacional.

SILVA, Sara Franco da

Doutoranda em Sociologia no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Mestre em Ciências do Trabalho e Relações Laborais. Assistente de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), no âmbito do Estudo de Opinião em Portugal/ European Social Survey. Assistente de investigação no CIES-Iscte. Assistente convidada no Laboratório de Competências Transversais (LCT-Iscte). Tem como principais interesses de investigação as desigualdades sociais, o trabalho digno, os territórios e o bem-estar.

Economia

O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal

Coordenado por Rodrigo Sarmiento de Beires; 2013.

Custos e Preços na Saúde: Passado, presente e futuro

Coordenado por Carlos Costa; 2013.

25 anos de Portugal Europeu:

A economia, a sociedade e os fundos estruturais

Coordenado por Augusto Mateus; 2013.

Que Economia Queremos?

Coordenado por João Ferrão; 2014.

A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenado por João Ferrão; 2014.

Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e perspectivas

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

Empresas Privadas e Municípios: Dinâmicas e desempenhos

Coordenado por José Tavares; 2016.

Investimento em Infra-Estruturas em Portugal

Coordenado por Alfredo Marvão Pereira; 2016.

Benefícios do Ensino Superior

Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela; 2017.

Diversificação e Crescimento da Economia Portuguesa

Coordenado por Leonor Sopas; 2018.

Dinâmica Empresarial e Desigualdade

Coordenado por Rui Baptista; 2018.

Encerramento de Multinacionais:

O capital que fica

Coordenado por Pedro de Faria; 2018.

GDP-linked Bonds in the Portuguese Economy

Coordenado por Gonçalo Pina

Features of Portuguese International Trade: A firm-level perspective

Coordenado por João Amador; 2020

Financial Constraints and Business Dynamics: Lessons from the 2008–2013 recession

Coordenado por Carlos Carreira, Paulino Teixeira, Ernesto Nieto Carrillo e João Eira; 2021.

The Real Estate Market in Portugal

Coordenado por Paulo M. M. Rodrigues; 2022.

O Financiamento das PME

Portuguesas: A crise e a recuperação entre 2008 e 2018

Coordenado por Clara Raposo; 2022.

Financing Entrepreneurship in Portugal

Coordenado por Miguel A. Ferreira, Marta C. Lopes, Francisco Queiró e Hugo Reis; 2022.

Instituições

Droga e Propinas: Avaliações de impacto legislativo

Coordenado por Ricardo Gonçalves; 2012.

Justiça Económica em Portugal: A citação do réu no processo civil

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Factos e números

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Gestão processual e oralidade

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Meios de resolução alternativa de litígios

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Novo modelo processual

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: O sistema judiciário

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Produção de prova

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Recuperação do IVA

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Síntese e propostas

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Segredo de Justiça

Coordenado por Fernando Gascón Inchausti; 2013.

Feitura das Leis: Portugal e a Europa

Coordenado por João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif; 2014.

Portugal nas Decisões Europeias

Coordenado por Alexander Trechsel, Richard Rose; 2014.

Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenado por Alejandro Portes e M. Margarida Marques; 2015.

O Ministério Público na Europa

Coordenado por José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo; 2015.

Juizes na Europa: Formação, selecção, promoção e avaliação

Coordenado por Carlos Gómez Ligüerre; 2015.

Limitação de Mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral

Coordenado por Francisco Veiga e Linda Veiga; 2017.

O Estado por Dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Coordenado por Daniel Seabra Lopes; 2017.

O Impacto Económico dos Fundos Europeus: A experiência dos municípios portugueses

Coordenado por José Tavares; 2017.

Orçamento, Economia e Democracia: Uma proposta de arquitetura institucional

Coordenado por Abel M. Mateus; 2018.

Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura política na Europa do Sul

Coordenado por Tiago Fernandes; 2019.

Os Tribunais e a Crise Económica e Financeira: Uma análise ao processo decisório em contexto de crise económico-financeira

Patrícia André, Teresa Violante e Maria Inês Gameiro; 2019.

Um Novo Normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal

Coordenado por Nuno Monteiro e Carlos Jalali; 2022.

Os Grupos de Interesse no Sistema Político Português

Coordenado por Marco Lisi; 2022.

Sociedade

Como Se Aprende a Ler?

Coordenado por Isabel Leite; 2010.

Fazer Contas Ensina a Pensar?

Coordenado por António Bivar; 2010.

Desigualdade Económica em Portugal

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2012.

Projecções 2030 e o Futuro

Coordenado por Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa; 2012.

Envelhecimento Activo em Portugal: Trabalho, reforma, lazer e redes sociais

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Escolas para o Século XXI: Liberdade e autonomia na educação

Coordenado por Alexandre Homem Cristo; 2013.

Informação e Saúde

Coordenado por Rita Espanha; 2013.

Literatura e Ensino do Português

Coordenado por José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus; 2013.

Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Que Ciência Se Aprende na Escola?

Coordenado por Margarida Afonso; 2013.

Inquérito à Fecundidade 2013

INE e FFMS; 2014.

A Ciência na Educação Pré-Escolar

Coordenado por Maria Lúcia Santos, Maria Filomena Gaspar, Sofia Saraiva Santos; 2014.

Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa (1950–2011): Evolução e perspectivas

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

Ensino da Leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores

Coordenado por João A. Lopes; 2014.

Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995–2012)

Coordenado por Armando Vieira e Carlos Fiolhais; 2014.

Mortalidade Infantil em Portugal: Evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008

Coordenado por Xavier Barreto e José Pedro Correia; 2014.

Os Tempos na Escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

Coordenado por Maria Isabel Festas; 2014.

Cultura Científica em Portugal

Coordenado por António Granado e José Vítor Malheiros; 2015.

O Multimédia no Ensino das Ciências

Coordenado por João Paiva; 2015.

O Quinto Compromisso: Desenvolvimento de um sistema de garantia de desempenho educativo em Portugal

Coordenado por Margaret E. Raymond; 2015.

Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

Determinantes da Fecundidade em Portugal

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

Será a Repetição de Ano Benéfica para os Alunos?

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

Justiça entre Gerações: Perspectivas interdisciplinares

Coordenado por Jorge Pereira da Silva e Gonçalo Almeida Ribeiro; 2017.

Migrações e Sustentabilidade Demográfica: Perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenado por João Peixoto; 2017.

Mobilidade Social em Portugal

Coordenado por Teresa Bago d'Uva; 2017.

Porque Melhoraram os Resultados do PISA em Portugal?

Estudo longitudinal e comparado (2000–2015)

Coordenado por Anália Torres; 2018.

Igualdade de Género ao Longo da Vida: Portugal no contexto europeu

Coordenado por Anália Torres; 2018.

As Mulheres em Portugal, Hoje: Quem são, o que pensam e como se sentem

Coordenado por Laura Sagnier e Alex Morell; 2019.

Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System

Coordenado por Amílcar Moreira; 2019.

Identidades Religiosas e Dinâmica Social na Área Metropolitana de Lisboa

Coordenado por Alfredo Teixeira; 2019.

A Evolução da Ciência em Portugal (1987-2016)

Elizabeth Vieira, João Mesquita, Jorge Silva, Raquel Vasconcelos, Joana Torres, Sylwia Bugla, Fernando Silva, Ester Serrão e Nuno Ferrand; 2019.

Os Jovens em Portugal, Hoje

Coordenado por Laura Sagnier e Alex Morell; 2021.

Territórios de Desigualdade e Bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses

Coordenado por Rosário Mauritti; 2022.



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL ³DOS SANTOS